

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JOÃO PAULO KAIUT

**EDUCAÇÃO PARA A PAZ E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: intervenções pedagógicas
nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental**

PONTA GROSSA

2024

JOÃO PAULO KAIUT

**EDUCAÇÃO PARA A PAZ E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: intervenções pedagógicas
nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-
Graduação *strictu-sensu* Mestrado Profissional em
Educação inclusiva (PROFEI).

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho

PONTA GROSSA

2024

- K13 Kaiut, João Paulo
- Educação para a paz e educação inclusiva: intervenções pedagógicas nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental / João Paulo Kaiut. Ponta Grossa, 2024.
- 201 f.
- Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.
1. Cultura - paz. 2. Educação - paz. 3. Educação inclusiva. 4. Educação física - inclusiva. 5. Inclusão. I. Salles Filho, Nei Alberto. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.
- CDD: 370.114



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO PAULO KAIUT

“EDUCAÇÃO PARA A PAZ E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: intervenções pedagógicas nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós Graduação em Educação Inclusiva, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa 18 de dezembro de 2024.

Membros da Banca:

Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho - UEPG
Presidente

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes - UNIPAMPA
Titular Externo

Profa. Dra. Carolina Paioli Tavares - UEPG
Titular Interno

Profa. Dra. Elenice Parise Foltran - UEPG
Suplente Interno



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Paioli Tavares, Professor(a)**, em 19/12/2024, às 11:07, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nei Alberto Salles Filho, Membro do Colegiado do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional**, em 19/12/2024, às 17:34, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Jorge Hammes, Usuário Externo**, em 19/12/2024, às 18:09, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2336788** e o código CRC **185A94D8**.

24.000076081-3

2336788v2

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, tenho que agradecer a Deus, criador de todas as coisas. A ele toda a honra e toda a glória!

Agradeço a minha família, minha amada mãe Veronica, que sempre esteve ao meu lado, apoiando, acreditando em minhas decisões acadêmicas. Meu pai João, meus irmãos Jânio e Marcelo, meus sobrinhos Bernardo e Gael, crianças queridas e inspiração para o trabalho.

Ao Prof. Nei Alberto Salles Filho, que com toda a dedicação possível esteve ao meu lado como orientador na condução desse trabalho. Sou grato pelo seu apoio, pela paciência e ensinamentos.

Agradeço muitíssimo à Profa. Carolina Paioli Tavares e ao Prof. Lúcio Jorge Hammes, que aceitaram avaliar esta pesquisa, com as suas contribuições no Exame de Qualificação. Agradeço por todo o cuidado, carinho, sugestões e observações que enriqueceram esta pesquisa.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI por todo o aprendizado.

Aos meus colegas de mestrado, em especial Juliane Quirino, Keila e a companheira de orientação Thiele que me incentivaram durante a trajetória.

Ao meu amigo Adenilson José Miléo, minha gratidão por todo o apoio, por ter apresentado o PROFEI, pelas conversas e pelo incentivo em realizar esse mestrado.

Ao meu amigo e colega de trabalho, Prof. Igor Dias Gonçalves, por sempre estar ao meu lado neste período de estudo, por sempre incentivar a seguir em frente neste caminho árduo e de luta.

A equipe de gestão da escola Zahira, professoras Selma, Nilcéia e Elisandra, por acreditarem neste trabalho. À Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa por aceitar esta proposta de trabalho.

As queridas crianças da escola municipal Profa. Zahira Catta Preta Mello, que participaram desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos pelo compromisso, pelos momentos de trocas de experiências e reflexões durante a pesquisa. Essa pesquisa é fruto da sua dedicação!

A todos os meus amigos, pelo apoio constante ao longo dessa trajetória.

Por fim, agradeço a todos, que de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

KAIUT, J. P. **Educação para a paz e educação inclusiva:** intervenções pedagógicas nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. 2024. 201 p. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2024.

Essa dissertação teve como base as inserções pedagógicas realizadas no âmbito da educação física inclusiva, para os alunos matriculados no 5º ano em uma escola na Rede Municipal de Educação do município de Ponta Grossa - PR. O problema de pesquisa voltou-se no seguinte questionamento: que contribuições a educação para a paz pode trazer para uma educação física inclusiva e formação dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental? Para a resposta da pesquisa o objetivo geral foi analisar as contribuições teóricas e práticas da educação para a paz, na perspectiva inclusiva nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência. Como objetivos específicos estão: estabelecer práticas que visem as cinco pedagogias da paz e educação para a paz, na perspectiva inclusiva nas aulas de educação física; aplicar as atividades pedagógicas na perspectiva inclusiva nas aulas de educação física no que se refere a educação para a paz e a prevenção à violência no ambiente escolar; analisar as práticas desenvolvidas nas aulas de educação física; organizar um e-book, articulando as práticas inclusivas sobre a educação para a paz nas aulas de educação física. Para alcançar este objetivo foi utilizado a pesquisa qualitativa e exploratória, e os procedimentos metodológicos apoiados na pesquisa bibliográfica e documental, bem como a pesquisa de campo para coleta de dados e elaboração do recurso educacional. Para fundamentação desta pesquisa foram utilizados os referenciais teóricos dos seguintes autores: para discutir os desafios da educação física, educação física inclusiva os autores Tubino (2011) e Soler (2005). Para tratar da educação inclusiva e inclusão social: Mantoan (2015), Mittler (2003) e Sassaki (2010). E para debater sobre a educação para a paz e prevenção à violência: Callado (2004), Cerio (2004), Guimarães (2003, 2011), Jares (2002), Rayo (2004), Salles Filho (2019) e Serrano (2002), respectivamente. Os dados foram gravados e transcritos e submetidos a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Em suma, os dados interpretados da pesquisa e a abordagem na perspectiva da educação para a paz traz um novo olhar para a educação física de maneira holística e inclusiva. Por fim, os conjuntos das ações desenvolvidas durante as práticas vivenciais da pesquisa impactaram positivamente os discentes nas relações humanas para a formação de cidadãos e as vivências e convivências.

Palavras-chave: Cinco Pedagogias da Paz. Educação para a Paz. Educação Inclusiva. Educação Física Inclusiva. Inclusão.

ABSTRACT

KAIUT, J. P. Education for peace and inclusive education: pedagogical interventions in physical education classes in the early years of elementary school. 2024. 201 p. Dissertation (Master's in Inclusive Education) – State University of Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2024.

This dissertation was based on pedagogical insertions carried out within the scope of inclusive physical education, for students enrolled in the 5th year at a school in the Municipal Education Network in the city of Ponta Grossa - PR. The research problem focused on the following question: what contributions can education for peace bring to inclusive physical education and training of students in the early years of elementary school? For the research response, the general objective was to analyze the theoretical and practical contributions of peace education, from an inclusive perspective in physical education classes in the early years of elementary school, contributing to social inclusion and the development of preventive actions against violence. The specific objectives are: establishing practices that aim at the five pedagogies of peace and peace education, from an inclusive perspective in physical education classes; apply pedagogical activities from an inclusive perspective in physical education classes with regard to education for peace and the prevention of violence in the school environment; analyze the practices developed in physical education classes; organize an e-book, articulating inclusive practices on peace education in physical education classes. To achieve this objective, qualitative and exploratory research was used, and methodological procedures supported by bibliographic and documentary research, as well as field research to collect data and prepare the educational resource. To support this research, the theoretical references of the following authors were used: to discuss the challenges of physical education, inclusive physical education, the authors Tubino (2011) and Soler (2005). To address inclusive education and social inclusion: Mantoan (2015), Mittler (2003) and Sasaki (2010). And to discuss education for peace and violence prevention: Callado (2004), Cerio (2004), Guimarães (2003, 2011), Jares (2002), Rayo (2004), Salles Filho (2019) and Serrano (2002), respectively. The data were recorded and transcribed and subjected to content analysis proposed by Bardin (2016). In short, the data interpreted from the research and the approach from the perspective of education for peace brings a new look to physical education in a holistic and inclusive way. Finally, the sets of actions developed during the experiential practices of the research had a positive impact on students in human relationships for the formation of citizens and experiences.

Keywords: Five Five Pedagogies of Peace. Education for Peace. Inclusive Education. Inclusive Physical Education. Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Relação prática pedagógica de educação para a paz e educação inclusiva	100
FIGURA 02 – Elementos de educação inclusiva e educação para a paz	106
FIGURA 03 - Sumário do recurso educacional	125

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Aspectos centrais educação para a paz	40
QUADRO 02 – Elementos básicos das Cinco Pedagogias da Paz	110
QUADRO 03 – Cronograma de Intervenções Pedagógicas	119
QUADRO 04 – Atividade 01 – Intervenção Pedagógica	127
QUADRO 05 – Atividade 02 – Intervenção Pedagógica	129
QUADRO 06 – Atividade 03 – Intervenção Pedagógica	131
QUADRO 07 – Atividade 04 – Intervenção Pedagógica	132
QUADRO 08 – Atividade 05 – Intervenção Pedagógica	134
QUADRO 09 – Atividade 06 – Intervenção Pedagógica	135
QUADRO 10 – Atividade 07 – Intervenção Pedagógica	137
QUADRO 11 – Atividade 08 – Intervenção Pedagógica	138
QUADRO 12 – Atividade 09 – Intervenção Pedagógica	140
QUADRO 13 – Atividade 10 – Intervenção Pedagógica	142
QUADRO 14 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos 01 ao 03)	144
QUADRO 15 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos 04 e 05)	147
QUADRO 16 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos 06 e 07)	150
QUADRO 17 - Relato de prática dinâmica do lixo produzido na escola (plano 07)	152
QUADRO 18 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (plano 08)	153
QUADRO 19 - Relato de prática dinâmica do esporte competição x cooperação (plano 08)	155
QUADRO 20 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (plano 09)	156
QUADRO 21 - Relato o que é paz para você? (plano de aula 09)	157
QUADRO 22 - Relato o que é inclusão para você? (plano de aula 10)	157
QUADRO 23 – Entrevista	161
QUADRO 24 – Entrevista	164
QUADRO 25 - Entrevista	167
QUADRO 26 - Entrevista	171

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Cronograma de encontros – práticas vivenciais.....	120
TABELA 02 – Entrevista.....	160
TABELA 03 – Entrevista.....	162
TABELA 04 – Entrevista.....	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CNV – Comunicação Não Violenta

COI – Comitê Olímpico Internacional

CP – Cultura de Paz

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EF – Educação Física

EP – Educação para a Paz

ICSSPE – International Council of Sport Science and Physical Education

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDMs – Metas de Desenvolvimento do Milênio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAS – Programa de Ação na Segurança

PEVH – Programa de Educação em Valores Humanos

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEE – Política Nacional de Educação Especial

PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PNPS – Programa Nacional de Promoção de Saúde

PRECUNI – Programa Esporte Cidadão Unilever

PROFEI – Mestrado Profissional Educação Inclusiva

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública

SRM – Sala de Recursos Multifuncionais

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VIVE – Vivendo Valores em Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL	13
1.2	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	17
1.3	OBJETIVO	20
1.3.1	Objetivo geral	21
1.3.2	Objetivos específicos	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA E EDUCAÇÃO PARA A PAZ	23
2.1.2	Educação para a paz na escola: um caminho para a inclusão na educação física	30
2.1.3	Prática pedagógica, formação e desafios da educação inclusiva e cultura de paz, na diversidade escolar	42
2.2	EDUCAÇÃO FÍSICA E O SEU PAPEL PARA A INCLUSÃO	58
2.2.1	A importância dos jogos e dos jogos cooperativos na inclusão escolar na perspectiva da educação para a paz	66
2.2.2	Esporte como instrumento de inclusão escolar e educação para a paz	76
2.3	PAZ, CONFLITO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	82
2.4	EDUCAÇÃO PARA A PAZ E AS CINCO PEDAGOGIAS DA PAZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA	100
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	112
3.1	CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	112
3.2	PARTICIPANTES DA PESQUISA	112
3.3	O PERCURSO METODOLÓGICO E OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	113
3.4	METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS	117
3.5	RECURSO EDUCACIONAL	122
3.5.1	Breve descrição do recurso educacional	123
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	126
4.1	DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DAS CINCO PEDAGOGIAS DA PAZ E EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA	127
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS	143
4.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS	159
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
	REFERÊNCIAS	179
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	190
	APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	192
	APÊNDICE C - TERMO DE ANUÊNCIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	196
	APÊNDICE D - TERMO DE ANUÊNCIA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	197
	APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	198
	APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	201

1 INTRODUÇÃO

A busca por uma educação inclusiva é um dever de todos, professores, pais, coordenação pedagógica, sociedade e demais familiares. Não podemos esquecer de inserir as crianças neste processo. Pois é nos primeiros anos de vida, através da socialização com os seus pares, familiares e demais pessoas de seu convívio que elas adquirem valores, princípios para tornar pessoas mais justas, solidárias e principalmente inclusivas, aceitando a todos em sua volta, sem discriminações.

Uma das possibilidades está em buscar práticas pedagógicas inclusivas para atender a demanda cada vez maior de alunos, atender a todos de forma igualitária, ou seja, inserir os diversos na escola.

A prática pedagógica, tem uma intencionalidade, ou seja, uma finalidade em buscar o melhor para a aprendizagem dos educandos, de forma orientada no contexto da sala de aula. É um lugar de contexto do processo de trabalho orientado a um fim, portanto, com intencionalidade previamente definida, seja pelos determinantes internos à escola ou pelos determinantes externos (Souza, 2016). Desta maneira, trabalhar a educação para a paz como tema transversal em busca de uma prática pedagógica mais inclusiva nas aulas de educação física é uma das hipóteses a ser discutida nesta pesquisa, além de buscar respostas para a relação destes temas.

Na estruturação deste estudo, com intuito de melhor distribuição e organização do trabalho, abordamos no primeiro capítulo, o que levou a pesquisar sobre o tema educação para a paz e educação física inclusiva. No decorrer do capítulo a justificativa e problematização do estudo, abordando de forma breve a educação física como disciplina fundamental para a inclusão social e a educação para a paz como forma de prevenção à violência.

O segundo capítulo está destinado a fundamentação teórica da pesquisa, para abordar como se dá a relação entre a educação para a paz e a educação física inclusiva, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesta seção é aprofundada a relevância da disciplina de educação física como meio para a inclusão social. Entender a relação dos conceitos paz, conflito e violência na escola e nas aulas de educação física. Isto será possível através da aplicação das práticas vivenciais (intervenções pedagógicas) nas aulas de educação física das séries iniciais do ensino fundamental, com os alunos dos 5º anos. Estas intervenções foram realizadas de forma organizada e estruturada, seguindo como base os componentes curriculares presentes na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018a) da disciplina de educação física e como tema transversal as cinco pedagogias da paz, são elas: pedagogia dos

direitos humanos; pedagogia dos valores humanos; pedagogia das vivências / convivências; pedagogia da conflitologia e pedagogia da ecoformação (Salles Filho, 2019).

Os aspectos metodológicos da pesquisa estão no terceiro capítulo, apresentando os caminhos que o pesquisador levou em seu estudo, os participantes da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, a metodologia de análise dos dados, encerrando de forma breve o recurso educacional.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa através da exposição da análise e discussão dos dados da pesquisa. Aborda os resultados e descrição das intervenções pedagógicas das cinco pedagogias da paz e educação para a paz nas séries iniciais do ensino fundamental nas aulas de educação física. Bem como, a perspectiva da criança, uma visão de relatos e leitura do mundo sobre a paz realizados durante as intervenções. A última parte do capítulo está designada aos resultados das entrevistas realizadas com os estudantes.

Ao final do estudo, a interpretação dos dados da pesquisa levou a construção do recurso educacional como ferramenta e estratégia para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental. Ressaltamos que este recurso não é uma receita de bolo para o professor de educação física aplicar em sua escola. Mas, são práticas vivenciais aplicadas em turmas do 5º ano de ensino fundamental que abrirão horizontes de discussão sobre o tema inclusão, prevenção de violência e educação para a paz.

Para padronização das terminologias utilizadas durante estes estudos iremos abreviar no decorrer dos próximos capítulos as palavras cultura de paz e educação para a paz, utilizando respectivamente os seguintes termos: CP e EP. Para a palavra educação física vamos utilizar a abreviação EF, mas ao tratar na perspectiva inclusiva manteremos o termo educação física inclusiva.

1.1 TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

Nesta seção, pretendo compartilhar um pouco da minha trajetória de vida, tanto acadêmica, quanto profissional, que culminou na realização desta pesquisa sobre o tema. Para tanto, optei por adotar a narrativa em primeira pessoa do singular ao longo desta seção.

Este trabalho faz parte da minha jornada em busca de uma educação inclusiva e de oportunidades igualitárias a todos na escola. Desde a minha infância ao iniciar os meus estudos na Escola Municipal Prefeito José Bonifácio Guimarães Vilela, localizada no município de Ponta Grossa, estado do Paraná, percebia-se que alguns grupos de alunos não possuíam a mesma oportunidade de ensino, alguns até mesmo só aparentavam estar na escola fisicamente.

Eis que surgem os primeiros questionamentos, será que todos os alunos estão aprendendo? Devido a diversidade do público na escola, será que todos os grupos são visíveis pelos professores no ambiente escolar?

Fui criado em uma família composta por dois irmãos com idades próximas, íamos juntos para a escola, meu pai, metalúrgico e a minha mãe, do lar. Como na grande maioria das famílias, cabia a ela a função de ajudar nas atividades escolares. Minha querida mãe, não deixou de medir esforços para falar da importância da educação, lembro até hoje das caminhadas até a escola e as palavras dela ecoando em meus ouvidos, “a escola é lugar para aprender”, “respeite a professora”, “só o estudo vai te dar uma vida melhor”. Meus pais vieram do sítio, minha mãe não teve a oportunidade de estudar, limitando até o ensino fundamental I, mas considero ela a minha primeira professora, pois ao ser matriculado na 1ª série já sabia as letras do alfabeto, escrever e ler algumas palavras, fruto de sua paciência e dedicação.

Lembro da professora Sandra do 1º ano do ensino fundamental, sempre elogiava e brincava proferindo palavras como “o João gosta de ensinar os outros”, “eu acho que ele vai ser professor”. Apesar de levar como brincadeira, hoje faz total sentido. Minha primeira experiência que me recorde e despertou o interesse pela profissão foi uma feira de ciências no meu primeiro ano do ensino fundamental II (antiga 5ª série), na Escola Estadual Professora Linda Salamuni Bacila. Era uma feira cultural e esportiva com o tema Copa do Mundo de Futebol, França, 1998. Naquele momento não conhecia o significado da palavra interdisciplinaridade, mas a forma como foi executado e a participação dos professores de todas as disciplinas levam a crer da funcionalidade da feira e do envolvimento de todos. Portanto, exemplo como estes me levaram a crer que era possível uma educação com oportunidade a todos, e que todos estejam visíveis no processo educacional, desde então, levei em meu ser o desejo de ser um professor e atuar de forma inclusiva, não deixando nenhum aluno de fora, inspirado pelos exemplos de meus professores.

Ao chegar no segundo ano do ensino médio, descobri a modalidade esportiva atletismo nas aulas de EF, apesar desta modalidade voltada aos esportes de marca ser trabalhada desde as séries iniciais, foi somente nesta etapa de ensino que pude vivenciar. A escola iniciou no contraturno um projeto de atletismo no qual fiz parte, aumentando ainda mais o interesse em tornar-se um professor de EF.

Foi, neste momento, que começou também o interesse pela educação especial, pois ao chegar no treino me deparei com uma situação que para mim era inédita: a presença de um aluno deficiente visual praticando uma modalidade esportiva. Logo, no primeiro dia de treino o professor pediu para ser tutor deste aluno, auxiliando nas provas de corrida, como o guia dele.

No momento o receio foi grande, mas a experiência levou a buscar o conhecimento e procurar vídeos sobre o tema, descobrindo assim os esportes paralímpicos. Isso criou uma expectativa grande e a vontade de ser professor de EF foi crescendo ainda mais, pois, aquela dúvida em qual o curso escolher no vestibular foi findando, tornando-se convicto da escolha.

Portanto, chegou o período do vestibular, aquela paixão crescente pelo esporte levou a escolher o curso de Bacharelado em Educação física na Universidade Estadual de Ponta Grossa – Pr. Essa escolha, deu-se ao fato do ano de 2005 ocorrer uma divisão da grade curricular do curso, dividindo o curso no formato bacharelado e licenciatura. Naquele momento tive que fazer uma dura escolha e a vontade de ser treinador falou mais alto.

Ao ingressar no curso, outras oportunidades foram surgindo no mundo acadêmico voltado para a área de extensão. Iniciei a participação como estagiário em alguns projetos sociais do período de 4 anos como acadêmico, entre eles estão o “Projeto Esporte Cidadão (PRECUNI) Unilever”, do Instituto Compartilhar Bernardinho; Projeto Atletismo na Escola; Projeto Craque Cidadão – O Futebol como um Caminho Social. Ambos os projetos tinham em comum o combate à violência, a formação cidadã, os valores humanos e os direitos das crianças e adolescentes. Surge então um outro ramo de interesse em estudos sobre a paz e valores humanos, porém de forma primitiva, pois no período de egresso no curso no ano de 2006 este assunto sequer era abordado na matriz curricular do curso.

No decorrer do curso, quando estava no segundo ano estive em contato com a disciplina de EF adaptada, foi um momento rico de aprendizado, levando a se interessar ainda mais pela educação especial. Porém, como nas demais disciplinas a formação inicial era rasa, proporcionando apenas aspectos básicos sobre o tema, necessitou futuramente buscar especialização sobre a educação especial.

Ao passar dos anos percebi que a minha afinidade estava no meio escolar, pois os estágios supervisionados de treinamento a maioria foram realizados nas escolas. Os estágios não obrigatórios vinculados à prefeitura e os projetos sociais também foram todos aplicados em instituições de ensino. Isso proporcionou um vínculo afetivo pela escola, pelos discentes e pela profissão.

Logo, após a primeira graduação, fui efetivado como professor temporário em uma instituição de ensino pública, com as horas de treinamento de atletismo e voleibol. Este contato com o meio escolar e o vínculo empregatício levou novamente a aperfeiçoar-se, realizando o ingresso novamente na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no curso de licenciatura em EF. Neste momento, me reencontrei profissionalmente e a paixão em ensinar carrego até hoje, completando-se no momento 15 anos.

A minha formação em EF e minha experiência na escola desde os tempos de estudante universitário, reforçada ainda mais nos primeiros anos como professor, despertaram uma série de questionamentos em mim. Será que todos os alunos têm acesso às aulas de EF de forma igualitária? Por que alguns alunos ficam de lado ou se excluem das aulas de EF? Por que alguns alunos com deficiência ficam de lado ou não realizam as aulas de EF? O que leva a ocorrer momentos de violência nas aulas de EF?

Esses questionamentos me incentivaram a buscar as respostas e para isso busquei especialização na área da educação especial. Essa necessidade em especializar deu-se pelo fato de ter uma experiência profissional, pois, logo nas primeiras semanas como professor na educação básica, encontrei nas turmas em que lecionava um aluno com baixa visão, um aluno com deficiência auditiva, um terceiro com perda de visão total e um aluno cadeirante. Essa situação me levou a uma profunda reflexão, agora eu sou o professor, não mais o estagiário, o que fazer para não deixar ninguém de fora? Como fazer para proporcionar uma aprendizagem significativa para todos os alunos?

Após um período atuando na área, surgiu-se a oportunidade de trabalhar em uma instituição de educação especial no município de Ponta Grossa-PR. Percebi, que os mesmos questionamentos quanto à formação, quanto à exclusão dos alunos, entre outros ainda continuava, e só reforçaram a ideia de os alunos estarem apenas inseridos no ambiente escolar. As diversas formas de violência indireta como a exclusão, a falta de acessibilidade, a falta de recursos básicos dentre outros ainda permeia no meio escolar e várias são as barreiras atitudinais e físicas a serem enfrentadas.

Estes questionamentos levaram a buscar novos conhecimentos, surgindo assim a oportunidade de cursar o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Momento este, concomitante com a minha atuação como professor de EF na rede municipal de educação de Ponta Grossa, em que deparo com uma demanda constante de alunos matriculados com deficiência, surgindo um outro questionamento. Como lidar com a diversidade na escola de maneira inclusiva?

Um dos caminhos em lidar com a diversidade, principalmente nas aulas de EF de maneira inclusiva, está em buscar estratégias de ensino e ferramentas para tornar a escola pacífica e inclusiva. Desta maneira, este trabalho tem como proposta a CP, através do ramo pedagógico da EP. Diante disso a educação somente será inclusiva ao garantirmos os direitos humanos básicos, ao aplicarmos os valores humanos como o respeito, a empatia, a justiça, a solidariedade. Ao colocarmos no lugar do outro e percebermos que fazemos parte de um todo,

ao buscarmos as melhores vivências e convivências no ambiente escolar, sem a discriminação e exclusão.

Portanto, esta pesquisa visa a relação e importância da EP em busca de uma educação inclusiva. Não, no sentido de buscar todas as respostas para os questionamentos iniciais, mas no sentido de reflexão para um ambiente mais inclusivo e menos violento.

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Diante do que demonstramos, essa pesquisa propôs apresentar uma proposta metodológica, no âmbito da EF, para o desenvolvimento de atividades voltadas para a educação inclusiva. É essencial estruturar a escola como um espaço acolhedor, para exercer o direito à cidadania garantidos perante a lei.

Na sociedade atual a escola tem o papel fundamental na inclusão dos educandos e todos os membros da comunidade escolar devem estar inseridos neste processo, reconhecendo as diferenças e possibilitando um melhor rendimento escolar. Mantoan (2002, p. 84) alude que “as escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento.”

A educação inclusiva ao longo da história passou por um longo caminho de conquistas que foram extremamente necessárias para a melhoria na qualidade da educação, orientada pelo direito à igualdade e respeito às diferenças. Estas conquistas também beneficiaram a EF escolar, com a participação de todos os estudantes, frutos de avanços históricos na área dos direitos humanos, entre as quais podemos destacar: Declaração de Salamanca (1994), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), Carta Internacional de Educação Física, Atividade Física e Esporte (UNESCO, 1978). A oportunidade da prática de atividade física deve ser assegurada a todos, inclusive aos alunos com deficiência, participando de maneira conjunta, como consta no Artigo 1 da Carta Internacional de Educação Física, Atividade Física e Esporte:

Oportunidades inclusivas, assistivas e seguras para a participação na EF, na atividade física e no esporte devem ser disponibilizadas a todos os seres humanos, em especial crianças de idade pré-escolar, pessoas idosas, pessoas com deficiência e povos indígenas (UNESCO, 1978, art. 1).

Historicamente, alguns grupos sociais ficaram à margem do processo de socialização, entre eles as pessoas com deficiências, os negros, os indígenas, moradores do campo, não tendo

o acesso correto a moradia, emprego, saúde e educação. Os problemas sociais acabam aumentando a evasão escolar tornando este ambiente ainda mais excludente. Diante da diversidade, grandes são os desafios para a educação inclusiva, visando uma educação de qualidade e que proporcione a participação de todos, principalmente dos alunos com deficiências. Para Mantoan (2015) a escola deve identificar as barreiras que impedem a inclusão escolar, que permita a todos e a comunidade conviver com as diferenças. Todos, sem exceção, fazem parte da educação inclusiva, os alunos com deficiências e as crianças discriminadas por qualquer outro motivo.

Depois de alguns anos de experiência e trabalhando como professor no ensino fundamental nos primeiros anos das séries iniciais, é evidente que a EF desempenha um papel primordial para a inclusão escolar, devido as suas práticas culturais corporais diversificadas, contribuindo para socialização e interação dos educandos. Várias são as práticas através dos conteúdos estruturantes, entre os quais podemos citar: brincadeiras e jogos, dança, esportes, ginástica e lutas.

Portanto, estes conteúdos são ferramentas para a inclusão social, para o direito a todos a sua prática, utilizando neste estudo a unidade temática “esporte” e “brincadeiras e jogos” como ponto de fundamental de aplicabilidade para as cinco pedagogias da paz na EF, para tornar o ambiente escolar e as aulas inclusivas, com ações preventivas à violência e promovendo a EP. Este estudo corrobora com os objetivos definidos no PROFEI em buscar meios para efetivar uma sociedade inclusiva, aprendendo a valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas, religiosas, raciais e as formas diferenciadas de aprendizagem de cada estudante, proporcionando um novo fazer pedagógico para os educadores.

Este estudo é relevante, pois aborda uma lacuna significativa na formação dos docentes de EF nas séries iniciais do ensino fundamental. A criação de um recurso educacional com práticas pedagógicas que contribua para formação dos docentes de EF é necessária, pois atualmente há uma escassez de material voltado para este fim e necessita preencher as lacunas no âmbito da formação de docentes e práticas pedagógicas.

Nas aulas de EF as atividades relacionadas aos esportes proporcionam momentos de inclusão, socialização e práticas reflexivas, podendo abordar em seus conteúdos os temas sobre a EP e prevenção à violência. Devido a toda esta proporção que o esporte alcança a nível mundial, essa unidade temática é imprescindível nas atividades práticas nas aulas e na criação de um material pedagógico. Pois, o esporte tem a sua importância na construção de valores, no desenvolvimento de fatores importantes para o convívio em sociedade com inclusão e respeito. Durante as aulas são desenvolvidas propostas voltadas à cooperação, ao sentido de ajudar um

ao outro e buscar valores positivos para o convívio em sociedade e a formação de cidadãos críticos e criativos.

O esporte realizado de maneira pedagógica correta, tem o poder de reabilitar crianças e grupos marginalizados da sociedade, reconhecido como uma área essencial e estratégica de inclusão social em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Cabe ao profissional de EF utilizar estas ferramentas, como afirma Tubino (1992, p. 22): “Democratizar o esporte é assegurar a igualdade de acesso à prática esportiva para todas as pessoas”.

Tubino e Silva (2006) afirmam que o esporte precisa ser compreendido como um meio e não como um fim, ou seja, como o único instrumento de desenvolvimento integral e de formação de cidadania. Estes autores apontam que devido ao seu poder social a promoção da paz através do esporte é possível, como a educação em relação ao corpo, o respeito ao próximo, promoção ao respeito às regras, promoção a respeito ao *Fair Play* (jogo limpo), o saber cooperar, o saber administrar as vitórias ou derrotas e as campanhas através do esporte em combate as diversas formas de preconceito e violência.

Construir a CP exige respeito aos direitos humanos e assegurar valores da vida democrática, respeitar a vida e dignidade de cada pessoa, garantindo espaços de pluralidade para vivermos em uma sociedade sem violência. A EP é responsabilidade coletiva, tema transversal de suma importância que deve ser trabalhado na escola desde os anos iniciais nos vários componentes curriculares, que vai ao encontro deste projeto de pesquisa. Construir a paz exige uma atitude de aceitação da diversidade, respeito ao pluralismo de ideias, que revitaliza o discurso democrático. Implica uma não exclusão dos diferentes (Guimarães, 2003).

O interesse pela temática veio pelos corriqueiros fatos com exposição midiática sobre a violência no meio escolar. Infelizmente notícias sobre ataques em escolas, como o trágico atentado em Blumenau – Santa Catarina, ameaças aos professores, ameaças aos colegas, brigas entre familiares e discussões em frente a escolas, entre outras diversas formas de violência têm ganhado proporção. Portanto, é necessário trazer em pauta o tema no processo educativo e reflexões em sala de aula, entender o processo que leva a violência, as diversas formas de violência e os conflitos inevitáveis, para avançarmos sempre nas discussões que levam a uma CP.

A disciplina de EF é uma área que tem o seu poder em trabalhar de forma mais prática as relações grupais, as regulações de conflitos e as habilidades sociais. Desta maneira, é essencial uma formação inicial e continuada de professores de EF, construções de materiais de suporte, com reflexões sobre a violência, entendimento sobre as diversas formas de violência, seja ela direta ou indireta.

Em pesquisas realizadas nas plataformas CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações constatou-se poucos trabalhos especificamente sobre a prática pedagógica e a temática educação inclusiva e EP. E são escassos os trabalhos nas demais plataformas relacionadas a EP e educação física inclusiva. Verifica-se ainda, a ausência sobre essa temática tendo como recorte o município de Ponta Grossa – Paraná, de modo que este estudo tem como objetivo explorar as discussões sobre a EP na perspectiva inclusiva nas aulas de EF.

Por conseguinte, considera-se fundamental a discussão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na rede municipal de ensino de Ponta Grossa – Paraná, voltado para o planejamento dos professores de EF de forma inclusiva, contribuindo para a inclusão social, ações de prevenção à violência e promovendo uma EP.

Desta maneira, não podemos permitir que os educandos sejam excluídos no meio escolar nas aulas de EF devido às suas características como deficiência, altura, peso, orientação sexual, cor da pele, habilidades motoras, qualidades físicas, condições financeiras entre outras. As diversas formas de exclusão como as mencionadas anteriormente, estão representadas nas violências estruturais / indiretas e nas violências diretas, o que nos possibilita durante o estudo refletirmos sobre seus aspectos no ambiente escolar, além da importância de uma educação física inclusiva como meio de prevenção à violência.

Diante dessas questões o problema de pesquisa volta-se no seguinte questionamento: que contribuições a EP pode trazer para uma educação física inclusiva e formação dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental?

Desta forma, esta pesquisa está voltada para as práticas pedagógicas na disciplina de EF, em planejar estratégias de ensino que ampliem a prática docente e a aprendizagem dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Visa a aprendizagem e contribuição para a formação integral dos educandos, em frente a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência. Perante o exposto, é crucial criar um material que corresponda a faixa etária dos anos iniciais do ensino fundamental, a partir da vivência da prática pedagógica e da articulação com estudos e pesquisas que contribuam também para o processo formativo dos professores.

1.3 OBJETIVO

Os principais objetivos para alcançar a respostas para a problemática da presente pesquisa são:

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as contribuições teóricas e práticas da EP, na perspectiva inclusiva nas aulas de EF nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência.

1.3.2 Objetivos específicos

Estabelecer práticas que visem as cinco pedagogias da paz e EP, na perspectiva inclusiva nas aulas de EF nos anos iniciais do ensino fundamental;

Aplicar as atividades pedagógicas na perspectiva inclusiva nas aulas de EF no que se refere a EP e a prevenção à violência no ambiente escolar;

Analisar as práticas desenvolvidas nas aulas de EF com os alunos das turmas de 5º anos do ensino fundamental da rede pública municipal de Ponta Grossa – PR;

Organizar um e-book, articulando as práticas inclusivas sobre a EP nas aulas de EF.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender e retratar sobre a EP e as suas contribuições para uma educação inclusiva é fundamental para uma melhor compreensão de um ambiente escolar menos violento, mais solidário, justo e com equidade. A disciplina de EF como instrumento de socialização é essencial neste processo, promovendo muito mais que habilidades físico-motoras, suas contribuições holísticas visam a formação de cidadãos críticos, promovendo uma formação integral do ser humano.

O referencial teórico deste estudo busca dialogar sobre a educação inclusiva na disciplina de EF e as contribuições da EP para um mundo mais igualitário. Desta maneira, o primeiro capítulo desta fundamentação teórica aborda a relação da educação física inclusiva e a EP. Em continuidade busca expor a EP como um caminho de inclusão nas aulas de EF, apresentando como a integração dos valores e as práticas relacionadas a EP e à inclusão podem enriquecer a EF. Apresentar os aspectos legais e políticas de CP para o bem comum da sociedade e que interferem diretamente para uma educação de qualidade e inclusiva. E discutir a importância da EP na EF para um ambiente escolar mais inclusivo, bem como, esses aspectos podem fortalecer o desenvolvimento holístico dos estudantes.

Na sequência abordaremos a prática pedagógica, formação e desafios da educação inclusiva e da CP, na diversidade escolar. É de suma importância apontar as perspectivas variadas sobre a inclusão, reconhecendo a importância das práticas pedagógicas adequadas. Os desafios considerados para a promoção de uma CP e a diversidade na escola, considerando os fatores como discriminação, preconceito e desigualdades. Também nesta seção é relevante apresentarmos alguns marcos legais da educação através das políticas educacionais inclusivas.

Não podemos deixar de mencionar a EF e o seu papel para a inclusão. Entender a importância dos componentes curriculares para a inclusão social, principalmente os conteúdos dos eixos das unidades temáticas do esporte, os jogos e brincadeiras como ferramenta de inclusão. Além de expor os jogos cooperativos como objeto de conhecimento para uma relação prática nas aulas de educação física inclusiva numa perspectiva de EP.

Por fim, entender a relação de paz, conflito e violência na escola e nas aulas de EF. É preciso pensar na EF voltada para o olhar holístico, não pensar na disciplina apenas pelos aspectos físicos ou biológicos. Entretanto, propor práticas na EF sob o viés inclusivo utilizando dos cinco campos da pedagogia para a paz: pedagogia dos valores humanos; pedagogia dos direitos humanos; pedagogia da conflitologia; pedagogia da ecoformação; pedagogia das vivências e convivências.

Portanto, no decorrer deste capítulo, abordaremos de forma mais aprofundada as questões centrais da pesquisa, visando estabelecer as conexões necessárias para alcançar os objetivos propostos.

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA E EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Este estudo tem como ponto de partida o levantamento da produção científica relacionada ao tema que se pretende pesquisar. Portanto, optou-se por buscar nos programas de pós-graduação as dissertações e teses que tratam sobre a área de educação física inclusiva e EP. É de fundamental importância conhecer as produções científicas e identificar as lacunas, os crescimentos e as possibilidades para investigação e assim contribuir para a discussões e reflexões sobre as áreas de estudo.

O levantamento da produção científica caracteriza-se como um Estado do Conhecimento, visa conhecer sistematicamente a realidade da construção do conhecimento científico de um determinado campo. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 102) o Estado do Conhecimento se refere a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Desta maneira, buscou-se na literatura, no período de 2000 a 2024, periódicos da área, teses e dissertações que contemplavam os descritores educação física inclusiva, EP e violência.

As produções científicas que abordam os temas EP ainda são recentes no país, sendo objeto de estudo desde o início do século XXI. Entre os autores na atualidade que se destacam sobre o assunto podemos citar, Cerio (2004), Jares (2002), Rayo (2004), Guimarães (2003, 2011), Salles Filho (2019), Serrano (2002), entre outros, têm suas discussões voltadas para a EP e a influência dos movimentos sociais nesse aspecto, questões voltadas a desigualdade social, interpretar os fenômenos sobre a violência e reflexão sobre a CP. Enfatiza-se, nesse sentido, a necessidade de avançar nos estudos sobre o tema, visando a construção de um material pedagógico relacionando com as áreas da EF e educação física inclusiva, auxiliando os docentes nos momentos práticos e teóricos, para que os consigam superar as dificuldades em temas tão importantes como a inclusão escolar, inclusão social, violência escolar e EP.

Os temas EP e educação inclusiva estão relacionados, pois o caminho da paz não se faz sem uma Educação inclusiva. Cerio (2004) aborda alguns princípios para a EP: cultivar valores, aprender a viver com os demais, facilitar experiências e vivências da paz, educar na resolução de conflitos, desenvolver o pensamento crítico, combater a violência nos meios de comunicação, educação para a tolerância e a diversidade, educar para o diálogo e a

argumentação racional. Princípios estes que vem ao encontro de uma educação inclusiva e de aplicabilidade nos componentes curriculares da EF. No entanto, atitudes como exclusão, agressão, preconceito, discriminação, as várias formas de violência e o desrespeito as diferenças são corriqueiras e infelizmente existem no ambiente escolar.

Nas aulas de EF podem ser realizadas atividades que estimulem a aprendizagem e reflexão sobre os temas abordados acima no contexto prático, estabelecendo práticas que visem as cinco pedagogias da paz, instigando o educando ao pensamento crítico em busca de uma EP. Entre os exemplos estão os jogos cooperativos, o *fair play* nos jogos e esportes, os “valores olímpicos”, “valores paralímpicos” e “valores educacionais”. Para Salles Filho (2009, p. 238) “a EP está no entendimento das violências, na busca da compreensão das mesmas, na clareza dos conflitos geradores, com o processo pedagógico de mediação destes [...]”. Para Jares (2002) os jogos cooperativos devem fazer parte de todo o projeto educativo, “obriga” a cooperar e não a competir, e todos participam de forma igual, sem que ninguém fique excluído.

A EF vai muito além dos aspectos motores e biológicos, devemos pensar em outras dimensões, valorizando o educando como um todo, utilizando da “EP, como valorização do diálogo e do conflito, das práticas vivenciais lúdicas e corporais é, sim, um espaço importante para diferentes questões a respeito da vida, da violência e das convivências serem articuladas” (Salles Filho, 2019, p. 96).

Deste modo, o corpo humano se expressa de diversas maneiras, diversos sentimentos e emoções que pode transmitir através das práticas corporais. O educador deve estar atento, principalmente nas situações que o corpo está sofrendo e excluído do processo educacional. Para Santin (2003, p. 45): “O corpo humano é fala e expressão. A presença do homem é sempre uma presença falante, mesmo silenciosa. O homem se expressa no seu olhar, na sua face, no seu andar; ao ocupar um lugar, o movimento humano será sempre intencional e pleno de sentido.”

As escolas preocupam-se em trabalhar com uma educação pautada para os aspectos cognitivos, ficando em segundo plano a dimensão holística, que envolve aspectos culturais, emocionais, entre outros. Para mudar esse cenário é necessário investir na formação dos professores e na sua prática pedagógica pautada na educação inclusiva, voltada também para os temas transversais como a cultura da paz. Mantoan (2015, p. 81) afirma que “formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”.

A Lei de Diretrizes da Educação Nacional - LDB 9.394/96 (Brasil, 1996) estabelece o direito a todos a educação, garantindo principalmente a educação especial como modalidade de ensino, adequando-os às necessidades do seu público-alvo e diminuindo assim as formas de exclusão e violência. Neste sentido, no intuito de incluir medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violências foi promulgada no ano de 2018 a Lei nº 13.663/2018 (Brasil, 2018b) que altera o artigo 12 da LDB 9.394/96, que visa também promover a CP nas escolas:

O caput do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

Art. 12. [...]

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no âmbito das escolas;

X - Estabelecer ações destinadas a promover a CP nas escolas (Brasil, 2018b, art. 12 Lei nº 9.394/96).

Mesmo com a promulgação da Lei Federal no ano de 2018 e medidas de conscientização sobre o tema, atitudes de violência ocorrem constantemente na escola, seja ela em sala de aula, nos corredores, na educação física, pois as violências nas suas diversas formas são inevitáveis na sociedade em que vivemos. Há necessidade de analisar a qualidade dessas convivências nos espaços escolares, rever a questão dos conflitos mal orientados que levam a violência.

Portanto, todos nós sabemos que a escola é um dos principais locais de vivência e convivência para o desenvolvimento dos nossos educandos, trazem consigo os valores familiares, mas adquirem novos valores, fruto das convivências escolares. Assim sendo, faz total sentido no meio escolar promover práticas de EP voltados para os aspectos de inclusão, valorização das diferenças e formação integral do cidadão. Práticas inclusivas e de EP caminham no mesmo sentido de garantia dos direitos humanos, um bem-estar social e melhor qualidade de vida, melhor convivência e redução da violência:

A exclusão ou limitação em qualquer uma dessas esferas fragiliza a cidadania, não promove a justiça social e impõe situações de opressão e violência. [...]

Uma proposta de EP deve sensibilizar os educandos para novas formas de convivência baseadas na solidariedade e no respeito às diferenças, valores essenciais na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e sensíveis para rejeitarem toda a forma de opressão e violência (Brasil, 2004, p. 9-10).

Desse modo, os professores não podem ser desconhecedores da lei e devem trabalhar nas disciplinas que lecionam em seus componentes curriculares de maneira transversal e

transdisciplinar os conteúdos voltados para a convivência escolar, CP e prevenção a violência, além disso, as esferas governamentais devem criar projetos e políticas públicas eficazes ao combate a qualquer forma de violência.

Apesar das alternativas apresentadas para a redução de violência e prevenção ao *bullying* através de projetos de leis e demais demandas, é notório que apenas a imposição de leis não é o suficiente, nem mesmo efeito positivo na sociedade se não partirmos para um caminho de conscientização dos nossos alunos desde as séries iniciais. Portanto, o único caminho enriquecedor é o da educação, com práticas realizadas de forma contínua e iniciando nas séries iniciais, práticas estas de valores humanos, práticas de convivência e que ensinem a importância dos direitos humanos, além de mostrar que o caminho está na justiça social e na inclusão de todos, proporcionando um ambiente pacífico a todos.

Ao retratar este tema de suma relevância na sociedade, cabe inicialmente afirmar a importância da inclusão nas escolas e o papel do professor por uma educação inclusiva, revendo as suas práticas, buscando novas formas de ensinar e aprender com responsabilidade, consequentemente proporcionando um ambiente menos violento e excludente. Mittler (2003, p.16) aponta a necessidade de mudança, para o autor:

inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças na sua escola[...].

No âmbito da educação especial, um marco importante e histórico em busca de uma sociedade inclusiva é a criação no ano de 2008 da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (Brasil, 2008), tem como objetivo:

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

Esta garantia de uma educação inclusiva nos diversos níveis de ensino, veio após a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela ONU no ano de 2006, que no artigo 24 elucida a educação como um direito:

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- [...] d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; [...] (ONU, 2006, art. 24, inc. 2).

Com isso, abrir oportunidades a todas as crianças, dar condições para que possam se desenvolver socialmente e intelectualmente, criando um ambiente propício ao desenvolvimento das potencialidades individuais, essa é a proposta da escola inclusiva segundo Semeghini (1998). Este é o propósito da educação inclusiva, pois para Cardoso (2006, p. 24) no sentido de que a educação deve ser “eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão”.

Segundo Soler (2005) não existe um ser humano integral sem a EF, que deve ser cooperativa, solidária. Portanto, práticas de educação física inclusiva e de EP são caminhos para o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, cabe aos profissionais da educação de forma colaborativa e no coletivo a construção de uma escola inclusiva. Soler (2005, p. 13) enfatiza o trabalho coletivo e que a educação física inclusiva pode auxiliar neste sentido:

O caminho para uma educação física inclusiva, assim como para uma escola inclusiva, é longo e cheio de desafios que só conseguiremos vencer se jogarmos todos num grande e único time, harmonizando os conflitos e tentando em equipe alcançar os objetivos. O primeiro passo é enxergar a atual paisagem e tentar aos poucos modificá-la.

O trabalho na área da EF, assim como em qualquer área, tem que ser coletivo, já que sempre que contamos com várias pessoas “jogando” ao nosso lado conseguimos alcançar os objetivos com muito mais facilidade, pois ninguém é mais forte do que todos nós juntos.

A inclusão precisa ocorrer em todos os sentidos, fazendo com que os alunos se sintam pertencentes, cada um com as suas diferenças culturais, sociais, étnicas, deficiências, de gênero. Dessa maneira, a EF é um componente fundamental de educação de qualidade, humanitária e de combate a qualquer forma de exclusão, pois é a matéria do currículo escolar que focaliza

especificamente o corpo, onde os alunos estão em contato um com o outro, desta maneira ajuda a ensinar o respeito com o corpo, o respeito com o corpo do outro, a respeitar as diversidades.

O relatório da ONU (2003) para a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) coloca como contribuição potencial o esporte para o desenvolvimento e a paz. O esporte une os indivíduos e comunidades, envolve também a inclusão e cidadania, os valores aprendidos no esporte, são os mesmos ensinados na EP. O Comitê Olímpico Internacional (COI) aborda na Carta Olímpica entre os princípios do Movimento Olímpico “colocar o esporte sempre a serviço do desenvolvimento harmonioso do ser humano, de forma a favorecer o estabelecimento de uma sociedade pacífica e comprometida com a manutenção da dignidade humana” (International Olympic Committee, 2021, p. 8, tradução nossa).

A Conferência Geral da UNESCO em sua Carta Internacional da Educação Física, Atividade Física e do Esporte (1978) coloca a EF como fundamental para o combate de qualquer forma de ameaças e violências. Em seu artigo 11 a carta aponta também que essas práticas devem ser inclusivas, com direito e acesso a todos:

11.3 Iniciativas que promovam o esporte para o desenvolvimento e a paz devem ser inclusivas, levando em consideração questões de cultura, gênero, idade e deficiência, e contendo mecanismos consistentes de monitoramento e avaliação. Elas devem estimular a apropriação local dos projetos e incorporar os mesmos princípios de sustentabilidade e integridade das outras iniciativas de EF, atividade física e esporte (UNESCO, 1978, art. 11).

A EP é um caminho pedagógico para chegarmos a uma CP na escola. Salles Filho (2019) define cinco campos da pedagogia da paz: pedagogia dos valores humanos, pedagogia dos direitos humanos, pedagogia da conflitolgia, pedagogia da ecoformação e pedagogia das vivências / convivências. São cinco eixos estruturantes, onde cada elemento tem ligação com os demais, criando um cenário complexo e ao mesmo tempo integrador (Salles Filho, 2019). Trabalhar na perspectiva das cinco pedagogias da paz na aula de EF é proporcionar um desenvolvimento integral dos alunos, criar a valorização do ambiente de aprendizagem, criar um sentimento de pertencimento e possibilitar práticas inclusivas.

Desta maneira, se fez necessária aplicação deste estudo com os educandos da rede municipal de educação de Ponta Grossa – Paraná. Pois, a EP pode contribuir para organização de aulas, cujo objetivo é a prevenção de violências, “incluindo valores humanos, mediação de conflitos, convivências pacíficas, propondo ações educativas coerentes” (Salles, 2017, p. 17).

Assim, faz-se necessária uma pesquisa para compreender a temática EP e educação física inclusiva e suas possíveis relações, abordando as possibilidades de prática pedagógica

nos componentes curriculares da EF. É fundamental compreender as práticas e suas reflexões teóricas sobre as cinco pedagogias da paz, aplicar as atividades pedagógicas na perspectiva inclusiva e analisar as práticas desenvolvidas com os educandos da rede ensino de Ponta Grossa – Paraná.

Entretanto, a dimensão deste estudo e a criação do recurso educacional visa contribuir para a formação dos professores de EF, de modo que fortaleça a prática pedagógica, através deste conteúdo estruturante e assim consiga ampliar os espaços para debates a respeito dos princípios para a efetivação de uma educação inclusiva.

A partir disso, o nosso objetivo quanto educador está em primeiro lugar formar cidadãos, que busquem de forma crítica refletir sobre as suas atitudes, mostrando valores como a empatia, a solidariedade, o respeito ao próximo, não apenas viver de forma competitiva e práticas excludentes. Como descreve Cerio (2004) educar não é apenas ensinar coisas, mas encontrar sentido no que está vivendo, este é um princípio da EP:

É por isso que devemos educar para a vida. O ser humano não aposta o seu futuro no conhecimento ou nas competências técnicas, mas sim nos comportamentos. Ciência e tecnologia não são nada sem ética. A pessoa precisa encontrar o significado daquilo que vivencia, o propósito do que acontece nela e ao seu redor. Você precisa de razões ou argumentos para agir em qualquer situação. Descobrir tudo isso é descobrir a vida. Ensinar a discernir o sentido das coisas é educar para a vida. Na medida em que a escola conseguir isso, ajudará os alunos a construir a sua própria felicidade (Cerio, 2004, p. 12, tradução nossa).

Na busca de encontrar sentido no que está vivendo, a EP pode estar conectada com a EF na direção de aperfeiçoamento tanto do corpo como da alma, não existe prática corporal dissociada da alma, assim como, Platão coloca que para a educação integral do homem é preciso práticas de ginástica, dança, artes e demais formas para a formação integral. Precisamos entender e valorizar as práticas corporais como alude Santin (2003, p. 63):

Está Antropologia está claramente exposta na alegoria da parelha alada de Platão, na ascese cristã e na “mens sana in corpore sano” dos romanos. Aqui, o exercício físico encontra espaço como agente controlador e disciplinador das possíveis revoltas do corpo contra o espírito, ou de sua indolência na execução das tarefas a serviço do bem.

Portanto, devemos encontrar as respostas para as manifestações do corpo, principalmente aquelas que violentam, excluem e que nos tiram do estado de bem, de harmonia, somente assim poderemos construir aspectos para uma paz positiva. Santin, justifica o pensamento de Platão, o desenvolvimento do corpo depende de uma mente sadia:

E, ainda, parece, olhando atentamente o ditado latino ou o pensamento platônico, que eles se originaram com a exigência de argumentação para justificar o cultivo do corpo, pois a educação do corpo desenvolveria uma mente sadia ou uma alma harmoniosa, desde que houvesse um corpo sadio ou um corpo controlado (Santin, 2003, p. 32).

Nas próximas seções vamos retratar a EP como um caminho de inclusão nas aulas de EF. A busca por um ambiente pacífico passa pelo processo de inclusão, equidade de ensino, respeitar as diferenças e diversidades da escola, buscando estratégias de uma CP na prática. Além de apresentar os marcos legais e avanços para CP na sociedade que promovem redução da violência.

2.1.2 Educação para a paz na escola: um caminho para a inclusão na educação física

A paz nunca foi tão valorizada como no início do terceiro milênio porque o mundo se encontra numa situação em que ocorrem em nosso cotidiano diferentes tipos de violência de diversas naturezas, físicas, psicológicas, entre as pessoas, a violência sistêmica contra um grupo de pessoas ou uma área expõe um espetáculo de injustiça social. Face a esta situação, a educação é uma aliada na procura de uma CP, cujo impacto na sociedade e nas comunidades através das escolas, por sua vez tendo os professores como protagonistas, exige na realidade estar apto para os desafios da mediação de conflitos.

Os conhecimentos necessários em EP são extremamente relevantes para os educadores nas escolas brasileiras. Consideramos também que este conhecimento transversal deve estar inserido em todos os componentes curriculares, numa perspectiva inclusiva, principalmente na EF que proporciona sempre práticas afetivas, devido à capacidade de socialização e humanização. Esta formação necessita ser contínua, porque os professores precisam ser ministrados sobre esse tema, pois os professores se deparam com situações de conflito e violência sem saber como lidar com elas, e muitas vezes tomam as atitudes errôneas sem saber o caminho a realizar para dirimir estas ocorrências na escola.

A objetividade e subjetividade possuem relação que, por meio do diálogo se busca a paz e reúne questões que envolvem as discussões de paz. A complexidade, a teoria crítica, a disciplinaridade, a transversalidade e diversas contribuições sociais e filosóficas as quais fazem parte desta construção têm um foco claro no relativismo ou na superficialidade e uma abertura ao diálogo e à reconciliação.

Percebemos como subjetividade e objetividade se complementam, pensando em uma CP com amizade, respeito, interesse pela vida e trabalho, são palavras que existem na vida, mas ainda pouco discutidas na formação docente. Aparentemente, esta situação oculta sobre o

currículo do ser (professor/pessoa) abre a inevitável diversidade de perspectivas de vida e de educação. Neste caminho entendemos que a diversidade, o conflito, o diálogo e a construção são a base para o crescimento pessoal e coletivo.

Na cognição de ser educador, há também a intenção de autorreflexão sobre a própria vida, valores e conceitos pessoais, que inevitavelmente se tornam o currículo oculto no sentido de educador. Ao mesmo tempo, nas intervenções com os alunos, no desenvolvimento de propostas, as discussões, análises e experiências realizadas no curso ajudarão a ampliar a perspectiva sobre o tema e a implementar efetivamente pequenas e grandes mudanças no cotidiano escolar.

A CP, EP, valores sociais e humanos, mediação em conflitos e prevenção nas escolas, todos estes conceitos partilham uma perspectiva semelhante e todos apontam para a necessidade de incorporar discussões na formação contínua de professores. Apoiados nesta crença, é viável integrar o processo de ensino destes temas às questões de inclusão, compreendê-lo e contextualizá-lo aos professores de EF em formação. Vamos além, defendemos que é viável o processo de ensino e de contextualização conduzido para uma educação inclusiva e na perspectiva da EP.

A EF escolar como disciplina, pode construir uma cultura de viés pacífico, prima pela coerência na ação e promove sua construção no ambiente escolar inclusivo, articulando e criando espaços de escuta para rearticular seus conceitos e práticas. O educador ou a unidade escolar querendo atuar efetivamente em uma CP terá que se identificar com os pré-requisitos para a sua disciplina de atuação e para estabelecer uma CP, as relações na comunidade, respeito mútuo e cooperativo.

Ao construir a CP no contexto educacional, é necessário analisar os discursos escolares que compreendem e enfrentam a violência. A aplicação de leis, regras fortes, policiamento, a exclusão alunos por mau comportamento e outras ações que muitas vezes desconsideram a singularidade ou as circunstâncias de cada aluno, infelizmente são vistas de forma errônea como aparentes soluções para os problemas de violências.

Alguns professores apegam-se a esta crença e não reconhecem as possibilidades que têm, assim como os sucessos de escolas que, apesar das dificuldades e limitações, cumprem a sua missão ao desenvolver cidadãos e provocar mudanças em valores como a justiça e respeito pelos indivíduos. Há grupos e instituições que encaram a violência como uma expressão exclusiva de pessoas marginalizadas pela sociedade, considerando os perpetradores como vítimas dela mesma. A violência como um fenômeno que se manifesta por meio de indivíduos, grupos e/ou instituições, cujo a dinâmica de confronto precisa de ser alterada, deve-se buscar o

entendimento, para isso, um dos caminhos realistas de conscientização está nas séries iniciais do ensino fundamental.

Um aspecto da vida escolar cotidiana exige a criação de espaço para que os professores compreendam os seus papéis, funções e responsabilidades e promovam ações construtivas no sentido de estratégias e objetivos educativos. Os conceitos de paz e violência permeiam o discurso e a prática quotidiana e precisam de ser validados para aumentar a consciencialização sobre ações e comportamentos nas escolas.

As violências na escola, em suma, ocorrem devido há um conflito mal resolvido, fruto das limitações das relações interpessoais, das práticas errôneas de convivência. Os professores no intuito de proporcionar um ambiente inclusivo e menos violento deve ir além em suas práticas pedagógicas, criando oportunidades de mediação de conflitos, consequentemente melhoria nas relações de convivência. Desta forma Del Prette (2001, p. 128) ressalta:

[...] desenvolver entre outras, as habilidades sociais tais como as de lidar com a raiva do outro, com provocações e chacotas, com críticas e recusas, de mediar conflitos, resolver problemas interpessoais e apresentar alternativas à agressão, além de habilidades empáticas e formas adequadas de recusar, expressar desagrado, criticar, discordar, etc.

No entanto, a EP, desvincula-se do pensamento de uma educação imediata e que pensa no momento e passa a buscar novas relações de convivência, que demandam de tempo, de estruturação e de organização pedagógica na escola. Estas relações interpessoais com base no afeto e no desenvolvimento de novas culturas, reforçam nosso pensamento como um caminho para a educação inclusiva, em especial a EF, pois não há caminho para nova CP, sem pensar na inclusão. Assim, Jares (2002, p. 148) define a concepção de EP como processo contínuo e desenvolvimento de uma nova cultura:

Dessa perspectiva, entendemos a EP como um processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente, fundamentado nos conceitos de paz positiva e na perspectiva criativa do conflito, como elementos significativos e definidores, e que, mediante a aplicação de enfoques socioafetivos e problematizantes, pretende desenvolver um novo tipo de cultura, a cultura da paz, que ajude as pessoas a desvendar criticamente a realidade para poder situar-se diante dela e atuar em consequência.

A EP de maneira transversal, assim como, a EF oferece oportunidades e estão sempre abertos ao diálogo e as práticas holísticas que contribuam nas habilidades sociais e melhoria da turma de um modo geral. Portanto, trabalhar na perspectiva de CP exige continuidade, e ações direcionadas para os alunos. A empatia, o respeito, a amizade, a justiça, a solidariedade, a paz devem estar enraizadas na cultura escolar como forma de melhoria de práticas de vivências e

convivências entre os pares, valores estes universais e de fácil inserção na EF. Estes hábitos de conscientização dos alunos é consequência de uma escola que visa uma cultura pacífica, em defesa dos direitos humanos e construção de valores, além de buscar a conscientização da paz e harmonia desde a educação primária.

Assim sendo, este caminho de ensino para a paz e inclusão, não é uma tarefa fácil de alcançar, necessita valorizar as diferenças, demanda de tempo e um processo contínuo, não apenas de práticas pontuais. Mas também, não podemos tratar como algo impossível ou como uma utopia, devemos acreditar sempre que a educação é a chave principal para a paz. Este caminho de desafios é descrito por Jares (2002, p. 15): “ainda que seja paradoxal, educar para a paz não é nem se revela algo harmonioso, isento de conflitos ou que produza unanimidade”.

O conceito de paz positiva percorre a relação dos conceitos de desenvolvimento, direitos humanos e democracia (Jares, 2002). Já os direitos humanos foram conquistados através de muita luta e marcos legais conquistados ao longo dos anos, principalmente na área da educação, inclusão das pessoas com deficiência, promovendo a garantia de direitos básicos à população. Logo, paz e direitos humanos, são inerentes, para que venham a ocorrer, precisam estar presentes em conjunto. O conceito de direitos humanos por Jares (2002, p. 128) alude que:

[...] refere-se primeiramente ao sentido de dignidade, da dignidade humana, que é, mais do que qualquer formulação jurídica ou política, uma condição ou qualidade moral, inerente a todo ser humano sem nenhum tipo de limitações, sejam econômicas, físicas, culturais, raciais, sexuais, etc. [...] Nesse sentido, podemos dizer que a declaração promove um conjunto de valores, princípios e normas de convivência que devem conformar essa dignidade humana e a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que rechaça aqueles que sejam contrários a eles.

Após ver esta conexão entre paz e direitos humanos, é fundamental também apresentar alguns marcos legais importantes na perspectiva de CP e que podem influenciar na escola, nos aspectos de convívio escolar, no entendimento de leis, na formação de professores, projetos sociais aplicados aos educandos e comunidade, etc. Estes aspectos legais presentes em nossa sociedade, mesmo não estando ligado diretamente ao meio escolar, podem apresentar situações favoráveis aos educandos para a formação de uma CP, prevenção de formas de violência e inclusão. A escola tem um papel crucial na formação dos cidadãos, previsto inclusive no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, com o direito de todos a educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205).

O acesso deve ser garantido, principalmente às pessoas com deficiências, como afirma o Artigo 208, inciso III da Constituição Federal: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, art. 208). De fato, para alcançarmos um ambiente de CP na escola, devemos pensar ao menos em um acesso digno e inclusivo, oferecendo oportunidade e garantia dos direitos humanos para todos os alunos.

Um dos marcos importantes a nível de Governo Federal, foi no ano de 2009, por meio do decreto nº 7.037 que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3. Entre as diversas diretrizes neste programa, em especial a diretriz 17 aborda a promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo. No seu eixo orientador V visam a formação de um sujeito que respeite a diversidade:

A educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância. Como processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, seu objetivo é combater o preconceito, a discriminação e a violência, promovendo a adoção de novos valores de liberdade, justiça e igualdade (Brasil, 2009a, eixo V).

Este decreto tem a sua importância e pode ser trabalhado de forma transversal nos diversos componentes curriculares, relacionando com diversos temas como a EP, os direitos humanos, os direitos às pessoas com deficiência, igualdade de gênero, educação no campo, com o objetivo de formar cidadãos inclusivos, menos violentos, menos preconceituosos. O eixo orientador V do PNDH-3 afirma:

Na educação básica, a ênfase do PNDH-3 é possibilitar, desde a infância, a formação de sujeitos de direito, priorizando as populações historicamente vulnerabilizadas. A troca de experiências entre crianças de diferentes raças e etnias, imigrantes, com deficiência física ou mental, fortalece, desde cedo, o sentimento de convivência pacífica. Conhecer o diferente, desde a mais tenra idade, é perder o medo do desconhecido, formar opinião respeitosa e combater o preconceito, às vezes arraigado na própria família (Brasil, 2009a, eixo V).

Já a diretriz 19 deste mesmo decreto, coloca como meta e ações programáticas o fortalecimento dos princípios da democracia e dos direitos humanos nos sistemas de educação. Entre as principais ações e temáticas do objetivo estratégico I está o respeito à diversidade para a inclusão da temática direitos humanos; desenvolver ações de mediação de conflitos nas escolas; ações de enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying*, como podemos citar abaixo:

Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em outras instituições formadoras.

Ações Programáticas:

a) Estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito das diversidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, étnico-racial, religiosa, com educação igualitária, não discriminatória e democrática. [...] b) Promover a inserção da educação em Direitos Humanos nos processos de formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação, que atuam nas redes de ensino e nas unidades responsáveis por execução de medidas socioeducativas. [...] c) Incluir, nos programas educativos, o direito ao meio ambiente como Direito Humano. [...] d) Incluir conteúdos, recursos, metodologias e formas de avaliação da educação em Direitos Humanos nos sistemas de ensino da educação básica. [...] e) Desenvolver ações nacionais de elaboração de estratégias de mediação de conflitos e de Justiça Restaurativa nas escolas, e outras instituições formadoras e instituições de ensino superior, inclusive promovendo a capacitação de docentes para a identificação de violência e abusos contra crianças e adolescentes, seu encaminhamento adequado e a reconstrução das relações no âmbito escolar. [...] f) Publicar relatório periódico de acompanhamento da inclusão da temática dos Direitos Humanos na educação formal [...] g) Desenvolver e estimular ações de enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying* [...] (Brasil, 2009, diretriz 19).

Neste caminho a escola e o professor têm o papel principal e o dever de implementação de práticas curriculares pensando sempre na inclusão e do reconhecimento dos nossos alunos a diversidade escolar, as diversas deficiências presentes no contexto escolar. Também o professor não pode alegar desconhecimento das leis, evitando a implementação das temáticas dos direitos humanos, ações de enfrentamento ao *bullying* e combate à violência no ambiente escolar. Pois, desta maneira o professor está caminhando no sentido contrário de uma educação inclusiva e de direito concedido na Constituição Federal.

A escola, a gestão escolar, os professores e demais funcionários tem a incumbência de criar caminhos para a promoção de CP na escola, tema este que deve ser principalmente de conhecimento dos professores, conforme já mencionamos anteriormente sua temática através da publicação da Lei nº 13.663 / 2018 (Brasil, 2018b).

No entanto, conforme cita o inciso IX, artigo 1 do caput do art. 12, “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) no âmbito das escolas” (Brasil, 2018), é um dever de todos e isto passa em todas as formas de violência e exclusão, inclusive as que ocorrem na escola com a exclusão dos alunos com deficiência, ao acesso negado a adaptação curricular por parte dos professores, o medo em realizar as atividades diferenciadas com os alunos com deficiências, a falta de acessibilidade e demais barreiras no espaço escolar, as práticas de *bullying* e exclusão dos alunos que ocorrem diariamente.

Outro marco importante e que afeta diretamente a qualidade do ensino, está na promoção dos direitos básicos da saúde a todos os cidadãos brasileiros. Desta maneira é

oficializado no ano de 2017 uma portaria sobre a Política Nacional de Promoção de Saúde – PNPS, consolidando as normas para a Política Nacional do Sistema de Saúde, em que visa o bem-estar social, a promoção de qualidade de vida, além do bem-estar físico e mental (Brasil, 2017, portaria n. 2). Atributos estes importantes de ser discutidos nas aulas de EF, sob o viés de saúde e EP.

No artigo 3 das Políticas de Controle de Doenças e Enfrentamento de Agravos de Saúde, cita o combate e prevenção do suicídio e redução de outras formas de violência, agravo este que influencia diretamente em nossa sociedade decorrente das diversas formas de violência, preconceito que afetam diretamente a população, o bem-estar social e estado de harmonia e paz, como podemos citar o artigo 3 da PNPS do Ministério da Saúde:

Art. 3º São políticas de controle de doenças e enfrentamento de agravos de saúde:
 I - Diretrizes para Vigilância, Atenção e Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública, na forma do Anexo VI;
 II - Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, na forma do Anexo VII;
 III - Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, na forma do Anexo VIII;
 IV - Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC), na forma do Anexo IX (Brasil, 2017, art. 3).

As principais causas de morte externa no Brasil, tem como principal motivo o suicídio, homicídio e acidentes de trânsito que são causas de uma herança cultural de violência, gerando assim um problema de saúde coletiva. A Organização Mundial de Saúde define saúde como "[...] completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (OMS, 1978, p. 1), portanto, a própria concepção de saúde é uma manifestação de CP, pois em seu conceito amplo abrange o ser humano em sua coletividade, sociedade e planeta. Através da CP na escola, podemos entender que todas as formas de violência, desigualdades sociais, preconceitos, cultura machista, desrespeito as pessoas com deficiências e todas as outras formas de discriminação não são benéficas a saúde e devem ser incorporadas de maneira transversal nos componentes curriculares, principalmente na disciplina de EF que envolve os aspectos de qualidade de vida, conscientização corporal.

Outro avanço importante para o combate à violência no Brasil, foi a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI no ano de 2007, através da Lei nº 11.530 (Brasil, 2007). Cujo objetivo está em desenvolver programas e projetos e ações técnicas, de mobilização social visando a melhoria da segurança pública. No ano de 2023, o Governo Federal regulamenta o PRONASCI, através do decreto 11.436, com novos eixos

voltado a políticas de enfrentamento e prevenção de violência contra as mulheres, combate ao racismo estrutural e aos crimes decorrentes, conforme artigo 3 mencionado abaixo:

Art. 3º São eixos prioritários do Pronasci 2:

- I - Fomento às políticas de enfrentamento e prevenção de violência contra as mulheres;
- II - Fomento às políticas de segurança pública, com cidadania e foco em territórios vulneráveis e com altos indicadores de violência;
- III - fomento às políticas de cidadania, com foco no trabalho e no ensino formal e profissionalizante para presos e egressos;
- IV - Apoio às vítimas da criminalidade; e
- V - Combate ao racismo estrutural e aos crimes decorrentes (Brasil, 2023a, art. 3).

Novas políticas públicas e projetos de lei que diminuam a violência e apliquem a CP nas escolas são fundamentais, mas é preciso realizar um trabalho de conscientização e de longo prazo na escola, no sentido de compreensão e que seja também inclusivo, com a participação efetiva de professores, alunos, funcionários e comunidade, aplicando os conceitos de paz e inclusão, os conceitos de paz positiva e conflito positivo. Ou seja, um caminho para a construção da paz positiva está na promoção dos valores:

A paz não pode ser concebida sem a promoção dos valores e do construtivismo, esta é a manifestação da humanidade e da própria vida. O ser humano é um sujeito essencialmente pleno da paz, e estas por sua vez são classificadas em paz positiva e negativa, dois polos complementares que mostram a ausência de violência direta ou estrutural e, portanto, a ausência de violência cultural que naturaliza e justifica os atos violentos da própria sociedade ou do Estado, causa genérica ou particular (Cruz, 2023, p. 8, tradução nossa).

Também é preciso projeto de lei que garantam a segurança nas escolas, mas que busque através da educação criar a conscientização dos nossos alunos voltados para CP e inclusão de forma contínua e um processo dinâmico. Enquanto as políticas públicas não caminham para este sentido é importante frisar projetos que visam a segurança dos profissionais, no ano de 2023 o Governo Federal lança o Programa de Ação na Segurança (PAS) e apresenta um Projeto de Lei nº 2.389/2023, que visa a alteração do Decreto-Lei nº 2.848 / 1940 do Código Penal, tornando-se a violência na escola como crime hediondo. Este Projeto de Lei altera o artigo 121 do Código Penal, para homicídio o crime cometido contra o profissional da educação:

O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:
 § 2º Se o homicídio é cometido: [...]
 X – contra profissional de educação, no exercício da função ou em decorrência dela (Brasil, 2023b, Projeto de Lei nº 2.389/2023).

Na concepção de que é possível a EP como uma proposta que leva a uma inclusão e prevenção de violências nas aulas de EF é fundamental apresentar algumas características pedagógicas importantes que Jares (2002) menciona para estruturação do modelo de EP. Estas características são possíveis no meio escolar e podem ajudar na busca de uma escola inclusiva, uma escola que pensa em todos os alunos e que busca uma equidade na educação. Entre essas características pedagógicas apresentadas por Jares (2002) e que podem estar presentes como um caminho para a inclusão podemos citar:

1. A EP faz parte do que chamamos de educação em valores. [...]Por isso, não se trata de ensinar o “bom” ou o “mau”, o “justo” ou “injusto”, mas de tornar as pessoas conscientes dos mecanismos pelos quais atuam de acordo com valorações implícitas.
 2. [...] A orientação “sistêmica”, “holística” e interdisciplinar com que se relacionam os problemas da paz. [...]
 3. Relação orgânica entre pesquisa, educação e ação para a paz. [...]
 4. Orientada para a ação e a mudança social. [...] é a consciência: a EP compreenderá as aprendizagens que tornarão as pessoas capazes de contribuir para a reforma da estrutura social e para os procedimentos voltados para a diminuição da violência e o aumento da justiça.
 5. Realista e possível. [...] Integrada em seu meio.
 6. Integrada plenamente no currículo como um dos eixos
 7. Assentada no jogo [...]
 8. Da reformulação e centralidade compartilhada do conceito de conflito [...]
- (Jares, 2002, p. 149-153).

Considerando os argumentos apresentados, podemos alegar que é plausível uma estreita relação entre a EP e a educação inclusiva e que as características pedagógicas propostas por Jares (2002) também são um meio para a promoção da inclusão. Neste viés não podemos pensar em inclusão na organização pedagógica sem aplicarmos a EP e vice-versa, ou seja, elas caminham juntas.

Outro aspecto em análise, está na educação como atividade política, onde tanto a EP como a educação física inclusiva são meios onde as pessoas se tornam conscientes de sua capacidade potencial e são ferramentas políticas para a promoção da paz e uma sociedade mais justa e igualitária para todos. A educação deve ser holística e interdisciplinar, ou seja, desenvolvimento cognitivo na escola é importante, mas não é o único aspecto a ser desenvolvido, neste contexto habilidades sociais, aspectos culturais e afetivos devem fazer parte no contexto escolar, com a organização dos componentes de forma interdisciplinar, desta maneira, EP e educação física inclusiva caminham juntos.

No entanto, a EP e a educação física inclusiva, podem estar presentes numa relação orgânica, podem estar integradas, cabe aos professores buscarem meios e a melhor maneira de demonstrar práticas inclusivas, práticas de promoção da paz e resolução de conflitos, assim

como, esta relação entre eles. Jares (2002) descreve que a EP necessita implicar na mudança de comportamento e conscientização para alcançarmos a paz. Nisso, consiste o ambiente escolar, na busca de conscientização de práticas vivenciais inclusivas e de mudança social, ou seja, o único caminho para a mudança da sociedade está em práticas contínuas de promoção de paz e inclusão.

Como Jares (2002) menciona sobre combater a crença que associa EP como algo utópico, também devemos combater essa crença na direção de aplicar a EP nas aulas de EF, voltadas para o viés inclusivo. Devemos refletir que a sua aplicação não deve ser imposta na maneira conteudista, mas numa intenção humanizadora, encaradas como uma necessidade na sociedade atual e buscando sempre a conscientização e mudança de paradigmas sobre a inclusão.

Apontamos como uma necessidade no século em que vivemos buscar práticas que humanizem, práticas de valores e que defendam os direitos humanos, por isso, os jogos inclusivos e cooperativos nas aulas de EF e nos demais componentes curriculares tem a sua importância, no sentido de buscar vivências e convivências melhores, buscar mudanças na sociedade, práticas de respeito às regras e resolução de conflitos.

No que se refere à característica pedagógica, reformulação e centralidade compartilhada do conceito de conflito, a EP busca o respeito à diversidade e a eliminação de qualquer prática discriminatória na escola. Assim como, a educação física inclusiva busca um ambiente para todos, que evite práticas pedagógicas excludentes. Nesta relação intrínseca, o objetivo está em buscar sempre práticas não violentas de resolução de conflitos, principalmente nos momentos de aulas práticas em que os alunos estão em contatos constantes durante as práticas da EF.

No que se refere a literatura sobre a EP, Salles Filho (2019, p. 226) aponta alguns aspectos centrais sobre o assunto, com referência aos principais autores nos estudos. Salles Filho (2019) aborda que os autores Serrano (2002), Rayo (2004) e Jares (2002) têm comum acordo sobre a complexidade que envolve os estudos sobre a EP e a sua relação com os valores e direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento. Na perspectiva dos elementos pedagógicos, são inúmeros os assuntos que podem ser trabalhados na EP, não necessariamente em forma de conteúdos, mas cabe a abordagem da transdisciplinaridade, principalmente na busca da inclusão.

Estes aspectos centrais da EP servem para a nossa reflexão como educadores em busca de um trabalho inclusivo, que assumamos as nossas responsabilidades como educadores para uma educação mais humanizada, que busque uma educação integral. Salles Filho (2019, p. 226)

destaca os aspectos centrais da EP baseado em Serrano (2002), Rayo (2004) e Jares (2002) conforme quadro 01 abaixo:

QUADRO 01 - Aspectos centrais educação para a paz.

ASPECTOS	SERRANO	RAYO	JARES
Questões gerais	Tolerância como valor fundamental; paz, direitos humanos e democracia; sociedade pluralista; “paz passiva x paz ativa”; transversalidade.	Paz e desenvolvimento humano; direitos humanos; natureza e meio ambiente; ênfase transdisciplinar; democracia e entendimento internacional; transversalidade.	Importância da “pesquisa pela paz”; explicitação de Johann Galtung como teórico fundamental dos estudos da paz; educar numa perspectiva crítica e criativa; transversalidade.
Bases na educação para a paz	Desenvolver pessoas; potencializar relações com o meio; fomentar diálogo e espírito crítico; favorecer o compromisso.	Paz como um “direito humano”; valorização de documentos internacionais (ONU, UNESCO etc); considerar as relações com ciência, cultura, comunicação, exclusão, discriminação, conflitos étnicos, pobreza, justiça, desemprego, migrações.	Didática do conflito (relações entre violência – paz – conflitos); modelos de educação para a paz (técnico-positivista, hermenêutico-interpretativo e sociocrítico). Ênfase no modelo sociocrítico.
Temas de aprofundamento	Educação para a paz no currículo escolar; educação moral e cívica (contexto da Espanha); educação em valores humanos, educação para a convivência,	Desarmamento; compromisso moral e cívico para um mundo melhor; sentido global para educar para a paz; cultura, natureza e meio ambiente; valorização da convivência; valores implícitos aos problemas humanos.	Resolução não violenta dos conflitos; explicitar os conflitos de valores; buscar elementos críticos à sociedade violenta e desigual; história da educação para a paz.
Elementos pedagógicos	Esclarecimentos sobre valores humanos; discussão sobre dilemas morais; resolução de conflitos; habilidades sociais; estudo de casos; grupos de discussão; jogos de simulação, diálogo a partir de notícias cotidianas; músicas; apresentação de problemas para solução coletiva e criativa.	Resolução não violenta dos conflitos; educação mundialista (compreensão internacional); educação intercultural; educação para o desarmamento; educação para o desenvolvimento. Foco em: educação cognitiva-afetiva (compreensão e sensibilização), educação sociopolítica (paz e direitos humanos) e educação ambiental (fauna e flora, demografia, saúde, consumo – sustentabilidade).	Educação para a compreensão internacional; educação para os direitos humanos; educação mundialista e multicultural; educação intercultural; educação para o desarmamento; educação para o desenvolvimento; educação para o conflito e a desobediência, por meio de técnicas cooperativas; enfoque socioafetivo; assembleias, dinâmicas lúdicas (jogos cooperativos, de simulação, de papéis); ênfase nas questões conceituais, procedimentais e sociais de cada atividade.

Fonte: SALLES FILHO, N. A. **Cultura de paz e educação para a paz: Olhares a partir da complexidade**. Campinas: Papirus, 2019. 400 p.

Estes aspectos centrais apresentados acima, pelo ponto de vista de autores diferentes, permite uma reflexão importante sobre o tema EP como um caminho para a inclusão na EF, não apenas neste componente curricular, mas na escola como um todo. Pontos centrais para a inclusão e são temas de aprofundamento na EP, como a educação para a convivência, a educação para os valores humanos, valorização da convivência, resolução não violenta de conflitos, são peças fundamentais e devem estar presentes corriqueiramente no ensino.

Ao analisar o quadro proposto por Salles Filho (2019) percebemos que a EP é um caminho importante, para a educação humanizadora e inclusiva, não o único, mas possui pontos importantes entre os quais podemos destacar os aspectos gerais como a tolerância como um valor fundamental, a transversalidade na educação, desenvolver pessoas, potencializar as relações, educar numa perspectiva crítica e criativa, a paz como um direito humano, neste sentidos ampliamos para o direito a todos a educação, os direitos às pessoas com deficiência, o direito à vida digna, a igualdade de gênero, erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, etc.

Observamos que no sentido de buscar entender a estrutura pedagógica da EP, o autor Jares (2002) divide em três modelos ou paradigmas: modelo técnico-positivista; modelo hermenêutico-interpretativo e modelo sociocrítico. Assim sendo, o autor apresenta uma estrutura educativa, onde existem muitas práticas, reflexões e experiências sobre o tema de estudo, mas que exigem uma modificação do processo ensino-aprendizagem, na busca pela qualidade na educação e resolução de conflitos.

Na perspectiva da relação da EP com a educação inclusiva podemos perceber o modelo sociocrítico de Jares (2002) como o principal para uma proposta inclusiva na educação e que abrange os melhores conceitos quando pensamos no indivíduo como sociedade. Este modelo na estrutura pedagógica para a EP possui melhor coerência no sentido da relação aluno – família, relação interpessoal, violência estrutural e simbólica, ênfase no conflito e a sua resolução de forma não violenta, o modelo de professor, a emancipação do currículo, a integração curricular, conforme descrito pelo autor Jares (2002, p. 146-147):

c) Modelo sociocrítico:

1. Baseado nos conceitos de paz positiva e na perspectiva criativa do conflito.
2. Concepção ampla e global da paz, inter-relacionada com os obstáculos políticos, sociais, econômicos, etc. que a dificultam [...].
6. Ênfase no conflito, o conflito como centralidade da EP e em sua resolução de forma não violenta [...].
7. Importância de lutar contra a violência estrutural e simbólica do sistema educativo, assim como a necessidade de conseguir um currículo emancipador.
8. O modelo de professores que se propugna está em sintonia com o do enfoque hermenêutico, embora existam duas claras diferenças: a) do ponto de vista didático

assume-se o chamado conceito de professor pesquisador; b) quanto à interação escola (profissão) sociedade, o professor "sociocrítico" tem um compromisso sociopolítico com os valores da paz, ao mesmo tempo que procura situar seu trabalho educativo nesse contexto. Por outro lado, consciente de sua dimensão exemplificadora, busca uma coerência entre sua vida e seu trabalho educativo.

9. No que diz respeito à integração curricular, a posição majoritária dos que se situam nesse modelo é a de ser abertamente contrários à sua conversão em matéria nos níveis não universitários do ensino. Insiste-se em uma reformulação do currículo atual para superar suas violências. Atribui-se grande importância aos projetos extraescolares.

Observa-se que os aspectos apresentados acima, no conjunto de reflexões abordados pelo modelo sociocrítico apresenta melhor conexão com a proposta de uma educação inclusiva na acepção de um currículo emancipador, na visão de um professor consciente do seu papel como educador, na essência de uma reformulação constante do currículo, abordando as diversas formas de violência direta ou indireta, os conceitos de paz positiva e paz negativa, além da busca incessante de combater a injustiça social.

Este modelo transpõe a barreira de uma escola que pensa apenas nos componentes curriculares e a obrigação da construção de uma disciplina específica para a EP e vamos além, no sentido do debate de ofertar outras disciplinas como a educação inclusiva. O aspecto central neste modelo visa uma integração dos vários componentes curriculares em busca de superar as barreiras, as violências, as formas de exclusão e a visão de paz negativa que permeia na escola. Permite entendermos as formas de violências e como estas chegam nas aulas de EF, buscando as melhores formas de prevenção através de projetos extracurriculares.

Na sequência, o nosso próximo tema de estudo apresentamos as perspectivas sobre a inclusão, reconhecendo a importância das práticas pedagógicas adequadas, além dos desafios da educação inclusiva e da CP no contexto da diversidade escolar.

2.1.3 Prática pedagógica, formação e desafios da educação inclusiva e cultura de paz, na diversidade escolar

É pertinente na sociedade atual discutirmos sobre o cenário da educação inclusiva e da CP na escola, identificando os principais aspectos encontrados, bem como refletir sobre os objetivos e os desafios identificados no processo de inclusão escolar, discutindo sobre o papel do profissional de educação e da instituição de ensino, os aspectos da formação do professor e aprendizagem dos educandos. Entre as inúmeras formas para o desenvolvimento educacional inclusivo, vamos utilizar como uma ferramenta para um melhor rendimento da aprendizagem em nossa pesquisa de campo uma prática baseada no ensino colaborativo e a prática de tutoria entre os alunos nas aulas de EF. Este estudo, não tem como objetivo apresentar uma pesquisa

profunda sobre estes dois temas, pois devido a sua amplitude demandaria de vários outros desdobramentos durante o capítulo para discussão, mas o intuito é apresentar de forma breve a sua relevância para a prática pedagógica e os seus desafios na perspectiva da educação inclusiva e da CP.

Primeiramente, é necessário mencionar sucintamente que as práticas de ensino ao longo da história apresentam aspectos de segregação, onde o ensino não era oportunizado a todos os educandos. Passou-se então a discutir sobre como tornar a escola inclusiva? Para formar uma escola para todos, eliminando aspectos de segregação e discriminação, surgem avanços nas políticas públicas da educação básica, especificamente ao público-alvo da educação especial, rompendo as barreiras da forma como este ensino era aplicado no cotidiano escolar.

Nos anos 70 as políticas anunciadas na educação eram de práticas de integração escolar, modelo este de formação muita das vezes doméstico, pois a grande maioria dos alunos com deficiência não frequentavam a classe de aula comum, realizando suas atividades fora do ambiente escolar. A formação dos professores não eram realizadas com frequência pelo motivo do público-alvo não estar inserido no ambiente escolar. Portanto, surge nos estados modelos diversos de cursos, porém, sem nenhuma diretriz, com cursos esporádicos e emergenciais. Este modelo perdura até o surgimento de políticas públicas para educação e implantação de leis para a inclusão, influenciado por políticas externas e discussões que vieram de diferentes países.

A prática pedagógica adequada é a peça fundamental para promover um ambiente inclusivo, na perspectiva da CP e da diversidade escolar. No entanto, um dos desafios para uma prática pedagógica efetiva encontra-se na formação e atuação do professor, pois infelizmente ao tratarmos deste assunto nos deparamos com a formação integral do professor de forma rasa e precária, tanto na sua formação inicial como a continuada, principalmente quando o assunto é sobre temas relacionados com a educação especial, educação inclusiva, diversidade na escola, EP e CP. É importante neste contexto analisarmos alguns marcos legais da educação em busca de melhorias no sistema educativo brasileiro inclusivo.

Os avanços na inclusão iniciam-se com a Constituição Brasileira de 1988, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos, afirmando que a educação é um direito de todos e dever do Estado. A Educação Especial tem uma conquista importante quando LDB (Brasil, 1996) apresenta um capítulo específico para o público-alvo com o direito ao ensino na rede regular, capítulo V da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (Brasil, 1996, art. 58).

Amparado pela LDB (Brasil, 1996), novas práticas foram surgindo para uma educação inclusiva no Brasil, principalmente na primeira década do início do século XXI, considerada a década da inclusão escolar. Entre as conquistas estão as Diretrizes Nacionais da Educação Especial no ano de 2001, o Programa Educação inclusiva (Brasil, 2006a), a Cartilha e o acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular no ano de 2004.

Nos marcos legais e entre as principais conquistas da educação inclusiva está a PNEEPEI (Brasil, 2008) já mencionado anteriormente, entre outros avanços legais como a resolução CNE/CEB nº 4/2009 que estabelece as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Decreto 6.571/08 e 7.611/11.

A educação de qualidade é um direito de todos, com garantia do acesso ao atendimento educacional especializado no ensino regular em todas as etapas de ensino, conforme estabelecido nas diretrizes da PNEEPEI:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p. 1).

Outro aspecto legal de grande relevância histórica recente no Brasil ocorreu no ano de 2015, sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), conhecida também como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como objetivo em seu artigo 1º: “assegurar e promover em condições de igualdade os principais direitos às pessoas com deficiência, promovendo principalmente a inclusão social e cidadania.”

Esta Lei tem a sua grande importância, pois tem como meta assegurar os direitos humanos básicos às pessoas com deficiência que há anos são negados. Esse marco histórico é importante para repararmos os sofrimentos e mazelas que esta população vem sofrendo por

séculos, promovendo condições de igualdade e direitos humanos como: direito à vida, direito à acessibilidade, direito à habilitação e à reabilitação, direito à moradia, direito ao trabalho, direito à assistência social, direito à previdência social, direito ao esporte, direito à saúde, direito à educação. O dever de proporcionar uma educação inclusiva é de todos e deve ocorrer em todos os níveis de ensino, não ficando restrito a um público mínimo e nem o dever de incluir atribuído apenas ao poder público, de acordo com o que estabelecido nos artigos 27 e 28 da Lei nº 13.146/2015:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...] (Brasil, 2015, art. 27 e 28).

Identificar os desafios no processo de inclusão escolar é uma tarefa complexa, repleta de obstáculos a serem superados, principalmente o público-alvo da educação especial. Conforme os objetivos da PNEE deve-se garantir a participação do ensino para os alunos com deficiência em todos os níveis de ensino, não limitando apenas ao acesso na escola. A escola e o professor são conhecedores da lei e tem o seu papel também para garantir a participação de todos os educandos. A educação inclusiva é oportunidade para todos os alunos no ambiente escolar, respeitando as diferenças e garantindo a oportunidade de ensino a todos, levando em conta as características pessoais dos alunos e outros fatores sociais, culturais, econômicos, etc.

Para tornar a escola inclusiva deve-se identificar as barreiras que impedem este processo, ao falar de barreiras não se refere apenas às barreiras físicas e questões de acessibilidade, mas as barreiras impostas pela sociedade, pelos gestores municipais, pelos professores e equipe pedagógica que dificultam um ambiente inclusivo e que são desafios para garantir a participação do ensino.

Herdero (2010) aborda como os desafios para a construção de uma escola inclusiva, mudanças nos processos de gestão, mudanças na formação de professores, mudança nas metodologias educacionais. Também Herdero (2010) parte do pressuposto do ensino colaborativo e adaptações curriculares individuais como estratégias para uma escola inclusiva, proporcionando uma formação permanente dos professores.

A universalização do ensino contida no Plano Nacional da Educação requer uma educação de qualidade para todos, promover a equidade é fundamental para a escola inclusiva. Portanto, é necessário rever a formação inicial dos professores nos cursos de licenciatura, a formação continuada e permanente dos professores, as estratégias de ensino e os recursos pedagógicos utilizados, a organização da escola para trabalhar com as diferenças e as várias formas de deficiência, rever as práticas que garantam aprendizagem, foco na abordagem social dos alunos com deficiência, foco maior no ensino de estratégias universais.

No entanto, a escola, bem como a sua equipe de profissionais deve estar preparada para receber os alunos. Portanto, todos os profissionais no ambiente escolar, amparados pelo Projeto Político Pedagógico devem pensar a seguinte questão: Como tornar a escola inclusiva? Para acolher os diversos e as várias formas e possibilidades de aprendizagem, devemos reformular o inadequado modelo arcaico de escola, onde todos aprendem da mesma maneira, isso ocorre por causa da padronização de ensino que visa moldar as pessoas de forma homogênea.

Ao tratarmos do público diverso na escola, primeiramente devemos oportunizar as mesmas condições, para isso, é preciso discutir a relação da CP e a educação inclusiva e as novas formas de pensar no currículo, sem práticas excludentes que tornam a escola mais violenta. Desta maneira Arroyo alude:

O que acontece nas escolas, como nas ruas, nas cidades e nos campos não são indisciplinas nem violências como o pensamento conservador proclama. São novos sujeitos sociais que se afirmam presentes, que não aceitam as condições de inexistentes, invisíveis na política, no judiciário, nos campos e nas periferias, nas escolas e nos currículos (Arroyo, 2013, p. 153).

É preciso buscar metodologias ativas para modificar este cenário estagnado da educação, sendo assim, Heredero (2010) aponta alguns princípios que também são retratados pelos principais pesquisadores neste campo de estudo, que faz nos refletir o que a escola deve buscar para um ambiente inclusivo, para um ambiente de mudanças significativas para os alunos e que de fato a aprendizagem faça sentido. Por tudo isso, concordamos com Heredero quando ele diz:

-A inclusão é um direito; [...] Importância do aluno e sua singularidade;
 - Trabalho para conseguir uma nova escola: conceito, alunato, pais, comunidade;
 Utilização de metodologias que usem interdisciplinaridade;
 - Procura de uma escola de qualidade; Melhora do clima institucional; Trabalho e ensino em equipe (Heredero, 2010, p. 195).

Além dos desafios relatados acima para uma escola inclusiva que busca discutir a formação inicial e formação continuada dos professores, pode-se dizer, conforme os princípios citados que a escola inclusiva deve buscar metodologias diferenciadas de ensino, visa um ensino colaborativo através do trabalho em equipe dos profissionais da educação, está atenta ao seu aluno e as suas necessidades, busca de estratégias para oferecer um ensino de qualidade e para todos.

Nas aulas de EF uma estratégia excelente para a interação dos alunos, melhoria das relações interpessoais e desenvolvimento da aprendizagem está a prática de tutoria como sugestão de trabalho coletiva. Esta prática torna o ambiente mais inclusivo, menos discriminatório para o aluno com deficiência, em busca de uma escola pacífica. Este método tem como recurso didático o colega tutor e a interação com o aluno com deficiência, que está sendo tutorado, auxiliando nas atividades em aula (Orlando, 2007).

No entanto, nas aulas de EF são inúmeros os benefícios proporcionados pela prática da tutoria, não ficando restrito apenas ao desenvolvimento físico, mas também ao desenvolvimento afetivo e a socialização do aluno com deficiência entre os pares, melhorando a autoestima e o sentimento de ser capaz. A tutoria colocada em prática nas aulas de educação física inclusiva como tema do nosso estudo, proporciona benefícios para todos:

A interação comportamental dos alunos com deficiência, alunos sem deficiências e professores nas aulas de EF, o tempo de aprendizado acadêmico nas aulas de EF de alunos com e sem deficiência, e modificações no nível de habilidades motoras dos alunos. Em todos os estudos, a tutoria entre pares, atuou como variável de intervenção das mudanças (Schuller *et al.*, 2016, p. 3).

Ao falar do tema educação inclusiva é fundamental também debater sobre o tema formação dos professores, relatar alguns pontos a serem melhorados e que influenciam diretamente na inclusão escolar. Entre as principais necessidades estão a falta de professores qualificados para trabalhar com a educação especial, formação inicial muito rasa com apenas uma disciplina nos cursos de licenciatura mencionando apenas aspectos gerais da educação especial, falta de formação continuada ou formação e cursos de especialização com qualidade questionável, falta de formação para atender todo o espectro do público-alvo da educação especial.

A falta da formação adequada também é uma constante nas universidades para tratar do tema CP nos cursos de licenciatura, pois algumas Instituições sequer oferecem como forma de disciplina, outras oferecem de maneira optativa. Nem sempre o professor que está à frente da disciplina tem conhecimento ou formação sobre o assunto, pois no momento da distribuição

segue uma ordem de prioridade de escolha, conforme normativa da instituição de ensino. Isso acaba gerando uma formação mínima e inadequada, onde a aprendizagem não ocorre de forma significativa, não contextualizando muitas vezes com o “chão da escola”, com a realidade local.

Pode-se citar outros fatores que são desafios e vão além da formação de professores, estando relacionados às condições da escola ou situações administrativas. Entre estas situações estão: a falta de materiais adequados para o atendimento educacional especializado; falta de infraestrutura; a instabilidade do trabalho em função dos contratos temporários de trabalho dos profissionais da educação especial; falta de afinidade por parte do professor em trabalhar com o AEE ou falta de opção que o leva a trabalhar com o AEE; remanejamento de funções levando o professor ao AEE; rotatividade dos professores do AEE devido à falta de identidade com o trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM); descontinuidade de projetos devido a troca de gestões do poder executivo.

As questões administrativas e de infraestrutura apresentadas acima estão presentes em todas as esferas educacionais, seja a nível federal ou municipal e afetam indiretamente a qualidade dos componentes curriculares, além da aplicabilidade dos temas transversais

De todos os desafios mencionados, encontram-se também as atribuições dos profissionais do AEE que na atual conjuntura são irrealistas para o cenário brasileiro, colocando o professor com um papel de um super especialista para realizar todas as demandas necessárias. Conforme a Resolução do CNE/CEB nº 4/2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica na modalidade Educação Especial:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009b, art. 13).

A busca de estratégias para o ensino inclusivo, deve ser realizado em conjunto, professores de sala de aula comum, professores do AEE e equipe gestora, portanto, o ensino

colaborativo é uma das estratégias de participação coletiva em que os professores dividem as responsabilidades no planejamento, na discussão e no desenvolvimento das atividades, nas adaptações curriculares dos estudantes, visando um trabalho contínuo no processo de escolarização. Percebe-se no ambiente escolar que o professor da sala de recursos fica responsável pelo aluno público-alvo da educação especial e não existe um trabalho em conjunto com o professor da sala de aula comum. Na escola esta rotina acaba até mesmo sendo corriqueira, o aluno sai para o AEE, ficando sob a responsabilidade do professor da SRM, mas não existe a integração com a professora de sala de aula. Ao retornar o aluno para a sala não existe a troca de diálogo e busca de estratégias para incluir o aluno nos conteúdos das disciplinas e melhorias da aprendizagem dele.

Portanto, o ensino colaborativo é uma forma concreta de proporcionar a inclusão escolar, as características consistem no fato de os professores trabalharem juntos, e “dividem responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes” (Mendes, 2011, p 85) e compartilhar objetivos, expectativas e frustrações no processo de ensino-aprendizagem e escolarização dos estudantes. Sendo assim, devido a importância do ensino colaborativo e a sua estrutura, envolvendo toda a comunidade escolar, as suas estratégias em busca da inclusão, podem favorecer a construção ao longo do tempo de um ambiente pacífico, desde que este trabalho seja permanente.

Porém, esta forma de ensino é um processo que demanda de tempo, é uma estratégia efetiva, mas que alcança os resultados depois de certo tempo de aplicabilidade, por meio de adaptações curriculares, plano educacional individualizado de ensino, adaptações de conteúdos, acompanhamento da evolução dos alunos, trocas constantes de experiência do professor da sala de aula comum e professor do AEE. Esta troca de experiência contribui para a formação permanente dos professores, pois cursos de formação continuada relatam os conteúdos de forma teórica visando as estratégias, mas os aspectos práticos e efetivos de atuação em sala de aula acabam ficando em segundo plano devido a curta duração dos cursos e às inúmeras deficiências para abordar. O ensino colaborativo contribui para a formação permanente dos professores:

As pesquisas demonstraram que quando o ensino colaborativo atinge de forma eficaz o estágio da colaboração entre os professores, contribui para o desenvolvimento da educação inclusiva, como também, para a formação permanente, uma vez que, cada professor aperfeiçoou a qualidade do ensino no contexto escolar, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores em práticas pedagógicas destinadas à inclusão escolar (Zabarski, *et al.*, 2017, p. 126).

A colaboração entre os professores, contribui de forma efetiva para a qualidade de ensino e para a formação de professores. Além de proporcionar uma educação mais inclusiva, promove um ambiente menos violento e na perspectiva da EP. Para isso, é preciso uma relação de diálogo e reciprocidade na educação em luta contra o sistema escolar que em determinadas situações é excludente e subestima a aprendizagem dos educandos. P. Freire (1980, p. 39) alude:

É preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.

É necessário que o professor reflita sobre a sua prática de ensino constantemente, reflita sobre o seu papel profissional e as suas responsabilidades, também devem dividir as suas responsabilidades com os demais envolvidos na instituição de ensino, pois o objetivo é sempre buscar melhores estratégias de ensino para a inclusão no ambiente escolar, com o foco e protagonismo sempre nos alunos.

Existe, ainda, na escola um certo receio dos professores de sala de aula comum em trabalhar com os alunos do público-alvo da educação especial devido à falta de formação adequada, mas também alguns profissionais colocam a responsabilidade destes alunos apenas para o professor da SRM. Também, justifica-se o não atendimento adequado a falta de tempo, as outras atribuições do cotidiano do professor, aos demais projetos a serem executados na escola, as demandas exigidas pela equipe gestora, etc.

As práticas pedagógicas (práticas vivenciais) podem ser aplicadas através da relação entre a educação inclusiva e a EP, através de projetos a longo prazo, que visem uma mudança significativa da realidade escolar, não restrita apenas a adaptações curriculares momentâneas ou práticas isoladas.

Entre as propostas de encaminhamento de prática pedagógica, além dos desafios discutidos anteriormente, é possível elaborar outras para um ensino colaborativo. É importante a escola organizar reuniões mensais com o foco principal na educação inclusiva, geralmente as reuniões pedagógicas ou formações são restritas aos assuntos corriqueiros do cotidiano escolar, mas o tema inclusão escolar acaba ficando em segundo plano.

Alternativas estão em colocar a hora atividade conjunta entre os professores de sala de aula comum e professores do AEE para a troca de experiência e planejamento dos conteúdos e estratégias para melhor aprendizagem dos educandos. Buscar desenvolver os temas de educação inclusiva e EP nos conteúdos curriculares, a fim de que, os alunos também participem

deste tema, desta maneira mudando a cultura escolar ao longo do tempo, criando um ambiente de práticas reflexivas.

Reunir semanalmente o maior número de professores e a equipe pedagógica para debater o tema de uma escola para todos, buscar estratégias e colocar nos planos de aula as adaptações curriculares para as próximas semanas de trabalho. Aproveitar estes momentos de trabalho em grupo dos professores junto a equipe pedagógica para buscar melhores alternativas para realizar o plano educacional individualizado ou para buscar novas metodologias e estratégias para uma escola inclusiva e pacífica.

Quando prioriza o trabalho coletivo em forma de projetos, através de práticas interdisciplinares, utilizando os temas dos diversos componentes curriculares de maneira inclusiva, estas práticas mudam o ambiente escolar, promovendo reflexões sobre o assunto, enriquecendo as trocas de experiência e proporcionando uma formação permanente dos professores.

Transformar a cultura não se limita apenas aos professores, requer também a conscientização dos alunos desde as séries iniciais do ensino fundamental, visando formar cidadãos inclusivos, justos e solidários. A escolha desta ferramenta permite que “no modelo inclusivo, ambas as partes aprendam e ensinem a si próprias, ao outro e ao professor, e ainda estimula a todos a reconhecerem o valor da diversidade” (Mauerberg de Castro, 2011, p. 2).

É momento de refletirmos sobre as concepções de práticas pedagógicas, possíveis mudanças a serem realizadas, pensando no trabalho coletivo da escola, possibilidades e limites na perspectiva de reconhecer a dimensão da diversidade inserida na escola atual. Vale ressaltar, que é importante abordarmos este tema nesta pesquisa, pois nos auxilia no entendimento sobre as diversas formas de violências e discriminação possíveis de reflexão e de discussão em nossa prática pedagógica no ambiente escolar em que atuamos.

“A prática pedagógica é produzida historicamente nas instituições escolares e nas organizações da sociedade civil a partir da concepção de educação e da sociedade demarcadas no modo de produção” (Souza, 2016, p. 60). A prática pedagógica pode ser realizada em diversos meios, entre os mais usuais e de costume é no ambiente escolar, porém, conforme alude Souza (2016) esta pode ser realizada em outros meios de educação não formal, entre eles estão os diversos movimentos sociais ou sindicais. Ao tratar deste assunto de grande relevância, no meio acadêmico encontram-se pesquisas associadas ao currículo escolar, aos processos avaliativos, à relação aluno – professor e aos materiais didáticos.

Entre os diversos aspectos, a prática pedagógica pode ser vista através da dimensão da prática social e da concepção de sociedade e educação. Assim, a prática pedagógica sofre

influências diretas de determinantes internos e externos, fatores estes que serão essenciais para dar ênfase na prática pedagógica desenvolvida na escola com indicativos do que pode ser modificado, para atuarmos em busca de uma escola inclusiva e na perspectiva de uma CP. Define-se determinantes como “aquele elemento ou propriedade que tem o poder de influenciar, modificar e/ou direcionar uma prática, mesmo que ela seja pensada de forma crítica, portanto como práxis, como unidade teoria-prática” (Souza, 2016, p. 52).

Mesmo que o professor busque corriqueiramente práticas inclusivas e de CP na diversidade escolar, ele ainda enfrenta barreiras externas, fruto de políticas públicas e legislações fora da realidade escolar, além dos sistemas avaliativos limitados, sem considerar as condições de ensino e o acompanhamento individual dos educandos. Charlot (2002) aponta a necessidade em discutir a violência da escola, que está relacionada às normas das instituições de ensino, as regras e comportamentos autoritários, as avaliações escolares, entre outras formas conhecidas como violência simbólica.

Estas situações estão relacionadas aos determinantes internos e sempre terá impacto na aprendizagem e nas relações de convivência, além disso, sofrem influência dos determinantes externos, principalmente das políticas públicas e legislações que impactam diretamente na formação de uma escola na perspectiva inclusiva.

Em busca da diversidade escolar é preciso dar a devida ênfase na prática desenvolvida na escola e os indicativos que podem ser modificados, sendo assim, para tornarmos um ambiente mais inclusivo e pacífico é necessário priorizarmos os determinantes internos possíveis de serem aplicados na escola. Entre as boas práticas a serem desenvolvidas na escola estão: o trabalho colaborativo; o trabalho coletivo; a gestão democrática; as adequações no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino; adequações às regras disciplinares; a organização e gestão dos trabalhos no coletivo; a rotina escolar; a hierarquia utilizada; os materiais didáticos.

Trabalhar na perspectiva da CP na escola não deve ser visto apenas como uma opção e sim como uma necessidade que auxilia diretamente no trabalho coletivo e nos demais determinantes, consequentemente um ambiente pacífico torna-se imprescindível para uma educação inclusiva.

No entanto, devemos ficar atentos ao local da prática pedagógica, podendo ser realizada em movimentos sociais e organizações sociais, na comunidade ou na escola como de costume. Pois, a luta pela inclusão e a paz não fica restrita apenas a práticas escolares e deve atingir as outras organizações sociais e educacionais. Ao atingirmos essas camadas sociais conscientizando de forma concreta, podemos mudar a nossa realidade, formando cidadãos

críticos, reflexivos e principalmente que respeitem as diferenças. Fatores como formação escolar, formação política, formação sociocultural são determinantes para a prática, assim como, os sujeitos, principalmente os docentes, os gestores, etc.

A intencionalidade para uma educação inclusiva passa a ser um desafio diário, incessante que depende da participação coletiva dos envolvidos na comunidade escolar, principalmente em buscar melhorias para a organização e gestão escolar, estruturar o projeto político-pedagógico e as ações de infraestrutura da escola. Ou seja, visa o melhor rendimento possível para os nossos alunos, realizada de forma organizada e num processo contínuo e dinâmico que demanda tempo, orientação e busca efetiva de práticas vivenciais que façam sentido na vida acadêmica dos nossos educandos.

É preciso pensar em boas práticas a serem realizadas no ambiente escolar, a partir destes determinantes citados. O que podemos fazer no trabalho com os diversos? Pensar no trabalho coletivo, nas possibilidades, estar atento às necessidades e anseios dos educandos.

Paulo Freire no livro *a Pedagogia do Oprimido* alude que a visão libertadora, “parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete os seus anseios e esperanças” (Freire, Paulo 1987, p. 59). Entretanto, as boas práticas partem primeiramente no diálogo constante com os diversos, ou seja, ouvir a todos os alunos e principalmente dar voz ativa no ambiente escolar, para buscar atingir os seus anseios.

Uma alteração viável está na gestão da escola, partindo primeiramente da gestão escolar e da coordenação pedagógica em realizar uma gestão ativa e democrática. Decidindo no coletivo as demandas da escola, uma relação democrática da gestão com os professores, com os funcionários, com os alunos, com os familiares e com a comunidade. Jares (2002, p. 64) aponta a democracia como base para o desenvolvimento da paz: “A educação em direitos humanos e em democracia é em si um direito fundamental e uma condição essencial para o pleno desenvolvimento da justiça social, da paz e do desenvolvimento.”

“Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira” (Freire, Paulo, 1987, p. 47). Para falarmos de gestão democrática na escola é preciso dar oportunidade nas tomadas de decisões, só iremos alcançar a prática pedagógica com eficiência, se todos tiverem liberdade em dar a sua opinião, ter a oportunidade de escolha de forma efetiva, assim, alcançando o trabalho coletivo.

Para isso, é necessário fundamentar as ações na escola no diálogo, portanto, as ações no trabalho pensando nos diversos terá êxito se buscarmos sempre construir no coletivo e utilizando do diálogo e da visão libertadora. Ações como a construção do Projeto Político Pedagógico, as reuniões de professores, as definições e metas do conselho escolar, as reuniões

com os pais, as reuniões para passar as rotinas da escola, os conselhos de classes com alunos e professores, são exemplos de ações que podemos construir pautados no trabalho coletivo e no diálogo, pensando sempre em todos os alunos. P. Freire (1987, p. 94) remete o diálogo e a confiança como relação, “ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia”.

A escola pensando no coletivo sempre deve buscar projetos interdisciplinares para atingir a demanda dos conteúdos para todos os alunos, exemplos de projetos de leitura, projetos de artes, projetos de dança e música, projetos esportivos, projetos pensando na relação alunos e professores, alunos e familiares, projetos envolvendo a comunidade na escola, sendo realizados em horários de aula ou nos finais de semana, todos estes visam uma educação inclusiva e formar cidadãos numa perspectiva de CP.

Na intenção de abordar a formação, atuação e desafios no contexto da diversidade, é de suma relevância citar bons exemplos. Desta maneira, partindo desse pressuposto, em trabalhar com projetos interdisciplinares, pode-se abordar temas transversais com o eixo da CP, baseado em projetos de educação em valores humanos, pensando sempre no trabalho com os diversos e proporcionando a equidade na escola.

Como proposta de projeto eficaz, com resultados na escola, Salles Filho (2019) menciona dois programas voltados para a educação em valores humanos, o primeiro deles é o Programa Vivendo Valores em Educação (Vive) e o segundo é o Programa de Educação em Valores Humanos (PEVH). Ambos, com metodologias e práticas fundamentadas para o trabalho educacional, integrado de maneira dialógica, abordando os valores de forma pedagógica, possibilitando o trabalho com os diversos.

Na escola, cada vez mais nos deparamos com um espaço multicultural e diverso, em que encontramos várias formas de pensamentos e opiniões, além de valores enraizados na família e que sofrem influências no ambiente escolar. Nesta perspectiva uma EP e inclusão dá-se pela construção das diferenças e na construção de valores universais. Somente vamos construir um mundo mais incluso se valorizarmos as práticas de convivência e os valores primordiais, entre eles, podemos citar os que são trabalhados no programa Vive, em que Tillman (2004 *apud* Salles Filho, 2019, p. 260-261) citam:

1. Paz: como primeiro valor a ser desenvolvido, representando mais do que ausência de guerra, mas uma dimensão humana a ser aprendida;
2. Respeito: como valor inato, na premissa do respeito a si mesmo e aos outros;
3. Amor: como uma ideia de lei natural, que pressupõe abnegação, de doação, sendo um catalisador de mudanças e de reconhecimento profundo do melhor dos outros;

4. Tolerância [...]; 5. Honestidade [...]; 6. Humildade [...]; 7. Cooperação: pessoas envolvidas em objetivos comuns, reconhecendo o papel de cada um e de todos, valores que dependem muito dos anteriores, como humildade, amor, tolerância etc.; 8. Felicidade [...]; 9. Responsabilidade [...]; 10. Simplicidade [...]; 11. Liberdade [...]; 12. União.

Entre as possibilidades que o trabalho com projetos traz, está o de fazer uma escola com o desenvolvimento da autonomia e do diálogo, proporcionando a inclusão e participação de todos, inclusive da família. Outros pontos importantes estão no prover o diálogo, as convivências e desenvolver potenciais colaborativos através do trabalho em equipe. Assim, os valores educacionais apresentados acima nos dois programas são essenciais em todos os setores de convívio da sociedade e peça-chave para todo o ambiente escolar que almeja uma educação inclusiva numa perspectiva da CP.

Quando pensamos em nossa prática pedagógica e possibilidades para construirmos uma escola inclusiva, nos referimos às concepções pedagógicas. O autor Arroyo (2014a) alude sobre a concepção pedagógica naturalista, a concepção essencialista e a concepção moderna. Essas concepções consistem na ideia de que o indivíduo nasce pronto para a aprendizagem e a função do professor é estar atento ao aluno, é acompanhar em seu desenvolvimento, utilizando-se da pedagogia da observação. No segundo momento Arroyo (2014a) aborda a concepção moderna e quebra a existência da concepção naturalista e essencialista. Esta concepção tem como ideia principal que todo o ser humano constrói a sua própria existência, ou seja, o aluno é fruto de uma construção histórica, passando por vários processos históricos e diretamente influenciados por aspectos sociais, econômicos, políticos, afetivos, etc.

A educação inclusiva e a CP na sua complexidade, estão infiltradas nos elementos dos pensamentos complexos e assim como as concepções pedagógicas modernas dependem de outros aspectos biológicos, culturais, espirituais, políticos, psíquicos, sociais, que demanda de conhecimentos multidimensionais. Partindo desse pressuposto e ressaltando que todos nós temos as nossas próprias diferenças uma reflexão importante cabe ao ambiente escolar. Nós professores devemos rever as nossas práticas pedagógicas, principalmente aquelas tradicionais que ensinam na perspectiva que todos somos iguais e aprendemos com a mesma técnica de ensino, além disso é crucial repensarmos a nossa prática na perspectiva complexidade global, sem a fragmentação do ensino.

Pensando em uma relação dialógica com os estudantes, ferramenta essa crucial quando pensamentos em uma EP e inclusiva, o que se pode fazer pensando em um melhor desenvolvimento é trabalhar com os alunos no coletivo, através da realização de trabalhos em grupos, construir círculos de conversas sobre os conteúdos da disciplina, construir os materiais

das aulas de forma coletiva, proporcionando assim interação entre os pares. Necessita também levar em conta a atividade interpretativa dos alunos durante as aulas, podendo se manifestar através da expressão corporal, através da expressão gestual, mas também pode-se manifestar em outras formas de linguagem como visual, linguagem oral e escrita. Estas atividades podem ser realizadas de maneira transversal e principalmente interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos e contribuir da melhor maneira a prática pedagógica, assim as práticas de CP devem estar inseridas neste contexto.

O currículo deve ser acessível a todos os alunos, ou seja, um currículo para a diversidade e que respeite o direito de todos à educação. Infelizmente, ao longo dos anos, os currículos partiam da valorização de pequenos grupos sociais, grupos privilegiados, tornando-se uma escola para poucos. Portanto, é possível um currículo com direito a todos a educação? Ferreira (2013) aborda o comprometimento do currículo como caminho:

Curriculo comprometido com a valorização da diversidade, o respeito a diferença e a promoção dos direitos humanos constitui um caminho promissor para o desenvolvimento de escolas que produzem cada vez menos injustiça social e iniquidade (Ferreira, 2013, p. 80).

Para finalizarmos esta seção, é necessário pensarmos na diversidade, muita das vezes ao realizarmos o nosso planejamento pensamos nas adaptações curriculares para o público-alvo da educação especial, entre os quais os alunos com deficiências, altas habilidades e superdotação. Porém, existem os demais grupos e diversidades de alunos que também necessitam de atenção, entre os vários grupos estão as diferenças sociais no ambiente escolar, os imigrantes, diversidade de gêneros, etc.

Apesar das nossas diferenças, seja elas percebidas de forma física, intelectual, ou relacionada a outros aspectos como históricos, culturais e sociais, Arroyo (2014a) aponta algumas importantes reflexões, onde os sujeitos em si nas suas concepções não são violentos, eles chegam violentados pela sociedade, entre os sujeitos estão os pobres, os negros, as mulheres, os indígenas, os quilombolas, as crianças que a cada dia lutam por um espaço de dignidade e garantia dos direitos humanos. As indagações de Arroyo (2014b) também são pertinentes para as reflexões deste estudo na abordagem de concepções de currículos, diversidades e práticas pedagógicas inclusivas. Entre as indagações que nos levam a lutar por uma escola pacífica e inclusiva estão, conforme Arroyo (2014b) aponta, estão: será que a escola pode ser a mesma quando os educandos são outros? Será que o currículo pode ser o mesmo quando os educandos são outros? Será que a forma de docência pode ser a mesma quando os educandos são outros?

No entanto, a escola deve ser plural, atender a todos os alunos, não de forma igual, mas sim, ser uma escola mais humana e aprender a lidar com as diferenças. Nós professores, devemos refletir constantemente sobre a nossa prática, pois a escola como alude Arroyo (2014b) é feita de gente, a escola tem que tratar com os desiguais, a escola muitas vezes não presta atenção nos outros e nos corpos. Isso nos leva a uma reflexão, será que nós professores estamos mais preocupados em dar conta das demandas e do currículo? Ou estamos preocupados com a qualidade do ensino atingindo a todas as diversidades no ambiente escolar?

A escola como lugar humano deve ensinar de maneira holística, ensinar de maneira mais profunda, portanto as diversidades que cada aluno carrega deve ser respeitada, deve ser valorizada. Ainda falhamos como educadores, muitas vezes pressionado pelas demandas e ordens superiores, em trabalhar de maneira conteudista, aplicando somente os componentes curriculares e aplicar as avaliações internas e externas, esquecendo na maioria das vezes de temas de relevância extrema para a formação holística dos nossos estudantes, como a educação em valores humanos, educação em direitos humanos, a EP e a educação inclusiva.

Uma das mudanças e possibilidades a ser modificada em nossa prática pedagógica está em buscar estratégias no relacionamento com os educandos, buscando sempre uma escola mais pacífica e inclusiva. Uma das alternativas é a pedagogia da empatia e pedagogia da convivência (Salles Filho, 2019), buscando sempre o diálogo em sala de aula, buscando sempre ouvir os nossos alunos, descobrindo também o contexto que esse aluno está inserido, para assim possamos trabalhar através das diversidades. Reforçando que, para uma escola mais humana, é importante a escuta e os educandos ter voz ativa em sala de aula, é importante a escola ser democrática e de direitos e deveres iguais a todos os alunos, voltados para as diversidades. Arroyo (2008, p. 16) alude que para os novos olhares e concepção da diversidade é preciso uma nova formação docente:

Em outros termos, trata-se de formar docentes-educadores que entendam como o próprio sistema e a própria docência participaram e participam na produção dos diversos e desiguais por meio de seus padrões de ciência, racionalidade e conhecimento, de cultura e civilização, de avaliação, classificação e segregação. [...] A questão de fundo com que se defronta todo programa de formação e diversidade é se conseguirão desconstruir os olhares e as concepções institucionalizadas do próprio sistema escolar e da Universidade que produzem e reproduzem os diversos como desiguais.

O processo para alcançar uma educação inclusiva e uma CP deve ser dinâmico e contínuo, todos nós constantemente devemos rever as nossas práticas pedagógicas, pois

diversas são as mudanças na sociedade, as novas tecnologias e as transformações culturais que a cada dia mudam as concepções do ensino.

Desta maneira devemos ficar atentos a essas mudanças para assim tratarmos todos de forma igual, ficando atentos a todos os alunos, principalmente aqueles que mais sofrem com as diversas formas de violências impostas pela sociedade e que acabam dificultando ainda mais a inserção da CP na escola. Para isso, o caminho para acolhermos os diversos e mudarmos esta concepção passa pela EP como tema transversal em busca de um ambiente mais justo, solidário e menos excludente. Neste caminho, Rayo (2004, p.35) aponta:

O futuro exige mais do que nunca a construção da paz através da ciência, da cultura, da educação e da comunicação, motivo pelo qual o respeito ao direito humano à paz, inspirado no ideal democrático de dignidade, igualdade e respeito à pessoa, é a via mais segura para lutar contra a exclusão, a discriminação, a intolerância e a violência que ameaçam a coesão das sociedades e conduzem aos conflitos armados. [...] Por fim, em consequência, a dignidade humana exige também o exercício, para todos, do direito a uma educação de qualidade que favoreça o conhecimento e a compreensão mútua dos povos, a livre circulação das ideias e o acesso de todos aos progressos da ciência e da tecnologia.

Após abordarmos a prática pedagógica e a formação pensando na diversidade escolar é momento de analisarmos a importância da EF. Portanto, no próximo tema abaixo, vamos trazer as discussões voltadas para a EF como ferramenta de inclusão e a contribuição dos seus componentes curriculares, em especial os jogos e esportes na perspectiva de trabalhar em prol de uma EP.

2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E O SEU PAPEL PARA A INCLUSÃO

Considerando que a cooperação entre as partes interessadas, em todos os âmbitos, é o pré-requisito para a proteção da integridade e dos possíveis benefícios da EF, da atividade física e do esporte contra as ameaças representadas pela discriminação, pelo racismo, pela homofobia, pelo assédio e pela intimidação, pela dopagem, pela manipulação, pelo treinamento excessivo de crianças pequenas, pela exploração sexual, pelo tráfico de pessoas, assim como pela violência (UNESCO, 1978, item 11 preâmbulo).

Sem dúvida alguma a EF tem o papel primordial para fomentar a inclusão escolar, inúmeros são os benefícios proporcionados e dada a importância estão citados na Carta Internacional de Educação Física, Atividade Física e Esporte (UNESCO, 1978) e vem ao encontro do tema da pesquisa sobre uma educação inclusiva na perspectiva de uma EP.

Inúmeras são as possibilidades e gama de conteúdos da disciplina devido às suas práticas culturais corporais diversificadas. Assim, é relevante compreendermos os componentes

curriculares para a inclusão social, principalmente a importância do esporte, jogos e brincadeiras, os jogos cooperativos como ferramenta de inclusão e promoção de paz, para uma sociedade menos preconceituosa, que está a cada dia sofrendo ameaças corriqueiras nas mais diversas formas de violência e discriminação que acabam tornando ainda mais a sociedade excludente.

Para Soler (2005) o caminho para uma educação física inclusiva é longo e cheio de desafios, assim como nas demais disciplinas, isso somente será possível se diminuirmos os conflitos negativos, buscando sempre o trabalho em equipe para alcançar os objetivos. A EP é uma ferramenta pedagógica importante para a busca de uma educação inclusiva, promovendo estratégias para um ambiente de promoção de conflitos positivos e de ensino colaborativo.

O processo de inclusão tem ocorrido gradativamente em nossa sociedade, ainda considerado um tema que necessita de vários avanços, mas que a cada dia vêm recebendo mais visibilidade pela população e chegando também em nossas escolas. Neste momento da pesquisa, vamos apresentar o papel da EF para a inclusão, através de uma breve revisão bibliográfica a respeito, em busca de uma escola pacífica e que utiliza do princípio da equidade.

Em passos lentos a inclusão de alunos com deficiência alcançou as aulas de EF, pois, os alunos eram inseridos nas escolas sem uma devida adaptação curricular e preparação do profissional para receber estas turmas. Estes desafios ainda estão presentes em nossa realidade como um desafio primordial para uma educação inclusiva efetiva. Esta realidade não se restringe apenas a educação básica, as próprias instituições de ensino superior registram uma história recente de inclusão do público-alvo da educação especial.

Agapito *et al.* (2021, p. 238) descreve que: “Em meados dos anos 1980, o Brasil começa a se preocupar com a formação acadêmica para atender às demandas das pessoas com deficiências”.

Para a disciplina de EF a realidade, os desafios não são diferentes dos demais componentes curriculares do ensino superior. Cidade e Freitas (2002, p.27) relata a origem recente da EF adaptada nos cursos superiores, termo este na atualidade substituído por educação física inclusiva: “a EF adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de EF com o portador de deficiência e outras necessidades especiais.”

Como os registros históricos indicam, até um período recente, o atendimento ao grupo de pessoas com deficiência era função de profissionais especialistas da área médica e clínica, com profissionais relacionados diretamente com a saúde, entre eles inclui-se os enfermeiros, os

fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais. Ou seja, não existia o acesso aos profissionais de EF para este público-alvo, principalmente na educação básica. Deste modo, Gorgatti (2005) descreve que a inserção do profissional de EF ocorre de forma gradativa neste contexto:

A relação dos professores de EF com a parcela da população constituída pelas pessoas com deficiência tem se modificado no decorrer dos tempos. Há pouco tempo, trabalhar com atividades físicas para este segmento populacional parecia função exclusiva de fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais (Gorgatti, 2005, p.26).

O processo de inclusão é recente no meio educacional e não poderia ser diferente também nas aulas de EF, pois esta disciplina tem uma grande importância no movimento de inclusão dos alunos no ambiente escolar, proporcionando uma prática que pensa nos diversos. Sendo assim, D.A. Rodrigues (2003, p. 67) afirma que: “a EF tem-se mantido à margem do movimento de inclusão, dominante no discurso nacional desde a década de 90”.

A luta pela educação inclusiva é um processo constante e deve ser uma tarefa de todos os que estão inseridos na escola. Cabe então a todos, dentro de suas responsabilidades promover um ambiente mais inclusivo, isto passa em buscar novos conhecimentos para lidar com a diversidade escolar. No que diz respeito à formação e os novos tempos para a inclusão, Soler diz:

A inclusão é a grande oportunidade para a escola se transformar e se modernizar e também uma chance de os professores se aprimorarem investindo em formação, tornando-se componentes para lidar com a diversidade, visando uma nova escola e, conseqüentemente, uma nova sociedade (Soler, 2005, p. 79).

A construção de uma sociedade inclusiva passa pelo conhecimento da diversidade e das diferenças entre os povos, assim todos os seres humanos têm os seus direitos afirmados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (ONU, 1948). A luta diária para uma educação inclusiva e pacífica está em garantir que se cumpra uma vida digna, conforme artigo 1 da DUDH: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

Cabe então a todos, fazer a nossa parte, para vivermos em um mundo com mais justiça e igualdade de oportunidade. A escola, assim como o educador tem o dever de conscientizar os seus alunos para práticas inclusivas, a fim de garantir o direito primordial à vida. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em seu artigo 10 alude que:

Os Estados Partes reafirmam que todo ser humano tem o inerente direito à vida e tomarão todas as medidas necessárias para assegurar o efetivo exercício desse direito pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (ONU, 2006, art. 10).

Desta maneira, a igualdade de oportunidades como as demais pessoas, perpassa por uma educação física inclusiva, no entanto, ações inclusivas nas aulas transmitem o seu reflexo para a sociedade de um modo geral, não ficando restrito este ambiente inclusivo apenas na escola.

Todos fazem parte deste processo e são os beneficiados, desde o aluno com deficiência, os demais grupos de alunos, os professores, os funcionários, a direção, os familiares, e comunidade de um modo geral. Os alunos sentem-se pertencentes aos grupos e percebem que a prática das atividades físicas, seja ela o esporte adaptado, os jogos, as brincadeiras, a dança, a ginástica, as lutas, são possíveis de se realizar quando ocorre adaptação destas atividades as suas potencialidades, sentindo-se capaz de realizar a atividade proposta.

Os demais alunos, com as adaptações das atividades também ganham com este processo, pois em determinados momentos também possuem dificuldade em realizar alguma atividade proposta, ou seja, todos sentem-se vencedores. O grupo todo sente-se motivado em realizar as atividades nas aulas, utilizando da colaboração para ajudar os seus colegas a superarem outros obstáculos que venham a surgir durante a aula, superando desafios e quebrando as barreiras do preconceito, da discriminação e das violências indiretas impostas pela sociedade e que acabam afetando a rotina escolar.

Repensar a prática pedagógica deve ser uma tarefa constante do professor de EF, primeiro pelo fato das mudanças corriqueiras da sociedade e novas práticas corporais diversificadas, segundo, porque não podemos ficar restrito a práticas tradicionais, rígidas e tecnicistas que privilegiam somente um grupo determinado de alunos com certas habilidades. Desta maneira, pensar em novas práticas é lembrar dos diversos e a oportunidade de todos participarem e realizarem juntos os conteúdos, encarando a realidade durante as aulas. Chicon e G.M. Rodrigues (2013, p. 24) remete a importância das novas ações no processo de inclusão escolar na EF:

A reconstrução dos conhecimentos para enfrentamento situacional no qual se insere e a descoberta na prática pedagógica da possibilidade das novas ações – pesquisador reflexivo, nos leva a uma ação de enfrentamento da realidade com aquilo que ela nos impõe, apresenta e é. Esse aspecto requer o abandono do planejamento rígido para uma construção reflexiva e inacabada.

Esta possibilidade de novas ações, faz também refletirmos sobre o papel da família e o seu apoio para o desenvolvimento educacional e inclusão, pois ainda é corriqueiro encontramos alguns pais com certo receio as aulas de EF para o seu filho com deficiência, pelo fato de insegurança ou mesmo um comportamento de superproteção. Transformar este receio em confiança faz parte quando encontramos um ambiente escolar inclusivo, onde os colegas de turma ficam próximos e auxiliando no que for preciso, através da prática de tutoria, trabalho este contínuo com a participação dos professores, da direção da escola, utilizando do ensino colaborativo.

Deste modo, os pais devem eliminar qualquer forma de receio e pensamento e estar olhando com bons olhos a prática da EF, pois os próprios pais podem ser participativos e acompanhar o desenvolvimento do seu filho nas aulas de EF, analisando a sua evolução, e visualizando o conhecimento do seu filho.

A presença dos pais no contexto escolar, em especial nas aulas de EF, incentivando-o para as práticas corporais pode ser um fator motivacional para o seu filho, mostrando o incentivo da família, fazendo assim que o seu filho realmente acredite no seu potencial de desenvolvimento. Este momento a presença dos pais é fundamental, pedindo sempre o apoio e ajuda do professor de EF, buscando novas alternativas e atividade para o seu filho, e que estas não se restrinjam apenas ao ambiente escolar, pois sempre que possível deve-se aumentar o repertório motor e desenvolvimento da criança ou adolescente, proporcionando uma prática educativa realmente inclusiva.

Os benefícios não ficam restritos apenas aos alunos, a inclusão quebra as barreiras do preconceito e traz a esperança de novas perspectivas para todos envolvidos na educação, conforme afirma G.M. Rodrigues *et al.* (2004, p. 46):

[...] a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades escolares, mas apoia professores, alunos e pessoal técnico-administrativo para que a escola efetue seu objetivo.

Estas atitudes são bases reflexivas para a comunidade torna-se mais inclusiva, pois, com a presença da diversidade de alunos na escola, os pais, os vizinhos, os outros membros da família e os amigos estarão em busca de conhecimento para lidar da melhor maneira com o público inserido na comunidade escolar, principalmente informações sobre os diversos tipos de deficiência que encontram-se, buscando a melhor forma de lidar com situações e ajudar estas pessoas em seu cotidiano e também tomando atitudes para ir em busca dos direitos negados a este cidadão.

A origem para a conscientização inicia-se na escola, com a informação saindo para a comunidade, conduzida através dos professores, da direção, dos pais dos alunos, dos próprios alunos ao informar os seus colegas os seus familiares e vizinhos. Lembrando que estes alunos serão futuros adultos e levarão consigo essas informações, transmitindo no seu futuro mercado de trabalho, nas universidades que ingressarão e na família a ser formada.

É relevante abordar os benefícios que as aulas de EF trazem também para a sociedade, mas, não somente na visão de performance e desenvolvimento motor, porém, os benefícios que esta disciplina traz para a inclusão do aluno na escola regular, no âmbito social, afetivo e emocional, e como este processo é visto pela comunidade. Para tornar o aluno, a escola e a comunidade inclusivo Gorgatti (2005, p. 27) fala sobre a importância da EF “com rigor e investimento, ser efetivamente uma “área-chave” para tornar a educação muito mais inclusiva, e pode mesmo ser um campo privilegiado de experimentação, inovação e melhoria da qualidade pedagógica na escola.”

Portanto, é preciso investir em políticas públicas que valorizem a disciplina de EF, fortalecendo a formação inicial e continuada dos professores voltada para uma educação inclusiva. Visem a garantia de acesso ao esporte, atividade física e lazer, conforme Convenção sobre os Direitos às Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que no artigo 30, parágrafo quinto, estabelece a participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte, inclusive no sistema escolar:

5. Para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para:

- a) Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis; [...]
- d) Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar (ONU, 2006, art. 30 inc. 5).

Todos, sem exceção, têm o direito de desenvolver as suas habilidades motoras, e melhorar a sua capacidade física, através da atividade física, seja qual for esta prática de lazer, rendimento, participação, prevalecendo em todos os níveis.

Também, não podemos esquecer dos alunos que em alguns momentos não querem realizar as aulas práticas por motivo de não se sentirem confortáveis na execução do movimento ou receio por sentir-se inferior na execução em relação aos demais colegas da turma, ou por qualquer motivo não se sentem pertencentes ao convívio escolar. Por isso, a importância do professor de EF buscar práticas de vivências inclusivas para acolher a todos os alunos,

proporcionando uma melhor aprendizagem, sendo assim a EP uma das saídas para contribuir com a participação de todos.

A aplicação dos conteúdos básicos da EF deve ser adaptada, aplicando os diversos componentes curriculares aos alunos e não restringindo apenas aos esportes, que muitas das vezes o professor aplica pensando no rendimento esportivo, desta maneira, torna-se ainda mais excludente a prática. Ou seja, o professor sempre busca alternativas para os diversos conteúdos de ginástica, danças, lutas, esportes, jogos e brincadeiras, participando efetivamente da aula, sem o sentimento de estar excluído.

Na busca de entender o indivíduo como um todo, que para o seu convívio e inclusão na sociedade, além do corpo, precisa de uma mente, J.B. Freire (1989a, p. 13-14) alude: “corpo e mente devem ser entendidos como componentes que integram um só organismo. Ambos devem ter assento na escola, não um (a mente) para aprender e o outro (o corpo) para transportar, mas ambos para se emancipar.” Isso nos faz refletir sobre aspectos de exclusão e traços de violências que os alunos carregam, seja pelo ambiente familiar ou pela sociedade, que influenciam diretamente em seu comportamento nas aulas de EF. Neste contexto, J.B. Freire (1989a, p. 13) relata que as crianças não chegam vazias na escola, trazem traços e adquirem novos durante o percurso escolar, como cita:

A criança não chega na escola zerada. É agressiva, amorosa, invejosa, tímida ou violenta. Pode ter muitas virtudes e defeitos, mas teria que aparecer do jeito que é. A partir disso, a escola faria um trabalho de educação. Se não se considera a individualidade da criança, a culpa é da escola. Por isso precisa mudar. Não se pode ter medo de ver a criança como ela é. Um dos maiores problemas da criança, na escola, é a agressividade. Para tratar essa agressividade é preciso admiti-la. Tratar uma criança ‘ideal’ resultará em frustração.

Este aspecto de mudança no sistema educacional, passa por criar uma cultura de não violência e que reforce pontos positivos de convívio escolar, pontos positivos para uma comunicação não violenta, aberta ao diálogo, a inclusão e o trabalho em equipe. Neste contexto, defendemos nesta pesquisa trabalhar a CP como tema transversal nas aulas de educação física inclusivas sob o viés da EP como ferramenta de inclusão.

Construir uma escola com melhores práticas de convivência, pensando nas relações humanas, relações interpessoais, socialização, sentimento de pertencimento, torna-se algo imprescindível e não mais opcional, isso corrobora com o ideal de uma EP, como um processo contínuo, de mudança de cultura e de desenvolvimento como defende Jares (2002, p. 127). Conforme os estudos demonstram, Gorgatti (2005, p.46) descreve os dias em que os alunos com deficiências consideravam boa as aulas de EF e os dias que as consideravam ruins:

Nos dias considerados bons eles se sentiam pertencentes a um grupo, conseguiam participar das atividades com sucesso e obtinham benefícios da prática. As crianças narraram como dias ruins aqueles em que se sentiam isoladas socialmente, em que tinham sua competência questionada e a sua participação restringida nas aulas de EF.

Salles Filho (2019, p. 338) “entendemos que vivências são inúmeras experiências humanas dos indivíduos e convivências, a ênfase dessas experiências com os outros.” O propósito está em entender que as práticas de vivência e convivência tornam o ambiente mais inclusivo, favorecendo a aprendizagem e consequentemente o convívio escolar. As experiências que os indivíduos trazem consigo e os vínculos criados estimulam um ambiente mais respeitoso e diminui a marginalização na escola.

Na pedagogia da vivência / convivência proposta por Salles Filho (2019) como eixo para a EP, aborda a importância de inserir práticas de corporeidade e ludicidade para a construção de uma CP. Assim, este eixo deve ser trabalhado de forma transversal com a disciplina de EF, estimulando práticas de convivência entre os diversos. No contexto inclusivo Gorgatti (2005) afirma que:

Existe um consenso na literatura de que a inclusão de alunos com deficiência nas aulas regulares de EF, além de não prejudicar o processo de ensino, também pode favorecer em muito os demais alunos no ganho de informações e habilidades de convivência com pessoas diferentes. Quando bem orientado pelos professores e apoiado pelos pais, o trabalho de inclusão nas escolas pode ser uma ferramenta muito benéfica de ensino, favorecendo todas as crianças no seu convívio social (Gorgatti, 2005, p.51).

Não basta apenas incluir os alunos é preciso compreender se o planejamento é adequado às necessidades diversas que estão inseridas na sala de aula. Os alunos com deficiência querem sentir-se pertencentes no convívio escolar, práticas adaptadas apenas para facilitar a realização dos conteúdos podem tornar o ambiente ainda mais excludentes.

A luta pela inclusão é diária, para quebrarmos as barreiras do preconceito precisamos mudar as atitudes, começando pela nossa prática pedagógica. Esse trabalho deve ser contínuo e de forma coletiva com os demais professores, equipe pedagógica e direção de ensino. É preciso de fato criar uma cultura inclusiva na escola que agregue a todos, essa conscientização leva tempo, é um processo complexo, apenas práticas isoladas não são suficientes. Como descreve Soler (2009, p. 61) a seguir:

Não podemos pregar uma inclusão dentro das escolas e na prática realizar um trabalho em outra direção, criando atividades para poucos e deixando uma grande maioria sem ter acesso, e sem poder fazer parte de fato das aulas de EF.

Através da EF todos ganham com este processo, desde o aluno com deficiência, os colegas de turma, os familiares, os professores e direção da escola, e a comunidade, sendo uma disciplina fundamental para o movimento de inclusão. Em seguida vamos compreender a importância dos jogos e dos jogos cooperativos na inclusão escolar na perspectiva da EP, além de apresentar o esporte como instrumento de inclusão escolar e peça fundamental para a promoção da paz.

2.2.1 A importância dos jogos e dos jogos cooperativos na inclusão escolar na perspectiva da educação para a paz

Ao falarmos sobre a inclusão nas aulas de EF, um dos importantes componentes curriculares da disciplina são os jogos e brincadeiras, fortalecendo a parte lúdica e a socialização entre os pares. No ato de jogar o sujeito tem a oportunidade de expressar como um todo, seja nos aspectos físicos, cognitivos ou nos aspectos emocionais.

“A unidade de jogos e brincadeiras têm como ponto principal, a apreciação do ato de brincar. Originando assim, a partir deste ato lúdico, formas de organização dentro do tempo e espaço, podendo assim, serem discutidas e vivenciadas pelos alunos” (Ponta Grossa, 2020, p. 245). Baseado no referencial curricular, recorte este da BNCC (Brasil, 2018a), classificam-se as brincadeiras e jogos em: brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional; jogos de mesa e tabuleiro; brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo; brincadeiras e jogos de matriz africana e indígena.

O surgimento dos jogos ocorre desde o início das civilizações, pois várias são as manifestações encontradas na sociedade, e surgiram a milhares de anos junto com a humanidade e vem evoluindo conforme avanços e necessidades. Entre o número imensurável de jogos que surgiram, optamos em focar nos jogos de cunho inclusivo e cooperativo.

Na perspectiva inclusiva e possibilidades melhores de vivências Jares (2002) apresenta uma gama de jogos para trabalhar no contexto da CP, entre os quais estão: os jogos cooperativos; os jogos de apresentação; os jogos de conhecimento; os jogos de confiança; os jogos de afirmação e os jogos de papéis.

Na busca de uma EF mais inclusiva e um ambiente pacífico na escola, entendemos que a aplicação destes jogos mencionados acima, principalmente dos jogos cooperativos, visa a melhor convivência, a empatia e proporciona a melhor interação e o diálogo entre os estudantes. Durante a jornada como profissional de EF, percebe-se que estes jogos criam o hábito de

companheirismo, prevalecendo a lógica de não possuir um vencedor, mas que todos são vencedores ao alcançar um objetivo em comum ao finalizar a atividade proposta.

Outras possibilidades estão em adaptar brincadeiras e jogos do contexto comunitário e regional para serem trabalhadas de forma inclusiva. Ao implementarmos estes jogos e brincadeiras cabe ao professor realizar as adaptações com objetivo de promover também a CP, podendo utilizar além dos jogos cooperativos, os jogos populares e os jogos adaptados.

Dirimir um ambiente em busca de melhor socialização, mais igualitário e consequentemente menos violento e sem disputas, consiste em colocarmos em práticas ações para que isto venha a ocorrer. Aplicar os jogos cooperativos nas aulas de EF é uma das possibilidades, não a única. Vale lembrar que os jogos cooperativos como alude Jares (2002, p. 208) deve estar inserido em todo o projeto educativo:

[...]esse tipo de estratégia facilita a "estruturação cooperativa do grupo" pelo próprio efeito da distensão, porque a estrutura dos jogos "obriga" a cooperar e não a competir, porque facilitam sua comunicação e evitam a hierarquia ao situar todos os seus membros em um mesmo plano de igualdade, liberando-os da tensão de competir.

Estar todos em igualdade é um dos desafios primordiais para uma educação inclusiva e também para promover a CP. Almeja-se um ambiente escolar cooperativo, um ambiente recíproco, solidário e sem exclusões. Como Jares (2002, p. 208) destaca:

Valores como a participação em oposição à exclusão, a cooperação em oposição à competitividade, a comunicação em oposição à falta de comunicação, a alegria de todos em oposição à alegria de alguns, a igualdade em oposição à discriminação, etc.

Por meio dos jogos, os alunos durante a aula expressam os seus sentimentos, muita das vezes, tem dificuldade em manifestar durante outras atividades em sala de aula, entre os sentimentos podem incluir alegria, amor, compaixão. Esta demonstração de sentimento evidencia-se em alunos que são rejeitados pelos colegas de turma, ou que de alguma forma se sentem excluídos das atividades, bem como aqueles que são negados pelo próprio sistema de ensino e enfrentam as diversas formas de violência indireta impostas pela sociedade, violências estas analisadas durante este estudo.

A inclusão durante as aulas de EF implica em rever a nossa prática pedagógica e buscar alternativas, proporcionando o brincar como possibilidade efetiva, utilizando os jogos cooperativos como estratégia de ensino para a promoção da EP, assim garantindo a participação de todos, independente de suas limitações, seja por uma deficiência, classe social, origem ou

nacionalidade, crença religiosa, entre outros. Almeida (2010, p. 28) alude a importância do brincar de forma cooperativa para diminuir os relatos de agressões corriqueiras nas aulas de EF:

O brincar cooperativo tem também como proposta tentar diminuir as manifestações de agressividade nos jogos, estimulando atitudes de sensibilização, cooperação, comunicação e solidariedade. No brincar cooperativo buscamos facilitar o encontro consigo mesmo, com os outros e com a natureza na tentativa de promover a integração do todo, em que sempre a meta coletiva prevalecerá sobre a meta individual. Percebemos nesse tipo de jogo que os participantes jogam com os outros e não contra os outros, jogam para superar os desafios, os conflitos e os obstáculos encontrados e não superar o outro indivíduo ou o grupo.

Desta maneira, na escola os professores podem criar maneiras de melhor convivência e vivência, respeitando as diferenças, tornando um ambiente escolar menos excludente e menos violento. Estas ações podem ser estruturadas pedagogicamente, diminuindo ações de discriminação em sala, atitudes de desrespeito, comparações de inferioridade, conflitos negativos, etc. Para isso é preciso criarmos desde o berço escolar na educação infantil ambientes cooperativos, que valorizem a lógica do jogar com o outro, do jogar em grupo e não o jogar para superar o indivíduo, assim criando hábitos pacíficos de conviver e viver melhor em sociedade.

Na escola, as práticas de convivências são cruciais para fortalecermos vínculos positivos, através dos valores humanos, e o desenvolvimento de uma CP no cotidiano escolar, desta maneira diminuindo a indiferença na escola, os isolamentos e a discriminação, principalmente as pessoas em situação de marginalizações. Para diminuirmos as diferenças é preciso fortalecer as relações interpessoais e a disciplina de EF através dos jogos cooperativos proporcionando a potencialidades destes vínculos. Desta maneira podemos destacar a importância dos jogos para o desenvolvimento dos educandos, como objeto didático de ensino, conforme orientações do Ministério da Educação:

Os jogos são um elemento muito valioso no processo de apropriação do conhecimento. Permitem o desenvolvimento de competências no âmbito da comunicação, das relações interpessoais, da liderança e do trabalho em equipe, utilizando a relação entre cooperação e competição em um contexto formativo. O jogo oferece o estímulo e ambiente propício que favorecem o desenvolvimento espontâneo e criativo dos alunos e permite o professor ampliar seu conhecimento de técnicas ativas de ensino, desenvolver capacidades pessoais e profissionais para estimular nos alunos a capacidade de comunicação e expressão, mostrando-lhes uma nova maneira, lúdica, prazerosa e participativa de relacionar-se com o conteúdo escolar, levando uma maior apropriação dos conhecimentos envolvidos (Brasil, 2006b, p. 28).

Fortalecer as relações interpessoais nas aulas de EF é um caminho inicial para atingir as demais esferas do ambiente escolar. O diálogo é o caminho primordial para diminuir os

conflitos durante as aulas e utilizar-se de jogos de comunicação, jogos de afirmação, e jogos cooperativos, contribuirá de forma efetiva para abertura do diálogo e resoluções de conflitos que muitas das vezes não resolvidos tornam-se em violências.

Os jogos também possuem suas regras, ordem e objetivos a serem alcançados durante sua prática, semelhante as tarefas em nossas rotinas diárias. Contudo, nos jogos há uma dimensão lúdica, é por meio dessa abordagem que a criança começa a cultivar hábitos e a desenvolver valores como respeito, responsabilidade, cooperação, autonomia, entre outros. Estes valores são adquiridos na escola por meio das vivências e a prática do diálogo constante entre os seus pares, sendo os jogos como importante ferramenta de inclusão e necessária inserção em todos os componentes curriculares, conforme alude Maranhão (2009, p. 15): “O jogo possui múltiplas funções, ele pode ser comunicação e interiorização de norma e convivência, diversificação dialética de tensões comportamentais, pode ser usado para libertação ou adestramento do corpo”.

A principal particularidade dos jogos cooperativos que diferenciam de outros jogos, ou de outros conteúdos dos componentes curriculares da EF é o fato de não existir apenas um aluno vencedor ou uma equipe vencedora, ao contrário, todos participam sem discriminação e exclusão, ou seja, todos possuem o sentimento de pertencimento e vencem juntos através da cooperação. Sobel (1983, p. 01) alude:

O jogo cooperativo consiste em jogos e atividades onde os participantes jogam juntos, ao invés de uns contra os outros, apenas pela diversão. Através deste tipo de jogo, nós aprendemos a trabalhar em grupo, confiança e coesão grupal. A ênfase está na participação total, espontaneidade, partilha, prazer em jogar, aceitação de todos os jogadores, dar o melhor, mudar regras e limites que restringem os jogadores e no reconhecimento que todo jogador é importante. Nós não comparamos nossas diferentes habilidades nem performance anteriores, nós não enfatizamos a vitória e a derrota, resultados ou marcas.

Este formato de jogo contribui significativamente para o desenvolvimento das relações sociais, tornando mais fácil o processo de inclusão no ambiente escolar. O elemento crucial para esse sucesso é a colaboração e cooperação entre os colegas de classe, professores e a direção, ou seja, peça fundamental para tornar-se um ambiente mais pacífico e menos hostil, diminuindo assim as práticas violentas na escola. Conforme apresenta Soler (2008, p. 68) é “preciso despertar a consciência de cooperação e apresentar a cooperação como uma alternativa possível no campo das relações sociais.”

Entre as inúmeras possibilidades de jogos, vamos dar ênfase aos jogos cooperativos, devido a sua importância para os aspectos holísticos e de socialização. Jares (2002, p. 124) ao

abordar os conceitos de paz positiva e paz negativa por Galtung (1985, p. 30) alude que uma das formas de ocorrer a violência é quando as “realizações afetivas, somáticas e mentais ficam abaixo de suas realizações potenciais”, ou seja, quando o ser humano não consegue o sucesso em suas realizações pessoais, ocorre a violência.

Durante as aulas de EF os jogos cooperativos podem contribuir para que os alunos encarem as suas lutas pessoais, os seus anseios e angústias, aprendendo a lidar com os momentos de derrotas, não apenas os momentos de vitórias que em sua maioria estão acostumados a lidar apenas com os aspectos positivos. Portanto, podemos afirmar:

Os jogos cooperativos são jogos de compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos com pouca preocupação com o fracasso e sucesso em si mesmo. Eles reforçam a confiança em si mesmo e nos outros e todos podem participar autenticamente, onde ganhar e perder são apenas referências para o contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo (Brotto, 2001, p. 55).

Como já foi mencionado, os jogos podem ser utilizados em diferentes contextos e propósitos e estão presentes no conteúdo do currículo escolar do ensino básico nas aulas de EF das séries iniciais até as séries finais do ensino médio. O foco principal desta seção é demonstrar a sua importância para a inclusão escolar, e mostrar uma forma possível de trabalhar, voltado para a EP, proporcionando desta maneira a inclusão escolar e a prevenção das práticas de violência que ocorrem no ambiente escolar, que na maioria das vezes são práticas de violência invisíveis.

Um aspecto interessante sobre os jogos cooperativos está em sua adaptação com os demais conteúdos dos componentes curriculares da EF como a dança, a ginástica, os esportes e trabalhar estes conteúdos em forma lúdica, além de descrever o jogo como exercício de convivência e vivência.

Ao introduzir uma proposta de jogos cooperativos, todos os alunos participam da aula de EF, sem que nenhum aluno se sinta excluído da atividade, sendo assim, a EF tem este importante papel dentro do ambiente escolar, pois, ela é uma das poucas matérias que envolve o aluno e a troca de relacionamento e afeto entre os alunos durante a sua prática. Nas aulas das séries iniciais do ensino fundamental, percebe-se que os alunos participam todos de maneira conjunta, e o mais importante sem os pré-julgamentos ou distinções de pessoas que ocorrem quando a mesma proposta de aula é apresentada nas demais faixas etárias.

Ao falar de inclusão escolar, muitas vezes nos limitamos a pensar em inserir os alunos com deficiência, mas a proposta do jogo nas aulas de EF vai além desta inclusão. Os jogos têm uma dimensão significativa no aspecto social e econômico, pois, em uma mesma turma, ao

reunirmos alunos de várias culturas diferentes e propor um jogo cooperativo a atividade será executada da melhor forma possível, de forma harmoniosa e com entendimento entre as partes.

Apesar da diversidade encontrada na escola e da interação constante nas trocas das relações interpessoais, nas aulas de EF são mínimas as situações de discriminação entre os alunos, mas apesar de serem mínimas, devemos ficar sempre atentos as demais situações e práticas de violência que podem ocorrer em nosso cotidiano como o *bullying*, por exemplo. Uma característica marcante no jogo cooperativo, está na união em busca dos mesmos objetivos pelos integrantes da equipe, executando a tarefa proposta juntos e alcançando o devido sucesso de forma coletiva.

O jogo é um dos meios que, além de divertir, serve para transmitir determinados códigos sociais (Jares, 2002, p. 208). Por meio dos jogos, e da abordagem lúdica aplicada, todas as crianças, sem exceção, experimentam uma sensação de igualdade, pois o propósito foi alcançado por todos os estudantes e não apenas por um único indivíduo. As atividades realizadas nos jogos são na sua proporção representações sociais dos indivíduos envolvidos, ou dos grupos que estão realizando, portanto, é importante reforçar atitudes de valores positivos durante a sua prática em busca de uma construção coletiva.

A partir da concepção do jogo como prática de convivência e vivência algumas características do cotidiano são encontradas no jogo, melhorando a cidadania do aluno, promovendo a autonomia, criatividade, criticidade, cooperação e responsabilidade. Estas características apresentamos a seguir de forma breve.

A autonomia, um dos valores cruciais para a vida futura da criança ou do adolescente, os jogos em sua grande maioria proporcionam ao aluno nas aulas de EF o poder de tomar as suas próprias atitudes. Durante as aulas percebemos ações dos alunos em ajudar os seus colegas de turma na realização de alguma atividade, perceber algum material que não está sendo utilizado e colocar no seu devido lugar, pedir para ajudar um aluno com deficiência na realização da atividade, ajudar o professor com os materiais, entre outros exemplos de autonomia durante as práticas.

Os jogos cooperativos, quando bem trabalhados em sala de aula, levam os alunos a serem autônomos em situações no coletivo, ao realizar uma tarefa em grupo, ao discutir as melhores ações para executar a tarefa. Neste momento, algumas situações iniciais que não conseguem resolver acabam tornando-se em conflitos, que mal resolvidos podem tornar-se em violência. Portanto a EP na perspectiva da pedagogia das vivências e convivências é crucial no meio educacional, tendo como base o diálogo para suprimir as indiferenças. Salles Filho (2019) menciona o conflito como oportunidade para novas formas de vivência e convivência:

[...] justamente pela diferença e pela diversidade que compõem a vida e os grupos sociais, é necessário admitirmos que grande parte das convivências humanas se dá na perspectiva de conflitos, já que estes são traços definidores das relações humanas. Dito de outra forma, os conflitos não são situações negativas, como já vimos. Viver situações de conflitos nos dá a possibilidade de dialogar, discutir, analisar, entender e perceber outras perspectivas que não havíamos notado. Assim, os conflitos podem oferecer novas formas de vivência / convivências, mais abertas, flexíveis e democráticas, diferentes das relações nas quais, muitas vezes, as convivências são aparentemente positivas, mas carregam internamente questões não resolvidas [...] (Salles Filho, 2019, p. 347-348).

O sucesso dos educandos depende das atitudes tomadas no momento da tarefa, e isto é adquirido desde as séries iniciais do ensino fundamental. Estas atividades realizadas principalmente em grupo proporcionam o indivíduo a tentar realizar a atividade da melhor maneira possível, se entregando como um todo para a realização da tarefa, fazendo o trabalho em equipe ou também de forma individual demonstrando a autonomia. Isso é possível através das práticas de vivências, que para Pereira e Hannas (2001, p. 20): “Vivências são atividades que permitem aos participantes envolverem-se por inteiro, observar a própria reação, extrair insights para autoconhecimento, valores construtivos e conclusões sobre os temas.”

Outra característica importante é a criatividade, o jogo pode ser proposto pelo professor para a turma, mas durante a execução várias possibilidades vão surgindo, de modo a modificar o jogo deixando com o grau de dificuldade maior, ou até mesmo menor, conforme necessidade. Os alunos em suas vivências e convivências no coletivo transformam as características de um jogo, surgindo várias possibilidades de novos jogos, pois, o interesse pela atividade faz despertar a criatividade no aluno, e até mesmo alterar as características da tarefa proposta pelo professor se alguns alunos não conseguirem executar a atividade, isso não apenas para as crianças com deficiência, mas para os outros que estão com dificuldade durante a aula.

A capacidade de criar é uma das competências da EF para o ensino fundamental previstas na BNCC (Brasil, 2018a, p. 223) promovendo o protagonismo: “Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.”

A criticidade também é uma característica do cotidiano encontrada no jogo, como a capacidade do aluno entender e posteriormente avaliar a atividade realizada, assim, observando alguns pontos interessantes da atividade que podem ser melhorados para atingir todos os alunos, ou discutir entre os colegas de turma situações para a resolução de conflitos. Essa capacidade de expressar o seu ponto de vista e de questionamento é perceptível desde as séries iniciais no ensino fundamental, fica evidente nas aulas os argumentos dos alunos e só tende a melhorar ao

passar dos anos conforme amadurecimento. Exemplo disto, que podemos citar é quando o professor percebe que em um determinado grupo os alunos comentam que a atividade poderia ser feita de um jeito, ou os alunos comentam que não gostaram da atividade, ou gostaram mas poderia acrescentar outras brincadeiras na mesma atividade.

A cooperação e responsabilidade, são valores fundamentais para a boa prática de convivência social, e o jogo na sua forma lúdica enriquece e trabalha esses valores. Estão presentes em todas as atitudes realizadas pela criança no seu ambiente familiar, de relação com os amigos, e na própria escola. Adquirido no jogo como uma forma lúdica de ensino nas aulas de EF, mas que alcançam todos os alunos da turma, seja este o aluno com deficiência, o aluno que não gosta de realizar as aulas devido o constrangimento, ou mesmo o aluno que nunca esteve interessado em fazer a aula por não incentivarem a sua prática em séries anteriores.

Trabalhar em equipe desde o início das séries iniciais estimula a realização de tarefas que vão das básicas até as mais complexas. Estas ações colocadas nos jogos são similares com o mercado de trabalho, em que grandes empresas apresentam o sucesso atual devido ao grupo de funcionários que apresenta trabalhando sempre em equipe. O mesmo ocorre na construção do jogo, onde os alunos buscam alternativas para vencer no coletivo e criando valores positivos como a responsabilidade, a honestidade e o respeito mútuo.

Já, J.B. Freire (1989b, 119) descreve as características do jogo semelhante ao trabalho: “O jogo proposto como forma de ensinar conteúdos às crianças aproximam-se muito do trabalho. Não se trata de um jogo qualquer, mas sim de um jogo transformado em instrumento pedagógico, em meio de ensino”.

Através das regras impostas a criança compreende, até mesmo quando estão “brincando” tem que seguir normas elaboradas pelo mediador, neste caso o professor, e no mercado de trabalho isso não seria diferente, pois, existe o mediador deste processo aplicando as regras que geralmente é o gerente ou patrão, e o empregado obedecendo-as. Porém, estas regras servem para todos para vivermos de maneira organizada, se levarmos para o ambiente escolar, servem para o melhor convívio de todos, estimulando o trabalho colaborativo, a harmonia em busca de um ambiente pacífico.

No ambiente escolar os professores, os funcionários e equipe administrativas também recebem regras da direção, e a direção recebe regras superiores a serem obedecidas, servindo como base de exemplo que podem ser mencionados aos alunos nos momentos de intervenção em sala de aula, desta maneira, conscientizando os alunos sobre as regras de convivência e de organização que estão presentes em todas as esferas. Então, através dos jogos a criança deve alcançar objetivos propostos sem a infração das regras, solucionar os problemas encontrados

durante a atividade, e o principal objetivo seria organizar e planejar as estratégias para vencer o jogo em equipe, sem a exclusão do aluno.

O brincar durante o jogo é de fundamental importância, desde que seja aplicado em forma de conteúdo adquirido, proporcionando um conhecimento para o aluno. Braccialli, Manzini e Reganhan (2004, p. 38) descreve a importância do brincar:

Ao brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades, o respeito às regras e o controle emocional.

Após toda a discussão apresentada acima sobre o jogo, não há como negar a sua importância para a inclusão escolar. As atividades propostas nas aulas de EF através dos jogos cooperativos, e através dos jogos adaptados devem respeitar as limitações e potencialidades individuais, principalmente dos alunos com deficiências inseridos na educação básica.

O profissional de EF, com o apoio da direção da escola devem fazer a adaptação dos materiais e equipamentos para a prática das atividades inclusivas, bem como a adaptação do local onde será realizada a aula, tomando cuidado com a atividade proposta e os movimentos a serem realizados, sempre verificando se é possível a execução e se a atividade terá sucesso ou não.

A gama de possibilidades através dos jogos na EF são inúmeras e podem ser trabalhadas de maneira transversal e interdisciplinar para melhorar os hábitos e relações respeitadas entre os pares na escola, proporcionar ações de colaboração, valorizar as diferenças entre os alunos para que reduza os conflitos e tenham conhecimento das formas de violência. Entre esses inúmeros jogos, Salles Filho (2019, p. 358-359) aborda outras possibilidades segundo Jares (2002) para a socialização, além dos jogos cooperativos:

Jogos cooperativos, com a finalidade de promover diálogo e companheirismo; jogos de apresentação, visando conhecer mais sobre o outro; jogos de confiança, para confiar em seus colegas, sejam em duplas, trios ou grupos maiores; jogos de papéis, onde são apresentadas situações (como uma cena de teatro), onde questões de valores e conflitos estarão em jogo; jogos de simulação, onde terão que ser definidas atuações éticas para continuar o jogo; estudos de casos referentes a problemas de violência ou alternativas de pacificação; jogos com dilemas morais, para provocar múltiplas perspectivas no grupo; textos literários.

A luta pela inclusão vai muito além de adequações e adaptações das atividades durante as aulas de EF, mas é inquestionável citarmos durante este capítulo a importância dos jogos

para a inclusão, desenvolvendo a capacidade de resolução de problemas. Desta maneira o aluno passa a acreditar em seu sucesso, supera as suas dificuldades, melhorando a sua autoestima, expressar seus afetos e emoções com os colegas de turma, melhorando o seu diálogo e socialização com outras pessoas. Um caminho de EP na escola só se faz quando não nos importarmos mais com as diferenças existentes na escola, mas sim, importarmos com as melhores vivências e convivências, com o respeito mútuo, amor ao próximo, empatia e valorização da diversidade na escola.

Os jogos cooperativos diferenciam-se dos esportes populares, pelo simples fato de existir a cooperação, isso não quer dizer que nos esportes não existam valores como a cooperação, pelo contrário, para uma equipe sair vencedora precisa a cooperação, colaboração dos componentes deste grupo. Porém, no esporte só existe uma pessoa ou apenas uma equipe vencedora, já nos jogos cooperativos em nossas aulas de EF todos ganham, seja o menino, a menina, a criança com deficiência, o melhor preparado fisicamente, ou a criança com uma menor condição física. Ocorre a participação de todos buscando atingir o mesmo objetivo, com o mesmo interesse em superar a proposta do jogo.

A busca por uma educação física inclusiva, perpassa em rever as nossas práticas pedagógicas, tornando-as mais cooperativas e menos violentas, não podemos falar em ambiente pacífico e de CP nas escolas se as nossas práticas ainda forem excludentes.

O sentimento de vitória e de pertencimento ao grupo fica evidente durante as aulas de EF, especialmente quando se aplica às atividades na perspectiva inclusiva. A interação entre os grupos formados é essencial para o sucesso do jogo, procurando alternativas para superar a atividade proposta e promover o desenvolvimento de uma CP durante o jogo. E esta interação entre os grupos acaba não apenas gerando laço entre os colegas durante a atividade, mas uma aceitação de suas dificuldades que cada colega apresenta, e buscando sempre a participação de todos independentemente da habilidade.

Assim como os outros conteúdos do currículo da EF nas séries iniciais, o jogo contribui para o desenvolvimento físico e motor de todos os alunos da escola, principalmente, da criança com deficiência. Entre os benefícios ocorre a melhoria das qualidades físicas, entre elas: a força dinâmica, força estática, força explosiva, resistência muscular localizada, velocidade, resistência muscular, equilíbrio estático, equilíbrio dinâmico e recuperado, ritmo e coordenação motora. O melhor desempenho destas capacidades físicas oportuniza um rendimento melhor nas atividades de vida diária dos alunos com deficiência e isto ocorre através do desenvolvimento das habilidades motoras básicas como: andar; correr; saltar; saltitar, ocasionando uma promoção da saúde e condição física melhor.

É preciso pensar no seu potencial holístico em criar laços afetivos e emocionais, assim sendo, o jogo é uma importante ferramenta de socialização, e a sua devida relevância para o relacionamento social e de convivência na escola.

É preciso também reconhecermos a importância das demais práticas corporais nas aulas de EF e a sua importância para a inclusão escolar e a prevenção de violência. Portanto, no próximo tópico da pesquisa vamos apresentar o esporte como instrumento de inclusão escolar e desenvolvimento de paz, buscando sempre promover um ambiente solidário, onde prevaleça o respeito mútuo e a cooperação. Esta prática também deve ser inclusiva, respeitando as diferenças, mas oportunizando o acesso do esporte para todos.

2.2.2 Esporte como instrumento de inclusão escolar e educação para a paz

Artigo 11—A EF, a atividade física e o esporte podem desempenhar um papel importante na realização de objetivos relacionados ao desenvolvimento, à paz e às situações de pós-conflito ou pós-desastre.

11.1 Iniciativas que promovam o esporte para o desenvolvimento e a paz devem ter como objetivo a erradicação da pobreza, assim como o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos, da segurança, da CP e não violência, do diálogo e da resolução de conflitos, da tolerância e da não discriminação, da inclusão social, da igualdade de gênero, do Estado de direito, da sustentabilidade, da consciência ambiental, da saúde, da educação e do papel da sociedade civil (UNESCO, 1978, art. 11).

A Carta Internacional de Educação Física, Atividade Física e Esporte (UNESCO, 1978), conforme artigo mencionado acima aborda o esporte como ferramenta essencial para a inclusão e o desenvolvimento da paz no mundo, principalmente em situações de conflitos, pós-conflitos ou desastres. Para a promoção de um ambiente inclusivo, devemos respeitar todas as diferenças e o esporte tem esse poder de unir povos, superando obstáculos e as barreiras das indiferenças que a cada dia permeia a sociedade.

A prática esportiva não deve ficar restrita apenas a um número mínimo de participantes, geralmente aplicada como um esporte de rendimento, onde poucos têm acesso e oportunidade, onde destacam-se aqueles que geralmente tem melhores habilidades, tornando-se assim excludente. Uma das saídas é proporcionar o esporte educacional como instrumento de inclusão e de EP, dessa maneira, oportuniza o acesso a um número maior de pessoas, aplicando o direito à cidadania e a prática esportiva a todos os alunos na escola, conforme alude Tubino:

Quando afirma que o espírito esportivo conduz à disciplina, ao respeito ao adversário, à solidariedade, à tolerância, à liberdade e à democracia deixa a possibilidade de estender-se este seu entendimento ao conceito mais amplo de esporte, compreendendo

desde o escolar até o talento esportivo, passando pelo direito de todos às práticas esportivas (Tubino, 2011, p. 62).

Este comportamento, ou seja, a moral nas práticas esportivas são exemplos de como o espírito esportivo pode influenciar em nossas atitudes em nosso cotidiano, neste sentido que o esporte, seja ele esporte – educação, esporte – participação, esporte – rendimento são considerados instrumentos de paz e de inclusão social, pois não está ligado diretamente só a quem participa, mas numa complexidade maior, influenciando a quem assiste a prática esportiva, a quem trabalha com eventos esportivos também, seja técnicos, auxiliares, dirigentes e demais profissões. Desta maneira, abrange a todos que estão envolvidos neste processo, que vai desde a família do praticante, até as pessoas que utilizam como profissão ou que dependem de alguma maneira da prática esportiva.

As práticas permeiam vários aspectos morais e éticos, condutas estas que agregam valores, ou seja, no esporte são visíveis alguns valores como empatia, o respeito mútuo, aprender com as derrotas, etc. Este espírito esportivo, em qualquer das classificações esportivas apresenta exemplos práticos para a prevenção das violências, entre os quais podemos citar a capacidade do diálogo, saber ouvir as partes, o respeito ao adversário. Tubino (2011, p. 62) apresenta cinco princípios do espírito esportivo da International Council of Sport, Science and Physical Education - ICSSPE (1989): “o do respeito aos regulamentos; o do respeito aos oficiais dos jogos e as suas decisões; o do respeito aos adversários; o da demonstração de uma preocupação pela igualdade de oportunidades entre os competidores; e o da manutenção da própria dignidade.”

Mesmo que as características apresentadas acima estejam ligadas mais a vertente esportiva de rendimento, estes aspectos são perceptíveis em outras classificações esportivas e no ambiente de prática, seja ele nas praças, clubes, ginásios e ambiente escolar. No esporte para todos, ou no esporte educação, mesmo que o jogo não possua uma regra específica, o mínimo de consenso e respeito entre os jogadores deve ocorrer, o mesmo ocorre com o respeito ao oponente de outra equipe, pois somente estão em times opostos para que o jogo venha a ocorrer, proporcionando igualdade de oportunidades e outros valores além do respeito como empatia, solidariedade, amizade, etc.

Apesar dos diversos benefícios apontados sobre o esporte, algumas atitudes inadequadas podem gerar situações de violência e de exemplos negativos para a sociedade. Atitudes de violência de jogadores em campo, não aceitando a derrota, podem levar a estímulos de violência pós – jogo entre os torcedores. Outras formas de violência que ocorrem com atletas considerados ídolos e são apresentados constantemente na mídia, por exemplo, situações de

envolvimento com drogas, situações de atletas sendo pegos no exame *antidoping*, atletas dirigindo embriagado, casos de violência contra mulher, etc.

Isso nos leva a concordar com o pensamento de Galtung (1985, p. 31) sobre a causa das violências estar relacionado com os aspectos de potencialidades dos seres humanos: “é por essa razão que define a violência como causa da diferença entre o potencial e o efetivo... quando o potencial é maior que o efetivo e isso for inevitável, existe violência”. No meio esportivo, Tubino (2011, p. 44) também menciona que as formas de violência e agressividade estão ligadas as frustrações da vida cotidiana, ou seja, quando as situações ficam abaixo de suas potencialidades de realização geram estas situações inesperadas e que não condiz com as práticas esportivas.

Na perspectiva do esporte ser aliado para a promoção da paz e inclusão na sociedade, é preciso ações efetivas do Estado na propagação do esporte para todos, formando novas políticas públicas que visem o esporte de participação, não apenas o esporte de rendimento. Somente ações de iniciativa privada não são suficientes para a propagação do esporte, pois nem todos tem condições de pagar pelo serviço prestado, assim, cabe ao Estado a iniciativa e responsabilidade maior na busca de estimular o esporte para todos, com iniciativas de garantir o esporte como um direito humano, em busca de práticas saudáveis, práticas inclusivas e de desenvolvimento sustentável. Tubino (2011, p. 69-70) descreve as responsabilidades do Estado frente às práticas esportivas para a sociedade:

a) a responsabilidade social do Estado de fomentar as manifestações esporte-educação e esporte-participação; [...]c) a responsabilidade social do Estado de estimular o interesse de iniciativa privada para as questões do esporte, levando-a a uma corresponsabilidade [...] e) as responsabilidades sociais do Estado diante do esporte, quanto à relativização de suas questões aos problemas do meio ambiente e segurança; [...] g) a responsabilidade social do Estado diante do problema da violência nos palcos esportivos.

Percebemos que as obrigações do Estado frente a sociedade são complexas e precisam de ações efetivas para fomentar o esporte nas mais diversas áreas, proporcionando o esporte de rendimento, mas não esquecendo de outras vertentes que precisam de um olhar das autoridades como o esporte-educação e o esporte-participação, pois os benefícios desta prática acompanham a população para toda a vida. Como mencionado, o Estado em sua abrangência, não consegue realizar todas as ações, mas possui responsabilidade em formar parcerias com a iniciativa privada, e os demais órgãos públicos e universidades para o melhor desenvolvimento da prática esportiva.

Quando as ações esportivas são bem executadas, com participação do Estado como mentor, favorecem ações em outras áreas do Governo como a segurança pública, assistência social, saúde e educação. Isto é perceptível através de pesquisa científica, como exemplo, estão os dados apresentados pela reportagem do Conselho Federal de Educação Física em que a OMS revela que a cada 1 dólar investido no esporte, são economizados aproximadamente 3,2 dólares em saúde (Conselho Federal de Educação Física, 2008).

Entre as Metas de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2003), no relatório sobre o Esporte para o Desenvolvimento da Paz, está a sua relação benéfica para as questões de saúde. O relatório da ONU (2003, item 3) diz:

O esporte e a atividade física são essenciais para a melhora da saúde e do bem-estar, uma meta primordial para a realização das MDMs. Formas apropriadas de esporte e atividade física podem ter um papel significativo na prevenção e na cura de muitas das principais doenças não contagiosas do mundo. Existem evidências que demonstram que a participação regular em programas de atividade física propicia a todos uma variedade de benefícios relativos à saúde física, social e mental. Tal participação ativa complementa também estratégias de melhoria da alimentação, de desestimular o uso do tabaco, do álcool e das drogas, além de melhorar a capacidade funcional. Consequentemente, a atividade física é um método eficaz de prevenção da doença para o indivíduo e, para as nações, é uma maneira custo-efetiva de melhorar a saúde pública.

Vivemos em uma sociedade na qual muitos jovens têm pouco acesso à cultura, à educação, ao lazer e até mesmo a serviços básicos de saúde. A falta de oportunidades e de uma boa orientação muitas vezes leva essa juventude a escolher caminhos perigosos, alguns deles relacionados a drogas e à criminalidade.

O esporte aliado a políticas públicas adequadas podem ser ferramentas transformadoras da sociedade, um instrumento de inclusão social e de conscientização e promoção da cidadania. No esporte, através dos exemplos e práticas estimuladas por diversas pessoas das sociedades, podem transformar a vida de muitos jovens, estimulando a superação de barreiras e limitações e o crescimento das noções de solidariedade e respeito às diferenças.

As pessoas que têm o costume habitual de realizar práticas culturais esportivas, têm a oportunidade de se tornar um cidadão melhor, com atitudes pacíficas, exercendo os direitos humanos, mas também aprimorando uma série de valores humanos. A prática esportiva eleva a autoestima, gera consciência de disciplina e responsabilidade, tornando-se assim um instrumento pacificador e de inclusão na sociedade e que deve estar a cada dia inserido no espaço escolar. O esportista, ele treina para a vida, para exercer os seus direitos e compreender os seus deveres, disciplina e determinação, além de trazer benefícios ligados à saúde e ao bem-estar.

No entanto, no ambiente escolar as práticas esportivas podem ser benéficas quando bem executadas, no processo de mediação de conflitos, tornam o ambiente pacífico, ou quando mal executadas surgem situações de discriminação e violência, pois os conflitos são inevitáveis e presentes nas aulas de EF. Porém, o esporte é uma ferramenta essencial no entendimento e resolução dos conflitos, conforme descreve Nunes (2011, p. 16) na relação de conflito, paz e violência:

Na escola, os conflitos se manifestam de diversas formas. Muitos deles compõem o cotidiano dos nossos alunos e se constituem em práticas saudáveis para o desenvolvimento humano, tais como os conflitos nas brincadeiras, nos jogos, nas práticas esportivas, entre outros.

Desta maneira, percebemos os conteúdos estruturantes da EF como área fundamental para abordagem da resolução de conflitos, das relações sociais e no desenvolvimento de valores. Neste sentido Callado (2004) descreve uma nova área de concepção, a EF para a paz, numa perspectiva de dimensão interdisciplinar e transversal da EP. Afirma Callado (2004, p. 51):

A EF para a paz trata de descobrir o que é, o que pode contribuir para a área da EF na concepção global da EP, quer dizer, tenta responder quais aspectos da EP podem ser trabalhados a partir da área de EF [...] uma área privilegiada para trabalhar com assuntos relacionados à regulação de conflitos, relações grupais, habilidades sociais, etc.

Na busca de promover a paz no mundo a UNESCO vê no esporte um instrumento indispensável para o desenvolvimento humano e social, que visa medidas para a união dos povos, quebra de preconceito e promoção de igualdade entre os povos, principalmente o direito a prática esportiva para as pessoas com deficiências, o direito igualitário entre mulheres e homens e a prática do esporte para toda vida. Assim, com o ideal da promoção do esporte para a paz, foi criado pela UNESCO a Declaração de Punta Del Este (UNESCO, 1999) que retrata a importância do esporte na construção do desenvolvimento humano e redução da violência:

reiteram a importância da EF e Esporte como um elemento essencial e uma parte integral do processo de educação continuada e desenvolvimento humano e social. Estas atividades podem também contribuir para coesão social, tolerância mútua e a integração de etnias diferentes e minorias culturais [...] (UNESCO, 1999, tópico 2).

Este documento também ressalta que nos países onde ocorreu a redução da disciplina de educação física os casos de violência e custos médicos aumentaram. Reafirma também a necessidade de apoio dos órgãos governamentais e políticas que contribuam para a promoção da CP, além do compromisso sério de autoridades políticas, sabendo de toda a importância e

valores que o esporte proporciona neste sentido: “Os Ministros reafirmam seu compromisso para trabalhar em concordância e com devoção para promover uma CP com a ajuda do esporte e a busca de apoio para seus esforços pelo mais alto nível político” (UNESCO, 1999, tópico 15).

Portanto, não podemos negar a importância da educação física inclusiva como promoção para uma CP, bem-estar social e desenvolvimento integral como direito de todos. A Carta Internacional de Educação Física, da Atividade Física e do Esporte (UNESCO, 1978, art. 2) ressalta a obrigação dos sistemas de educação frente à educação física inclusiva e a importância de rever suas práticas esportivas:

Todos os sistemas de educação devem considerar o devido lugar e a importância da EF, da atividade física e do esporte, para estabelecer um equilíbrio e fortalecer os vínculos entre as atividades físicas e os outros componentes da educação. Da mesma forma, eles devem assegurar que uma educação física inclusiva e de qualidade seja parte obrigatória do ensino primário e secundário, e que o esporte e a atividade física, na escola e em todas as outras instituições educativas, tenham um papel integral na rotina diária de crianças e jovens.

Apontamos o esporte na escola como instrumento de bem-estar social, harmonia entre os alunos e alicerce importante para a paz e inclusão. Na escola estão as primeiras formas de socialização com sujeitos fora do ambiente familiar e um dos primeiros contatos com práticas esportivas direcionadas, neste aspecto Soler (2005, p. 172) refere-se a importância do esporte educacional como meio de inclusão:

O Esporte Educacional é uma manifestação da atividade humana que promove o desenvolvimento integral do indivíduo, atua como meio de socialização e manutenção da saúde, desenvolve a autoestima, a autossuperação e o autoconhecimento, sempre sendo desenvolvido dentro de um processo educativo como forma de fazer o homem ser e se entender no mundo, tanto no sistema formal de ensino como fora dele.

No intuito de promover uma CP e práticas para uma educação inclusiva, percebemos ao longo deste capítulo a importância da EF no contexto escolar. Também, uma análise sobre as práticas corporais e de ludicidade através dos jogos cooperativos e o esporte numa relação de inclusão e EP. É importante destacarmos, que estes pontos destacados no capítulo acima são meios, ou seja, possibilidades que contribuem para uma educação inclusiva e pacífica, não sendo a única linha de pensamento ou alternativa e nem devem ser tratados como uma opção fechada a ser seguida, pois este cenário é complexo e demanda de aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais, etc. Após esta exposição da educação física inclusiva e EP, vamos contribuir na próxima seção com os conceitos de paz, conflito e violência.

2.3 PAZ, CONFLITO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A cultura da paz é uma tarefa educativa que envolve educar no e para o conflito, no desmascaramento da violência cultural e do patriarcado, na educação para a dissidência, o inconformismo e o desarmamento, na assunção de responsabilidades, na mobilização, na transformação de conflitos, na realização do desarmamento cultural, na promoção de uma ética global e na procura de consensos fundamentais sobre convicções humanas integradoras, entre outras coisas (Fisas, 2011, p. 3, tradução nossa).

A CP na escola vai muito além de práticas esporádicas e pontuais no meio escolar, como podemos dar de exemplos: realização de semana da paz na escola, usar camiseta branca, desenhar pombas brancas, abraçar árvores, etc. Mesmo que estas práticas tenham significado e possam ser realizadas no ambiente escolar, não estamos afirmando que esta prática tem que deixar de existir ou que a sua realização não possua a devida importância, mas precisamos fazer que os alunos compreendam o sentido desta prática para o convívio escolar e na sociedade em que se vive, além dos aspectos voltados para uma educação inclusiva.

Desta maneira, é essencial a CP e a inclusão na escola, visa a busca por um ambiente harmonioso, significa respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa, sem discriminações, sem prejudicar as pessoas, buscando praticar a não violência ativa. É importante na escola repudiar a violência em todas as suas formas, seja ela física, social, psicológica, econômica, particularmente diante das pessoas mais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes, as mulheres, os indígenas, as pessoas do campo, os imigrantes, os refugiados, entre outras pessoas. Sendo assim, a EP é o caminho para transformar vidas, para a redução das formas de violência e melhoria das potencialidades, conforme afirma Fisas (2011, p. 6, tradução nossa):

Mas a EP deve ser também uma educação para o encontro das individualidades, uma educação para a conspiração, a cooperação, a transferência de confiança, um lugar onde aprendemos a gerir o nosso potencial de transformação e onde os projetos culturais se tornam atividade política. O projeto de CP, em suma, só ganha sentido na medida em que é um instrumento útil para mobilizar as pessoas, para a sua própria transformação e a do seu ambiente.

Percebemos que a escola deve fazer sentido a todos os alunos e não apenas para uma parcela da população, pois neste ambiente os alunos aprendem a gerir as suas potencialidades, os seus conflitos, as suas divergências, respeitar a vida e dignidade de cada pessoa, princípio este fundamental no Manifesto 2000 por uma CP.

O Manifesto 2000 por uma CP e Não Violência foi criado por um grupo de líderes vencedores do prêmio Nobel da Paz, com o intuito de criar uma responsabilidade coletiva a

cada uma das pessoas sobre a paz, visando colocar em prática os valores, através do diálogo sempre, promoção da justiça, tolerância e solidariedade. Partindo deste pressuposto que todos nós devemos fazer a nossa parte, a escola tem papel fundamental de conscientização, formação de cidadãos críticos e reflexivos para o futuro da humanidade, voltada para uma cultura sem práticas de discriminação e exclusão. Através deste manifesto os princípios para a CP pela UNESCO (2000, p. 1-2, grifo nosso) são:

Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação nem preconceitos; **Praticar a não violência ativa**, rechaçando a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular em defesa dos mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes; **Compartilhar meu tempo e meus recursos materiais** cultivando a generosidade a fim de acabar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica; **Defender a liberdade de expressão e a liberdade cultural**, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e ao rechaço do próximo; **Promover um consumo responsável e um modo de desenvolvimento** que leve em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta; **Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade**, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito aos princípios democráticos, com o fim de criarmos juntos novas formas de solidariedade.

É preciso práticas inclusivas na escola, trata-se também de um espaço escolar generoso e harmonioso, cultivando determinados valores para acabar com a exclusão escolar e que influenciam diretamente em atitudes dos adultos em nossa sociedade. Almeida (2010, p. 23), aponta entre os valores essenciais para uma CP pela UNESCO estão: “participação, igualdade, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, liberdade, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social.”

Apesar destes valores serem essenciais, a injustiça e a opressão política são corriqueiras em nosso cotidiano, apresentando em diversas manifestações e formas, por isso, o trabalho de EP deve ser constante no cotidiano escolar, buscando a sua aplicação de forma contínua em sala de aula, não apenas restringindo a atividades extracurriculares em datas comemorativas ou atitudes simbólicas como confecções de cartazes.

A prática de CP deve ser contínua e enraizada desde as séries iniciais da escola, pois práticas isoladas não mudam os sujeitos em busca de cidadãos pacíficos, inclusivos, solidários e justos. É preciso continuidade para o devido entendimento sobre os temas paz, conflito e violência. Desta maneira, um dos ramos da CP no ambiente escolar está na EP que busca a solução de conflitos, a paz de forma positiva, na perspectiva das cinco pedagogias: pedagogia dos valores humanos; pedagogia dos direitos humanos; pedagogia da conflitologia; pedagogia da vivência / convivência e pedagogia da ecoformação (Salles Filho, 2019).

É preciso entender a paz, o conflito e violência na sua complexidade na escola, para que de fato se construa também um ambiente inclusivo. Somente a busca de mudança deste cenário, entendemos que a paz e a inclusão caminham juntos e que atitudes positivas e contínuas fazem toda a diferença em nossa sociedade. Para Fisas (2011, p. 7, tradução nossa) a EP busca a igualdade de condições:

A EP deve ensinar-nos a perder o medo da diferença dos outros, a tratar as outras culturas em igualdade de condições, inoculando-nos contra a tentação de impor aos outros aqueles modelos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos que não nos conduzem à felicidade.

Por isso, quando mencionamos práticas e EP na escola, não podemos ficar restritos apenas a atitudes simbólicas, entre as mais comuns, abraçar árvores na escola, abraçar os colegas e fazer o pedido de desculpa, o tradicional “fazer as pazes” em situações de violência. É preciso ensinar a respeitar as diferenças para tornar-se um ambiente inclusivo e pacífico, tudo isso demanda tempo, demanda de continuidade e principalmente mudança no ambiente escolar, ou seja, uma mudança cultural, que vai desde os familiares envolvidos neste processo, a comunidade, colegas de turma, professores, etc.

Nestes aspectos, necessitamos vencer barreiras e estigmas presentes nas escolas por um reflexo da sociedade do conceito de paz negativa, em que a paz está associada a pensamentos como ausência de guerra, ausência de conflitos bélicos e ausência de violência. No âmbito desta complexidade Serrano (2002) apresenta alguns pontos pertinentes do conceito de paz positiva, que faz pensarmos muito além deste conceito negativo de paz, como meio de transformação social:

Um processo dinâmico e permanente; Igualdade e reciprocidade nas relações e interações; Respeito aos direitos humanos e satisfação das necessidades básicas, tanto materiais como espirituais, em um novo contexto de liberdade; Justiça Social; Ausência de violência estrutural; plena realização das potencialidades humanas (Serrano, 2002, p. 86).

Podemos mencionar que na escola, o professor de EF tem papel essencial neste cenário inclusivo e a disciplina por si só é um instrumento facilitador, mas é importante lembrar que trabalhar na perspectiva inclusiva e de CP é um dever de todos os professores em seus componentes curriculares. Vamos além, estas práticas não ficam restritas apenas aos professores, apesar de possuírem o papel maior neste sentido, os demais membros da comunidade escolar devem estimular práticas que respeitem a diversidade cultural numa perspectiva de CP.

Assim sendo, conforme mencionado no Manifesto 2000 por uma CP é necessário ouvir para compreender, ou seja, defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo (UNESCO, 2000). Isto também é comum em práticas de educação inclusiva, base esta que está fundamentada na pedagogia da vivência e convivência, para que possamos criar um ambiente solidário e viver em uma sociedade baseada na dignidade humana.

Também é preciso discutirmos com os alunos os conflitos em sala de aula, mecanismo este natural, para a construção de uma CP. Os conflitos são produtos entre as diferenças de opiniões ou gostos, e isto não é raro, ou seja, incomum de ocorrer em qualquer ambiente, especialmente na escola, devido a diversidade de alunos e formação cultural de cada família. Neste sentido o conflito deve fazer parte na formação escolar, como alude Jaimes e Téllez (2024, p. 12, tradução nossa):

O conflito social e a agressão são conceitos que devem ser incorporados nos processos de formação escolar, dada a influência das situações sociais, familiares e interpessoais. Portanto, o treinamento em valores deve ser incentivado para alcançar resultados de aprendizagem e reduzir agressões verbais e físicas.

Um conflito tradicional ocorre em uma situação de desentendimento ou manifestação de opiniões diferentes entre duas ou mais pessoas envolvidas, que está acompanhada de emoções negativas e batendo as regras e normas de convivência, que podem levar até em atos de violência. Na escola é perceptível os vários conflitos que ocorrem, manifestando através das emoções negativas e incapacidade de resolver seus próprios problemas, frustrações em resolver as situações do cotidiano, desilusão, tristeza, etc.

Na tentativa de entendermos as formas como os conflitos manifestam-se, Jaimes e Téllez (2024, p. 8) alude os tipos de conflitos por Galtung (2010), diferenciando em micro, meso e macro conflitos:

Níveis de conflito ou tipos de conflito, que surgem de acordo com o número de pessoas envolvidas em uma disputa: primeiro, encontram micro conflitos, originados entre pessoas e famílias; Imediatamente surgem mesmo conflitos entre grupos de pessoas que constituem uma sociedade; Surgem então os macro conflitos, que ocorrem entre Estados e Nações; e, por fim, existem os mega conflitos, emanados de confrontos entre regiões e civilizações (Jaimes e Téllez, 2024, p. 8, tradução nossa).

O conflito na sociedade não é diferente da escola, se manifesta pelas diferentes formas de pensar, mas para buscarmos soluções, precisamos atuar com discernimento, buscando sempre o motivo que levou a esta forma de conflito no ambiente escolar. O conflito quando mal

resolvido na escola cria situações de diferenças entre os pares tornando o ambiente mais excludente, mais violento e distante de uma educação para todos. O único caminho para negarmos todas as formas de violência e a promoção de um ambiente inclusivo, proporcionando os valores humanos e a garantia dos direitos humanos está na CP na escola. A UNESCO (2003 *apud* Milani, 2003, p. 36) aponta que a CP:

se constitui dos valores, atitudes e comportamentos que refletem o respeito à vida, à pessoa humana e à sua dignidade, aos direitos humanos, entendidos em seu conjunto, interdependentes e indissociáveis. Viver em uma CP significa repudiar todas as formas de violência, especialmente a cotidiana, e promover os princípios da liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, bem como estimular e compreensão entre os povos e as pessoas.

Jaimes e Téllez (2024, p 8) alude o conflito por Galtung (1998) que está presente em nosso cotidiano, como um ciclo de vida constante, que vai das fases de aparecer, crescer, atingir o ponto de tensão máxima, declinar, desaparecer e reaparecer. Nisso Jaimes e Téllez (2024, p. 8, tradução nossa) divide este ciclo em três fases:

Antes da violência: nesta fase devem ser feitas tentativas para desbloquear as incompatibilidades e prevenir a violência em geral, o que será mais fácil se houver um elevado nível de paz estrutural e cultural; isto é, uma sociedade civil próspera e participativa, com pontes sobre divisões conflituosas.

Durante a violência: nesta fase, o mais importante é parar a violência, o que torna difícil gerir o conflito e encontrar formas de o resolver. [...].

Depois da violência: aplicação dos “3Rs” para a reconfiguração da estrutura de paz e reculturalização da paz. Consiste em: reconstrução (curar as feridas abertas pelo confronto entre as partes e reparação dos danos materiais), reconciliação (desfazer o meta-conflito (violência e contra-violência) e resolução (criar as condições necessárias para resolver o conflito original).

Entre as diversas manifestações dos conflitos, ocorrem pelas diferentes formas de pensar no ambiente escolar, os diferentes gostos que cada um possui, as diferentes formas de organização, as diferentes formas de pensar sobre as regras escolares, ou quando ferem as suas relações potenciais. A EP na escola é uma das alternativas para garantir que os conflitos se resolvam de uma maneira não violenta, com base nos valores humanos, nos direitos humanos.

As situações de conflitos estão atreladas ao rompimento dos direitos humanos essenciais para o convívio harmônico em sociedade. Para Salles Filho (2019, p. 279) “A pedagogia dos direitos humanos, no contexto da EP, será essencial na explicitação de problemas mundiais e locais, para apontar as mazelas da humanidade, ou, ainda, declarar as violações aos direitos humanos.”

Para entendermos a melhor forma de proporcionar uma CP na escola, uma das possibilidades está em colocar em prática os princípios do Manifesto da CP (UNESCO, 2000)

como já mencionados anteriormente cada um deles, mas analisando na sequência, percebemos a sua importância destes para uma melhor convivência em comunidade e para uma efetiva educação inclusiva, demonstrando esta relação intrínseca entre esses dois campos de pesquisa. No princípio de respeitar a vida, recordamos que todos temos direitos e garantias individuais, entretanto, há nossas diferenças entre populações, há diferentes culturas, religiões, portanto, é importante conhecer e aplicar o respeito, a igualdade. Quando estamos respeitando o próximo, estamos cientes que estamos respeitando seus direitos humanos, estamos praticando valores e hábitos inclusivos em nossa sociedade.

É preciso garantirmos os direitos humanos para todos como segundo princípio fundamental, estes direitos não devem ser tratados como opcional ou como ferramentas de negociação, mas sim devem ser garantidos a todas as pessoas. No entanto, exercer a CP parte do princípio de promover a resolução de conflitos, negar qualquer forma de violência que exime a população dos direitos humanos que por determinadas ações afetam a dignidade de vida das pessoas, ou seja, negar qualquer prática excludente na sociedade. A educação é a ferramenta mais preciosa e crucial para a garantia dos direitos humanos, o diálogo deve estar presente no contexto escolar, como base essencial das relações humanas, principalmente com um currículo e práticas pedagógicas que não visem apenas o rendimento escolar, mas que humanizem os alunos, isto é possível também nas aulas por meio de práticas inclusivas e da EP.

A CP busca que todos os ambientes sejam pacíficos e de convivência, onde todos podem se expressar livremente, parte-se então do princípio do respeito à vida e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade, onde o exercício da solidariedade deve estar presente em todas as esferas, dentro dos conflitos, nos grupos mais vulneráveis, pois recordamos que uma convivência pacífica se permeia no respeito e inclusão.

No sentido da complexidade que é a paz, não podemos pensar em um mundo pacífico, sem cuidarmos do planeta, para vivermos em um mundo de paz e harmonia é necessário preservarmos o nosso planeta. Pois o direito à vida da pessoa está estreitamente relacionado com o ambiente em que vivemos. Salles Filho (2019, p. 314) traz a pedagogia da ecoformação como caminho em direção a uma CP, para “perceber a relação umbilical entre a vida humana e a vida planetária.”

Para um mundo melhor e pacífico é preciso pensar em todas as esferas e o lugar a qual pertencemos deve estar inserido neste contexto. Sendo assim, o ex-diretor geral da UNESCO Federico Mayor (2000) alude sobre a importância do desenvolvimento sustentável:

Não pode haver paz sustentável sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida. Não pode haver desenvolvimento sem democracia, sem uma distribuição mais equitativa dos recursos, sem a eliminação das disparidades que separam os países mais avançados daqueles menos desenvolvidos (Mayor, 2000, introdução).

É possível pensar nas questões ambientais numa perspectiva da EP, estabelecendo condições que o educando entenda que um mundo de paz também se faz com o cuidado com o meio ambiente, entretanto, Pereira e Hannas (2000, p. 38) alude que devemos:

Criar condições para que o educando perceba que é um ser inacabado, que está em processo de contínuo vir-a-ser em todos os aspectos, responsabilizando-se pelo próprio crescimento, assumindo o próprio processo de evolução em todos os planos da vida, percebendo que a vida no planeta não pode centrar-se só no dinheiro, no poder, nos bens materiais, que podem e devem ser devidamente utilizados, mas que há outras facetas da vida igualmente responsáveis pelo bem-estar, a paz, a felicidade, o prazer.

Os conflitos na sociedade, apesar de algumas semelhanças, nunca são iguais, por isso cada um tem diferentes soluções em cada caso. Na escola podemos perceber que o conflito por pequeno de demonstra ser, se não tiver uma solução rápida, pode gerar um conflito maior e até mesmo sair de um modo pacífico para a violência. Mas o conflito é necessário na escola para que os alunos possam entender que existem diferentes opiniões, diferentes pontos de vista sobre um determinado assunto, diferentes interesses. Lederach (1984, p. 45 *apud* Jares, 2002, p. 135) ressalta a importância do conflito, “essencialmente um processo natural a toda a sociedade é um fenômeno necessário para a vida humana, que pode ser um fator positivo na mudança e nas relações, ou destrutivo, conforme maneira de regulá-lo”.

Nas aulas de EF, como em quaisquer situações do nosso cotidiano, os conflitos sempre estão presentes, devido às situações de convívio em sala e pelas diversas práticas realizadas durante as aulas e o constante contato entre os alunos. Por diversas vezes em nosso cotidiano percebemos os alunos apontando situações como descumprimento das regras esportivas, quebra de acordo, contato exagerado, discussões mal resolvidas em filas durante as aulas, buscando muita das vezes o seu próprio interesse, gerando o conflito entre os pares, porém é necessário administrar os conflitos de forma positiva no ambiente escolar. Jares (2002, p. 135) aponta que o “conflito é essencialmente um fenômeno de incompatibilidade, de choque de interesses entre as pessoas ou grupos, e faz referência tanto às questões estruturais como às mais pessoais.”

Jares (2002, p. 132) menciona que a sociedade tem a visão de conflito como algo negativo, ou seja, concepção tradicional da ideologia tecnocrática-conservadora, isso é

perceptível na escola, com os educadores e próprios alunos, associam o conflito como sinônimo de violência, ou como algo que não é bom para a escola.

Necessitamos mudar este caminho, para promover uma sociedade pacífica e inclusiva, para isso as próprias aulas de EF são instrumentos para o desenvolvimento de autonomia e resolução de conflitos entre os pares, além de um lugar de aprendizagem. As trocas de experiência e socialização nas aulas de EF são caminhos possíveis e estão presentes nas diversas práticas corporais e jogos cooperativos que podem estar associadas aos temas transversais como a EP. Na mesma linha de pensamento, é importante o papel da escola, como afirma Macedo (2010, p. 164):

É importante que o ambiente escolar promova mais cooperação do que competição para que as crianças se escutem com atenção, respeitem-se, ajudem-se e cuidem bem umas das outras e consequentemente desenvolvam plenamente todas as suas potencialidades.

Desta maneira, as atividades desenvolvidas através de jogos cooperativos são um dos caminhos possíveis para uma escola inclusiva é construída numa perspectiva de EP. Neste contexto Salles Filho (2019, p. 178) alude:

Exatamente nessa perspectiva da EP como a resolução não violenta dos conflitos é que acreditamos que a EF e o esporte na escola podem propiciar momentos especiais, por meio das práticas pedagógicas, para mobilizar os alunos na discussão e na vivência de realidades colaborativas, cooperativas, que provoquem novas interações e convivências, longe da visão ingênua de paz, mas como perspectiva de entendimento ampliado, como se segue.

O conflito sempre vai existir em nossa sociedade, o que não podemos aceitar é que este conflito se transforme em violência direta, em violência verbal, em violência física, em violência psicológica e outras formas. O que não podemos permitir é que estas formas de violências avancem na escola, promovendo práticas de exclusão as pessoas com deficiência, preconceitos, atitudes de racismo, outras formas de discriminação. Mesmo a EF com o seu poder de socialização devido às suas diversas práticas, manifesta-se corriqueiramente casos de violência, mas como aponta Maya (2005, p. 77) a EP é um dos caminhos possíveis em situações de conflito e violência:

Educar para a paz e a convivência não é erradicar o conflito. É impossível erradicá-lo, pois ele é um fenômeno universal inerente ao ser humano e não deve ser visto como algo negativo. Graças aos conflitos, as sociedades progridem e são alcançadas melhoras para os seres humanos. O que é realmente negativo é a violência pela qual são enfrentados os conflitos. Educar para a paz e a convivência é educar para a

administração alternativa do conflito, é educar para habilidades necessárias que permitam tratar os conflitos de forma não violenta.

No contexto escolar o professor é o elo entre o estudante e a escola, evitando na maioria das vezes conflitos negativos que acabam tornando-se em violência. Todo o bom convívio escolar passa por uma comunicação construtiva, em que o desenvolvimento da aprendizagem e de habilidades sociais está ligada ao ouvir com atenção, a escuta ativa dos professores com os seus alunos, os bons sentimentos e os laços de afeto criados durante o convívio. Portanto, toda a prática de conflito na escola necessita ser positivo, respeitando as diferenças e com as capacidades de mudança para a sociedade, como menciona Fisas (2011, p. 4, tradução nossa):

Que tem a ver com superar, reduzir ou evitar todos os tipos de violência, física, a paz é algo mais do que a ausência de guerra, e tem a ver com questões culturais e estruturais, e com a nossa capacidade e capacidade de transformar conflitos, para que em vez de termos numa expressão violenta e destrutiva, as situações de conflito, sempre que possível, podem ser oportunidades criativas de encontro, comunicação, mudança, adaptação e troca.

Durante as aulas de EF, os alunos relatam situações de conflitos que ocorreram no ambiente escolar, ou até mesmo fora da escola, que acabam influenciando o seu convívio, desta maneira, o profissional deve saber agir da maneira correta para lidar com situações adversas. Em determinados momentos estas situações de conflitos ocorrem nas próprias aulas de EF, porém, é importante o professor mediar estes conflitos, não tirar conclusões precipitadas, utilizando da comunicação construtiva. Para isso, Nunes (2011, p. 72-75) aponta algumas habilidades básicas necessárias para esta comunicação, conforme citamos abaixo:

a) Utilizar-se de conotações positivas na conversação; b) usar a escuta ativa; c) não usar as palavras e os sentimentos como armas; d) ensinar os alunos a criar o hábito de pensar antes de falar; e) combater a linguagem preconceituosa; f) aprender a separar a observação da avaliação; g) evitar julgamentos moralizadores; h) aprender a não fazer comparações; i) estabelecer a igualdade na comunicação; j) ser claro no que diz; k) ensinar os alunos a eliminar os sentimentos negativos e os ressentimentos sobre algum colega; l) ensinar os alunos a se prepararem interiormente para superar ressentimentos; m) ensinar os alunos a assumir a responsabilidade, para que não fiquem somente na defensiva; n) ensinar os alunos a formular questões mais abertas e sinceras; o) construir a empatia.

É importante dar uma solução assertiva para o conflito, mediante uma paz fundada nos valores universais, no respeito à vida, na justiça, na liberdade e na solidariedade. Mudar o currículo e buscar práticas pedagógicas é o desafio da educação atual, principalmente em lidar com as diversas formas de conflitos que estão presentes na realidade escolar e são naturais deste

a formação da civilização como aponta Rayo (2004, p. 129): “O conflito pertence à natureza humana, indispensável ao crescimento e desenvolvimento das pessoas e das sociedades”.

Construir CP é um processo que implica aprender pelas diferenças, ampliar o conhecimento, trocar experiências e estabelecer compromissos com os demais. Compromisso esse que é de todos, alunos, professores, coordenação pedagógica, direção, familiares, autoridades, não podemos deixar apenas como responsabilidade de uma parcela ou grupos de pessoa, mas toda a escola deve estar envolvida.

Se pensamos em CP, nós precisamos nos preocupar com a prática pedagógica e na formação dos nossos educandos. Cabe então uma reflexão crítica sobre o assunto. Qual a intenção do trabalho escolar? Que sociedade nós queremos quando nós pensamos em educar as pessoas? Será que estamos proporcionando uma conscientização de inclusão e uma EP em nossos alunos?

Devemos sempre pensar que a paz é possível de ser construída coletivamente, a paz não pode ser pensada de maneira isolada, ou como um termo que está fora de nós, como um termo que está distante de nós, que esteja impossível de alcançar, ou está alocada somente em lugares ou nos contextos de guerras, por exemplo. A paz deve estar presente nos momentos educativos, nos momentos de aprendizagem em sala de aula, nos momentos de conscientização dos nossos jovens alunos, é um trabalho contínuo em nosso cotidiano, significa pensar nas relações de convívio e redimensionar para uma escola inclusiva.

Então, a prática pedagógica precisa ser revista e pensada nas relações humanas, além do contexto escolar, porque a escola tem um papel primordial de preparar os educandos para uma sociedade, mas a escola não pode ser um reflexo da sociedade, repetindo práticas competitivas, excludentes e violentas. Assim, devemos pensar na criança, um trabalho voltado no sentido de preparar as crianças para conviver com as outras crianças e as diferenças culturais dessas crianças.

As brincadeiras nas aulas de EF são elementos importantes nas suas diferentes formas que nós temos de recursos metodológicos, que nos proporcionam na prática a aprender a interagir e conviver com o outro e acolher as diferenças, conviver com as diferenças e aprender com as diferenças, isso é fundamental para a formação humana, para uma formação integral do humano.

Não estamos sugerindo excluir as práticas competitivas na escola, mas ela deve ser pensada em uma esfera humana, ou seja, é preciso cautela, principalmente nesta sociedade onde o objetivo está em ganhar vantagem. Esta lógica competitiva é um elemento que é do ser humano, por isso, é preciso ter muita atenção e pensarmos em uma escola que pode trabalhar

com competências transformadoras. Então é pensar em habilidades, pensar em aprendizagens que esse sujeito possa ter as condições de agir diante dos problemas, diante das fragilidades ou suas potencialidades não sucedidas que geram os conflitos. A EP, no campo escolar segue esta lógica de trabalhar as competências transformadoras, numa perspectiva de entender a relação entre a paz, o conflito e violência:

A EP é o processo de promoção de conhecimentos, competências, atitudes e valores necessários para criar mudanças no comportamento, que permitam às crianças, aos jovens e às pessoas adultas prevenir conflitos e violência, tanto explícitos como estruturais, resolver os conflitos de forma pacífica e criar as condições propícias à paz, seja a nível interpessoal, intergrupar, nacional ou internacional (UNICEF; Fountain, 1999, p. 6, tradução nossa).

É dever de todos agirmos diante dos problemas cotidianos de vida, buscando mudanças de comportamento, isso é uma competência transformadora um elemento importante para o trabalho escolar, a favor de diferenças de classes sociais sendo mantidas em todos os grupos, do que apenas alguma parcela minoria da sociedade é privilegiada com acesso ao conhecimento, já outros grupos não têm acesso ao conhecimento, ou alguns grupos têm o direito à intelectualidade, já outros não têm este direito. A escola trabalha para a inclusão, ela trabalha para que todos tenham a intelectualidade, todos tenham os direitos preservados, para que todos possam pensar sobre a realidade, todos possam agir para uma realidade melhor.

Somos pessoas com comportamentos diferentes, pensamos de forma diferenciada uns dos outros e em determinados momentos estas percepções se chocam, gerando divergências, nos impactam e nos tiram da posição de conforto. Chiavenato (2004, p. 376) aponta o conflito como a “existência de ideias, sentimentos, atitudes ou interesses antagônicos e colidentes que podem chocar-se”. Os conflitos podem ser intrínsecos quando dizem respeito aos nossos sentimentos e dúvidas. Ou os conflitos podem ser interpessoais quando existem divergências de pensamentos, de opiniões, as perspectivas não se coordenam e as pessoas não se entendem.

Geralmente, nas situações em que envolve crianças esses conflitos necessitam ser geridos por um adulto, cabendo então ao professor o papel de mediação de conflito. Para entendermos os conflitos na escola é preciso levar em consideração os elementos estruturantes, ou seja, os elementos didáticos dos conflitos, desta maneira Jares (2002, p. 138-141) descreve quatro elementos: “causas que o provocam; protagonistas que intervêm; processo que se seguiu; contexto no qual se produz.”

Para Jares (20002) as causas são as situações que levam ao conflito, sejam elas as situações de microestrutura ou que envolvem a macroestrutura do sistema educativo. Já os

protagonistas dos conflitos são os envolvidos, portanto, é crucial identificar pelo menos os dois protagonistas, mas para isso é preciso distinguir as ocasiões e motivos que levaram, sejam pessoas, grupos, instituições envolvidas. Os processos visam o desdobramento do conflito e as suas variáveis, que para Jares (2002) podem-se agrupar em dois campos, em situações estruturais e estratégicas, ou as emocionais-afetivas. Jares (2002) acrescenta o contexto como último elemento estruturante no qual se produz o conflito e ocorre num contexto social e cultural.

Entre as alternativas para os professores lidarem com os conflitos na escola que apresentamos, uma delas é a mediação de conflitos, no panorama dos principais autores é um método alternativo de resolução de conflitos, em que uma terceira pessoa ajuda as duas partes envolvidas a entrarem em um acordo, ou seja, negociar os seus interesses, para que fique bom para ambas as partes. Portanto, qual a finalidade da mediação? Em princípio, podemos dizer que a mediação visa uma solução boa para todas as partes envolvidas, dialogando e resolvendo de forma pacífica.

Para que a mediação de conflitos ocorra no ambiente escolar é preciso respeitar algumas características e fases de construção da mediação, para que os conflitos se resolvam. Entre as principais ações é preciso que as partes envolvidas respeitem o momento de fala do outro, por isso, muitas das vezes esta prática é realizada por uma terceira pessoa, mediadora, fora do contexto dos fatos que ocorreram. Ao anunciar a mediação, o mediador deve fazer uma reconstituição, ouvir todas as partes, perguntar as causas, promover uma reflexão do porquê foi necessário realizar a intervenção. O mediador também deve promover a descontração e pedir que as partes pensem como o outro se sentiu diante do conflito, ou seja, colocar-se no lugar do outro, promovendo a reflexão das partes. Para isso, Muller (2006, p. 56) alude que a mediação é um método para a regulação não violenta dos conflitos:

[...] que precisa ser incentivado é a mediação. A mediação é a intervenção de um terceiro que se coloca entre os protagonistas de um conflito, entre dois adversários que podem ser dois indivíduos, duas comunidades ou duas nações que se enfrentam que se opõem uma à outra. O objetivo da mediação é trazer os protagonistas da adversidade à conversação (convergir); ou seja, levá-los ao se voltarem para o outro a fim de dialogar, entender-se mutuamente e, se possível, encontrar um acordo capaz de abrir caminho para conciliação. O mediador tenta ser um terceiro pacificador, cuja interposição visa quebrar qualquer relacionamento binário [...].

Vale ressaltar que na mediação é preciso respeitar as reflexões e acolher as pessoas que fazem parte, proporcionar o diálogo e principalmente escutar ativamente, focando no processo de transformação do conflito, proporcionando a compreensão, sem julgamentos e nem

punições. A resolução de conflitos segue na direção de olhar como o outro se sente, ou seja, “se queremos compartilhar a solução de um conflito, temos, por um lado, de nos aproximar da outra pessoa e tentar entender como se sente e por que chega a conclusões diferentes das nossas” (Sastre Vilarrasa; Moreno Marimón, 2002, p. 203).

Devemos pensar sempre nas diferenças e que o ser humano é o único, no entanto, devemos sempre apoiar o desenvolvimento social, ajudar as pessoas a viver de forma pacífica nas diferentes circunstâncias da vida. O caminho está sempre em abrir as portas para o diálogo, estimular a inclusão e compreensão mútua, buscar o consenso de resolver conflitos, promovendo soluções construtivas de ganho mútuo, este é o papel da mediação na escola e para esta relação entre a EP e a educação inclusiva. Neste caminho Pallàs (2005, p. 35) aponta princípios importantes para uma convivência pacífica e de resolução de conflitos no campo educacional:

a) favorecer o pensamento crítico diante de injustiças sociais, atitudes agressivas ou violentas; b) denunciar a violência social; c) desenvolver valores e atitudes favoráveis à convivência pacífica; d) desenvolver a autoestima; e) tolerar diferenças culturais, étnicas e de valores; f) reconhecer e valorizar o potencial, interesses, necessidades, valores e normas subjacentes às diferentes situações; g) incentivar a empatia e o altruísmo como ponte das relações; h) comunicar-se eficazmente com a diversidade em todas as suas dimensões; i) respeitar os ambientes locais; j) desenvolver habilidades de comunicação pacífica, auto-gestão e administração dos conflitos (Pallàs 2005, p. 35).

Para uma educação mais inclusiva e participativa de todos os alunos os componentes curriculares devem ser revistos, possibilitando a discussão de temas transversais importantes como a ética, a moral, os direitos humanos, os valores humanos, a democracia, proporcionando assim a construção de conflitos positivos e os alunos aprendem a lidar com as suas divergências de opiniões, a respeitar as diferenças, a se colocar no lugar do outro, a dar importância para o conflito e a construção de uma sociedade pacífica. Conforme Jares (2002, p. 132) alude sobre a importância do conflito: “O fato de a paz significar a ausência de todos os tipos de violência não nos exime, a presença de conflitos. A paz nega a violência, não os conflitos que fazem parte da vida.”

Na escola, durante as aulas é preciso abordar a relação entre a paz, conflito e violência. Apesar de estarmos sempre evitando as diversas formas de violência é importante refletirmos com os alunos no contexto escolar as diversas formas de violência, a sua origem e causa delas. Jares (2002, p. 124) cita Galtung (1985, p. 30) onde ele traz um pensamento gandhiano sobre a violência que está em nosso meio quando “os seres humanos estão de tal forma influenciados que suas relações afetivas, somáticas e mentais ficam abaixo de suas relações potenciais.”

O Centro Internacional de Investigação e Informação sobre a Paz (2002, p. 21) retrata a violência na sua complexidade:

Da perspectiva de análise da paz não se considera apenas a hostilidade declarada como violência, mas também outros fenômenos e dinâmicas sociais. Nesse sentido, é investigado como contribuem para a violência, de um lado, os fenômenos bélicos e, de outro, a pobreza, as carências democráticas, o nível de desenvolvimento das capacidades humanas, as desigualdades estruturais, a deterioração do meio ambiente, as tensões e conflitos étnicos, o respeito aos direitos humanos.

Por fim, é preciso também falar sobre as violências, desta maneira, a violência se define nas mais diversas formas, pode estar relacionada como um olhar diferente, uma manifestação externa de abuso de poder, tendo várias maneiras de expressar-se e suas causas são múltiplas. Se distinguem entre os grandes tipos de violência direta, estrutural e cultural como abordam os principais autores, Galtung (1985) e Jares (2002). Na violência direta, se materializa em golpes, insultos, repressão, suas consequências afetam os direitos de todas as pessoas, como retrata Jares (2002) ao citar que esta forma de violência se manifesta de forma evidente, seja ela de maneira verbal, ou de forma física.

Para Cruz (2023) a violência direta pode estar relacionada a diversas formas de manifestações:

A violência direta pode ser visualizada ou materializada em qualquer ataque às necessidades humanas básicas, à vida, ao bem-estar, na guerra, nos assassinatos, nas mutilações, nas sanções, na alienação, na programação mental, na repressão, na limitação das liberdades (Cruz, 2023, p. 6, tradução nossa).

As outras formas de manifestações como a pobreza, o desemprego, fatores econômicos e sociais, são alguns exemplos do tipo de violência estrutural que influenciam diretamente e estão nas raízes da violência direta e da violência do tipo cultural ou simbólica. Jares (2002, p. 124) alude que a violência estrutural pela concepção de Galtung (1985, p. 38-39) está:

Edificada dentro da estrutura e se manifesta como um poder desigual e, conseqüentemente, como oportunidades de vidas distintas. Os recursos são distribuídos de forma desigual, como ocorre quando a distribuição de renda é muito distorcida, ou quando os serviços médicos existentes em determinadas zonas são apenas para certos grupos, etc.

Neste sentido da relação das desigualdades sociais e das diversas formas de violência que formam a violência estrutural, Cruz (2006, p. 6, tradução nossa) alude que esta violência: “Decorrentes de sistemas sociais, políticos ou econômicos, estas estruturas institucionalizadas cometem violações dos direitos dos seres humanos e dos ecossistemas.”

Já a violência cultural, podemos afirmar que é complexa, ou serve mesmo como base para as demais formas de violência, pois trata-se de determinados fatores históricos que influenciam o comportamento, o modo de pensar, a forma de agir de uma sociedade, conhecidas por Galtung como forma de violência que são invisíveis ou menos visíveis, mas que afetam diretamente as pessoas. Entre os exemplos que podemos elucidar estão as formas de poder de uma população, os nossos costumes, as expressões cotidianas como linguagens, as formas de pensar sobre as religiões, os estereótipos, as formas de pensar sobre a política, etc. Não é fácil reconhecer a violência, principalmente quando as influências culturais acabam normalizando as relações que estabelecemos, por exemplo Galtung (1998, p. 74) cita um exemplo de normalização de violência cultural onde “mais de 90% da violência direta em todo o mundo é praticada por homens, de modo que é preciso desmistificar os mitos masculinos.”

Ou seja, a violência cultural, conhecida também como simbólica, é complexa e demanda de diversos fatores, que têm espaço no ambiente escolar na busca de uma equidade de ensino, que visa uma educação num olhar na complexidade, longe de aplicarmos apenas os componentes curriculares. Percebermos as diversas formas de violência na escola, vai de uma reflexão das nossas práticas, sobre o certo ou errado, assim como afirma Cruz (2023, p. 7, tradução nossa) sobre a violência cultural:

A violência cultural parece ser a base das duas anteriores, porque as legitima ou justifica, através do livre arbítrio dos seres humanos que podem estabelecer uma dicotomia sobre o que é verdadeiro e falso, bom ou mau, certo ou errado, belo ou errado, feio, sagrado ou profano.

De fato, existe a importância de reconhecer as formas de violência e que estão diretamente representadas em nossa sociedade, influenciam o meio escolar em que estamos inseridos, somente desta maneira podemos buscar na escola construir condições inclusivas e ações de justiça e paz. Não podemos pensar em violência como algo evitável, mas compreender que elas são geradas, principalmente quando são feridos os potenciais ou necessidades básicas dos seres humanos. Jares (2002, p. 125) aponta quatro tipos de violência por Galtung (1981) quando as necessidades básicas são transgredidas:

A violência clássica, da guerra ao homicídio.
A pobreza e, em geral, as privações no campo das necessidades materiais.
A repressão e a privação dos direitos humanos.
A alienação e a negação das necessidades ‘superiores’.

A Organização das Nações Unidas em seus diversos documentos ressalta que a CP está baseada no respeito dos direitos humanos, no qual implica uma série de atitudes e

comportamentos que abominam a violência. É necessário portanto nesta pesquisa mencionarmos de forma breve como os autores na literatura atual abordam os conceitos de paz negativa e paz positiva. A paz negativa para Jares (2002) se define como ausência de conflitos bélicos, ou seja, impõe-se ou se defende mediante as armas e a guerra contra quem não aceita uma ordem estabelecida por um império, um governo ou uma ditadura militar. Já, a paz positiva (Jares, 2002) se manifesta com a presença da justiça social e harmonia, bem como, o bem-estar social, o alcance de todas as necessidades básicas dos grupos sociais, tanto em sentido espiritual como material da CP, reduzindo as formas de violência direta e busca a eliminação das formas de violência estrutural.

Assim dizendo, é uma nova forma de viver e que permite superar as diferenças em todos os grupos sociais em que as pessoas estão inseridas, respeitar os direitos humanos. Para Jares (2002, p. 129) a “Paz, direitos humanos e direito à paz estão tão intimamente interconectados que a realização de uns exige a realização dos outros.” Não podemos falar de paz se não buscamos defender os direitos básicos do ser humano a ter uma vida digna, direito a uma educação inclusiva, direito à saúde e os demais direitos humanos.

Essa mudança de comportamento implica no fomento de diferentes valores, como respeito, a justiça social e a solidariedade para CP, tendo o objetivo de evitar as diversas formas de violência. Necessita da participação e da cooperação ativa de toda a comunidade, mudando a forma de pensar sobre os conflitos, respeitando as diferenças, demanda de um processo contínuo em busca da paz. “A paz é, portanto, um processo dinâmico, não uma referência estática e imóvel, que exige a participação da cidadania em sua construção” (Jares, 2002, p. 131).

A CP e a EP estão sempre no mesmo propósito em buscar soluções pacíficas para os conflitos e visam a construção de uma paz positiva e a permanência da democracia. Esta relação é imprescindível para a paz:

A paz refere-se a uma estrutura e a relações sociais caracterizadas pela ausência de todo o tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade. Por isso, dizemos que a paz se refere a três conceitos intimamente ligados entre si: o desenvolvimento, os direitos humanos e a democracia (Jares, 2002, p. 131).

Desta forma, a EP é uma forma particular de educar em valores, desde a sua forma inicial através da solidariedade e da cooperação ativa, pois ações para um ambiente inclusivo também iniciam pela solidariedade como valor fundamental e permitem entender as necessidades e respeitar a dignidade humana. Portanto, EP é um fenômeno mais complexo, exige a compreensão de diversos campos, passa, portanto, pelo campo de entendermos a

inclusão social, a igualdade e a equidade. “A paz exige a igualdade e a reciprocidade nas relações e interações” (Jares, 2002, p. 131).

Neste sentido, a EP busca a conscientização e de entendimento do processo que levam às situações de violência, não apenas tornar as pessoas pacíficas como salienta Jares (2002, p. 151): “não deve ser uma educação para tornar as pessoas mais pacíficas, mas para torná-las capazes de examinar a estrutura econômica e social enquanto estrutura violenta”.

Quando propagamos a CP, mencionamos a não violência como o compromisso pelas pessoas, instituições e nações de negar qualquer tipo de comportamento ou atitude violenta em nosso cotidiano. Construir uma CP não se limita apenas na ausência de violência, mas na vivência e convivência harmônica, pacífica e livre. A escola tem o compromisso em formar as relações interpessoais inclusivas para que este ambiente não reproduza as ações e práticas violentas produzidas pela sociedade, mas tem o dever de criar laços afetivos, de respeito mútuo, igualdade e tolerância.

Além da mediação de conflito, outras maneiras para mudar este cenário na comunidade escolar está na comunicação não violenta (CNV), considerada um método de comunicação para a resolução de conflitos, tendo como o criador deste método o psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg (1934 – 2015). A comunicação não violenta permeia seus aspectos na CP, através das relações mais empáticas, nas relações humanas, sendo uma ferramenta para a construção de relações saudáveis, que aborda desde as relações interpessoais, até mesmo as relações de grupos como as que presenciamos no ambiente escolar. Para Rosenberg (2006), os principais objetivos para uma comunicação efetiva estão baseados no diálogo e na empatia: estabelecer relacionamentos baseados na sinceridade e na empatia; estabelecer conexão humana com o outro; proporcionar a qualidade das relações humanas por meio do diálogo empático.

Em nosso cotidiano escolar, muita das vezes a forma como nos expressamos e a forma como os alunos se comunicam com os seus pares geram sentimentos de exclusão, mágoa, tristeza, entre outros sentimentos. A CNV permite que venha à tona práticas inclusivas no ambiente escolar, demonstrando valores humanos positivos como o amor, a compreensão, a amizade, o respeito, a cooperação, a colaboração, a gratidão, diminuindo a prática dos contravalores como o ódio, a incompreensão, a inimizade, o desrespeito, a indiferença, o desamparo, a ingratidão, além de outras atitudes negacionistas e preconceituosas que a cada dia percebemos a sua presença na mídia e na sociedade. Portanto, como aponta Rosenberg os valores são essenciais para a comunicação e lidarmos com as condições adversas:

Nossa comunicação em vez de serem reações repetitivas e automáticas, tornam-se conscientes e baseadas na consciência do que estamos percebendo, sentindo e necessitando. Somos levados a nos expressar com clareza, respeito e empatia (Rosenberg, 2006, p. 21-22).

Para a melhor compreensão em busca da resolução de conflitos, Rosenberg (2006, p. 25) atribui quatro componentes da CNV, são eles a “observação, o sentimento, a necessidade e o pedido”. Estes componentes devem estar inseridos diariamente nas escolas para melhores práticas de vivências e convivências, no entanto, parte da CNV está em nos expressarmos utilizando esses 4 elementos e a outra parte dessa forma de comunicação, consiste também em receber exatamente essas 4 informações dos outros. Ou seja, deve-se na escola buscar praticar o poder com o outro e não sobre o outro como referenciam os objetivos da CNV e como forma de tornar a escola cada dia mais inclusiva e pacífica.

A CP na escola passa pela perspectiva de tentarmos entender a relação entre a paz, o conflito e a violência, não apenas nos aspectos conceituais, mas praticarmos ações inclusivas e pacíficas. Portanto a comunicação não violenta é uma das ferramentas que podemos colocar em prática com os educandos e servem para as relações pessoais, relações profissionais e como forma de conscientização possível de aplicação desde as séries iniciais, onde os professores em seus componentes curriculares podem aplicar como forma de estratégia e melhoria da convivência escolar.

No sentido de entender a relação conceitual entre paz, conflito e violência aludida por Jares (2002) o autor Salles Filho (2019, p. 211) demonstra através de uma tríade, onde o conflito está no alto do triângulo e na base estão a paz e a violência. Para Salles Filho (2019, p. 211) a paz e a violência estão na base do triângulo representa que ambos são dependentes dos conflitos, ou seja, quando mal resolvidos transformam em situações de violência e quando bem resolvidos em situações de paz. Sendo assim, “as práticas pedagógicas da EP, o conjunto de vivências e conhecimentos desenvolvidos como forma de entender os processos de conflitos e superá-los com aprendizagem efetiva” (Salles Filho, 2019, p. 211).

Um dos caminhos fundamentais de conscientização para a busca da paz está na garantia da educação como direitos humanos básicos, nestes aspectos estruturamos a figura a seguir, interligando o triângulo de Salles Filho (2019) da tríade relação violência-paz-conflitos e convivências com a tríade educação – inclusão – exclusão, onde as práticas de educação inclusiva são potenciais de inclusão social. A educação quando garantida com qualidade e com políticas públicas adequadas proporcionam a inclusão em busca de uma paz global, já as práticas educativas inadequadas promovem apenas a exclusão, práticas de discriminação, e as diversas formas de violência. Portanto, esta figura permite entender uma relação intrínseca entre

as convivências e práticas pedagógicas de EP e práticas pedagógicas de educação inclusiva. Podemos observar esta composição de pensamentos na figura 01 abaixo:

Figura 01 – Relação prática pedagógica de educação para a paz e educação inclusiva



Fonte: Adaptado de Salles Filho (2019, p. 211).

Nesse cenário, apontamos no triângulo a educação como elemento fundamental para a construção de uma sociedade melhor em suas relações humanas. Na base do triângulo nos polos estão os termos inclusão e a exclusão, ambas estão condicionadas à educação e suas práticas definem situações voltadas para a inclusão e paz, ou para a exclusão e as suas formas de violência. Seguindo esta relação, nesse caso as práticas pedagógicas de educação inclusiva dependem da relação de convivência e práticas pedagógicas da EP e vice-versa. Assim sendo, as práticas inclusivas são necessárias para entendermos o processo da educação e auxiliam a entender o processo dos conflitos, assim como, as práticas de convivência e EP são essenciais para o processo do conflito e auxiliam numa proposta de educação positiva.

Nesta premissa da relação intrínseca entre a EP e as práticas de educação inclusiva nas aulas de EF que iremos discutir o próximo tópico, especialmente as vivências das cinco pedagogias da paz nos componentes curriculares da EF. Estudos nesta área ainda estão em discussão inicial, mas são extremamente necessários para entender a organização didática e a compreensão que a promoção da CP na escola é um processo sistêmico e contínuo e depende de práticas pedagógicas inclusivas.

2.4 EDUCAÇÃO PARA A PAZ E AS CINCO PEDAGOGIAS DA PAZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Nesta seção em especial vamos analisar a EP na perspectiva da educação física inclusiva. Para isso a prática pedagógica do professor de EF deve buscar a formação holística dos alunos, formando cidadãos críticos e que tenham um olhar voltado para a inclusão nas aulas de EF, tornem cidadão inclusivos também em outros momentos de convívio na sociedade, ou

seja, a formação integral dos seres humanos. A EP é um caminho como tema transversal para mudarmos a maneira de pensar dos nossos educandos, contribuindo para os questionamentos que os levem a práticas pacíficas e inclusivas na escola.

A EF é um importante ambiente de contato e socialização entre os educandos, quando aplicada de maneira pedagógica correta, acaba tornando-se uma excelente ferramenta de inclusão e de construção de uma escola pacífica. Porém, é comum nas aulas de EF o professor presenciar momentos de discussão, desentendimentos, agressões verbais e até mesmo agressões físicas, muita das vezes ocorridas por situações pífias e que poderiam ser evitadas.

Portanto a EP, através das cinco pedagogias descritas por Salles Filho (2019), é uma alternativa didático-metodológica como proposta a ser realizada na escola, principalmente nas aulas de EF, para a construção de convivências escolares pacíficas. Salles Filho (2019, p. 366) alude sobre a integração das cinco pedagogias da paz como uma alternativa metodológica para os educadores em abordar a relação de violência, conflitos e paz nas escolas:

[...] um conjunto de ponderações razoáveis para a estruturação de ações pedagógicas que reflitam em mudanças de pensamento e postura em relação a violência, conflitos e paz, revitalizando as convivências escolares e fornecendo alternativas didático-metodológicas aos educadores.

Na busca de construir um ambiente pacífico nas aulas de EF é necessário dar sentido a prática pedagógica, ou seja, os componentes curriculares como a dança, os esportes, a ginástica, as lutas, os jogos e brincadeiras, devem proporcionar a socialização e ações pedagógicas para a paz e a inclusão. Desta maneira uma das alternativas dos cinco eixos da EP está na pedagogia das vivências e convivências, que na EF podem reforçar os aspectos dos valores humanos, inclusão social, os direitos humanos, além de fazer sentido para esta prática. Na perspectiva de dar sentido a prática e reforçar a importância da vivência em todas as disciplinas Pereira e Hannas (2001, p. 35) menciona:

A vivência deve ser considerada parte de uma sequência educativa de aprendizagem do conteúdo de qualquer disciplina, de aprendizagem de valores, comportamentos e princípios éticos em sessões específicas, e não uma atividade isolada feita ‘por fazer’ ou para preencher um buraco da grade horária. O sucesso da vivência depende, primordialmente, de sua localização no contexto de um planejamento pedagógico que tem começo, meio e fim da condução competente do processo.

É inevitável a importância de a escola repudiar toda a forma de violência que ocorra à sua volta, seja esta violência com a pessoa com deficiência, seja esta violência com as meninas na escola, seja essa violência com as crianças, etc. A CP permite reconhecermos a cultura de

violência e como esta é produzida e chega no ambiente escolar em suas diversas formas de injustiças sociais e desigualdades. Para o entendimento dessas violências é preciso pensarmos na EP como uma estrutura pedagógica da CP, ou seja, uma organização pedagógica da sua prática. Neste sentido Salles Filho (2019, p. 235) menciona:

Portanto, é uma paz pensada em sua forma pedagógica: a EP, que comporta dimensões clássicas que tem à harmonia, mas que depende igualmente de leituras adequadas sobre as violências, como reflexo de um momento histórico, num país com rápidas e profundas transformações. [...] uma EP que valorize as vivências e convivências, em todos os espaços educacionais possíveis [...].

Na construção da BNCC (Brasil, 2018a) entre as cinco áreas de conhecimento a disciplina de EF está inserida na área do conhecimento de linguagens, em conjunto com os componentes curriculares de arte, língua portuguesa e língua estrangeira moderna. Entre os objetivos da área de linguagem conforme a BNCC (Brasil, 2018a, p. 63) estão:

A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas [...].

A inserção na área da linguagem permite uma melhor compreensão do mundo, do papel do ser humano em busca da inclusão social, na busca da compreensão para viver em harmonia. Estes aspectos são importantes para buscarmos entender a relação entre uma educação física inclusiva e a EP como forma de combater as diversas formas de violência. Na busca em formar sujeitos inclusivos, que respeitem a diversidade a resolução de conflitos, a BNCC (Brasil, 2018a) apontam as competências da área da linguagem no ensino fundamental que reforçam esta nossa relação de estudo, entre as principais competências específicas da linguagem estão:

Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.

Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo [...] (Brasil, 2018a, p. 65).

A disciplina de EF, incorporada na área da linguagem, é crucial para o combate a toda forma de violência, na busca do entendimento das violências e das diversas discriminações. Diversas são as alternativas educacionais que a EF pode contribuir através de práticas inclusivas e de socialização, através de projetos sociais, projetos no contraturno escolar, projetos que envolvam as crianças e os seus familiares e podem estar voltados na EP estimulando as práticas de vivência e convivência, valorizando as diferenças e reforçando a importância da diversidade e dos valores como a cooperação, amizade, respeito, solidariedade, autonomia, etc.

Neste sentido para EF, deve-se pensar em seus conteúdos de forma que se conecte com os eixos da EP, ou seja, a melhor maneira de contribuir nos cinco eixos ou áreas da pedagogia dos valores humanos, pedagogia dos direitos humanos, pedagogia da conflitologia, pedagogia da ecoformação e por fim, pedagogia das vivências / convivências, numa perspectiva e olhar transversal e transdisciplinar.

Trabalhar a EP nas aulas de EF proporciona o melhor o entendimento e a relação sobre as violências, sobre a paz e os conflitos, mas principalmente a conscientização dos nossos alunos sobre as suas condutas, as práticas realizadas nas aulas de EF na perspectiva de vivências, em relação a momentos de discriminação, intolerância, desrespeito com os colegas, desrespeito às regras do jogo, negação aos direitos humanos e aos direitos as pessoas com deficiência. Salles Filho (2019, p. 21) aborda a EP como ramo pedagógico da CP:

Neste caso, entendemos que a EP, como um ramo pedagógico da CP, possui uma complexidade que pode ser investigada com rigor a partir de diferentes perspectivas ou paradigmas. São caminhos que percebem as diferentes formas de violência em suas relações com a psicologia, a sociologia e a filosofia. Da mesma maneira, muitos estudos sobre a paz, a CP e a EP, assim como sobre os conflitos e a mediação de conflitos, também têm propriedade e são claros em suas dimensões. Além disso, a temática ambiental, redimensionada como educação ambiental, cidadania ambiental, ou ainda ecoformação, também figura como elemento-chave nessa articulação, todos transpassados por questões relacionadas às vivências e às convivências humanas, permeadas por valores humanos e direitos humanos, em suas dimensões igualmente complexas.

A prática pedagógica na escola necessita fazer sentido para o aluno, para compreender a realidade local, os seus problemas no cotidiano, seja eles na escola, fora da escola, nos laços familiares, entre outros. Entendemos que esta prática pedagógica deve ser inclusiva e precisa de um processo contínuo de aplicação de temas transversais, utilizando da EP como um caminho para dar sentido ao trabalho docente. Neste caminho, uma educação física inclusiva, que permita uma inclusão durante as aulas, que crie laços de socialização, que conecte os alunos que muitas das vezes são excluídos dos demais alunos da turma, além de uma conexão melhor dos alunos com os professores e escola, criando um sentimento de pertencimento.

Na perspectiva de uma educação física inclusiva, os temas transversais podem contribuir diretamente para compreender a realidade local, aproximando da realidade dos estudantes e o entendimento das diversas formas de violência. Neste sentido Yus (2002, p. 179-182) apontam alguns pontos a serem pensados na escola na aplicação dos temas transversais:

- Refletem uma preocupação com os problemas sociais [...]
- Conectam a escola com a vida: promovem a ideia de que a escola precisa estar aberta para a vida, aproximar-se da realidade, observar os dilemas de seu contexto. A partir disso, considerar essas questões na sua organização didática;
- Supõem uma aposta na educação em valores [...] espaço para a receptividade na inclusão dos temas transversais. [...]
- Permitem adotar uma perspectiva social crítica: introduzir temas transversais no currículo escolar representa uma resposta, ainda que tímida, para um processo global e social de mudanças em todos os aspectos da vida e da atividade humana no século XXI, particularmente aos que têm potencial de violência e toda forma de vida e ao planeta.

Os pontos mencionados acima fazem-nos refletir para uma escola inclusiva, que valorize as diferenças dos alunos e que reflita sobre os problemas sociais que ocorrem em nosso meio escolar. Não existe uma escola inclusiva, sem preocupar-se em proporcionar a escuta ativa aos alunos, a compreensão do diálogo, dos relacionamentos interpessoais, a conexão da escola com a realidade do aluno.

Realidade esta que os alunos trazem nas práticas de convivência, mostrando a sua diversidade cultural e social. Os alunos carregam consigo os valores humanos que trazem dos seus familiares, mas sofrem influência a partir dos convívios escolares e socialização durante as aulas, que acabam em alguns momentos gerando competição, exclusão, disputa por melhores desempenhos nas aulas de EF e em outras disciplinas. Por este motivo a importância de abordar os temas como valores humanos, direitos humanos, ecoformação de maneira transversal, que vise o respeito à diversidade, uma educação inclusiva, pacífica, no sentido de abordar os temas transversais com a devida importância. Diante disso, pactuamos com o pensamento de Mesquita (2003, p. 14):

Nossos filhos estudam inglês, matemática, história, computação. Mas não estudam amor ao próximo, solidariedade, respeito à diversidade, cooperação, ética e lealdade. Nossos jovens cada vez mais se preocupam em ser o número 1, mas não aprendem principalmente os valores sólidos que os levem à verdadeira felicidade.

Os temas transversais proporcionam reflexões no sentido da comunidade escolar ou questões amplas do sistema escolar em busca de uma educação inclusiva e de uma CP. Por esta razão o processo para a educação inclusiva e CP na escola deve ser contínuo, como observa Salles Filho (2019, p. 216) sobre as práticas pedagógicas da EP:

Outra vez reforçamos a ideia de que não são as práticas pedagógicas isoladas que definirão uma abordagem mais adequada à EP, mas a relação destas com uma base conceitual que avalie as situações e práticas sociais de maneira autônoma, repudiando tudo aquilo que se configurar como violência, ou seja, tudo o que impeça o desenvolvimento do potencial humano, desde a agressão direta até a miséria.

Sabemos que todas as disciplinas têm o seu valor para o desenvolvimento integral dos estudantes, muitas delas, principalmente na área da linguagem precisam ganhar mais espaços, pois estimulam a socialização e a formação humanizadora. Consideramos, que os temas transversais como educação financeira, direitos humanos, saúde, EP devem estar presentes de forma interdisciplinar, principalmente na EF numa perspectiva inclusiva, pois as vivências e trocas de experiências estão presentes nos momentos práticos, através das diversas manifestações da cultura corporal. A EF devido às suas práticas corporais e de ludicidade são meios essenciais para a aplicação de práticas pedagógicas de EP. Como diz Salles Filho (2019, p. 367) sobre as práticas de corporeidade e ludicidade:

EP como tema transversal, no qual os conhecimentos devem ser tratados de maneira que causem impacto e busquem transformações na forma de pensar, agir, conviver e inovar diante das questões da vida, acreditamos que é necessária uma pedagogia da prática com referência à corporeidade como expressão humana e à ludicidade como fator de motivação.

No sentido de entender a importância das cinco pedagogias da paz o autor Salles Filho (2019, p. 231) demonstra os cinco eixos das pedagogias apontados para a EP no formato de uma estrela, como forma de relação, demonstrando que estes elementos fazem parte de um todo e cada um destes elementos tem as suas características, mas interferem diretamente no processo da prática pedagógica na escola, pensando em uma EP como processo contínuo. Vamos além, não podemos pensar na construção de uma CP e um ambiente pacífico se negarmos a inclusão na escola, ou seja, a construção de uma EP na escola tem relação direta com a educação inclusiva e vice-versa. Representamos a educação inclusiva através de um círculo fechado, apesar das cinco pedagogias da paz, circular entre elas, conforme aponta Salles Filho (2019) em possuir as suas especificidades, a educação inclusiva está inserida neste contexto e o conjunto de todos estes elementos juntos forma-se uma esfera que podem construir um ambiente pacífico, conforme figura 02 abaixo:

Figura 02 - Elementos de educação inclusiva e educação para a paz.



Fonte: Adaptado de Salles Filho (2019, p. 231).

O elo entre paz na escola e inclusão passa por reconstruir cotidianamente a prática pedagógica, através de uma construção coletiva dos saberes, que vise a pensar nas dimensões micro e macro do sistema, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável e a busca dos direitos humanos e da inclusão social. Conforme os estudos mostram uma CP, não se faz sem uma educação inclusiva:

Não é possível haver paz sem inclusão. A mostra de uma sociedade que põe a educação conjunta (crianças consideradas normais aquelas ditas com necessidades educacionais especiais unidas dentro de uma mesma sala de aula, mote da inclusão) é um dos tantos exemplos daquilo que se pensa, que a educação coopera para que se direcione para uma mudança de mentalidades para uma sociedade de paz. Ou pode haver paz quando existe exclusão, segregação, sobretudo em educação? (Selau; Hammes, 2009, p. 6).

Os temas transversais, principalmente através da EP, são novos paradigmas fundamentais para entendermos o respeito às diferenças, as relações pessoais e como a humanidade caminha em relação ao cuidado com o meio ambiente, em relação ao cuidado com o próximo, aos valores humanos e o convívio em sociedade, e a garantia dos direitos humanos. Somente através da educação podemos desenvolver a conscientização dos educandos e formar um ambiente menos excludente, sem ações de segregação, desenvolvendo a democracia na escola e práticas não violentas. No sentido de buscarmos a inclusão em nossa sociedade, Grossi e Aginsky (2006, p. 419) afirmam:

Urgência de uma educação inclusiva voltada para uma CP na escola, pois esta se constitui um dos principais espaços públicos de inserção do adolescente, tornando-se referência de conhecimento e valores nela propagados.

Entretanto, todos os componentes curriculares dentro de suas especificidades podem abordar os temas transversais, com o intuito de formar cidadão melhores e inclusivos, através

de propostas em seus currículos que relatem um conjunto de conteúdos com os temas de EP, igualdade de gênero, direito as pessoas com deficiência, direito à saúde, etc. A respeito dos temas transversais, Jares (2002, p. 162) diz: “não constituem novas matérias nem blocos temáticos paralelos a elas, mas são um conjunto de conteúdos que devem ser mencionados em todas as áreas curriculares de todas as etapas educativas, visto que impregnam e afetam todos os elementos do currículo.”

Neste cenário descrito, Jares (2002) destaca algumas características básicas dos temas transversais e que contribuem para a nossa relação de pesquisa da EP e as cinco pedagogias da paz nas aulas de educação física inclusiva. Desta maneira, entre as principais características dos temas transversais que contribuem para essa relação intrínseca, podemos destacar no que diz Jares (2002, p. 162-167):

1º Se, como dissemos, os temas transversais afetam toda a ação educativa em todas as áreas e níveis educativos, requerem seu planejamento e sua correspondente execução e avaliação por parte de toda a comunidade educativa, especialmente da equipe docente [...] 2º Nesse mesmo terreno, é necessário evitar reduzir os temas transversais ao trabalho pontual de celebrar uma efeméride [...] 3º Existe uma interação mútua entre os conteúdos das áreas e os dos temas transversais, assim como entre os próprios temas transversais. [...] Além disso, a EP dificilmente pode ser separada de outros temas transversais enumerados pelo MEC, como a educação não sexista (o sexismo não deixa de ser um tipo de violência e uma violação dos direitos humanos), a educação para o consumo [...] e da educação ambiental [...] 4º Os temas transversais, ainda que façam referência fundamental a valores e atitudes, também pressupõem conteúdos de tipo conceitual e procedimental, existindo entre todos eles uma estreita e necessária relação. [...] 5º Consideramos o conflito como conceito central no qual se assentam os temas transversais, tanto por seu significado conceitual na maioria deles – é o caso da EP; [...] 6º A própria complexidade e ambiguidade das temáticas a que se referem os temas transversais [...] 8º A construção do discurso educativo sobre os temas transversais têm de se realizar, como ocorre com o discurso educativo em geral, em íntima conexão com a sociedade, dado que se trata de problemas sociais, ecológicos, econômicos, etc.

Nessa percepção, os temas transversais nas aulas de EF, requer uma organização pedagógica e planejamento, cabe, portanto, uma formação continuada adequada e estruturação do trabalho pedagógico junto à equipe docente. Principalmente no que se refere a característica apontada por Jares (2002) de não reduzir este trabalho apenas em trabalho pontual, ou seja, este processo na educação física inclusiva deve ser constante na busca de construção de valores, garantia dos direitos humanos, práticas de vivências inclusivas constantes, redução dos conflitos e práticas excludentes nas aulas de EF. Assim, concordamos com os pontos mencionados anteriormente, é necessária uma interação mútua para as práticas dos temas transversais e a sua relação com uma educação inclusiva, além de uma relação dos temas atuais da sociedade com as propostas dos jogos na EF.

Observamos também a complexidade em abordar as cinco pedagogias da paz nos componentes curriculares da EF numa perspectiva inclusiva. Porém, este é um desafio de todos os professores em busca de práticas inclusivas, principalmente no que tange a diversidade dos temas transversais como saúde, igualdade de gênero, EP, meio ambiente, pluralidade cultural, etc. Estes desafios partem desde a formação dos professores e outros aspectos como a grade curricular obrigatória a ser seguida e os demais temas garantidos por lei, mas é importante frisarmos que a aplicação da EP através das cinco pedagogias pode ficar com um caminho mais leve quando se trabalha de forma colaborativa e interdisciplinar.

Destaca-se em trabalhar os cinco eixos da EP de maneira integrada, ou seja, um conjunto de possibilidades realizadas de forma transversal, valorizando principalmente o currículo, mas que contribua na formação humana do educando, tornando-se um ponto chave para a inclusão e a promoção da paz. Os jogos através da ludicidade contribuem para esta integração do currículo, tornando esta proposta de desenvolvimento dos cinco eixos da EP nas séries iniciais do ensino fundamental concreta, buscando uma educação holística nas aulas de educação física inclusiva. Afirma Jares (2002, p. 152):

Por isso, partindo da consideração de que a atividade lúdica também não é neutra, interessa-nos potencializar um tipo de jogo que fomente os valores relativos à paz, como a cooperação, a participação, a autoafirmação, a comunicação, a empatia, etc. Referimo-nos a esse tipo de jogo, conhecido sob a epígrafe de jogo cooperativo e que temos utilizado com um êxito notável há muitos anos [...].

Ao aplicar estes assuntos nos anos iniciais do ensino fundamental nas aulas de educação física inclusiva, alguns eixos das cinco pedagogias da paz podem estar presentes com mais naturalidade. A pedagogia dos valores humanos está presente nas formas de convivência durante os jogos, durante os esportes, em valores importantes nas práticas de vivência como o respeito, cooperação, autonomia, amizade, etc. Nesta característica de integração a pedagogia da conflitologia, pode estar presente nos momentos de criação de novas regras dos jogos, o respeito pelas regras impostas, ou em pequenos conflitos durante o jogo nas aulas. Já a pedagogia das vivências e convivências estão presentes em todos os momentos nas aulas de EF, na troca de experiência, no objetivo em comum de cumprir a tarefa destinada durante o jogo, no *fair-play*, nos jogos cooperativos com o objetivo de vencer em grupo, através da lógica de que todos ganham.

A pedagogia da ecoformação pode estar presente nas aulas de educação física inclusiva das séries iniciais, através das práticas de aventura e natureza, mostrando para os alunos a importância de cuidar do meio ambiente, a importância da preservação do nosso meio para a

realização de práticas de aventura e natureza, reconhecer quais os esportes de aventura mais praticados no mundo, etc. A pedagogia da ecoformação e a pedagogia dos direitos humanos nas aulas de EF podem ganhar melhor visibilidade nas séries finais do ensino fundamental ou no ensino médio, no sentido que passam para a fase da adolescência e ganham mais maturidade e entendimento das relações sociais, no cuidado com o meio em que vivem e inicia a fase de discussão sobre assuntos relacionados à política, além de relacionar com assuntos referente as aulas de EF como qualidade de vida, direito à saúde, direito à educação, direito as pessoas com deficiência, etc.

Após estas ressalvas, reconhecemos as importâncias das práticas corporais, a ludicidade e os jogos cooperativos, jogos de simulação, entre outros, como ferramentas para utilizar na aplicabilidade dos cinco eixos da pedagogia da paz na perspectiva inclusiva. Jares (2002, p. 172) menciona que o ambiente escolar deve trabalhar por igual todos os alunos e aponta os direitos humanos deve ponderar a organização da escola, no sentido de contribuir para o bem comum de todos, professores, alunos e comunidade.

Mesmo nas séries iniciais a aplicação da pedagogia dos direitos humanos pode estar presente nas aulas de EF, como forma de conscientização, proporcionando através dos diversos jogos a importância de garantir o direito a todos os cidadãos a uma educação inclusiva de qualidade, a garantia de práticas esportivas a todas as pessoas, entre outros direitos. Nesse sentido, Jares (2002) demonstra diversas atividades que contribuem para os componentes dos direitos humanos, nos quais destacamos os jogos de simulação e as dinâmicas de grupos que podem ser realizadas nos anos iniciais nas aulas de EF. Declara Jares (2002, p. 173):

[...] Representações teatrais com fatos históricos ou atuais que tenham a ver com os direitos humanos; Projeção de filmes que desenvolvam aspectos de defesa dos direitos humanos ou críticos com sua violação; Comentários de textos; dinâmica de grupo; Estudo de caso; Jogos de simulação e de papel, etc.

Salles Filho (2019, p. 381) concretiza que estes cinco elementos da pedagogia da paz são possíveis de serem realizados nas práticas pedagógicas escolares, apesar das dificuldades em sistematizar, são fundamentais para acompanhar os conceitos e relação entre paz, conflito e violência. Afirmamos também a questão de um olhar mais complexo, pensando na perspectiva sempre da educação inclusiva, visando sempre um trabalho colaborativo, pensando sempre na relação entre CP e inclusão na escola. Evidenciamos esta visão complexa em microdimensão e macrodimensão de acordo com Salles Filho (2019, p. 382):

Perceber a relação entre macrodimensões e macrodimensões ao tratar sobre violências, paz, convivências, valores e direitos humanos, cidadania planetária, entre muitos outros fatores que influenciam a vida, requer uma postura colaborativa, cooperativa e transdisciplinar, somando as “certezas” das especificidades com as “incertezas” de tantas situações críticas de nosso tempo, que afetam a vida em todas as suas formas.

Argumentamos neste capítulo alguns elementos das cinco pedagogias da paz que são importantes no contexto transversal nas séries iniciais do ensino fundamental, no sentido de ações pedagógicas inclusivas. Cada um destes elementos pedagógicos visa demonstrar que é possível promover uma mudança social e conscientização dos educandos com a aplicação nos conteúdos estruturantes da EF. Como o objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições da EP na educação física inclusiva, é importante aludir o quadro síntese dos elementos pedagógicos básicos das cinco pedagogias da paz de Salles Filho (2019), com a finalidade de buscarmos a melhor relação deste tema transversal com a educação física inclusiva. Isso é explicitado por Salles Filho (2019, p. 368), conforme quadro 02 a seguir:

QUADRO 02 - Elementos básicos das Cinco Pedagogias da Paz.

(continua)

COMPONENTES DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ	ELEMENTOS PEDAGÓGICOS BÁSICOS
Pedagogia dos valores humanos com foco na educação para a paz	Refletir sobre os valores humanos; dialogar sobre valores humanos (intergeracionais, inter-religiosos e interculturais); entender e refletir sobre a relação entre valores universais e cotidianos; questionar os valores sempre na perspectiva das diferenças e aproximações; construir valores adequados à diversidade do século XXI; redimensionar valores relacionados à família, sociedade, espiritualidade, entre outros; perceber que os valores humanos são fundamentais para o estabelecimento da cultura de paz.
Pedagogia dos direitos humanos com foco na educação para a paz	Considerar, mas flexibilizar o campo de educação em direitos humanos; partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e discuti-la diante dos problemas atuais da humanidade e do cotidiano; conceber os direitos humanos na relação com os valores humanos, no sentido da sustentabilidade da vida; perceber na Constituição Federal de 1988 os aspectos fundamentais na busca pela cultura de paz; pensar nos direitos humanos em relação a pobreza, miséria, morte, entre outros flagelos da humanidade, olhando para o Brasil, mas também para todos os problemas no mundo que afetam diretamente os direitos fundamentais à vida.
Pedagogia da conflitologia com foco na educação para a paz	Entender o campo de mediação de conflitos e de sua relação de forma não violenta; perceber o conflito como elemento criativo e de crescimento nas relações; estimular a resolução não violenta dos conflitos pela construção de diálogo, empatia, equilíbrio, tolerância e respeito às diferenças; possibilitar espaços para a construção de boas experiências de mediação, balizados pelas perspectivas dos círculos de paz (restaurativos), comunicação não violenta etc.; reconhecer o papel decisivo da mediação, da conciliação e da solução de conflitos como postura altamente favorecedora da cultura de paz.
Pedagogia da ecoformação como foco na educação para a paz	Afirmar a sustentabilidade como valor fundamental para o século XXI; sair da dicotomia “homem-meio-ambiente” para ser humano no mundo e a “cidadania planetária”; entender que “tudo reage sobre tudo”, ou seja, as pequenas ações têm repercussão, seja como homem, seja como natureza, planeta, energia etc.; entender a perspectiva da transcendência como a espiritualidade na prática cotidiana, relacionada com os valores, os direitos e a mediação; valorizar a vida plena como ideal e, ao mesmo tempo, construção de novas realidades; entender que a ecoformação lança o indivíduo em sua integralidade rumo à vida, na perspectiva da busca por uma cultura de paz consigo mesmo, com o outro e com o planeta.

QUADRO 02 - Elementos básicos das Cinco Pedagogias da Paz.

(conclusão)

Pedagogia das vivências / convivências como foco na educação para a paz	Reconhecer a corporeidade e a ludicidade como pontos centrais nas práticas pedagógicas; reconhecer dinâmica de grupo, jogos cooperativos, jogos harmonização, relaxamento, música, expressão corporal, práticas circulares, diálogos (duplas / trios) etc. como formas de viver e conviver, e não apenas como “instrumentos” de educação; valorizar ações em grupo, na escola e na comunidade etc.; redimensionar o padrão das convivências; aprender / reaprender a conviver com mais leveza e reencontro nas relações.
---	--

Fonte: SALLES FILHO, N. A. **Cultura de paz e educação para a paz**: Olhares a partir da complexidade. Campinas: Papirus, 2019. 400 p.

No entanto, o quadro acima construído por Salles Filho (2019), faz-nos refletir sobre os valores humanos durante as aulas e buscar formas de aplicação durante as práticas na EF. Da mesma maneira, como os problemas do mundo e a negação dos direitos humanos podem interferir no desenvolvimento escolar, além da percepção de buscar melhores formas de mediar os conflitos que ocorrem nas aulas de EF por inúmeras circunstâncias. Assim, práticas reflexivas que fazem a criança entender o contexto em que vivem e reconhecer a importância das convivências são fundamentais desde as séries iniciais, assim, fundamenta-se este objeto de pesquisa em aplicar estes elementos básicos das cinco pedagogias da paz nos conteúdos estruturantes da EF.

Levando em consideração as práticas de vivências corporais que a EF proporciona e as suas contribuições nas relações humanas e prevenção das diversas formas de violência, torna-se essencial abordar esta disciplina nas séries iniciais do ensino fundamental voltada para uma reflexão sobre os elementos pedagógicos das cinco pedagogias da paz e a sua relação com a EP. No decorrer do próximo capítulo da pesquisa, serão apresentados os caminhos metodológicos e os instrumentos de coleta de dados aplicados para a realização da intervenção pedagógica em busca de tornar uma educação física inclusiva através de práticas vivenciais da EP.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Na sequência deste trabalho, no próximo capítulo será apresentado, baseado na problemática da pesquisa o referencial teórico e a construção da temática EP e as cinco pedagogias da paz no âmbito de uma educação física inclusiva nos anos iniciais, a fim, de proporcionar inserções pedagógicas inclusivas nas aulas de EF.

Desta maneira, os métodos nos ajudam a identificar e confirmar os procedimentos na pesquisa conduzida. O presente capítulo irá abordar os caminhos metodológicos que levaram o pesquisador a buscar respostas para o problema da pesquisa e estão divididos na seguinte sequência: campo de investigação; participantes da pesquisa; o percurso metodológico e os instrumentos de coleta de dados; metodologia e análise de dados; recurso educacional; breve descrição do recurso educacional. Gil (2008, p.8) alude como “um caminho para se chegar a um determinado fim”. E método científico como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

3.1 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O desenvolvimento do projeto ocorreu no município de Ponta Grossa, que está situado no Estado do Paraná. A escolha deste município brasileiro se deu pelo fato de ser o local em que o pesquisador mora, estuda e trabalha.

O município de Ponta Grossa está localizado no interior do estado do Paraná, aproximadamente 114 km de Curitiba, capital do Estado (Ponta Grossa, 2023), e tem uma população estimada no último censo de 358.367 habitantes (IBGE, 2022).

Ponta Grossa possui 88 escolas municipais, sendo 75 escolas de educação em tempo integral e 13 escolas de educação de tempo parcial, com 120 professores de EF e aproximadamente. Esta pesquisa e recurso educacional é essencial e consiste em suporte para estes profissionais da rede municipal de educação.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos das séries iniciais da Escola Municipal Professora Zahira Catta Preta Mello. A escola possui matriculados 528 alunos, com turmas de ensino no tempo integral e parcial. Os alunos participantes da pesquisa estão matriculados nas turmas dos 5º anos, na faixa etária dos 09 e 10 anos de idade, do período parcial e integral.

A escolha das turmas, deve-se ao fato de estarem mais tempo juntos vivenciando o ambiente escolar, além do amadurecimento dos estudantes por estarem no último ano respectivamente, possibilitando uma análise melhor dentro do tema escolhido para a pesquisa.

Os envolvidos na pesquisa participaram mediante aceite ao convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo responsável e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelo discente. A pesquisa teve início somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao sistema CEP / CONEP e o aceite do trabalho pela Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa – Paraná. Vale ressaltar que a Secretaria de Educação possui o termo de autorização de uso de imagem, termo este que é devidamente assinado pelo responsável do aluno e arquivado na secretaria da escola com os demais documentos.

Após a concordância e assinatura dos termos, participaram da pesquisa um total de 82 alunos, divididos em 4 turmas do 5º ano. A turma do 5º ano A participou com 20 alunos, a turma do 5º ano B participou com 19 alunos e as turmas do 5º ano C e 5º ano D com 19 e 24 alunos, respectivamente. As turmas do 5º ano A e B, são alunos que frequentam a escola de maneira integral. Já, os alunos do 5º ano C e D estudam apenas no período matutino, frequentando a escola de forma parcial.

A instituição de ensino escolhida para a pesquisa fica localizada na vila Cipa, região do bairro de Vila Oficinas na cidade de Ponta Grossa. A escola atualmente possui 19 turmas, sendo quatro turmas de infantil V, três turmas de primeiro ano, duas turmas de segundo ano, três turmas de terceiro ano, três turmas de quarto ano e quatro turmas de quinto ano.

A escola possui amplo espaço para aplicabilidade do projeto de pesquisa, com amplo pátio externo, quadra poliesportiva, biblioteca, laboratório de aprendizagem criativa, sala de recurso multifuncional, refeitório, sala de EF, além de 18 salas de aula.

3.3 O PERCURSO METODOLÓGICO E OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

De acordo com Gil (2008, p. 17) a pesquisa é definida como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Para Marconi e Lakatos (2003, p. 83) método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Desta maneira, é necessário de forma detalhada informar

os procedimentos adotados na investigação, o tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas, bem como os instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise.

A partir da problemática que direcionou esta pesquisa e da delimitação dos objetivos, buscou-se arquitetar os métodos e técnicas que levassem de forma correta cumprir os objetivos estabelecidos. Com o intuito de resolver os problemas do presente projeto, este estudo caracterizou-se como o formato de pesquisa aplicada (Barros; Lehfeld, 2014).

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, a qual nas palavras de Chizzotti (2006, p. 83) “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Nas palavras de Creswell (2010, p. 26) expõe que “os pesquisadores qualitativos tendem a coletar dados no campo e no local em que os participantes vivenciam a questão ou o problema que está sendo estudado.” Diante disso, essa pesquisa está voltada unicamente para os aspectos centrados na escola, aos alunos, com o objetivo de ser realizada no local das vivências pedagógicas deles. Na busca de entender os fatos, este modo de pesquisa possui características que diferem da pesquisa quantitativa:

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação (Creswell, 2010, p. 206).

O interesse da pesquisa é buscar informações para a ocorrência dos fatos, além dos motivos e significados dos fenômenos atuais em sua totalidade, levando em conta os fenômenos sociais, características estas da pesquisa qualitativa. Assim, a pesquisa qualitativa visa “a mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentam novos contextos e perspectivas sociais” Flick (2009, p. 20).

A presente pesquisa se configura como exploratória, por ter como objetivo uma visão sobre contribuições pedagógicas nas aulas de EF da rede municipal de educação de Ponta Grossa – Paraná, em frente a uma educação inclusiva, abordando a EP. E a leitura de mundo na perspectiva da criança sobre o tema paz, conflito e violência. M.M. Oliveira (2007, p. 65) alude que:

A pesquisa exploratória objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de

documentos [...]. Portanto, esse tipo de pesquisa desenvolve estudos que dão uma visão geral do fato ou fenômeno estudado. Em regra geral, um estudo exploratório é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado, sendo difícil a formulação e operacionalização de hipóteses. Muitas vezes, esse tipo de estudo se constitui em um primeiro passo para a realização de uma pesquisa mais aprofundada.

Portanto, adotou-se como estratégia a combinação das pesquisas bibliográficas e pesquisa documental, com a pesquisa de campo e participante. Ainda, por se tratar de investigação dos participantes envolvidos, este estudo se caracterizou como pesquisa-ação. Este estilo de pesquisa para Thiollent (1985, p. 14) é definido como:

[...] pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado, construído através de livros, dissertações, teses, artigos científicos, proporcionando uma cobertura maior dos fenômenos da pesquisa. A pesquisa documental, apesar das semelhanças com a pesquisa bibliográfica, é formada a partir de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico (Gil, 2008).

Já a pesquisa de campo Gil (2008, p. 53) ressalta que pode ser voltada para qualquer atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.”

Por fim, a pesquisa participante para Brandão (1988) consiste principalmente nas experiências vividas entre os pesquisadores e os seus envolvidos, neste caso os alunos participantes da pesquisa. No entanto, busca-se apreender através das relações sociais e de conflitos, além do aprendizado dinâmico e crítico conforme a realidade que os participantes da pesquisa estão inseridos:

Apreender a rede de relações sociais e de conflitos de interesse que constitui a sociedade, captar os conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente, explorar as brechas e contradições que abrem caminho para as rupturas e mudanças, eis o itinerário a ser percorrido pelo pesquisador que se quer deixar educar pela experiência e pela situação vividas (Oliveira, Rosiska Darcy de; Oliveira, Miguel Darcy, 1988, p. 25).

Para fundamentação desta pesquisa foram utilizados os referenciais teóricos dos seguintes autores: para discutir os desafios da EF, educação física inclusiva os autores Tubino (2011), Soler (2005); para tratar da educação inclusiva e inclusão social: Mantoan (2015),

Mittler (2003) e Sasaki (2010); para debater sobre a EP e prevenção à violência: Callado (2004), Cerio (2004), Guimarães (2003, 2011), Jares (2002), Rayo (2004), Salles Filho (2019), Serrano (2002), respectivamente. Também como referencial teórico para o projeto de pesquisa foi necessário recorrer a BNCC (Brasil, 2018a) e o Referencial Curricular Ponta Grossa (2020), além das legislações nacionais e documentos oficiais da ONU e UNESCO para compreender como estavam estruturados os conteúdos a respeito dos temas abordados.

Para obter-se os dados necessários para o estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: observação, mapeamento do grupo de estudantes, rodas de conversas durante as aulas, anotações diárias, gravações em áudios, registros fotográficos, filmagens, entrevistas em pequenos grupos, atividades escritas e práticas realizadas pelos alunos do estabelecimento de ensino.

A pesquisa com crianças, tem as suas particularidades e procedimentos metodológicos que diferem da pesquisa com adultos. É necessário a observação, a participação, a interação com as crianças, além da investigação e interpretação do estudo de caso. No entanto, é necessário utilizar de mais instrumentos metodológicos com o público-alvo crianças, entre os quais podemos citar a observação participante, desenhos, registros fotográficos, filmagens, entrevistas, etc.

É preciso pensar em uma nova prática, dinâmica e constante, para o real aprendizado para a realidade escolar, em busca de uma educação inclusiva, além de efetivar uma CP nas aulas de EF. Para isso é necessário buscar metodologias e estratégias que proporcionem reflexão da prática para os educandos, pois o processo para a inclusão e paz é contínuo e requer uma mudança de cultura que perpassa pelos alunos. A pesquisa participante é essencial para alcançarmos os objetivos deste estudo utilizando-se de cinco momentos de prática por Brandão e Streck (2006, p. 18): “partir da prática, sistematizar a prática, teorizar a prática, aprofundar a prática e a nova prática.”

O conjunto de práticas pedagógicas implementadas durante as intervenções nas aulas estabelece o nosso recurso educacional na elaboração de um e-book digital relacionado aos temas de estudo: EP e prevenção à violência nos componentes curriculares da EF. Este caderno conta com subsídio teórico-metodológico em torno destes conteúdos, além de possibilidades de intervenções pedagógicas por meio de atividades sistematizadas. A implementação dos conteúdos nas aulas de EF está voltada de maneira transversal com as cinco pedagogias da paz.

Durante o processo de intervenção pedagógica (práticas vivenciais) os alunos com deficiência foram auxiliados por um tutor, sendo o próprio colega de turma. No intuito de aplicar práticas de EP, numa perspectiva inclusiva nas aulas de EF, em todos os momentos de

intervenção foram escolhidos 04 alunos tutores para auxiliar os colegas durante as aulas e para as turmas que não apresentavam alunos com deficiência o professor escolheu 4 alunos que realizaram as aulas utilizando venda nos olhos ou praticaram na cadeira de rodas, para que todos vivenciassem a experiência de realizar a aula com as limitações que uma pessoa com deficiência possui e posteriormente para vivenciar a prática da tutoria.

No sentido de buscar uma educação inclusiva e pacífica é preciso criar a conscientização dos educandos e este caminho demanda de um processo contínuo, para isso, optamos em utilizar da metodologia da tutoria durante a execução das práticas vivenciais. Schuller *et al.* (2016, p. 3) alude a tutoria como:

Uma das estratégias de ensino em que o professor prepara um colega da mesma sala de aula ou da escola do aluno com deficiência para auxiliá-lo na execução das atividades. Esse tipo de estratégia, além de propiciar condições para a inclusão, também contribui no processo de empoderamento das pessoas com deficiências e em sua participação efetiva nas aulas de EF.

3.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção iremos apresentar a metodologia utilizada durante a aplicação do estudo. A pesquisa na unidade escolar deu início após o aceite da direção e equipe pedagógica. Foi apresentado os objetivos e a importância da pesquisa para a coordenação pedagógica e professores das turmas dos 5º anos do ensino fundamental. Conforme já mencionado, a pesquisa iniciou somente após a aprovação do CEP / CONEP e demais termos, como o TCLE, TALE e autorização de imagem e termo de anuência pela entidade responsável.

Os alunos foram convidados a participar da pesquisa, recebendo todas as informações sobre a pesquisa e como seria a participação, e a sua adesão voluntária. Após a autorização dos responsáveis, os alunos escolhidos foram observados durante as aulas e participaram das práticas vivenciais (intervenções pedagógicas) sobre a temática EP e educação física inclusiva. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 190) a observação é “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.”

Foram realizadas a observação participante, onde o pesquisador teve o contato com os alunos, interagindo com o contexto pesquisado, sendo realizada de forma sistematizada e sem interferir nas respostas. Neste momento, conforme o roteiro das aulas, o pesquisador analisou as respostas, as vivências, as interações e discussões dos alunos sobre os temas paz, violência,

conflitos e inclusão escolar. Na observação participante o pesquisador “deve estabelecer uma relação direta com grupos ou pessoas, acompanhando em situações informais ou formais e interrogando-os sobre os atos e seus significados por meio de um constante diálogo” (Oliveira, Maria Marly de, 2007 p. 81).

A aplicação das inserções pedagógicas (práticas vivenciais) ocorreu após a sondagem e mapeamento do grupo de estudantes. As atividades pedagógicas foram realizadas nos conteúdos dos componentes curriculares das unidades temáticas da disciplina de EF, nas quais podemos citar: brincadeiras e jogos, dança, esportes, ginásticas e lutas (BNCC). Estes conteúdos foram abordados na perspectiva inclusiva e com o foco voltado para as cinco pedagogias da paz (Salles Filho, 2019).

O esporte como fenômeno social tem o seu papel fundamental na construção de uma CP e um ambiente escolar mais inclusivo. Além, desta unidade didática, o componente curricular brincadeiras e jogos, através dos jogos cooperativos foram essenciais para as inserções pedagógicas no desenvolvimento desta pesquisa. Diante disso, foram realizados durante as aulas de EF encontros semanais para o desenvolvimento das intervenções pedagógicas na perspectiva inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência.

Durante a intervenção pedagógica monitoradas pelo professor, os alunos envolvidos na pesquisa, participaram de uma entrevista sobre os temas aplicados, sendo eles a paz, violência, conflitos, inclusão escolar. O processo da entrevista estruturada foi realizado pelo pesquisador, através de perguntas abertas e fechadas, podendo ser respondidas dentro de uma conversa informal em pequenos grupos, seguindo um roteiro prévio. O intuito do pesquisador na entrevista com os alunos participantes é analisar a perspectiva das crianças sobre o tema, uma visão através de relatos e leitura do mundo. Para Gil (2008, p. 117) “a entrevista estruturada se desenvolve a partir de perguntas fixas, com um caráter metódico.”

A entrevista foi realizada na 2ª etapa das intervenções, concomitantemente com as observações durante as intervenções pedagógicas sobre o tema paz, conflito, violência e inclusão escolar. Desta maneira, foi realizada no formato em grupos pequenos com os alunos participantes, utilizando do diálogo entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, ouvindo os alunos, observando as maneiras que experimentam, criam e recriam as situações de mundo. Esta proposta em observar, dialogar com os alunos e perguntar, coloca eles como sujeito central da pesquisa, proporciona um ambiente de interação com o pesquisador, além de investigar como eles veem o mundo em seu ambiente de estudo do cotidiano.

Aplicou-se a pesquisa com os educandos em 10 planos de aulas, nos quais foram realizados no próprio ambiente da Escola Municipal Professora Zahira Catta Preta Mello, conforme a disponibilidade de data e horário da disciplina de EF, estabelecido pela coordenação pedagógica no início do ano letivo. Para a realização de cada plano de aula foram necessários dois encontros de intervenção pedagógica, portanto, no total foram realizados 20 encontros de 01 hora e 30 minutos cada um deles.

As intervenções pedagógicas ou práticas pedagógicas com os discentes foram divididas em duas etapas. Na primeira etapa ocorreu as observações e intervenções pedagógicas através das aulas planejadas pelo pesquisador com o foco na cinco pedagogia da paz. Na segunda etapa, foram realizadas as observações e entrevistas sobre os temas paz, violência, conflitos e inclusão escolar, os relatos de leitura do mundo com os participantes da pesquisa sobre o tema de estudo, além de atividades de práticas vivenciais sobre educação física inclusiva e sua relação com a EP.

Utilizou-se o seguinte cronograma de intervenções pedagógicas, conforme quadro 03 abaixo:

QUADRO 03 - Cronograma de Intervenções Pedagógicas.

(continua)

TEMA	MÊS	ATIVIDADES / INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS
1ª etapa		
Pedagogia dos Direitos Humanos (necessidade de 2 encontros) Plano de Aula 01	Abril (turmas do 5º ano integral e parcial)	Desenvolvimento da Intervenção pedagógica (Observações, mapeamento, rodas de conversas, anotações, registro fotográfico e atividades).
Pedagogia dos Valores Humanos (necessidade de 4 encontros) Plano de Aula 02 e 03	Abril (turmas do 5º ano integral) / Maio (5º ano parcial)	Desenvolvimento da Intervenção pedagógica (Observações, mapeamento, rodas de conversas, anotações, registro fotográfico e atividades).
Pedagogia das Vivências / Convivências (necessidade de 4 encontros) Plano de Aula 04 e 05	Abril e maio (turmas do 5º ano integral) / Maio e Junho (turmas do 5º ano parcial)	Desenvolvimento da Intervenção pedagógica (Observações, mapeamento, rodas de conversas, anotações, registro fotográfico e atividades).
Pedagogia da Ecoformação (necessidade de 2 encontros) Plano de Aula 06	Maio (turmas do 5º ano integral) / Julho (turmas do 5º ano parcial)	Desenvolvimento da Intervenção pedagógica (Observações, mapeamento, rodas de conversas, anotações, registro fotográfico e atividades).
Pedagogia da Ecoformação e Conflitologia (necessidade de 2 encontros) Plano de Aula 07	Maio (turmas do 5º ano integral) / Julho e Agosto (turmas do 5º ano parcial)	Desenvolvimento da Intervenção pedagógica (Observações, mapeamento, rodas de conversas, anotações, registro fotográfico e atividades).
2ª Etapa		
Pedagogia da Conflitologia - Paz, Conflito e Violência / Práticas inclusivas (necessidade de 2 encontros) Plano de Aula 08	Maio e junho (turmas do 5º ano integral) / Agosto (turmas do 5º ano parcial)	Observação dos alunos Entrevista sobre o tema Relatos de leitura do mundo construído pelos alunos

QUADRO 03 - Cronograma de Intervenções Pedagógicas.

		(conclusão) Desenvolvimento da Intervenção pedagógica
Inclusão Escolar e EP (necessidade de 2 encontros) Plano de Aula 09	Junho (turmas do 5º ano integral) / agosto e Setembro (turmas do 5º ano parcial)	Observação dos alunos Entrevista sobre o tema Relatos de leitura do mundo construído pelos alunos Desenvolvimento da Intervenção pedagógica
Atividades de Esportes Inclusivas (necessidade de 2 encontros) Plano de Aula 10	junho (turmas do 5º ano integral) / setembro (turmas do 5º ano parcial)	Realização de atividades esportivas inclusivas. Finalização das entrevistas e encerramento das atividades.
Entrevista realizada através de roda de conversa em pequenos grupos. Relatos de leitura do mundo e as intervenções pedagógicas que foram aplicadas corretamente durante os encontros, foram utilizados como base e estão no recurso educacional.		

Fonte: O autor

Devido a diferença do número de aulas das turmas do 5º ano integral, totalizando duas aulas de EF semanais, e as turmas do 5º ano parcial com apenas uma aula na semana, foi necessário estabelecer um cronograma de encontros diferenciado para aplicação das práticas vivenciais. Para a melhor compreensão da aplicabilidade, utilizou-se o seguinte cronograma, conforme a tabela 01 abaixo:

TABELA 01 - Cronograma de encontros – práticas vivenciais.

(continua)		
2 turmas de 5º ano integral (5º ano A e B), duas aulas na semana		
Meses	Dias da semana	Número de encontros
Abril	01 a 05	2
Abril	08 a 12	4
Abril	15 a 19	6
Abril	22 a 26	8
Abril / maio	29 a 03 de maio	10
Maio	06 a 10	12
Maio	13 a 17	14
Maio	20 a 24	Não realizado
Maio	27 a 31	15
Junho	03 a 07	17
Junho	10 a 14	19
Junho	17 a 21	20
2 turmas de 5º ano parcial (5º ano C e D), uma aula na semana		
Meses	Dias da semana	Número de encontros
Abril	01 a 05	1
Abril	08 a 12	2
Abril	15 a 19	3
Abril	22 a 26	4
Abril / maio	29 a 03 de maio	Não realizado
Maio	06 a 10	5

TABELA 01 - Cronograma de encontros – práticas vivenciais.

		(conclusão)
Maio	13 a 17	6
Maio	20 a 24	Não realizado
Maio	27 a 31	7
Junho	03 a 07	8
Junho	10 a 14	Não realizado
Junho	17 a 21	9
Junho	24 a 28	10
Julho	01 a 05	11
Julho	24 e 25	12
Julho	29 a 31	13
Agosto	05 a 09	14
Agosto	12 a 16	15
Agosto	19 a 23	16
Agosto	26 a 30	17
Setembro	02 a 06	18
Setembro	09 a 13	19
Setembro	16 a 20	20

Fonte: O autor

Vale ressaltar que a carga horária de cada aula de EF, conforme o Referencial Curricular Ponta Grossa (2020) é de 1 hora e 30 minutos. Todas as turmas durante a aplicação da pesquisa tiveram as aulas já no primeiro período (matutino), até mesmo para as turmas do período integral.

Os dados foram gravados, transcritos e submetidos a análise de conteúdo, mediante o aceite dos sujeitos da pesquisa e dos responsáveis pelos alunos. Ressalta-se que os áudios gravados tiveram apenas a finalidade de serem ouvidos pelo pesquisador para auxiliarem na transcrição de suas falas, pois apresentam elementos importantes à medida em que trazem perspectivas, concepções e relatos essenciais acerca da temática.

A análise dos dados obtidos durante a pesquisa foi realizada através dos elementos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A técnica de análise de conteúdos proposta por Bardin divide-se em três etapas principais: a primeira, conhecida como pré-análise, envolve a organização dos dados. A segunda etapa, de exploração, consiste na seleção de unidades e codificação dos conteúdos. Já na terceira etapa, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, para a validação da pesquisa.

Com base nas categorias estabelecidas antes do trabalho de campo, foi necessária uma fundamentação teórica sólida dos estudos sobre os temas: educação física inclusiva, EP, prevenção à violência. A partir das categorias e das respostas fornecidas pelos sujeitos, obtidas por meio das pesquisas de campo, bibliográfica e documental, foi possível interpretar os dados

e contribuir para a solução do problema de pesquisa. A análise dos documentos permitiu a discussão sobre o tema e, assim, propor a elaboração do recurso educacional, contribuindo com a prática pedagógica inclusiva do professor de EF.

Sendo assim, a redação do texto deste trabalho procede da análise de todo o material, do tratamento do conteúdo e a vinculação da literatura científica sobre os temas mencionados.

Como possíveis riscos ou desconforto em relação à participação dos educandos no desenvolvimento da pesquisa que surgiram foi a insegurança de responder algumas perguntas no coletivo, principalmente às relacionadas a assuntos familiares ou ao citar exemplos de violência no ambiente escolar. Percebeu-se algum receio em atividades de interações entre os pares, principalmente com aqueles que possuem menos afinidade, mas este desconforto foi momentâneo e o aluno teve autonomia em não querer participar da atividade proposta. Os discentes em qualquer momento ficaram livres para participar ou não e pedir para não responder alguma pergunta ou, caso já estivesse respondido, para não se aprofundar na resposta que estava dando, ou ainda, pedir para parar a entrevista, retirando a sua resposta.

Os procedimentos adotados pelo pesquisador para a redução dos riscos e desconfortos dos participantes foi por meio do diálogo e interação com os alunos. Todos os participantes em qualquer momento da pesquisa, mesmo depois de consentir com a pesquisa e com o consentimento de seus pais ou responsáveis, poderiam deixar a pesquisa em qualquer momento. Porém, não ocorreu desistência ao decorrer da pesquisa, somente a transferência de 3 alunos durante o ano letivo e 2 alunos remanejados de turma, totalizando 79 participantes da pesquisa nas turmas de 5º ano.

Na próxima seção, pretende-se mencionar de forma breve a estrutura do recurso educacional e os desdobramentos da pesquisa, com os benefícios para educandos, a sua contribuição para a melhoria das práticas de relações humanas no ambiente escolar entre os alunos, promovendo melhores relações e convívio na sala de aula entre os pares. Visa também a contribuição da pesquisa para a construção de um cidadão mais crítico e reflexivo frente aos assuntos referentes aos valores humanos, direitos humanos. Estas reflexões são frutos do resultado da pesquisa que veremos com maiores detalhes no decorrer dos capítulos.

3.5 RECURSO EDUCACIONAL

O Manual Documento da Área de Ensino da CAPES (Brasil, 2016, p. 14) classifica as tipologias de recurso educacional nas seguintes categorias: “mídias educacionais; protótipos

educacionais e materiais para atividades experimentais; proposta de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos.”

O recurso educacional escolhido, trata-se de sugestões de atividades práticas, sendo realizado através de uma proposta de intervenção pedagógica nas séries iniciais do ensino fundamental nas aulas de EF. A tipologia referente ao produto mencionado é uma proposta de ensino, podendo entrar também na classificação de uma mídia educacional.

Para atender a um dos objetivos a ser alcançado apresenta-se um recurso como parte integrante da pesquisa. Neste contexto, foi realizada a criação de um e-book digital, utilizando das concepções teóricas, saberes e práticas da EF e da EP, na perspectiva inclusiva dos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência. As atividades práticas realizadas durante as aulas de EF, que corresponderam com o tema da pesquisa, possíveis de serem aplicadas para os alunos da faixa etária de 09 e 10 anos de idade, ou seja, que estão no 5º ano das séries iniciais do ensino fundamental, foram selecionadas para fazer parte deste recurso educacional.

Como definição, o recurso educacional apresenta as seguintes características, conforme Moreira (2004, p. 134): “[...] o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais.”

A escolha do e-book digital como recurso educacional deve-se ao fato de ser de fácil alcance aos professores interessados sobre o tema, podendo chegar a todos que tiverem acesso à *internet*, visando a melhoria na formação dos profissionais. Entre as características principais dos recursos digitais estão a fácil acessibilidade de informação, a circulação do material, a interatividade e a atualização de conteúdos. Na próxima seção, de forma breve iremos apresentar a estrutura dos capítulos do recurso educacional.

3.5.1 Breve descrição do recurso educacional

O presente recurso educacional trata-se de uma construção planejada do pesquisador em organizar um material didático, numa sequência lógica, visando o ensino e aprendizagem. O Objetivo da proposta do recurso é contribuir com os professores de EF dos anos iniciais do ensino fundamental, através de um material que visa abordar as concepções teóricas sobre o tema, relata as experiências realizadas durante as aulas com sugestões de atividades e práticas pedagógicas.

Mediante a problemática do projeto de pesquisa foi realizado a produção de um material didático com estratégias pedagógicas para serem trabalhadas com os alunos das séries iniciais do ensino fundamental nas aulas de EF, nos diversos conteúdos estruturantes, em especial nas unidades temáticas esportes, brincadeiras e jogos. O material engloba um ebook digital com as suas aplicações para uma educação física inclusiva. Desta maneira, foi realizado um recurso educacional organizado em três capítulos, descritos a seguir.

Portanto, este recurso no primeiro capítulo baseado no referencial teórico aponta as concepções teóricas sobre o tema paz, violência, conflito, CP, EP e as cinco pedagogias da paz. No segundo capítulo relata as experiências realizadas durante as aulas (intervenção pedagógica), com as práticas pedagógicas que deram certas durante a aplicação com os alunos, com a finalidade de incluir da melhor forma possível todas as crianças e que possibilite a oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento de todos, adequando às diferenças entre os alunos. Por fim, no terceiro capítulo descreve na perspectiva das crianças, uma visão através de relatos e leitura do mundo sobre a temática de estudo, através das produções dos alunos durante as intervenções. Além das sugestões de atividades, atividades extras e jogos educativos digitais.

A produção deste recurso é uma elaboração que toma formato prático a ser implementado no contexto da sala de aula permeada pela reflexão teórica. Esta construção é um trabalho coletivo entre o professor pesquisador, entre o professor e os seus alunos.

A produção do material didático utiliza as seguintes propriedades: relação com os propósitos do projeto; ferramenta de apoio a professores e estudantes; possibilidade concreta de aplicabilidade na escola nos anos iniciais do ensino fundamental; produção viável a ser aplicado nas esferas educacionais e/ou projetos sociais; possibilidade de utilização do material em outras escolas da rede municipal de educação.

Este material ficará disponível no site da instituição de ensino da Universidade Estadual de Ponta Grossa, via a página do PROFEI - UEPG e todos os profissionais terão acesso para pesquisar o e-book. O documento de forma digital foi o escolhido pelo pesquisador em conjunto com o orientador, por ser a maneira mais prática de disponibilidade e de fácil acesso a todos os interessados, além da possibilidade de acessibilidade de informação, manipulação e interação.

Esta breve descrição do recurso educacional, bem como a sua organização e distribuição do sumário está representada na figura 03 abaixo:

Figura 03 - Sumário do recurso educacional.

Sumário	
Apresentação	4
Introdução	5
CAPÍTULO I A CONCEPÇÃO TEÓRICA DA TEMÁTICA	7
CAPÍTULO II INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS	50
Práticas das cinco pedagogias da paz nas aulas de educação física	53
atividade 01- Pedagogia dos direitos humanos	59
atividade 02 – Pedagogia dos valores humanos	64
atividade 03 – Pedagogia dos valores humanos	70
atividade 04 – Pedagogia das vivências / convivências	76
atividade 05 – Pedagogia das vivências / convivências	84
atividade 06 – Pedagogia da ecoformação	91
atividade 07 – Pedagogia da ecoformação e conflitologia	98
atividade 08 – Pedagogia da conflitologia - paz, conflito e violência. / práticas inclusivas	106
atividade 09 – Inclusão escolar e Educação para a Paz	114
atividade 10 – Atividades de esportes inclusivas	120
CAPÍTULO III PERSPECTIVA DE PAZ - CONFLITO - VIOLÊNCIA E INCLUSÃO PELO OLHAR DO EDUCANDO	125
Paz na perspectiva da criança	128
Conflito e convivência na perspectiva da criança	132
Violência pelo olhar da criança	135
Inclusão na perspectiva da criança	137
Relatos de mundo pelo olhar da criança	141
Sugestão de atividades sobre o tema	159
Atividades Extras	165
Jogos Educativos Digitais	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	182
AGRADECIMENTOS	193

Fonte: O autor

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Os materiais coletados nesta pesquisa passaram pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Como já mencionado no item anterior as três etapas de análise de conteúdos são: a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados. Esta pesquisa passou por estas etapas durante a sua execução e veremos na sequência como ocorreu a realização destas etapas.

Na primeira etapa, ocorreu a organização dos dados, ou seja, o material foi organizado para formar o corpus da pesquisa, selecionando os principais documentos que facilitam na interpretação dos dados e os documentos para melhor embasar a análise final.

Na segunda etapa, de exploração do material, os dados foram organizados e codificados, estabelecendo catalogação por unidade de registro. Bardin (2016) alude que as unidades de registro podem ser estabelecidas por uma palavra, um tema ou um assunto. Entre as unidades de registro estão os termos paz, violência, conflito, cooperação, inclusão, respeito, empatia, igualdade, equidade, valores humanos e direitos humanos.

Por fim, a terceira etapa, consistiu no tratamento dos resultados e interpretações. Nesta etapa, parte do pressuposto em organizar os resultados da pesquisa e buscar provas de validação dela. Nesta etapa divide-se em “operações estatísticas, provas de validação, síntese e seleção dos resultados, inferências, interpretação e utilização dos resultados de análise com fins teóricos” (Bardin, 2016, p.102).

A análise dos documentos permitiu iniciar a discussão sobre o tema e, conseqüentemente, sugerir o desenvolvimento de um recurso educacional que auxilie na prática pedagógica inclusiva do professor de EF. Como disse Bardin (2016, p. 51): "a análise documental é uma técnica que permite a exploração dos conteúdos de documentos escritos, visando obter conhecimentos relativos a um problema de pesquisa".

Entre os principais temas encontrados no momento da categorização estão os valores humanos; a inclusão; direitos humanos; paz; violência; convivência; alunos com deficiência. Esta categorização, permitiu a interpretação dos dados da pesquisa em relação aos conceitos sobre a EP, cinco pedagogias da paz e a concepção de paz negativa e paz positiva, tipos de violência, concepções de conflitos. As categorias, os tratamentos e resultados da pesquisa estarão dispostos nos capítulos abaixo.

Na sequência, divide-se as próximas etapas deste capítulo nos seguintes itens (subtítulos): descrição das intervenções pedagógicas (práticas vivenciais) voltadas para as cinco pedagogias da paz e da EP abordadas durante as aulas de educação física inclusiva. Em continuidade, a perspectiva da criança, através de relato de leitura do mundo sobre a paz, e por fim, a análise e discussão dos resultados da pesquisa através dos dados das entrevistas.

4.1 DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DAS CINCO PEDAGOGIAS DA PAZ E EDUCAÇÃO PARA A PAZ NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Nesta seção, serão descritos os planos de aulas que foram realizados nas aulas de EF conforme os componentes curriculares da BNCC e Referencial Curricular do município de Ponta Grossa - Pr. As intervenções pedagógicas realizadas buscam-se dentro dos conteúdos da EF trabalhar de forma inclusiva e aplicar as cinco pedagogias da paz.

Nesta etapa, as intervenções pedagógicas, conhecidas também por práticas vivenciais, serão analisados os 10 planos de aulas, divididos em 20 encontros. Através dos instrumentos metodológicos como as observações, os áudios, as fotografias, as entrevistas, poderemos analisar as vivências e convivências dos alunos nas aulas de EF, as suas contribuições para práticas inclusivas e prevenção de violência, além da contribuição para a criação de uma CP no ambiente escolar.

Vale ressaltar que as atividades realizadas tiveram como intenção facilitar a execução prática para as séries iniciais do ensino fundamental no componente curricular da EF, podendo ser uma ferramenta pedagógica para os demais profissionais aplicarem em seu contexto escolar. Optamos, no entanto, em apresentar de forma breve em um quadro cada uma das intervenções pedagógicas, já a descrição da atividade completa estará no recurso educacional como proposta de ensino. No quadro 04 abaixo, descrevemos a primeira intervenção pedagógica (práticas vivenciais):

QUADRO 04 - Atividade 01 – Intervenção Pedagógica.

(continua)

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 01: Pedagogia dos direitos humanos		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC

QUADRO 04 - Atividade 01 – Intervenção Pedagógica.

(conclusão)

Desigualdade de oportunidades – texto Serrano (2002); Basquetebol – Jogo do arremesso, adivinhando palavras sobre os direitos humanos; Dinâmica escala de valores – adaptação texto Serrano (2002); Goalball.	Propor uma reflexão sobre os direitos humanos e o papel de todos na sociedade.	Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo
Breve descrição das atividades executadas		
Foram realizados círculos de diálogo e realização da leitura do texto sobre desigualdade de oportunidades (Serrano, 2002). Na sequência foram abordados os principais direitos humanos e a importância para a sociedade, além de apresentar alguns valores humanos, contextualizando teoria e prática. Na perspectiva inclusiva, foram realizadas atividades práticas do componente curricular da EF, utilizando como metodologia principal os jogos cooperativos.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

A atividade 01 foi o primeiro contato dos alunos com o tema EP, na perspectiva de uma educação nos direitos humanos. De um modo geral, os alunos durante a aula comentaram ter aprendido durante a vida escolar assuntos relacionados à inclusão escolar e o direito de todos a estudar, mas relataram em sua maioria que a nomenclatura sobre os direitos humanos era uma expressão nova para eles. Para deixar a proposta mais dinâmica para os alunos, primeiro foi explicado sobre os direitos humanos no contexto teórico, posteriormente foram realizadas propostas de dinâmicas e jogos cooperativos inserindo a pedagogia dos direitos humanos durante a execução prática.

No momento final da aula foi realizado um círculo de diálogo para compartilhar sobre o assunto da aula e reflexão das atividades propostas, entre os temas mais comentados pelos alunos foi o direito à vida digna para todos. Durante a aula, os alunos citaram a importância de garantir os principais direitos humanos para uma sociedade mais igualitária, além de citar

exemplos de problemas que ocorrem na sociedade, fazendo assim sentido a prática pedagógica vivenciada, conforme descreve Salles Filho (2019, p. 272) sobre a pedagogia dos direitos humanos: “no contexto da EP, será essencial na explicitação de problemas mundiais e locais, para apontar as mazelas da humanidade, ou, ainda, declarar as violações aos direitos humanos.”

No quadro 05 abaixo, apresentamos a execução do segundo plano de aula:

QUADRO 05 - Atividade 02 – Intervenção Pedagógica.

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 02: Pedagogia dos valores humanos		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Atividade carta de valores Humanos - Fundação Brahma Kumaris; Pega-pega dos valores humanos; Futebol para cegos em duplas maluco; Queimada cooperativa dos valores humanos;	Permitir a prática de valores humanos no ambiente escolar de forma inclusiva.	Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Foram realizados círculos de diálogo e realização da atividade da carta de valores humanos, posteriormente dividido em pequenos grupos para definirem os principais valores humanos e formação de frases sobre estes valores. No decorrer foram abordados os principais valores humanos, contextualizando teoria e prática na execução das atividades do pega-pega e queimada cooperativa dos valores humanos. Na perspectiva inclusiva, foram realizadas atividades práticas do componente curricular da EF, utilizando como metodologia principal os jogos cooperativos e os esportes de invasão adaptados (futebol para cegos). No final da aula os alunos citaram os principais valores humanos demonstrados durante a parte prática.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

Neste segundo momento os alunos se habituaram com o tema pedagogia dos valores humanos e a sua importância para a inclusão escolar e prevenção das formas de violência. Entre os valores apresentados pelos alunos, através da atividade carta de valores humanos da Fundação Brahma Kumaris pode-se perceber no relato dos alunos como essencial para um mundo pacífico e inclusivo os valores do respeito, da empatia, do amor, amizade e honestidade. Quando a mesma pergunta foi relacionada a quais os valores estão presentes nos esportes, os alunos praticamente citaram as mesmas respostas, agregando a cooperação como valor importante.

Durante a atividade prática foi possível perceber que os alunos colaboraram na execução dos exercícios, ocorrendo o diálogo entre os colegas, a cooperação entre os alunos tutores e os alunos com deficiência. Um simples exemplo de um fato ocorrido durante a prática que envolve os valores humanos, foi no instante que um aluno da turma chutou um colega que estava com a venda no rosto na aplicação do futsal para cegos. No mesmo instante o colega pediu desculpas e abraçou o companheiro sem nenhuma intervenção ou pedido do professor na ação do fato.

Assim, como ocorreu com o tema anterior, no assunto envolvendo a pedagogia dos valores humanos as práticas de educação física inclusiva foram adaptadas para tornar a aula mais dinâmica e atrativa para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental, realizando brincadeiras típicas do contexto comunitário como o pega-pega e queimada, mas agregando os principais valores humanos durante a execução.

Nesta perspectiva dos valores humanos, apontamos os resultados positivos na execução dos planos de aulas, construindo laços e relações humanas entre os alunos, entre os alunos e professor, em busca de uma educação de fato mais humana e inclusiva. Isto é relatado pelos próprios alunos quando elencam os principais valores humanos para convivermos melhor em sociedade e os principais valores utilizados nas práticas de EF. Em seus relatos os alunos apontam os valores como essenciais para diminuir os conflitos durante os jogos na EF, respeitando as regras dos jogos, também para melhorar as convivências, fator fundamental no processo de inclusão dos educandos, citando principalmente a empatia como valor primordial. O pensamento das crianças corrobora com Salles Filho (2019, p. 92) quando menciona que “os valores são um dos elementos essenciais da EP no processo de construção de uma CP [...] construção oriunda das relações humanas e sociais cotidianas.”

Na sequência o quadro 06, será descrito a execução do terceiro plano de aula, abordando novamente a perspectiva da pedagogia dos valores humanos, utilizando principalmente dos jogos cooperativos como ferramenta de aprendizagem:

QUADRO 06 - Atividade 03 – Intervenção Pedagógica.

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 03: Pedagogia dos valores humanos		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Dinâmica abrace um amigo e respeite as diferenças; Estafeta dos valores humanos; Caminhada cooperativa pela escola – ajude seu amigo a superar os obstáculos; Brincadeira do nó humano de forma cooperativa;	Valorizar a importância dos valores positivos em nosso cotidiano, como o respeito, a tolerância, a cooperação.	Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Foram apresentados alguns vídeos sobre os valores humanos, EP e a inclusão na escola, além de reforçar a prática de tutoria pelos alunos nas aulas de EF. No decorrer foram abordados os principais valores humanos, contextualizando teoria e prática na execução das atividades da caminhada cooperativa, estafeta dos valores humanos e a dinâmica do abrace um amigo. Utilizou-se ainda como metodologia as brincadeiras e jogos como componente curricular, principalmente os voltados para os jogos cooperativos, jogos de simulação, além da inclusão dos esportes de marca na execução do estafeta. No final da aula os alunos descreveram como foi importante ajudar os colegas de turma e os valores aplicados.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

Foi possível perceber a participação de todos os alunos nas atividades organizadas, isso ocorreu nas 4 turmas de 5º anos de aplicação das intervenções. Alguns registros importantes destas práticas vivenciais que podemos citar, está na organização para a realização da tarefa proposta, pois na atividade da estafeta que geralmente é comum alguns empurrões na fila, neste momento de execução não percebeu este tipo de atitude, como o objetivo não era competição e sim a cooperação, os alunos preocuparam em terminar a atividade primeiro, mas ajudar também

o outro grupo a terminar a atividade proposta. Valores como cooperação, autonomia, amizade, empatia, solidariedade, respeito, foram perceptíveis durante a realização da parte prática e nos momentos de interação dos alunos com o pesquisador foram os mais citados nas anotações diárias (bilhetes) e áudios coletados.

Nos momentos das intervenções pedagógicas, percebe-se na prática essa integração dos cinco elementos das pedagogias da paz e a relação intrínseca numa perspectiva inclusiva. Assim, criar no aluno a conscientização do reconhecimento pessoal, do reconhecimento com o outro, do respeito com o outro, a inclusão e prevenção de violência, isso é possível nas aulas práticas de EF e dos jogos cooperativos aplicados como base em todos os planos de aula executados na pesquisa, de acordo com Almeida (2010, p. 280):

O brincar cooperativo tem também como proposta tentar diminuir as manifestações de agressividade nos jogos, estimulando atitudes de sensibilização, cooperação, comunicação e solidariedade. No brincar cooperativo buscamos facilitar o encontro consigo mesmo, com os outros e com a natureza na tentativa de promover a integração do todo, em que sempre a meta coletiva prevalecerá sobre a meta individual. Percebemos nesse tipo de jogo que os participantes jogam com os outros e não contra os outros, jogam para superar os desafios, os conflitos e os obstáculos encontrados e não superar o outro indivíduo ou o grupo.

O quadro 07, relata a atividade 04, demonstrando uma prática para a pedagogia das vivências / convivências.

QUADRO 07 - Atividade 04 – Intervenção Pedagógica.

(continua)

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 04: Pedagogia das vivências / convivências		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Dinâmica em sala – Quem tem objeto tem a palavra (saber ouvir) – adaptação texto Jares (2002); O monstro da risada – Texto Jares (2002); O trem dos homens – texto Jares (2002); O polvo – texto Jares (2002); Voleibol cooperativo – jogo da rede humana;	Valorizar a prática de boas vivências nas aulas de EF de forma inclusive, incentivando a socialização e o respeito mútuo.	Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Foram apresentados alguns vídeos sobre convivência no ambiente escolar, posteriormente relacionados com o tema de estudo a EP e a relação com práticas de educação física inclusiva. Os alunos foram divididos em grupos para a realização das dinâmicas de vivência / convivência, buscando incluir todos os alunos nas atividades. Utilizou dos componentes curriculares os esportes de rede / parede, além das dinâmicas dos jogos cooperativos e dança. No final da aula os alunos descreveram a sensação de ouvir o colega sem interromper e responderam sobre a importância do diálogo e da escuta ativa.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		

QUADRO 07 - Atividade 04 – Intervenção Pedagógica.

(conclusão)



Fonte: O autor

Na atividade 04 os alunos citaram alguns valores nos momentos de intervenções que foram apresentados nas aulas anteriores como o respeito, a empatia, por exemplo. Durante a execução da atividade e no círculo de diálogo final, os alunos citaram a dificuldade que tiveram para ouvir o seu colega de turma durante a dinâmica sem interromper ou falar simultaneamente. Também relataram que para que a inclusão ocorra de forma efetiva é necessário dar voz a todos os alunos.

É importante ressaltar que a disciplina de EF é crucial no processo de socialização dos nossos educandos, principalmente nas séries iniciais, pois para a grande maioria é o primeiro contato de convivência e interação além do círculo familiar. As atividades realizadas acima, com fundamentação teórica em Jares (2002) abordam os jogos de simulação e socialização, mas que podem estar inseridos em outras brincadeiras típicas e tradicionais da EF, pois o objetivo principal é fortalecer o diálogo e a vivência, prevenindo as diversas formas de violência.

Para os alunos o diálogo é peça fundamental para uma melhor convivência na escola, é preciso ouvir os alunos, dar voz aqueles que muitas das vezes sentem-se excluídos no processo educacional. Relato este abordado durante as aulas conforme citamos a seguir a fala de um aluno após uma roda de conversa: “convivência é saber que você tem que respeitar os colegas, mesmo se ele for diferente de você, tipo baixo, obeso, magro, deficiente, religião diferente.” Na fala das crianças percebe-se a integração da pedagogia dos valores humanos e pedagogia das vivências / convivências, conforme relato abaixo: “todos devem ser tratados bem com amizade, paz, amor, confiança, bondade, harmonia. Convivência é ouvir as pessoas, esperar a vez de falar e respeitar a opinião delas.”

O quadro 08, demonstra a atividade 05, também sobre o assunto de uma prática para a pedagogia das vivências / convivências.

QUADRO 08 - Atividade 05 – Intervenção Pedagógica.

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 05: Pedagogia das vivências / convivências		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Dinâmica “Teia da qualidade humana”; Brincadeira O Colete Salva-vidas cooperativo; Dinâmica do bambolê pelo corpo; Corrida cooperativa – atletismo;	Aprimorar práticas de vivências inclusivas nas aulas de EF, proporcionando um ambiente inclusivo e menos violento.	Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Foi realizada uma revisão do encontro passado sobre as práticas de vivência / convivência. Também inseri alguns vídeos que abordam as formas de conflito, violência e EP. Os alunos foram divididos em dois grandes grupos para a realização das dinâmicas da “Teia da qualidade humana”, citando as principais qualidades e características dos colegas de turma. Utilizou dos componentes curriculares dos jogos cooperativos para as demais atividades, além dos esportes de marca e dança. No final da aula os alunos descreveram a sensação de ouvir as qualidades e características abordados pelos colegas de turma.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

Os alunos ao término da aula reuniram no círculo central para um diálogo sobre o tema estudado. Novamente o que mais se repetiu foi o posicionamento dos alunos sobre alguns valores humanos fundamentais como o respeito, a empatia, a amizade, etc. Isso reforça que os cinco eixos da pedagogia de paz por Salles Filho (2019) estão integrados, mesmo que apresentem de forma isolada nas intervenções pedagógicas, no seu contexto de planejamento associam-se.

Os alunos a todo momento na execução do plano de aula e na roda final de conversa citaram a importância do conflito na perspectiva positiva e o clima positivo para a prevenção de violência, fator essencial para a construção da CP, conforme alude Jares (2002) nas convivências humanas são construídas as ideias sobre violência e paz.

Nas dinâmicas ocorridas citaram a dificuldade em expor no grande grupo uma qualidade ou característica de um colega de turma, principalmente se a qualidade que deveria citar fosse de um colega de turma que não tinha tanto convívio no ambiente escolar, mas, ficaram surpresos com a qualidade que receberam dos seus colegas de turma. O quadro 09, relata sobre a pedagogia da ecoformação, conforme a atividade 06 abaixo:

QUADRO 09 - Atividade 06 – Intervenção Pedagógica.

(continua)

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 06: Pedagogia da ecoformação		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Dinâmica da lagarta cooperativa na natureza; Esporte de orientação e esporte de aventura e natureza; Estafeta do Parkour e quebra cabeça do meio ambiente;	Sensibilizar sobre a importância do meio ambiente e a experiência com a natureza. Apresentar a importância do meio ambiente e as metas dos Objetivos do Desenvolvimento sustentável para viver melhor em sociedade.	Repetir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
No primeiro momento da intervenção foram apresentados os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável através de um vídeo. Posteriormente, foi relacionado com os componentes curriculares de esporte de aventura e natureza, qualidade de vida, saúde e meio ambiente. Após abordar a importância do cuidado com o meio ambiente e o impacto em nossa qualidade de vida, foi o momento de realizar a prática de esporte de orientação (trilha), parkour e dinâmica da lagarta. No final da trilha os alunos formularam frases dos objetivos do desenvolvimento sustentável e quebra-cabeça de imagens do meio ambiente. Utilizou dos componentes curriculares além dos esportes de aventura e natureza o tema qualidade de vida. No final da aula os alunos descreveram a sensação de estar próximo a natureza, e descreveram a importância de cuidar do meio ambiente.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		

QUADRO 09 - Atividade 06 – Intervenção Pedagógica.

(conclusão)



Fonte: O autor

Os alunos nas práticas vivenciais das atividades 06 saíram do tradicional ambiente de sala de aula e quadra poliesportiva, realizando atividade em contato com a natureza. Primeiramente, foram expostos para os alunos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, onde todos citaram o não conhecimento sobre o assunto. No segundo momento, em relação a prática, foi unânime o sentimento de pertencimento e alegria dos alunos na realização das atividades, surgiram comentários de práticas de ecoformação pelas crianças reforçando a importância e a sensação de “conectar-se com o mundo”, “valorização de outras vidas”, “todos devemos fazer a nossa parte”, “o planeta é a nossa casa”, etc.

O objetivo desta intervenção foi sensibilizar os alunos sobre a importância do meio ambiente e o contato com a natureza, no sentido de conscientizar os alunos que para alcançarmos uma paz efetiva e inclusão, precisamos pensar nos outros e nas outras formas de vida. No sentido da complexidade de entender que estamos inseridos neste mundo, em que a “ecoformação, uma vez que está relacionada às várias ações e atividades humanas que buscam suprir as necessidades atuais dos seres vivos sem comprometer o futuro das próximas gerações” (Salles Filho, 2019, p. 316).

Durante a prática os alunos tutores e demais colegas da turma ajudaram os alunos tutorados para a realização dos esportes de aventura e natureza propostos. Como o objetivo era também a prática de tutoria, foi possível perceber um avanço em relação às primeiras intervenções, pois, os alunos estavam mais atentos nos momentos de ajuda e explicação, além da preocupação para a execução da atividade em um ambiente em que não estavam habituados à realização da prática. O quadro 10, damos continuidade a pedagogia da ecoformação e iniciou

as intervenções com o tema de estudo voltado também para a pedagogia da conflitologia, conforme a atividade 07:

QUADRO 10 - Atividade 07 – Intervenção Pedagógica.

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 07: Pedagogia da ecoformação e pedagogia da conflitologia		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Atividade: lixo produzido; Chapeuzinho vermelho, narrada pelo lobo – pedagogia da conflitologia – texto Jares (2002);	Proporcionar uma interação em grupo, com o ambiente que vivemos.	Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Este planejamento foi dividido em três momentos. Primeiramente, foram escolhidos alguns alunos para recolher todo o lixo produzido em dois dias na escola, exceto lixo orgânico. No segundo momento, foi realizada uma dinâmica do lixo produzido (acumulado). Quando os alunos chegaram na escola pela manhã se depararam com todo o lixo espalhado pela sala. No terceiro momento recolheram todo o lixo e deixaram no pátio da escola com frases de conscientização sobre o meio ambiente. Utilizou os componentes curriculares de ginástica de conscientização corporal. No final da aula os alunos descreveram a sensação que tiveram ao encontrar a sala da maneira que estava e participaram também de uma mediação de conflito.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

Nesta intervenção pedagógica os alunos ficaram surpresos com a quantidade de lixo que é acumulado no mundo, mas essa conscientização só foi possível através da dinâmica realizada em sala de aula ao encontrarem o ambiente de estudo com todo o lixo espalhado. Percebeu-se por parte de alguns alunos uma sensação de indignação ao encontrar o ambiente de convívio escolar todo sujo, mas também perceberam que não poderiam deixar do jeito que estava. Posterior a este momento, foi apresentado aos alunos algumas imagens de desastres

ambientais, imagens sobre a produção de lixo pelo mundo e todo o lixo recolhido ficou exposto no pátio da escola em forma de uma arte crítica, intitulado com a seguinte frase criada pelos alunos “Totem de Lixo – Neste espaço encontra-se todo o lixo produzido na escola em apenas 2 dias. Imagina no mundo todo o quanto se produz?”.

Ao retornar da atividade realizada fora da sala, as frases mais comuns de relato dos alunos foram: “ainda bem que a sala está limpa”; “vou cuidar mais do meu espaço”. “como é bom um ambiente limpo”; “sem condições do jeito que estava”; “é preciso se conectar melhor com o mundo e a natureza.”. Esses apontamentos e os anteriores já citados reforçam novamente que há necessidade de propor práticas inclusivas e na perspectiva da EP, sem esquecermos da importância de trabalhar aspectos do meio ambiente. Como assegura Almeida (2010, p. 29): “para existir EP é necessária a integração entre três elementos fundamentais: 1) o ser humano consigo mesmo (EU), 2) com os outros, e, 3) com a natureza (meio ambiente).”

O quadro 11, damos continuidade a pedagogia da conflitologia, conforme a atividade 08:

QUADRO 11 - Atividade 08 – Intervenção Pedagógica.

(continua)

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 08: Pedagogia da conflitologia – Paz, Conflito e Violência		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Jogo de queimada tradicional; Jogo de queimada proteção cooperativa – jogo inclusivo; Jogo de queimada cooperativa – abraça um amigo o abraço salvador; Esporte – competição x cooperação;	Estimular a prática do diálogo como meio de proporcionar um ambiente com empatia e inclusão, diminuindo a violência no ambiente escolar.	Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
No primeiro momento os alunos assistiram alguns vídeos relacionados aos tipos de violência, os conflitos e sobre CP. No segundo momento os alunos realizaram o jogo tradicional de queimada e posteriormente o jogo de queimada cooperativa, descrevendo as principais características de cada forma do jogo. Na terceira parte da aula foi o momento de realizar um esporte com as regras tradicionais (competitivas). Após a prática, os alunos realizaram um círculo de diálogo e criaram as regras para tornar a aula inclusiva e cooperativa e colocaram o esporte novamente em prática. Utilizou dos componentes curriculares esporte de invasão, esporte de rede e parede, brincadeiras e jogos. No final da aula os alunos conversaram sobre a importância da escuta ativa e do diálogo em situações de conflito, além de citar os momentos de violência ou exclusão nas práticas esportivas competitivas.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		

QUADRO 11 - Atividade 08 – Intervenção Pedagógica.

(conclusão)



Fonte: O autor

Durante a atividade 08 a intenção concentra em proporcionar o diálogo entre os alunos, a escuta ativa, ou seja, dar voz para os alunos no processo de inclusão e a prevenção das formas de violência que são corriqueiras no meio escolar. Estimular a prática do diálogo é essencial para as situações de conflitos no ambiente escolar, quando bem resolvidos tornam-se em práticas pacíficas.

As aulas de EF têm as suas características com as práticas de socialização, mas ao aplicar o esporte como forma de competição na escola, pode-se quando não mediado corretamente tornar a prática violenta ou até mesmo excludente. Para os alunos observarem estas características, foi proposto pelo professor praticar o jogo de queimada tradicional, onde ocorrem várias situações de conflito, que no decorrer acabam gerando práticas de violência. Também foi proposto para os alunos escolherem dois esportes que acabam gerando situações de violência durante as aulas. Após realizarem por um determinado período, o professor reuniu novamente em um círculo de diálogo e os alunos coletivamente construíram regras para tornar tanto o jogo de queimada, como os esportes escolhidos, mais cooperativo e inclusivos, baseando-se em regras para evitar formas de violência.

Posterior a criação das regras pelos alunos, foi o momento de realizarem novamente a prática. Ao término da aula, entre os questionamentos realizados pelo professor estão sobre qual a melhor forma de jogos que os alunos preferiram jogar? O que podemos fazer para diminuir a violência nas aulas de EF? Que tipos de práticas são importantes para diminuir o conflito e tornar o ambiente mais inclusivo?

No entanto, as atividades tiveram como objetivo estimular a inclusão através do diálogo e o entendimento inicial sobre os conceitos de paz, conflito e violência. Pode-se perceber no início das intervenções aquele conceito de paz negativa e o conceito tradicional do

conflito, ou seja, os alunos associavam o conflito a questões de indisciplina, mal comportamento, palavrões e violência, semelhante um relato dos alunos na sequência: “os tipos de conflitos nas aulas são palavrões, ofender o colega de sala, magoar, brigar, mal comportamento”. Segundo Jares (2002, p. 132-133) “detectamos uma concepção negativa do conflito e associada à da violência [...] quando manifestam condutas diferentes e/ou críticas em relação a determinados valores ou comportamentos estabelecidos.”

Porém, muitos dos relatos partem da ideia de conscientização dos alunos que o conflito é inevitável e comum no ambiente escolar, como aponta Jares (2002, p. 134) “como um processo natural, necessário e potencialmente positivo.” Este exemplo de concepção além da perspectiva tradicional do conflito, passando para uma perspectiva positiva por parte dos educandos foi descrita nos bilhetes respondidos durante as intervenções, conforme exemplo de relato a seguir: “temos que resolver no diálogo professor, na queimada teve um conflito na disputa de bola, mas um amigo que não participou da jogada conversou com eles e explicou quem estava certo na jogada e foi conversando que resolveu”.

Vamos agora apresentar a atividade 09, descrita no quadro 12 abaixo:

QUADRO 12 - Atividade 09 – Intervenção Pedagógica.

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 09: Inclusão escolar e EP		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Jogo do Foursquare; Tchoukball – o esporte da paz;	Vivenciar jogos de socialização que estimulem um ambiente inclusivo através da EP e valorização das diferenças.	Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Foi retornado ao assunto da aula anterior sobre as diversas formas de violência e a importância do conflito como algo positivo na convivência escolar. Após, neste momento foi apresentado alguns vídeos sobre inclusão na escola e contextualizado que não há paz, sem uma educação inclusiva efetiva. Como sugestão para a aula foram apresentados os jogos de socialização: o foursquare e o tchoukball, considerado o esporte da paz. No final da aula os alunos conversaram sobre a importância de inserir práticas inclusivas e criar uma cultura de não violência nas aulas de EF.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

Durante a realização da atividade 09, os alunos puderam vivenciar práticas esportivas inclusivas, utilizando como proposta a EP nos eixos da pedagogia da conflitologia e a integração dos elementos da pedagogia da vivência / convivência e pedagogia dos valores humanos. Uma das propostas principais para a aula foi a realização do Tchoukball, considerado o esporte da paz, pois o mesmo utiliza da cooperação entre os integrantes das equipes para a realização. Este esporte não possui contato entre os integrantes, evitando qualquer tipo de violência, com regras e variações de outros esportes como o voleibol, o handebol, a pelota basca, o que torna o esporte inclusivo, cooperativo e dinâmico, possibilitando a participação de todos os alunos.

Outro jogo como proposta para a intervenção pedagógica foi o Foursquare, que consiste em um espaço dividido em 4 quadrados, cujo objetivo principal é passar a bola para um dos quadrados, sem deixar a bola sair no espaço. Esse jogo permite inúmeras variações, como o toque do voleibol, rebater a bola com uma das mãos, deixar a bola quicar no chão uma ou duas vezes, utilizar de raquete, utilizar outras partes do corpo como os pés, etc. Por ser um jogo dinâmico é preciso o diálogo, a cooperação, a convivência e socialização entre os colegas participantes para todos vencerem juntos os desafios, tornando-se assim o jogo inclusivo e pacífico, pois a base para o sucesso do jogo é a cooperação.

As propostas apresentadas neste planejamento buscavam vivenciar jogos de socialização para um ambiente inclusivo e valorização das diferenças, através da EP. Os relatos dos alunos demonstram esta valorização das diferenças e a relação intrínseca entre a educação inclusiva e a EP, perceptível a seguir: “Nesta aula durante o jogo criamos regras de um passe para a menina e um passe para o menino. Nosso grupo criou uma regra de convivência, o último arremesso deveria ser do cadeirante. Para um mundo de paz precisamos incluir a todos, todos podem ser incluídos, a escola é para todos.”

Neste sentido, os próprios alunos em suas convivências positivas criam hábitos responsáveis, valorizando as diferenças, criando práticas de conscientização inclusivas perceptíveis durante as trocas de relações entre os alunos, principalmente a troca de experiência durante a pesquisa entre o aluno tutor e o aluno tutorado. Como descreve Mantoan (2015, p. 24): “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

A inclusão nas aulas de EF passa pelas práticas de convivência, em buscar soluções e construções coletivas, como ocorreu o relato durante a execução por parte dos alunos, buscando

alternativas nos momentos de dificuldade e mudando as regras dos jogos. Importante ressaltar a fala de Soler (2005, p. 170) nesta perspectiva frente a inclusão nos esportes: “não pode só ficar no papel, temos que tentar de todas as maneiras colocá-la em prática. Como? Transformando alguns conceitos e criando outros. Por exemplo, o esporte pode ganhar novas regras, o que o tornará possível a todos.”

O quadro 13, descreve a última intervenção pedagógica, que abordou as práticas vivenciais de esporte inclusivo:

QUADRO 13 - Atividade 10 – Intervenção Pedagógica.

Intervenções pedagógicas nas cinco pedagogias da paz e educação física inclusiva		
ATIVIDADE 10: Atividades de esportes inclusivas		
Atividades executadas	Objetivo da intervenção	Objetivo do conhecimento em EF (competências) BNCC
Voleibol Sentado; Vôlei lençol Mini Futsal sentado; Bocha Paralímpica; Arremesso do peso para cadeirantes – atletismo;	Proporcionar práticas esportivas inclusivas nas aulas de EF e contextualizar com os aspectos da CP.	Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Breve descrição das atividades executadas		
Foi apresentado alguns esportes adaptados para alunos com deficiência e explicado a importância da participação e inserir todos os alunos. Na sequência foi o momento de todos participarem dos esportes adaptados para alunos com deficiência física ou visual. No final da aula os alunos comentaram sobre a experiência de realizar os esportes adaptados e citaram exemplos de valores humanos visíveis durante a parte prática da aula.		
Algumas imagens das atividades executadas (intervenções pedagógicas)		
		

Fonte: O autor

A última intervenção pedagógica teve como proposta às práticas esportivas inclusivas, algumas das inúmeras possibilidades de esportes paralímpicos, pois foram sugeridas outras possibilidades e os participantes da pesquisa escolheram estas para aplicação. A inclusão e EP caminham juntos, como uma via de mão dupla, pois os temas no ambiente escolar têm relação, não podemos falar de práticas pedagógicas de EP se o ambiente escolar é excludente, sem oferecer recursos e práticas inclusivas adequadas para os alunos.

Para a realização das atividades os alunos foram divididos em grupos e participaram de um circuito dividido por estações esportivas, depois de um tempo estipulado, eles trocavam de posição, até todos participarem das atividades esportivas. No final da aula os alunos responderam alguns questionamentos como: O que você entende por inclusão? Quais os valores humanos percebemos durante a realização de práticas esportivas e jogos durante a EF.

Na execução deste planejamento fica evidente a fala dos alunos em dar a oportunidade para todos, que a escola deve ser para todos e as devidas oportunidades nas aulas de EF. Após o término da aula, os alunos citaram frases neste sentido, entre as quais podemos destacar: “devemos adaptar as atividades para todos;” “olhar de forma diferente para as deficiências;” “eu acho professor que todos devemos ter oportunidades;” “incluir é respeitar as diferenças;” “para isso temos que respeitar e dar valor a todos, temos que incluir todo mundo junto, ajudar no que for possível da nossa parte.”.

Todos, temos as nossas particularidades, possuímos nossas diferenças, nossas limitações, podemos dizer as nossas deficiências, assim sendo, a importância de adaptar as atividades, modificar as regras, conforme os alunos observaram durante a execução das intervenções e que vem ao encontro do que remete Soler (2005, p. 180):

Lembro que não são só os PNE's que se encontram excluídos, mas todo um contingente de pessoas consideradas inaptas por um sistema cruel, injusto e desumano, que só valoriza quem está pronto, esquecendo-se de que é o professor o responsável por capacitar a todos, sempre oferecendo oportunidades iguais para pessoas diferentes.

A seguir, nas próximas seções vamos apresentar os resultados das intervenções pedagógicas na perspectiva da criança, através dos recortes observados durante as práticas vivenciais. Também, será o momento final da pesquisa em analisar e apresentar a discussão dos resultados das entrevistas realizadas e o posicionamento dos educandos a respeito do objeto de estudo.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

Neste espaço da pesquisa, é o momento de relatar os resultados das intervenções pedagógicas, ou seja, análise das coletas de dados realizadas com os alunos através das gravações em áudios, bilhetes (anotações diárias), filmagens, registros fotográficos, rodas de conversa, atividades escritas e práticas realizadas pelos alunos sobre os 10 planos de aulas, realizados em 20 encontros, conforme brevemente descrito na seção anterior.

Nesta seção, vamos analisar as contribuições que as cinco pedagogias da paz e a EP podem trazer para uma educação física inclusiva e formação dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. Bem como, analisar se os relatos dos alunos durante as intervenções corroboram com os principais autores do tema de pesquisa.

É de extrema relevância dar voz à criança no processo de ensino-aprendizagem, ouvir as suas considerações, os seus posicionamentos, além das construções históricas do seu cotidiano que fortalecem cada vez mais a prática pedagógica. Desta maneira, em escutar as crianças, vamos mostrar os principais posicionamentos deles sobre a inclusão, EP, paz, violência e conflito, assim, fortalecemos o processo de inclusão e aprendemos com as diferenças como menciona P. Freire (1998). Com a finalidade de melhor descrever a pesquisa, vamos apontar os resultados na perspectiva da criança sobre o assunto abordado no formato de quadros para a melhor compreensão.

No total 82 alunos iniciaram a pesquisa e no decorrer 3 alunos foram transferidos, totalizando 79 participantes. Para a organização dos dados foram divididos 4 grupos, sendo o grupo 1 os alunos do 5º ano A, grupo 2 os alunos do 5º ano B, grupo 3 os alunos do 5º ano C e grupo 4 os alunos do 5º ano D.

Para iniciarmos os resultados, a seguir, vamos apresentar os resultados referente aos 3 primeiros planos de aulas, realizados em 6 encontros, cujos assuntos foram: pedagogia dos direitos humanos (plano de aula 01) e pedagogia dos valores humanos (planos de aulas 02 e 03). Abaixo o quadro 14, descreve a perspectiva e os relatos das crianças sobre o tema de estudo:

QUADRO 14 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 01 ao 03).

(continua)

intervenções pedagógicas	áudios durante as aulas (grupo 1 ao 4)	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado na pesquisa (anotações diárias)
Atividade 01- Pedagogia dos direitos humanos	os alunos citaram durante a aula alguns direitos a religião, liberdade, direito à vida digna, igualdade, direito à educação; todos nós temos direitos de se expressar; temos que lutar pelo direito dos deficientes; todos estamos na escola, mas não temos as	grupo 1 (5º A) a educação é um direito fundamental a todos; hoje em dia a proteção é importante por causa que muitas pessoas querem machucar e até matar os outros, precisamos desse direito para um mundo de paz; garantir os direitos humanos, pois a violência é crime; eu aprendi sobre educação e direito a religiosidade e fiquei interessado nas atividades na quadra, eu adorei; direitos humanos são vida livre para todos, respeitar a todos e o seu jeito; grupo 2 (5º B) hoje eu aprendi que temos que ter respeito e educação, tratar as pessoas igualmente, não podemos desrespeitar; todos nós temos direitos e a base é a fé, amor e paz; aprendi que as pessoas tem o mesmo direito, inclusive de gostar de pessoa do mesmo sexo; a paz a gente pode fazer em nós; ajudar as pessoas com deficiência, todos nós temos os mesmo direitos; a aula foi legal, nós praticamos Goalball e basquete em cadeiras de rodas com um tipo de jogo de frase dos direitos humanos, aprendi que todas as pessoas

QUADRO 14 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 01 ao 03).

(continuação)

Atividade 01- Pedagogia dos direitos humanos (continuação)	mesmas oportunidades; os alunos comentaram sobre a desigualdade social, como oportunidades de estudos, que garantem os direitos para uns e não para os outros.	tem os direitos humanos e deve ser obedecidos; grupo 3 (5º C) toda a criança deve ir à escola e ser incluída; direito as pessoas com deficiência, tratar a todos com respeito; eu escolhi falar sobre o direito a estudar, porque não é só uma criança que tem que estudar, todos tem que estudar e lutar pelos seus direitos; a educação sempre é bom, EP para respeitar sempre o próximo e de qualquer forma; grupo 4 (5º D) pessoas juntas em união e direitos iguais aos deficientes; hoje na aula eu fiquei ajudando uma aluna cadeirante e a sensação de ajudar é muito legal, eu aprendi a respeitar as diferenças; eu aprendi que todos nós devemos respeitar os direitos dos outros; a liberdade é muito importante porque a gente é livre para falar e para amar, antigamente as pessoas com deficiência não tinham nem liberdade, agora eles possuem os mesmos direitos;
Atividade 02- Pedagogia dos valores humanos	os alunos citaram os valores como respeito, amizade, cooperação como importantes; a palavra-chave de forma geral foi o respeito como valores; Na dinâmica das cartinhas dos valores humanos os principais valores e frases construída foram amor, doçura, sinceridade, gentileza, perdoar, calma, paz, amizade, respeito; devemos ter empatia nas aulas de EF, devemos ser honestos para respeitar as regras e não trapacear no jogo; paz é respeitar a todos; responsabilidade com as coisas da aula e da escola, compromisso em cuidar para não ofender o meu colega;	Quais os principais valores foram aprendidos durante as aulas? Grupo 1 e 2 (5º A e B) para as aulas a amizade é muito importante, se ajudar e viver com alegria; perdoar durante a aula é um valor importante e para a vida, eu não guardo rancor, todos deveriam também ser assim; amar a todos na escola, independentemente de como a pessoa é; para uma mundo melhor aprendi na aula a gentileza; nas aulas de EF nos jogos o respeito é principal; grupo 1 (5º A) o respeito é um valor universal, é muito importante para a paz e a harmonia, quem tem respeito não se importa se a pessoa é diferente e também não se importa em conviver com os diferentes, brincar, com o amigo na aula; respeitando, ninguém fica de fora, nem por suas diferenças e isso é muito legal mesmo; compaixão na escola é muito importante, se colocar no lugar do outro; se tiver empatia não vai ter violência nas aulas; no esporte a amizade é muito importante para jogar em equipe e não ter confusão; no jogo e na vida tem que ter responsabilidade e todos devem ser respeitados igualmente; respeitar no jogo sem trapacear; grupo 2 (5º B) aprendi EP na EF, devemos respeitar a todos nas aulas, eu usei do amor, porque eu dei uma bolada no meu amigo sem querer, mas perdi desculpa e agora está tudo certo; paz gera mais paz; responsabilidade nas aulas como valor para um mundo de paz; gentileza, porque ajudei meus amigos nos jogos durante a aula de hoje; na aula prática usei do respeito, educação, honestidade, empatia; bondade, gratidão, paz e amor e aprendi que a empatia nas aulas é se pôr no lugar do outro; EP é conviver, ter confiança; honestidade, união e respeito; nas atividades tem que ter amizade; paz é bom para realizar as aulas com tranquilidade; eu usei a honestidade, para ficar nas brincadeiras e não trapacear com os meus amigos e aprendi hoje sobre EP; Grupo 3 (5º C) dos valores a amizade é importante não só nas aulas, e sim para todos; não importa as diferenças, todos devemos ser respeitados; ser humilde nas aulas, se você quer ser tratado bem nas atividades, trate os outros bem também; respeitar as diferenças, porque ele faz todos nós se ajudar e também evitar as brigas nas aulas; harmonia para que todos tenham amizade, não fazer <i>bullying</i> nas aulas e com os outros, praticando os valores humanos; amor em primeiro lugar; empatia porque eu acho importante ajudar o próximo e não pensar em si mesmo; Grupo 4 (5º D) o valor que eu gosto é a bondade, ser bom com os outros sempre; nas aulas eu escolho a amizade como valor, porque a gente sempre tem que ter amizade, para não ficar sozinho e conviver em paz; respeitar a todos, mesmo os deficientes; eu acho que a bondade, temos que ser bons com todo mundo, e não podemos desrespeitar os outros no jogo;

QUADRO 14 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 01 ao 03).

Atividade 03- Pedagogia dos valores humanos	os valores estão relacionados às nossas atitudes, para termos paz, precisamos rejeitar a violência; a paz depende de nossas atitudes;	O que você aprendeu por CP e valores? Grupo 1 (5º A) Ajudar as pessoas em tudo, incluir e saber que a paz é necessária em nossas vidas; viver em paz, amor e amizade, porque a violência afeta a gente; CP é viver bem; educar para a paz significa que todos precisam respeitar, devemos fazer a diferença na vida dos outros; hoje na EF aprendemos sobre CP, nós brincamos de fazer uma roda e falar um valor importante, paz é respeito; para a paz devemos cultivar os valores humanos, paz, solidariedade, amor, empatia, etc.; hoje nós fizemos uma roda na EF e se misturamos e depois nos juntamos, nos abraçamos, mas aprendi a se colocar no lugar do outro e ter respeito; Paz é ajudar, pensar, paz para a paz; se todos viverem em paz o mundo seria melhor, sem violência e exclusão; CP é tratar todo mundo bem, é garantir os seus direitos; grupo 2 (5º B) paz é amar a nossa terra; paz é a gente que faz; eu aprendi que para um mundo de paz é preciso conviver melhor; eu aprendi que somos iguais por dentro, que a violência não leva a nada, precisamos de paz; vamos ter conflito sempre, mas o que importa é a paz; se eu ajudo o cego ou o cadeirante o mundo fica melhor, é importante viver em paz; educar para a paz é ter gentileza, hoje na aula de EF fizemos uma brincadeira em círculo para se unir e ser gentil com todos; sobre a EP é ensinar como ter um mundo melhor, ajudando uma pessoa com deficiência, por exemplo um cadeirante, um deficiente visual, tratar igual você queria ser tratado; grupo 3 (5º C) a paz tem que ser vivida todos os dias; paz é ajudar o próximo, não importa se ela é deficiente ou não; EP é ser solidário, eu entendo que a gente deve sempre ajudar ao próximo, ter respeito a vida é muito importante; para mim a paz é ser generoso; grupo 4 (5º D) eu aprendi que paz é respeitar, não praticar violência, proteger e ter atitudes boas; é ter empatia ao próximo, se colocar no lugar do outro, ajudar quem precisa; paz é ideal para tudo que nós fazemos, é nosso dever e incluir os colegas na aula é muito importante; temos que ser bondosos, generosos, rejeitar a violência, isso nos dá a paz mundial;
--	---	--

Fonte: O autor

No primeiro plano de aula sobre a pedagogia dos direitos humanos, os alunos em sua grande maioria demonstraram desconhecimento sobre o tema. Alguns relataram ter escutado algum membro da família falar sobre ou na Instituição Religiosa dos Irmãos Cavanis, que os alunos do período parcial frequentam no contraturno.

Em suas reflexões os alunos comentaram a importância de garantir os direitos humanos como a educação, a saúde, uma educação inclusiva, afirmando que todos temos direitos e relacionaram na perspectiva inclusiva, agregando os valores humanos, entre os quais conforme citado no quadro anterior, podemos destacar: “toda criança deve ir à escola e ser incluída”; “respeitar as diferenças e garantir os direitos”; “lutar pelo direito dos deficientes”; “às vezes estamos na escola mas não temos as mesmas oportunidades”. Estes apontamentos dos alunos nos levam a refletir sobre a relação de paz, desenvolvimento, direitos humanos e democracia (Jares, 2002) para uma sociedade justa e igualitária.

Também estes apontamentos na perspectiva da criança, faz-nos questionar sobre o papel social da escola e a importância de uma sociedade inclusiva, que valorize o ser humano na forma integral e a paz para a promoção da dignidade humana. Assim sendo, Rayo (2004, p. 88) questiona:

Que papel desempenha aqui o sistema educacional? Que valores o inspiram? Podem os valores implícitos dos sistemas educacionais democráticos estar à margem dos valores de um sistema econômico baseado em uma racionalidade que produz marginalização, segregação e exclusão social?

Nos três primeiros planos de aula, percebemos nas respostas dos alunos uma relação intrínseca entre a EP e a educação inclusiva, onde os alunos apontam o respeito às diferenças, a igualdade, frases relacionadas a empatia, o direito das pessoas com deficiências, relacionam paz a inclusão, apontam que para a paz e inclusão devemos cultivar os valores humanos e garantir os direitos humanos. Estes apontamentos realizados pelas crianças durante as intervenções pedagógicas vêm ao encontro do conceito de Jares (2002, p. 131) quando menciona que “paz é um fenômeno amplo e complexo que exige uma compreensão multidimensional.”

Essa complexidade deste fenômeno, leva a refletir a paz na perspectiva inclusiva e os alunos em suas falas mencionaram constantemente o respeito às diferenças, a paz para um mundo igualitário. Logo, Jares (2002, p. 131) assegura:

A paz refere-se a uma estrutura e a relações sociais caracterizadas pela ausência de todo o tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade. Por isso, dizemos que a paz se refere a três conceitos intimamente ligados entre si: o desenvolvimento, os direitos humanos e a democracia.

Na sequência, apresentamos os resultados referente aos planos de aulas 4 e 5, realizados em 4 encontros, cujo assunto foram: pedagogia das vivências / convivências. Abaixo o quadro 15, descreve a perspectiva e os relatos das crianças sobre o tema de estudo:

QUADRO 15 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 04 e 05).

(continua)

intervenções pedagógicas	áudios durante as aulas (grupo 1 ao 4)	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (anotações diárias)
Atividade 04- Pedagogia das vivências e convivências	entre as frases apareceu, precisamos se colocar no lugar do outro; não podemos agir com raiva; aprendi que precisamos ouvir os outros; a lição da aula	<u>O que é preciso para convivermos melhor? Grupo 1 (5º A)</u> Todos devem ser tratados bem com amizade, paz, amor, confiança, bondade, harmonia; convivência é ouvir as pessoas, esperar a vez de falar e também respeitar a opinião delas; conviver é não ter briga, não bater, sem xingamentos, não falar coisas que ofendam as pessoas, ter mais respeito, amor e cuidado com o próximo; para conviver num mundo melhor é preciso

QUADRO 15 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 04 e 05).

(conclusão)

Atividade 04- Pedagogia das vivências e convivências (continuação)	que fica é que precisamos aprender a viver melhor com os outros; eu achei difícil a atividade do objeto com a palavra, quando meu amigo começou a falar, eu queria interromper ele e falar junto; é difícil ficar quieto quando meu amigo fala, aprendi que durante as aulas eu tenho que respeitar a vez do meu colega falar, respeitar a opinião dele; eu aprendi que sem o diálogo nada se resolve;	respeitar as pessoas, isso faz um mundo melhor; convivência é viver em união; é importante ouvir para compreender, uma ou mais pessoas é uma das chaves para a paz; para ter convivência precisamos de amizade, confiança, respeito, união e saber ouvir e escutar; para nós conseguirmos conviver precisamos compreender, escutar, reconhecer e se colocar no lugar dos outros; grupo 2 (5º B) para conviver é preciso de diálogo; conviver na escola é ter respeito; conviver melhor para ter a paz devemos também ter compaixão, ouvir os outros; conviver melhor é não ter violência, não fazer <i>bullying</i> na escola e para isso acontecer devemos praticar o bem sempre; para conviver melhor precisamos ter respeito com o professor, não ficar de bagunça nas aulas, saber conversar para a melhor convivência; EP é conviver melhor em sociedade; Para os grupos 3 e 4 (5º C e D) no coletivo os alunos responderam que o diálogo é principal para melhor conviver; é ter empatia; é respeitar o próximo; aceitar a todos como são; obedecer às regras da escola; tentar resolver os conflitos;
Atividade 05- Pedagogia das vivências e convivências	aprendi que não existe só eu no mundo, temos que conviver melhor em grupo; tratar os outros como eu queria me tratassem; na atividade da teia foi difícil falar uma qualidade da pessoa que eu não converso todo dia; eu achei difícil falar uma qualidade da pessoa, porque não conhecia direito ela, então preciso conversar com todos; nós como tutores devemos dialogar com o colega que possui deficiência, ouvir ele mais para poder ajudar; Nas aulas, foi um desafio incluir o DV e cadeirante nas atividades, precisamos conversar para recriar as regras; Devemos conviver com todos, aprender a ajudar o próximo e respeitar as diferenças;	grupo 1 (5º A) sempre o diálogo do que a briga para conviver melhor; devemos sempre buscar resolver na conversa; se colocar no lugar do outro para conviver, será que iria gostar que fizesse comigo?; tive que ter confiança no meu colega para correr com a venda nos olhos; adorei a atividade do bambolê, foi um desafio fazer com o olho fechado, mas meu colega me ajudou; tivemos que trabalhar em equipe hoje e conversar para resolver as atividades; aprendi que o diálogo e a cooperação ajuda a conviver melhor; grupo 2 (5º B) discuti porque meu colega não guiou direito na corrida, mas conversamos e resolvemos, na segunda vez nós ganhamos a corrida; a aula foi de cooperação e conversar para dar certo as atividades; aprendi que para conviver melhor na escola é preciso do diálogo; a brincadeira do bote salva-vidas foi muito legal, incluímos todo mundo, não ficou ninguém de fora; Grupo 3 (5º C) é preciso escutar em primeiro lugar, para depois tomar a atitude; nós temos que se colocar no lugar do próximo, como na sala de aula, saber conversar, ajudar e incluir a todos; conviver melhor começa por nossas atitudes, como cuidar melhor do mundo, da natureza e das pessoas; é preciso respeitar a todos, nós somos todos iguais, sem excluir os outros; precisa empatia, porque se todo mundo se coloca no lugar do outro, seria muito bom viver, incluindo todo mundo; Grupo 4 (5º D) escutar o que o colega fala, ajudar o colega com deficiência, respeitar os outros; precisa ter empatia e precisa melhorar as nossas atitudes até mesmo com os deficientes, se colocar no lugar do outro; aprendi que temos que incluir e conviver com outras pessoas também, que não temos muita convivência;

Fonte: O autor

Durante as manifestações dos alunos durante os planos de aulas 04 e 05, surgiram apontamentos no sentido de melhorar as relações humanas no ambiente escolar, para torná-lo mais inclusivo e para a prevenção das diversas manifestações de violências. Portanto, os alunos mencionaram o diálogo como essencial para um ambiente escolar pacífico, incluso e menos

violento, como podemos destacar a seguir: “para conseguirmos conviver precisamos compreender, escutar, reconhecer e se colocar no lugar dos outros”; “para conviver é preciso de diálogo”; “conviver na escola é ter respeito”; “conviver melhor, para ter a paz devemos também ter compaixão, ouvir os outros”; “convivência é ouvir as pessoas, esperar a vez de falar e também respeitar a opinião delas.”

Estas respostas reforçam a relevância de melhores relações humanas e a pedagogia das vivências e convivências como um meio para o melhor desenvolvimento. Arroyo (2000, p. 54) alude: “Aprendemos a ser humanos em uma trama complexa de relacionamentos com outros seres humanos. Esse aprendizado só acontece em uma matriz social, cultural, no convívio [...]”.

Nas observações realizadas no decorrer do planejamento percebe-se uma conscientização quanto a responsabilidade das crianças no seu papel na escola e no mundo, onde os alunos citam exemplos para conviver melhor com os colegas, relatam momentos de evitar a violência ou uma situação de conflito tornar um ato violento, citam a existência deles e dos demais colegas na escola, onde deve-se respeitar a opinião de todos. Como exemplo, a fala de alguns alunos relacionado a EP e educação inclusiva: “conviver melhor começa por nossas atitudes, como cuidar melhor do mundo, da natureza e das pessoas”; “é preciso respeitar a todos, nós somos todos iguais, sem excluir os outros.” Conforme os estudos mostram uma “EP deve partir de um reconhecimento explícito da importância de formar pessoas conscientes do seu papel e responsabilidade com o mundo, o que implica o desenvolvimento da cidadania participativa na construção de convivência social” (Cardona, 2016, p. 86, tradução nossa).

Nestas aulas práticas percebemos a importância da EF para as práticas de melhoria da convivência na escola. A pedagogia das vivências / convivências incluem a corporeidade e a ludicidade como elemento fundamental na prática pedagógica. Assim sendo, Santin (2003, p. 10) menciona a EF deve estar atenta a estes aspectos: “Como corporeidade, o homem é movimento, é gesto, é linguagem, a presença, é expresso criativa. Necessita a EF estar atenta aos componentes intencionais alheios e conflitantes com as finalidades de maturação plena visualizadas pela educação.”

Nos momentos práticos os alunos demonstram os sentimentos, os seus anseios e necessidades, além de demonstrarem as suas insatisfações causadas por suas frustrações ou incapacidade, ou seja, este corpo sofre a cada dia com as práticas excludentes, ambientes violentos na escola. Vivenciar práticas de corporeidade é papel do profissional de EF e podem aliar as pedagogias de vivência e convivência. Como assegura Santin (2003, p. 11) sobre a corporeidade: “O corpo fala por meio do código dos sentimentos e emoções, um código imune

às imposições das ciências e dos poderes constituídos. Recuperar essa dimensão criativa da corporeidade é a tarefa que cabe à EF.”

Para o tema pedagogia da ecoformação na perspectiva da educação física inclusiva, vamos demonstrar os resultados dos planos de aulas 6 e 7, também realizados em 4 encontros. Além do assunto já mencionado anteriormente, será descrito o resultado para o tema pedagogia da conflitologia. Segue o relato dos alunos em relação ao tema apresentado, conforme quadro 16:

QUADRO 16 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 06 e 07).

(continua)

intervenções pedagógicas	áudios durante as aulas (grupo 1 ao 4)	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (anotações diárias)
atividade 06 - Pedagogia da ecoformação	todos têm a obrigação de cuidar do meio ambiente, um exemplo é reduzir o consumo de plástico; eu acho importante cuidar do meio ambiente para ter um mundo melhor e de harmonia; se fizermos a nossa parte, vamos ter um mundo melhor; para um mundo de paz precisamos do respeito um com o outro, acabar com a fome e cuidar do meio ambiente; cuidar do meio ambiente para melhorar a qualidade de vida e praticar esportes na natureza; ao fazer essas atividades senti a sensação de se conectar com a natureza; percebi professor que devemos valorizar outras formas de vida; para fazer um mundo melhor precisamos de cooperação; para um mundo de paz, precisamos compreender as pessoas, incluir e respeitar o meio ambiente; é importante preservar toda a forma de vida; essa atividade foi diferente, sentir a textura das plantas, eu tive que ajudar os meus colegas cegos;	<u>O que precisamos para um mundo melhor ou mais sustentável? Grupo 1 (5º A)</u> precisamos cuidar do meio ambiente, aprendi as ODS hoje e é preciso ter água potável, educação inclusiva, saúde e bem estar, basta cada um fazer a sua parte; é preciso conscientização de todos, principalmente com os recursos que estão acabando, água potável para beber, cuidar do meio ambiente, por o lixo no lugar certo, não jogar lixo no chão, uma escola de qualidade, todos ter um vida digna e trabalho; paz é um momento muito especial, para viver bem tem que cuidar do meio ambiente; cuidar dos oceanos, dos seres vivos, das plantas, evitar desmatamento, não poluir, isso é importante para um mundo de paz; grupo 2 (5º B) para ter um mundo mais sustentável é preciso ter direitos iguais, respeitar as pessoas, respeitar os planetas, a mulher ter o mesmo direito que o homem, receber igual e economizar energia; o planeta é a nossa casa, devemos sempre cuidar com amor, respeito; um mundo melhor é igualdade de gênero, temos que respeitá-los; para ter um mundo mais sustentável precisamos reduzir gastos, doar as coisas que você não precisa, não poluir, sentir a natureza como ela é importante; aula de hoje de EP foi o máximo, aprendi que não existe só eu, aprendi a conectar com o mundo, que as mulheres tem o mesmo direito que os homens e a aula prática de atividade de aventura que ensina o quanto é bom ter a natureza para a gente; na aula de hoje aprendi sobre a ODS é muito injusto uma mulher receber menos, eu até citei o exemplo da Marta no futebol e o Neymar, ele recebe bem mais. <u>Ou, qual a importância de cuidar do meio ambiente? grupo 1 (5º A)</u> um ambiente limpo, cuidando da natureza é importante para a nossa saúde e todos podem praticar atividade física nele; hoje na prática de esporte na natureza, percebi a importância de cuidar da natureza, estava muito quente, sorte que tinha uma árvore para fazer sombra; grupo 2 (5º B) preservar a natureza é preservar a vida, a saúde, o mundo, é manter a paz; EP significa pensar em um mundo melhor, cuidar do nosso ambiente, não destruir; sem a natureza preservada alguns esportes não podem ser feitos tipo o slackline, a trilha, a caminhada, etc; EP é cuidar do meio ambiente também; Grupo 3 (5º C) um mundo de paz, seria um mundo que não tenha pobreza; as pessoas precisam ajudar, precisam cuidar da

QUADRO 16 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (planos de aulas 06 e 07).

(conclusão)

atividade 06 - Pedagogia da ecoformação (continuação)		natureza e se colocar no lugar do outro; aprendi a valorizar a natureza e gostei de fazer esporte na natureza; grupo 4 (5º D) para um mundo melhor ou mais sustentável eu acho que é acabar com a pobreza e com a fome, se cada um fazer a sua parte o mundo seria melhor; para um mundo melhor a igualdade de gênero, água potável, estudos e preservar o meio ambiente; para um mundo melhor a igualdade, respeitar as diferenças e também as outras formas de vida; para um mundo melhor tem que ter igualdade, para a gente melhorar tem que colaborar, ter o direito de receber o mesmo salário, parar de ser machista, essas coisas; para um mundo melhor, respeitar igualmente os outros, estudo de qualidade, respeitar o gênero dos outros, respeitar as deficiências dos outros, aprendi hoje que o importante é preservar a vida terrestres, cuidar dos animais, também cuidar das árvores que ajuda a nossa vida e saúde;
atividade 07- Pedagogia da ecoformação e conflitologia	aprendi que na situação de conflito, devemos ouvir os dois lados, igual na história do chapeuzinho vermelho na versão do lobo mau; devemos escutar os nossos amigos; falar no tempo certo; evitar brigas e conflitos; conversar para resolver o conflito; o homem se acha o dono da verdade e prejudica o meio ambiente; a moral da aula de hoje, não podemos ser gananciosos com o mundo, isso é viver em paz;	<u>Qual o mundo que queremos? Ou, conte sobre as duas práticas que foram realizadas, em especial a do meio ambiente. Grupo 1 e 2 (5º A e B)</u> queremos um mundo sem guerra, sem acabar com o meio ambiente, queremos um mundo de paz; hoje eu me assustei com o tanto de lixo acumulado em nossa escola e me assustei com o número de lixo produzido no Brasil no ano, temos que cuidar melhor do nosso planeta; poluir e acabar com as florestas também é uma forma de violência, o mundo precisa de paz; queremos um mundo recheados de paz e amor, e muitas outras coisas, a gente tem que cuidar então melhor do planeta; hoje eu achei um cúmulo o que eu vi, de começo eu me neguei a ajudar pois não fui eu que fiz aquilo, mas percebi depois que eu deveria cuidar melhor da nossa sala e as vezes a sala está uma bagunça, então eu resolvi ajudar na limpeza e entendi que devemos cuidar melhor do nosso planeta; seria tão bom um mundo de paz, um mundo sem desmatamento, sem água desperdiçada, sem comida jogada fora, sem mortes de animais, sem guerra sem poluição e muito mais; Grupo 3 e 4 (5º C e D) todos queremos um mundo calmo, sem conflitos, um mundo sem ganância e limpo, para ter esse mundo cada um deve fazer a sua parte; queremos um mundo sem preconceito, um mundo sem racismo, sem desrespeito e desmatar, também que cuidem dos animais; percebi que tem aluno que não gosta de ajudar a manter a sala limpa, inclusive tive que pedir para uma pessoa que não quero falar o nome que estava sentado, se não cuida nem da sala, imagina do meio ambiente;

Fonte: O autor

Com os relatos apresentados pelos alunos nos planos de aulas 06 e 07, notamos nas falas ou anotações diárias os elementos pedagógicos básicos da pedagogia da ecoformação com foco na EP de Salles Filho (2019), entre os principais estão as práticas relacionada aos valores, valorizar a vida plena como ideal, a perspectiva da busca por uma CP consigo mesmo, com o outro e com o planeta.

Os valores como o respeito, a empatia, a solidariedade estão presentes nos depoimentos dos alunos, conforme os relatos apresentados no quadro acima. Isso demonstra

essa relação entre os elementos das cinco pedagogias da paz e a educação inclusiva. Na fala das crianças percebe essa relação de cuidado e de paz consigo mesmo, com o outro, com o planeta e o compromisso com todas as formas de vida. Neste sentido, a fala das crianças direciona para um dever de todos em cuidar do meio ambiente e a pedagogia da ecoformação está na conexão entre “educação ambiental junto com uma educação para o desenvolvimento sustentável, ou a educação para os direitos humanos e a paz. Isso tudo passa pela educação para a solidariedade, do compromisso com toda a terra e com os seus habitantes” (Navarra, 2008, p. 251).

Na premissa de valorizar os aspectos apresentados pelos alunos durante a prática pedagógica, é pertinente ressaltar as reflexões dos alunos quanto a importância dos temas estudados. As turmas do 5º ano A e B (grupo 1 e 2) descreveram reflexões sobre o cotidiano da escola em relação ao cuidado com o meio ambiente e a produção de lixo, relacionando a melhor convivência, a inclusão, a importância de vivermos em um ambiente limpo, de vivermos em harmonia, etc. Isso é possível de demonstrar no recorte abaixo, através dos relatos, conforme quadro 17 abaixo:

QUADRO 17 - Relato de prática dinâmica do lixo produzido na escola (plano 07).

intervenções pedagógicas	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (anotações diárias)
atividade 07- Pedagogia da ecoformação e conflitologia (relato de prática dinâmica do lixo produzido)	grupo 1 (5º A) e grupo 2 (5º B) Quando cheguei, achei que tinha vindo um furacão, eu comecei a ler os cartazes sobre desastres e sobre o lixo e depois comecei a ajudar o pessoal; eu gostei porque a gente aprendeu a limpar, mas até a separar o lixo da forma correta; eu quando cheguei na sala levei um susto, vi as fotos dos desastres e pensei, não tem como ter um mundo de paz se isso continuar acontecendo; peço desculpas as tias da limpeza pelas vezes que sujei demais a sala; entendi que tem muito lixo que dá para reciclar e alguns até evitar produzir, como bolinhas de papel que alguns fazem por brincadeira na escola; bom depois de hoje eu sei que temos que ter mais compaixão com a natureza; o que fica é a conscientização de pensar nos outros e no meio ambiente também.

Fonte: O autor

Assim, ao participar da prática vivencial os alunos citaram exemplos de agressões ao meio ambiente, a falta de cuidado do homem quanto ao lixo produzido diariamente, os maus tratos da fauna e flora, relacionando a preservação do meio ambiente a CP, entre os exemplos de falas, podemos citar: “o mundo que queremos é um mundo melhor com respeito, amizade, bondade, paz, amor, fé, união, paixão, alegria, empatia, compreensão e sustentável”; “o mundo que queremos é limpo, bonito, sem conflito e sem violência”; “queremos um mundo com: paz, carisma, amor, sem poluição, sem violência e outras coisas.” Estes argumentos reforçam o posicionamento da sustentabilidade ter como princípio a não violência:

Podemos afirmar que a sustentabilidade tem como princípio a não violência, ou não agressão ao meio ambiente, um meio ambiente ampliado para todo o espectro dos relacionamentos entre seres humanos, outros seres vivos e com o planeta, buscando formas mais inteligentes, integradas e que causem o menor impacto possível em pessoas, grupos e no planeta Terra (Salles Filho, 2019, p. 317).

O plano de aula 8 realizado sobre o tema pedagogia da conflitologia e as relações entre paz, conflito e violência apontou a visão dos alunos sobre o tema. Os dados sobre os tipos de conflitos, as práticas de exclusão que ocorrem e o que podemos fazer para diminuir o conflito nas aulas de EF estão descritos no quadro 18.

QUADRO 18 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (plano de aula 08).

intervenções pedagógicas	áudios durante as aulas (grupo 1 ao 4)	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (anotações diárias)
atividade 08- Pedagogia da conflitologia - paz, conflito, violência e práticas inclusivas	mesmo com as nossas diferenças, devemos tratar os outros com igualdade, todos tem os mesmos direitos; a paz é tratar todos com igualdade; paz é estar de bem; paz é harmonia entre os outros; paz é ser justo; paz é não ter violência; a violência não é bom, na escola eu já sofri violência verbal; toda a forma de violência deve ser evitada; a violência não é só física, aprendi que a fome, pode ser uma forma de violência; quando sofrer alguma forma de violência devo procurar ajuda; hoje eu fiz uma mediação de conflito e ouvi os dois lados da história; a briga ocorre quando não concorda com a opinião do outro; aprendi que o conflito é bom quando é controlado; hoje fizemos as regras dos jogos para conviver melhor na aula, respeitar os colegas e incluir todos nas aulas; nos jogos competitivos ocorre mais briga, gostei de criar as regras nos jogos; respeitar as regras na EF evita os conflitos e discussões desnecessárias; as discussões bobas na escola, acabam gerando brigas e violência; toda hora na aula de EF dá uma discussão que tentamos entrar num acordo; eu acho importante conversar com o colega de turma para tentar resolver uma situação antes que vire briga; empatia para colocar no lugar da pessoa e escutar sempre;	<u>Quais os tipos de conflitos que acontece na EF? o que podemos fazer para diminuir o conflito na EF?</u> Grupo 1 (5º A) os tipos de conflitos nas aulas são palavrões, ofender o colega de sala, magoar, para resolver é escutar o colega e falar no tempo certo; quando a gente escuta os outros estamos respeitando a pessoa, é uma atitude legal na aula; a violência é uma coisa que não pode acontecer nas aulas, mas as vezes acontece, hoje ocorreu na aula de passarem a bola as vezes para o cadeirante e passar muito forte, como resolver a discussão como aconteceu, primeiro ouvir o lado do outro, segundo falar, se não resolver levar para uma outra pessoa, o professor; nas aulas de esporte sempre tem um conflito e para resolver é simples, converse com os colegas para entender o lado de cada, evite violência, chamar um amigo para apaziguar ou o professor mesmo; não incluir o deficiente é uma forma de violência, como resolver, conversando e acolhendo a todos na aula; grupo 2 (5º B) a gente não admite o que faz, temos que respeitar a todos, não apenas o nosso amigo; na queimada por exemplo o que acontece, a gente não admite que foi queimado e da confusão, é só respeitar a regra do jogo para conviver melhor e saber conversar; temos que resolver no diálogo professor; grupo 3 (5º C) é preciso incluir as pessoas nas brincadeiras, ter respeito com todos, não importa como seja ela; respeito, porque devemos amar a todos; tentar resolver com conversa e menos violência; em um conflito devemos se colocar no lugar do outro e evitar brigas e confusões. Grupo 4 (5º D) escutar os dois lados para não errar e ofender os colegas; para diminuir o conflito, união e respeito, na sala conversar com os colegas para resolver, ter empatia e evitar discutir, se não der certo, passa para o professor; empatia: se colocar no lugar do outro para acabar com todos os conflitos na escola; manter a humildade, saber perdoar e respeitar; fazer o outro se acalmar, por exemplo se num jogo a discussão passar dos limites, conversar e chamar o professor;

Fonte: O autor

As respostas dos alunos correspondem também aos elementos pedagógicos básicos da pedagogia da conflitologia com foco na EP de Salles Filho (2019), ou seja, os depoimentos na perspectiva dos alunos levam a estimular uma resolução não violenta de conflitos, com base nos valores humanos como o respeito, a empatia, a tolerância. As crianças reforçam constantemente o posicionamento através da escuta ativa e do diálogo como ferramenta principal na resolução do conflito, apontam em suas falas a mediação de conflitos.

As crianças ao citar em sua fala a empatia, o se colocar no lugar do outro e melhorar as relações humanas estabelecem os princípios da CNV de Rosenberg (2006), já mencionado nas seções anteriores. Além, de uma conscientização para a resolução do conflito conforme relato após momento prático da aula realizado pelo aluno, que podemos citar: “nas aulas de esporte sempre tem um conflito e para resolver é simples, converse com os colegas para entender o lado de cada, evite violência, ou chamar um amigo para apaziguar ou o professor mesmo”; “não incluir o deficiente é uma forma de violência, como resolver, conversando e acolhendo a todos na aula.”

Na maneira de entender a educação física inclusiva com um olhar holístico e a relação com a EP é que está o desenvolvimento do planejamento da pedagogia da conflitologia. Como assegura Sastre Vilarrasa e Moreno Marimón (2002, p. 51) a relevância de formar alunos conscientes, não se trata apenas em resolver os conflitos:

Não se trata apenas de resolver conflitos que se estabelecem na escola, mas formar os (as) alunos (as), desenvolver sua personalidade, fazê-los (as) conscientes de suas ações e das consequências que acarretam, conseguir que aprendam a conhecer melhor a si mesmos (as) e às demais pessoas, fomentar a cooperação, a autoconfiança e a confiança em suas companheiras e companheiros, com base no conhecimento da forma de agir de cada pessoa. Isso leva a formas de convivência mais satisfatórias.

No desenvolvimento da atividade sobre esporte competição versus esporte cooperação, os alunos realizaram a prática e apontaram os conflitos que ocorreram na aula de EF, além de situações de exclusão e violência. Foi perceptível o número de reclamações que foram apresentadas no tempo de jogo pré-estabelecido. No decorrer da atividade os alunos de forma coletiva organizaram regras inclusivas, cujo objetivo é a participação de todos na aula. Na sequência, serão citadas várias reclamações sobre as práticas de competição feitas pelos alunos, entre elas: como o jogo é injusto, só beneficia alguns, ou citações de isolamento da partida, que estão descritos no quadro 19, a seguir:

QUADRO 19 - Relato de prática dinâmica do esporte competição x cooperação (plano 08).

intervenções pedagógicas	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (grupo 1 ao 4 – anotações diárias)
atividade 08- Pedagogia da conflitologia - paz, conflito, violência e práticas inclusivas Relato da Dinâmica do Esporte Competição versus Esporte Cooperação.	eu não gostei muito do jogo competitivo, por que não tinha colete, daí eu não sabia qual era o meu time; as pessoas não passaram a bola para o deficiente, e me deram um tapa no meio do jogo; no basquete não passavam a bola para os outros, e sempre empurravam, e não ajudaram os deficientes; o jogo foi muito estranho, ninguém passava a bola e ficava excluindo; eu odiei essa aula de escolher um esporte para competir como experiência, essa prática só os meninos jogavam e não passavam a bola, e o M. E. só achavam que tinha eles, eu quase nem peguei na bola; o jogo me estressou muito porque não paravam de trapacear; o pessoal saiu com raiva, desse jeito é melhor não jogar, faltou cooperação; o jogo teve discussão, para ter um jogo melhor temos que fazer trabalho em equipe; eu achei o jogo injusto, só se davam bem quem sabia jogar, os meninos só jogavam entre eles; quase que não consegui pegar na bola, eu fiquei revoltada e fui sentar no banco e as meninas foram comigo e ficamos o resto da partida reclamando sobre;

Fonte: O autor

No decorrer da execução dos jogos competitivos tradicionais, os alunos admitiram que o principal motivo para o conflito é o fator de quebra das regras, consequentemente não resolvidos de maneira pacífica, tornam-se em práticas violentas e excludentes. Como propostas os alunos formaram grupos para formular as regras e tornar o jogo mais inclusivo e cooperativo, fazendo assim, sentido a prática pedagógica e uma educação humanizada, este é o caminho, conforme alude Morin e Díaz (2017, p. 88): “precisamos reinventar a educação para abrir caminhos para metamorfose da humanidade, para uma mudança humana que permite revolucionar e preservar.”

Rever as práticas educacionais pensando na perspectiva de paz, conflito e violência é formar sujeitos críticos, que compreendam as formas de conflitos que estão no seu cotidiano, conscientes que estas manifestações estão presentes nas relações de convivência, nas aulas de EF. Neste contexto a escola tem um papel essencial nesta formação:

A escola tem papel preponderante nessa formação por contemplar todos esses processos, considerando que o objeto do seu trabalho é a formação humana, que vai além da apreensão dos conteúdos cognitivos, uma vez que envolve valores, comportamentos e atitudes. [...] É na escola que a criança inicia seus contatos de socialização mais ampla, além da família, e apreende as regras de convivência, a forma de ser, de ver, entender o outro nas suas diferenças e estar no mundo (Silva, Aida Maria Monteiro, 2010, p. 44).

No penúltimo plano de aula, as atividades foram relacionadas à inclusão escolar e a sua relação com a paz, mas especificamente sobre a EP. No entanto, os alunos descreveram a importância da EP e relataram durante a prática ações como os valores humanos essenciais como a cooperação, o respeito, o amor, ajudar o próximo e fizeram relação com o tema principal

da aula, como incluir os alunos nas aulas de EF. Esses apontamentos podem ser analisados no quadro 20.

QUADRO 20 - Perspectiva e relato das Intervenções Pedagógicas (plano de aula 09).

intervenções pedagógicas	áudios durante as aulas (grupo 1 ao 4)	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (anotações diárias)
atividade 09- Inclusão escolar e EP	as regras nos jogos são importantes para conviver melhor; os jogos nesta aula não foram violentos, e com igualdade, meninos e meninas jogando juntos; nesta aula durante o jogo criamos regras de um passe para a menina e um passe para o menino; nosso grupo criou uma regra de convivência, o último arremesso deveria ser do cadeirante; para um mundo de paz precisamos incluir a todos; todos podem ser incluídos, a escola é para todo mundo; acolher é uma forma de inclusão e de paz;	Como incluir os alunos nas aulas de EF? Grupo 1 (5º A) eu acho que é tendo a igualdade de gênero, tendo os mesmos direitos e hoje o jogo foi bem legal por isso; eu gostei bastante do jogo porque não teve conflito, porque não podia roubar a bola da mão do colega, eu incluí as pessoas do meu grupo, passei a bola para eles; não excluindo, não deixando a pessoa de fora da aula; eu gostei do jogo de hoje, porque não teve discussão, bem participativo, tinha que colaborar um com o outro para dar certo o jogo; Grupo 2 (5º B) eu acho que inclusão significa colocar a pessoa na brincadeira sem preconceito, sem julgar pelo jeito dela; incluir é você colocar a pessoa com deficiência ou não na atividade, não deixar a pessoa ignorada, sofrendo, para dar certo tem que ajudar o colega; para incluir, basta querer, porque as atitudes vem do coração, não das coisas; esse jogo de hoje não teve conflito, foi um dos melhores jogos de EF, eu estava na cadeira de roda e consegui jogar; Grupo 3 (5º C) a gente tem que pensar, e se fosse nós no lugar dessa pessoa e alguém excluir; evitar conflitos e ajudar a todos; não podemos excluir as pessoas do jogo, porque quando for a nossa vez, vão nos excluir; Grupo 4 (5º D) ter empatia e respeito, porque se eu tivesse excluído eu iria me sentir muito mal, bem provável que outros se sintam mal, então o certo é incluir; hoje eu fui tutor, ajudei o meu colega em toda a aula, ele conseguiu fazer igual a nós;

Fonte: O autor

É possível notar conforme os relatos do quadro acima uma conscientização dos alunos de forma praticamente universal sobre o dever de incluir a todos e a relação que os alunos fizeram sobre paz e inclusão, citando nos bilhetes no término da aula frases como: “para um mundo de paz precisamos incluir a todos”; “todos podem ser incluídos a escola é para todo mundo”; “acolher é uma forma de inclusão e de paz”. Estas reflexões que os alunos demonstraram, somente é possível quando existe um trabalho contínuo, como descreve Sassaki (2009, p. 15), para ocorrer a inclusão, no campo da educação:

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas [...] para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios.

No processo de inclusão, os alunos no momento final da aula mencionam que a inclusão deve ser para todos, apontam para o sucesso a realização de atividades diferenciadas, a mudança das regras, ou até mesmo a necessidade de realizar a troca da atividade nas aulas de

EF, mas que permita a oportunidade para todos. Estes argumentos da fala das crianças vêm de encontro do posicionamento de Mittler frente a inclusão:

A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo coerente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (Mittler, 2003, p. 25).

A seguir, vamos apresentar a perspectiva da criança sobre o entendimento delas sobre a paz e a relação que fizeram durante o desenvolvimento dos planos de aula em relação à inclusão. O próximo quadro, número 21 apresenta esta perspectiva:

QUADRO 21 - Relato o que é paz para você? (plano de aula 09).

intervenções pedagógicas	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa (anotações diárias)
atividade 09- Inclusão escolar e EP Pergunta Final: O que é paz para você?	Grupo 1 e 2 (5º A e B) é não brigar e ajudar os colegas na aula; paz é não fazer mal às pessoas, ajudar os outros, ajudar os deficientes, ser solidário, respeitar os deficientes, não fazer <i>bullying</i> por causa do jeito dela; para mim a paz é tudo o que é bom como o respeito, inclusão, igualdade entre muitas outras coisas; paz é não entrar em guerra, não brigar e fazer <i>bullying</i> ; paz é não excluir; a paz é fazer o bem, incluir os outros, não fazer agressão; é ser solidário, ajudar o próximo, ajudar pessoas que têm deficiência, cuidar da natureza, se colocar no lugar das pessoas e ser tolerante; a paz tem que ser construída na nossa casa, obedecer, ajudar os outros, não entrar em briga, cuidar das pessoas que a gente ama e incluir; paz é estar de bem com todos, sem racismo, sem preconceito, respeitar os deficientes; Grupo 3 e 4 (5º C e D) ser justo, amar a natureza e ser educado com todos; paz é conviver juntos, sem brigas, conflitos, incluir para um mundo de paz. Sobre a aula de hoje eu amei o jogo, todos jogaram juntos o tempo todo; paz é ter calma, ajudar as pessoas, escutar a todos; paz é não fazer violência, mas não só isso, é inclusão; paz é evitar violência, tipo física, verbal; paz é união, respeito; paz é sem briga e sem conflitos;

Fonte: O autor

A última intervenção pedagógica foi direcionada a práticas de educação física inclusivas, principalmente as voltadas aos esportes adaptados e o esporte como ferramenta de construção de paz. Nos momentos de fala coletiva, ou nas discussões no grande grupo realizadas durante a aula percebe-se que os alunos são conscientes da importância da inclusão, além de concordância sobre a importância de falar sobre a paz. Nos recortes de fala dos alunos, transcritos abaixo é importante destacar a perspectiva deles para a inclusão, conforme quadro 22 abaixo:

QUADRO 22 - Relato o que é inclusão para você? (plano de aula 10).

(continua)

intervenções pedagógicas	áudios durante as aulas (grupo 1 ao 4)	bilhetes escritos pelos alunos sobre o assunto abordado no plano de aula, relacionado ao tema da pesquisa
--------------------------	--	---

QUADRO 22 - Relato o que é inclusão para você? (plano de aula 10).

(conclusão)

		(grupo 1 ao 4 – anotações diárias)
atividade 10- Atividades de esportes inclusivas	a tolerância e o respeito para incluir a todos; o mundo precisa de empatia para a paz; respeito para incluir a todos e vivermos em paz; devemos adaptar as atividades para todos; olhar de forma diferente para as deficiências; eu acho professor que todos devemos ter oportunidades;	O que é inclusão? adaptar esportes para os deficientes e colocar um tutor para ajudar ou pode ser um aluno mesmo; eu acho que é possível adaptar as atividades para os alunos e vejo isso durante as aulas; inclusão é respeitar os alunos e ajudar; eu acho que é ajudar as pessoas com deficiência e todos, todas as pessoas têm direito a comida, saúde, casa, escola e muita mais coisas; incluir é deixar as diferenças de lado; bom eu achei a aula ótima, maravilhosa, para a gente perceber que tem gente que não tem condição por causa da deficiência, não tem condição de comprar algo, para isso temos que respeitar e dar valor a todos, temos que incluir todo mundo junto, ajudar no que for possível da nossa parte; incluir uma pessoa na aula é dar um jeito da pessoa participar, por isso, não reclame da vida, de mais valor; para ter paz é preciso incluir e fazer um mundo justo; as vezes temos que agradecer, porque temos as coisas e fazer o bem, viver em paz e incluir; incluir não é só na escola é em todos os lugares;

Fonte: O autor

A perspectiva das crianças sobre a inclusão não está distante da revisão de literatura, conforme demonstram os estudos de Sassaki (2010, p. 18):

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Para Sassaki (2010, p. 18) a inclusão passa por princípios como “a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem através da cooperação.” Estes princípios estão explícitos nas cinco pedagogias da paz proposta por Salles Filho (2019) e auxiliam a construir um mundo de paz, se partirmos dos pontos de respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, que estão no Manifesto 2000 por uma CP e Não Violência da UNESCO.

Nos áudios captados durante as intervenções os alunos citaram o respeito e a tolerância como valores para a inclusão, necessários para respeitar as diferenças. Para Eco (1998) deve-se educar desde a primeira fase da infância para a tolerância, por este motivo a importância de um trabalho de conscientização para as crianças em temas que contribuam para a educação integral e formação humana como a inclusão, os direitos humanos, a EP. Assim sendo, Eco (1998, p. 114) descreve:

A intolerância em relação ao diferente ou ao desconhecido é natural na criança, tanto quanto o instinto de se apostar de tudo quanto deseja. A criança é educada para a tolerância pouco a pouco, assim como é educada para o respeito à propriedade alheia

e antes mesmo do controle do próprio esfíncter. Infelizmente, se todos chegam ao controle do próprio corpo, a tolerância permanece um problema de educação permanente dos adultos, pois na vida cotidiana estamos sempre expostos ao trauma da diferença.

A seguir iremos apresentar os resultados e discussões das entrevistas, a perspectiva dos educandos para os temas paz, conflito, violência e inclusão. A partir das respostas, vamos analisar se os dados apresentados corroboram com os principais autores sobre os temas.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS

Baseado no referencial teórico da pesquisa e dos conteúdos abordados de forma inclusiva durante as aulas, a finalidade nesta unidade está em realizar a análise das entrevistas que foram aplicadas durante as aulas de EF. Pretende-se demonstrar que o conjunto das práticas pedagógicas pode impactar nos educandos de maneira positiva e contribuir para a formação integral e CP, numa perspectiva inclusiva.

Após a aplicação das intervenções pedagógicas e a coleta de dados através de observações, áudios em rodas de conversas, atividades escritas (bilhetes), comentários dos alunos durante a aula, foi o momento da realização das entrevistas. A realização das entrevistas é pertinente, pois alguns alunos têm posicionamentos importantes em suas falas, mas não se expressam no grande grupo, desta maneira, os alunos foram divididos em grupos de no máximo 6 pessoas participantes, como alude Both, Bissoli e M. Oliveira (2020, p. 280) o método de “entrevista misto com crianças consiste em pequenos grupos, tornando-se um ambiente acolhedor, deixando a criança à vontade, para depois inserir as perguntas.”

Ao todo participaram da entrevista 79 alunos, divididos em pequenos grupos, para facilitar no momento de fala, principalmente para escutar a opinião de todos os envolvidos na pesquisa. No intuito de facilitar no momento de análise dos dados, na fase de codificação dos dados da pesquisa, considerou-se agrupar as respostas conforme unidades de acordo com o tema da pesquisa, entre as respostas consideradas, estão aquelas que permeiam pelos seguintes temas: paz, conflito, violência, EP, CP, inclusão, tutoria, as cinco pedagogias da paz, valores humanos e direitos humanos. Após a fase de pré-análise e exploração dos dados na análise de conteúdos de Bardin (2016), foi o momento de considerar as respostas, apenas das que possuem similaridade com os temas citados anteriormente e realizar a interpretação destes dados. Devido ao fato do número de alunos entrevistados, as respostas que assemelham serão demonstradas na sequência, descartando aquelas que não estão correspondentes ao tema da pesquisa.

Desta maneira, iniciou a entrevista com um momento de descontração, o pesquisador levou um boneco de pelúcia e relatou que ele fazia parte do grupo e gostaria de ouvir o que os alunos tinham para contar sobre o tema paz, conflito, violência e inclusão. Cada grupo deveria escolher um nome para o seu novo amigo de turma e no momento que se sentisse à vontade para falar pegaria o seu novo amigo para responder, ou deixaria ao meio da roda de conversa se não optasse por responder. As entrevistas tiveram duração média de 20 minutos, divididos em um momento de história, apresentação, perguntas e momento final de reflexão.

O método de distribuir os alunos em pequenos grupos possibilita um melhor acolhimento, no sentido de deixá-los à vontade para expressar a sua melhor opinião sobre o assunto. No mesmo sentido da atividade da pedagogia da vivência e convivência, em que os alunos realizaram dinâmicas de saber escutar o colega no momento da sua fala, na entrevista quem estava com o boneco de pelúcia da história criada na mão, tinha o momento de fala e poderia expressar a sua opinião.

Primeiramente, é importante sabermos o quanto tempo os alunos estão na escola, dos 79 alunos que responderam a entrevista, 62 disseram estar a 03 anos ou mais, representando 79%. Alunos que estão entre 1 e 2 anos representam 10% dos entrevistados, ou seja, 8 alunos e 9 alunos estão a menos de um ano, representando 11%. As perguntas foram direcionadas por assunto, primeiro, indagando sobre o tema violência e *bullying*, segundo, sobre inclusão escolar, terceiro sobre o entendimento de paz, conflito e violência. Para encerrar foi questionado sobre a aplicação das intervenções pedagógicas para os alunos e a opinião da participação deles nas atividades.

A tabela 02 demonstra os dados sobre as perguntas relacionadas ao *bullying* ou violência, ou seja, se os alunos já cometeram essas práticas no ambiente escolar e também questionado se eles tinham conhecimento sobre o tema CP ou EP antes das intervenções pedagógicas. Também foi perguntado se estes alunos já realizaram práticas de *bullying* ou violência no ambiente escolar. Para a tabela 02, as respostas eram sim, não ou talvez e os alunos poderiam justificar suas respostas.

TABELA 02 – Entrevista.

Perguntas 1 a 3	SIM	NÃO	TALVEZ
Antes de participar nas aulas de EF deste ano, você já ouviu falar sobre os termos CP e / ou EP?	3	75	1
Já sofreu algum tipo de violência na escola?	52	25	2
Você já praticou <i>bullying</i> ou algum tipo de violência com o seu colega?	45	33	1

Fonte: O autor

Os alunos que afirmaram que já sofreram algum tipo de violência na escola chegam a 66%. Já os alunos que não sofreram violência representam 32% e os que responderam talvez representa 2% dos entrevistados. Os que já passaram por alguma situação, afirmam como forma de violência as agressões físicas, os palavrões, o *bullying* como principais exemplos. Ao realizar a pergunta de forma contrária, se os alunos já haviam praticado *bullying* ou alguma forma de violência, os dados são próximos, afirmam que já fizeram esta prática 57% e os que nunca praticaram 42%, apenas 1% respondeu talvez.

Sobre o conhecimento do tema de pesquisa, 4% afirmam ter conhecimento ou escutado sobre o tema na escola anterior que estudavam, ou através da família, nas aulas de formação humana, 1% respondeu talvez e 95% afirmam ser o primeiro contato na aula de EF.

Sobre os questionamentos de *bullying* e violência, entre os relatos dos alunos destacam-se algumas frases: “Já me chamaram de macaca na escola”; “já me envolvi em briga na outra escola”; “fulano falou que o meu cabelo é de bombril”; “eu já fiz racismo com uma colega.” Em relação ao *bullying* surgiram alguns exemplos como os citados na sequência: “fazemos *bullying* só na nossa rodinha de amigos, mas eles não ligam”; “sim, a gente chama a (A) de gigante”; “meu amigo come lápis e chamamos de cupim”; “já pratiquei *bullying* com os meus colegas de turma”; “sim, eu fiz, mas foi só com o meu amigo e ele fazia comigo também.”

Também foi questionado sobre o entendimento dos alunos em relação ao *bullying*, muitos relacionam com práticas de violência, outros apenas como uma forma de insulto. Podemos verificar a opinião de cada turma no quadro 23, a seguir:

QUADRO 23 – Entrevista.

Pergunta 4	Principais respostas pelos alunos (amostra 79 participantes)
O que você entende por <i>bullying</i> ?	pode ser todas as violência juntas, antes de julgar uma pessoa, julgue você mesmo; no <i>bullying</i> a pessoa pode se sentir mal; é colocar apelidos feio; quando uma pessoa começa a fazer <i>bullying</i> incentiva outra pessoa a fazer <i>bullying</i> ; as pessoas acham graça, mas esquecem que a pessoa pode ficar sozinha, solitária até mesmo sofrer depressão; <i>bullying</i> é excluir as pessoas do nosso meio; <i>bullying</i> é uma coisa que ninguém gosta e dói quando eu escuto; o <i>bullying</i> pode levar a depressão; o <i>bullying</i> é uma forma de violência verbal, pode até virar violência física ou moral, eu já sofri <i>bullying</i> por causa da minha altura; eu entendo que é ofender os outros; ofender com palavras; entendo que <i>bullying</i> não é apenas na escola, mas em vários lugares, inclusive nas redes sociais; é ruim e vejo os colegas sofrerem todos os dias; é uma forma de violência psicológica e eu já sofri; é fazer algo sem pensar o que a pessoa vai sentir sobre o assunto, tipo falar sobre a pele, cabelo, tamanho da pessoa; eu quando estava sofrendo <i>bullying</i> estava entrando quase em depressão; é uma violência psicológica, colocar coisas na cabeça da pessoa e ela acaba achando que é verdade;

Fonte: O autor

De um modo geral, os alunos mencionam que a prática de *bullying* não é correta, eles têm consciência do que estão realizando e concordam que a prática é errada. Um dado

interessante, eles associam o *bullying* a uma forma de violência, seja ela a violência psicológica, verbal ou moral. Citam até mesmo as causas que a prática do *bullying* pode levar a depressão e outros problemas de saúde. Estes argumentos seguem a linha de pensamento dos autores sobre o tema, conforme mencionam Guareschi e M.R. Silva (2008, p. 17):

É um fenômeno devastador, podendo vir a afetar a autoestima e a saúde mental dos adolescentes, assim como desencadear problemas como anorexia, bulimia, depressão, ansiedade e até mesmo o suicídio. Muitas crianças vítimas do *bullying* desenvolvem medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e geralmente evitam voltar à escola quando esta nada faz em defesa da vítima.

No segundo momento as perguntas estavam direcionadas para a inclusão escolar, ou seja, a opinião dos alunos sobre as práticas de convivência na escola, se eles eram tratados com igualdade, ou se existia o mesmo tratamento com os colegas deficientes por parte dos colegas de turma e pelos professores. Os resultados podem ser analisados na tabela 03 abaixo:

TABELA 03 – Entrevista.

Perguntas 5 a 7	SIM	NÃO	TALVEZ
Você acha que seus colegas são tratados com igualdade na escola? Você gostaria de justificar a sua resposta?	12	62	5
Os colegas com deficiência têm o mesmo tratamento que os demais colegas na escola, por parte dos professores e funcionários?	75	1	3
Os colegas com deficiência têm o mesmo tratamento que os demais colegas na escola, por parte dos amigos de turma?	0	70	9

Fonte: O autor

Entre os alunos que foram entrevistados, 79% afirmam que os colegas não são tratados com igualdade na escola pelos demais colegas de turma. Apenas 15% responderam que estes alunos recebem o mesmo tratamento, já os alunos que mencionaram talvez, corresponde a 5%. Ao perguntar se os alunos queriam justificar a resposta, entre os comentários podemos citar: “porque as vezes fazemos *bullying* com eles”; “já presenciei situação de racismo com minha amiga”; “alguns na sala são rejeitados pela cor da pele, pelo jeito que anda, ou só porque não gosta mesmo do amigo”; “não é todos, tem gente que se acha melhor e não ajuda os colegas”; “alguns tem dificuldade para aprender, é difícil a igualdade; as pessoas olham diferente para a gente”; “as pessoas fazem grupo e ficam só no grupo delas, deixam de lado algum colega que acham diferente.”

Em relação aos professores, apenas 1 (1%) entrevistado relatou que não existe o mesmo tratamento dos professores em relação aos alunos com deficiência, mas preferiu não justificar, os demais afirmaram que existe o mesmo tratamento para os alunos com deficiência, quando comparado com os alunos sem deficiência, representando 95%, já os alunos que responderam talvez, representam 4% dos entrevistados. Os que responderam talvez relataram o esforço do professor ao adaptar as atividades, mas associaram as limitações dos alunos com deficiência o motivo da resposta, por exemplo: “as professoras tentam se adaptar, mas ele não vai aprender mesmo”; “ele é desse jeito, é difícil ele aprender algo.”

Neste segundo momento da entrevista, um dado relevante está em relação a pergunta número 7, o posicionamento deles sobre os colegas com deficiência terem o mesmo tratamento que os demais colegas da escola por parte dos amigos da turma. Nenhum aluno entrevistado respondeu sim, afirmando que possuem o mesmo tratamento que os demais colegas de turma, já os alunos que responderam não, chega a 89 % dos entrevistados e responderam talvez chegue a 11 % dos alunos. Portanto, todos apontam que apesar da luta diária para a inclusão e as práticas constantes de convivência e tutoria é difícil a igualdade plena no ambiente escolar.

As justificativas citadas pelos alunos em relação a pergunta acima, principalmente referente a resposta talvez foram: “tem alguns alunos que não ajudam os colegas porque acham que é perda de tempo”; “alguns tutores não ajudam porque acham que atrasa demais a atividade”; “infelizmente tem os alunos que tratam bem alguns e outros tratam mal”; “em algumas atividades esses colegas são deixados de lado na aula”; “essas aulas ajudaram a entender que é preciso tratar todos iguais”; “eu conheço um aluno que não gosta do colega por ser autista, aí como ele tem o mesmo nome e ser deficiente ele não gosta dele só por isso.”

Mas também percebemos alguns relatos positivos dos alunos sobre a prática de tutoria, por eles realizadas e que tiveram avanços em ajudar os colegas com deficiência durante as aulas, conforme relato abaixo dos próprios educandos durante a entrevista: “na nossa turma melhorou porque era um ou outro ajudava o (N), agora eu também ajudo e tem mais alunos que pedem para a professora para ajudar”; “já melhorou bastante, agora mais alunos tentam ajudar o (N)”; “percebi que mais alunos tentam ajudar o (N) e perguntam para ele se precisa de ajuda”; “cada dia um aluno quer ficar junto do (N) nas aulas de EF”; “eu acho que algumas pessoas, não falando o nome ainda não querem ajudar, mas a maioria colabora.”

Para finalizar o segundo momento da entrevista foram realizadas duas perguntas, a primeira com a finalidade de saber o ponto de vista dos alunos sobre o tema inclusão e a segunda pergunta relacionada a prática de tutoria e como posso ajudar o colega com deficiência durante

as aulas de EF. As principais respostas estão no quadro 24, onde as respostas estão por grupos semelhantes, conforme o tema da pesquisa e demonstrado a seguir:

QUADRO 24 – Entrevista.

Perguntas 8 e 9	Principais respostas pelos alunos (amostra 79 participantes)
O que você entende por inclusão?	para mim a inclusão é incluir pessoas de diferentes cores, tamanhos, todo mundo é humano, todo mundo é diferente; inclusão é respeitar as pessoas do jeito que ela é, também tentar aceitar as pessoas, só um exemplo a gente pode brincar junto, isso é incluir; inclusão é respeitar o outro; entendo que existe várias deficiências e os colegas as vezes não deixam eles jogarem; tem que incluir de qualquer maneira, mesmo que precise trocar de brincadeira; o professor deve mudar o jogo ou a atividade para que todos consigam jogar; inclusão é dar oportunidades; inclusão é acolher a todas as pessoas; incluir a todas as pessoas principalmente os deficientes; a EF é para aprender, todos devem ser tratados iguais; incluir as pessoas nas coisas que são mais difíceis nas aulas de EF; inserir o deficiente físico, visual, ou quem chegar na escola; adaptar as brincadeiras ou qualquer atividade; é tratar os diferentes com igualdade, como se todos fossemos iguais; inclusão é brincar e fazer as atividades de forma diferenciada; a escola é para todos, todos devem participar das atividades; é não deixar ninguém de fora; incluir não importa a aparência, a deficiência, o jeito dela, igual fizemos na aula de EF, todas as pessoas tem direitos; incluir é quando você tenta ajudar mudando as regras, fazendo atividades diferentes, colocando a pessoa com deficiência ou não no grupo para participar; colocar as pessoas com deficiência no lugar que elas merecem; cuidar de todos, não só as pessoas com deficiência;
Como posso ajudar os meus colegas que possuem algum tipo de deficiência?	deixar a pessoa jogar sozinho nas aulas, mas se precisar auxilia ele; temos que tomar cuidado para não excluir mais os nossos colegas; mesmo com dificuldade em ajudar, precisamos auxiliar os alunos com deficiência; diálogo com o aluno com deficiência para ajudar durante a aula; não excluir ou fazer de conta que não conhece, ajudar sempre que possível; tenho que adaptar, por exemplo se ele não escuta eu tenho que mostrar uma imagem para ele ou escrever; se colocando no lugar do outros, talvez ele não esteja compreendendo; você pode ser tutor dela, ajudando nas atividades, mas não fazendo por elas; como aconteceu na EF que foram adaptadas as regras das brincadeiras para elas participarem, igual o jogo de vôlei sentado; mas não é só o deficiente, dá para adaptar e ajudar os outros colegas sem deficiência mas que tem dificuldade também; eu sempre quero ajudar o (N) eu vejo que é só tentar colocar a pessoa para realizar as atividades;

Fonte: O autor

As respostas acima mostram duas perspectivas, a relação entre a CP e a inclusão escolar. E a relação da inclusão com os valores humanos, os direitos humanos, a EP ou as cinco pedagogias da paz. É notório uma conscientização e percepção do mundo por parte dos alunos numa perspectiva de paz positiva, pensando nas relações humanas, conforme as respostas citadas pelos alunos sobre a inclusão no quadro acima.

Os apontamentos dos alunos mostram que a educação inclusiva é possível e as suas práticas devem ser realizadas, buscando acolher a todos, conforme as próprias falas dos alunos em realizar atividades diferenciadas ou adaptar as atividades para a realidade dos alunos, adaptar as brincadeiras, ajudar os alunos, entre as quais destaco: “é tratar os diferentes com igualdade, como se todos fossemos iguais”; “inclusão é brincar e fazer as atividades de forma diferenciada;” “a escola é para todos, todos devem participar das atividades”; “é não deixar

ninguém de fora.” Ou seja, dar oportunidades, conforme alude Bianchi e R.T.M. Silva (2020, p. 119):

É necessário que este ambiente seja acolhedor e com possibilidades reais de inclusão, para que a escola não seja apenas um local onde este indivíduo deve obrigatoriamente estar, que ocupem partes das horas de seu dia, mas que haja na escola uma aprendizagem verdadeira e que faça sentido na vida desse estudante.

Para Pletsch (2005, p. 26) a “educação inclusiva beneficia a todos, pois se baseia no ideário da educação como um direito de todos, comprometido com a cidadania e com a formação de uma sociedade mais democrática e solidária.” Entretanto, existe uma relação intrínseca entre a inclusão com o conceito de paz positiva que Jares (2002) alude, onde a paz positiva busca o desenvolvimento, a justiça social e a garantia dos direitos humanos e a democracia.

Na perspectiva de paz positiva, a inclusão, o desenvolvimento e os direitos humanos caminham juntos. Para Werneck (1997, p. 42): “incluir é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade, contribuindo de alguma forma para o seu desenvolvimento. Como ideologia, a inclusão vem para quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados.”

A última parte da entrevista direcionada para a CP, foram questionados sobre os valores humanos, os direitos humanos e a importância de estudar assuntos do meio ambiente na escola. Além das perguntas abertas sobre o tema paz, violência e conflito. A seguir a tabela 04 apresenta os resultados para as perguntas 10 a 12:

TABELA 04 – Entrevista.

total de respostas	SIM	NÃO	TALVEZ
Você já ouviu falar sobre valores humanos, antes de participar da pesquisa? Você acha importante falarmos sobre?	36	41	2
Você já ouviu falar sobre direitos humanos, antes de participar da pesquisa nas aulas? Você acha importante falarmos sobre?	28	49	2
É importante falarmos do meio ambiente na escola? Você gostaria de justificar a sua resposta?	79	0	0

Fonte: O autor

Quando questionado sobre os valores humanos, obtivemos um número próximo de respostas, pois 46% dos alunos disseram que já escutaram sobre este termo. Número este muito próximo aos que afirmaram ser os primeiros contatos, chegando a 52% dos entrevistados e os que responderam talvez apenas 2%. Os que afirmam sim, justificam como resposta

principalmente a família responsável pelo ensinamento, alguns relataram ter vivenciado na disciplina de formação humana, outros mencionam em alguns vídeos nas redes sociais e alguns na Instituição dos Irmãos Cavanis, que os alunos das turmas parciais frequentam no contraturno escolar.

Ao perguntar sobre os direitos humanos, percebe-se uma redução dos alunos que afirmam em algum momento ter vivenciado esse termo, caindo para 35% dos entrevistados. Os alunos que citaram ser o primeiro contato com o tema chegam a 62%, já os alunos que responderam talvez são 3%. O número dos que afirmaram sim e talvez, somente chega a 38% devido ao trabalho social realizado pelos Irmãos Cavanis, com a Instituição localizada na comunidade próxima a escola, onde os alunos relatam ter escutado a professora comentar sobre os direitos humanos ou que escutaram este termos com outras palavras, como relatamos na sequência: “eu já ouvi no Cavanis essa palavra”; “pelo menos uma vez na semana a professora fala sobre”; “falam direto sobre o direito das crianças, sobre o direito à educação, direitos dos idosos no Cavanis”; “eu conhecia este termo, mas apenas como direito à educação, direito à moradia.”

Para a pergunta sobre a importância de falarmos sobre meio ambiente, é inquestionável a resposta, onde todos os alunos afirmam a relevância de cuidarmos do meio em que vivemos. Os alunos relacionaram a prática da pedagogia da ecoformação com o componente curricular de esporte de aventura e natureza da disciplina de EF, citando a importância de cuidarmos do meio ambiente para garantir práticas saudáveis de exercício físico e a garantia de uma qualidade de vida.

Entre as respostas percebemos as práticas reflexivas sobre a importância de entender o eu, o outro e o nós. Para esta afirmação dos alunos destacam-se: “não cuidar do meio ambiente é igual não cuidar da nossa casa”; “dá para ajudarmos falando com as pessoas, falar para os nossos pais e cada um fazer a sua parte, não podemos destruir a natureza, as árvores, não devemos pensar só em nós, mas nas outras formas de vida”; “eu gostei das aulas de esporte de aventura, aprendi a se conectar com a natureza e não tem só nós no planeta”; “não adianta falar só para as crianças esse assunto, tem que ser para todos, todos os dias tem notícia ruim sobre o meio ambiente e eu acho que na escola é o primeiro passo para mudar isso”; “acho importante todos ficarem cientes que temos que cuidar do meio ambiente, para não acontecer o que ocorreu no Rio Grande do Sul.”

Os relatos apresentados pelos alunos afirmam uma perspectiva da pedagogia da ecoformação que é a relação entre o ser humano-sociedade-natureza. Aspectos estes que Salles Filho (2019, p. 338) alude: “A pedagogia da ecoformação é o componente da EP que vai

encontrar caminhos pedagógicos [...] entender os ‘ambientes’ e as ‘ambiências’ [...] entre as dimensões do ser humano na relação com outros seres humanos [...], com toda a vida.”

Nas observações da intervenção pedagógica da ecoformação notou-se uma reflexão por parte dos alunos, questionando sobre a importância de cuidar do ambiente, indagando sobre a quantidade de lixo produzido e as consequências para a qualidade de vida. Esse posicionamento dos alunos, mostra uma conscientização do seu papel na sociedade e a relação com a vida planetária, como descreve Salles Filho (2019, p. 314): “Por si sós, tais argumentos reforçam a necessidade de repensarmos a relação com o planeta, se quisermos realmente caminhar em direção à CP [...]”.

No final do período de intervenção pedagógica foram realizadas as perguntas relacionadas ao tema paz, conflito e violência. Foi possível perceber que a visão inicial nas primeiras semanas de intervenção era de paz-negativa, em que os alunos são questionados argumentam que paz era a ausência de guerra. Após as intervenções os alunos apresentaram uma visão positiva de paz e um posicionamento inclusivo em seus argumentos. O quadro 25 apresenta a perspectiva dos alunos para as perguntas 13 a 15:

QUADRO 25 – Entrevista.

(continua)

Perguntas 13 a 15	Principais respostas pelos alunos (amostra 79 participantes)
O que você entende por paz?	para mim paz é não brigar com os outros, não fazer violência; eu entendi por paz é uma conscientização diária; ensinar CP para ter uma relação melhor e diminuir as brigas na escola; na minha opinião a EP é respeitar as diferenças; educar para a paz é fazer o bem; paz é não brigar, não fazer confusão ou guerra; para um mundo de paz, precisamos acabar com a guerra, ter solidariedade, ajudar as pessoas necessitadas, tem muita gente passando fome; para a paz temos que colocar no lugar do outro; paz é viver melhor em comunidade; paz é conflito controlado; eu acho que paz é não guerra, um ambiente sem violência; paz é igualdade, é inclusão, isso foi feito nas aulas; eu acho que paz é ter harmonia com as pessoas, é não realizar violência; paz é resolver na conversa; paz é um mundo livre, sem racismo, sem julgamento, sem desamor; um mundo livre, sem violência, sem <i>bullying</i> ; paz é não fazer as coisas ruins para os outros; paz é quando tem harmonia, alguém respeita um ao outro e realiza a paz; paz é não ter guerra com os outros; paz é viver juntos, sem briga, sem matar, sem violência; paz não é só não ter violência, mas é os valores, mas cada um viver e respeitar a opinião do outro; paz é não queimar árvores, cuidar do planeta; paz é direitos humanos; paz é uma união de todas as pessoas, do jeito dela, aceitar as pessoas com deficiência, se for cadeirante, se tiver uma deficiência, para todos poderem ter um círculo de paz; a paz é colocar harmonia no mundo, sem essas violências, essas guerras e tal; paz é ter o conflito mas evitar a violência, as coisas ruins que podem destruir o homem, virar guerra, deixando de viver bem; paz é ter empatia, respeitar a opinião do outro; a paz começa no meio de nós, estar de bem com o mundo; paz é ter empatia, respeitar os que tem deficiência; respeitar até os inimigos; paz é tolerância e empatia; paz é aceitar como ele é e incluir;
Na sua opinião, o que é um conflito?	o diálogo é importante em situações de conflito; conflito é bom quando é algo controlado, não podemos deixar que vire violência; conflito é uma forma de discussão; o conflito acontece todo dia; alguns conflitos são algo bobos, é melhor evitar; o conflito não é legal quando vira briga; no conflito eu aprendi que devemos ouvir a opinião dos outros e respeitar; na escola se cada um saber ouvir e falar no tempo certo não teríamos tanto conflito assim; precisamos resolver os conflitos na conversa, sem levar para os

QUADRO 25 – Entrevista.

	(conclusão)
	professores; devemos respeitar a opinião dos outros; conflito é comum aqui na escola;
O que você entende por violência?	a violência vem do desentendimento; se não for resolvido com conversa, vira em violência; as pessoas só pensam nelas e geram violência; uma simples discussão não resolvida pode virar em uma forma de violência física; eu entendi durante as aulas que existe várias formas de violência, violência física, violência verbal, fazer qualquer tipo de mal para os outros; o mundo é violento desde a sua existência, a violência é fazer o mal para os outros; violência é excluir os outros e as pessoas com deficiência; violência é contrário do que queremos para a nossa vida; violência é desamor, viver de mal com os outros, pode virar em violência física, verbal, psicológica;

Fonte: O autor

Percebemos que o conceito negativo de paz está presente na sociedade e as crianças em determinados momentos da entrevista apresentam esta perspectiva, conforme alguns relatos apresentados: “precisamos acabar com a guerra”; paz é não ter violência”; “paz é não ter briga”; “eu acho que a paz é não guerra; “paz é não ter conflito ruim.” Essa perspectiva dos alunos do conceito negativo de paz, remete ao que Jares (2002, p. 122) descreve como” ausência de conflito ou estado de não guerra.” Alguns apontamentos dos alunos refletem também o que Jares (2002, p. 122) alude paz com harmonia, entre as falas principais das crianças estão: “paz é estar bem;” “paz é viver em harmonia;” “paz é fazer o bem”; “paz é quando tem harmonia.”

A maioria dos relatos dos alunos direciona para o conceito de paz positiva, isso nos faz crer na paz como uma conscientização diária e que o caminho para uma educação inclusiva e da CP, está na EP, como menciona Guimarães (2011, p. 330): “não há paz sem educação para a paz.”

A importância de abordar este tema nas aulas de EF numa perspectiva inclusiva e holística, está em buscar respostas para os aspectos emocionais e para o nosso corpo, que em determinadas práticas ficam excluídas no ambiente educacional, ficando restrita apenas aos alunos que possuem mais habilidades. Os corpos na escola sofrem e necessitam de uma educação inclusiva, a paz é o caminho que visa uma melhor relação entre o homem, a sociedade e a natureza. A paz como um todo ela é complexa e Guimarães (2011, p. 92) apresenta uma visão holística de EP:

A arte de viver em paz consigo mesmo, a arte de viver em paz com os outros e a arte de viver em paz com a natureza. A paz interior compreende a paz do corpo, do coração e do espírito. As manifestações sociais de energia abrangem a educação cultural para a paz, a educação social para a paz e a educação econômica para a paz, enquanto a pedagogia ecológica cobre os níveis da matéria, da vida e da informação.

Em sua grande maioria os alunos descreveram a paz na concepção positiva, relacionando a paz aos direitos humanos, paz a igualdade social, relacionando paz aos valores

humanos e relacionando paz as cinco pedagogias da paz. A paz como “o processo de desenvolvimento deve promover a dignidade humana” ONU (1981 *apud* Jares, 2002, p. 127), nisso consiste as respostas dos alunos ao mencionar que paz é igualdade, paz é incluir a todos, paz é viver em união e respeitar a todos, etc.

O fato de o aluno mencionar que a paz é viver melhor em comunidade corrobora com o pensamento de Guimarães (2011, p. 237): “o primeiro e condicional processo na EP é o estabelecimento, a constituição e a criação dessa comunidade pacifista [...]. A EP começa construindo relações harmônicas entre membros da comunidade educativa.”

Na perspectiva de paz das crianças associando aos valores humanos como respeito, empatia, tolerância, leva-nos a entender a paz intrínseca a inclusão, neste sentido, as práticas pedagógicas inclusivas relacionadas com as convivências e práticas pedagógicas de EP, trabalhadas nas aulas proporcionam colocar em prática os valores humanos e isso justifica através das respostas dos educandos citadas nos quadros anteriores.

A realização de práticas inclusivas nas aulas de EF influencia indiretamente para as respostas dos alunos colocando em seus argumentos a paz como tolerância e empatia, ou faz eles perceberem que a paz e inclusão podem estar caminhando próximas na escola. Para Serrano (2002, p. 39): “a tolerância surge quando nos importam as diferenças existentes entre os homens e os povos e nós as aceitamos como um enriquecimento. Não é necessariamente relativista, mas contrária à indiferença.”

Quando as crianças citam em seu entendimento que “paz é incluir, paz é aceitar como ele é e incluir, a paz é se colocar no lugar do outro, ou a paz é ter empatia e tolerância”, vêm de encontro aos valores mencionados por Serrano (2002, p. 41):

Isto significa que não basta entender o ponto de vista do outro de uma perspectiva intelectual, e sim tentar captar sua sensibilidade, seus sentimentos, suas atitudes e necessidades. Então, o sujeito encontra-se em posição de reagir a ele próprio diante da atitude do outro. “Colocar-se no lugar do outro” significa entender seus problemas, captar seus sentimentos, respeitar sua liberdade e intimidade, aceitá-lo tal como ele é. Tudo isso supõe um esforço para tentar captar seu mundo interior, sua verdadeira realidade pessoal.

Pode-se assinalar, portanto, que a tolerância é a virtude ou a atitude que conduz ao respeito. Inclui abertura, acolhimento, paz, compreensão e liberdade.

O posicionamento na entrevista sobre a paz é semelhante ao registrado na fase de observação e no registro escrito nos bilhetes, conforme já registrado no quadro 21 desta pesquisa, voltado para a abordagem do tema paz a frases das cinco pedagogias da paz, dos valores humanos, bem como dos direitos humanos. Bobbio (1991, p. 14 *apud* Jares, 2002, p. 130) menciona que: “direitos humanos, democracia e paz são três elementos necessários do

mesmo movimento histórico: sem direitos humanos reconhecidos e protegidos não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.”

Para os alunos os conflitos na escola é algo natural e são necessários, ao serem questionados a grande maioria relata que o conflito é essencial em nosso convívio e cita como justificativa o argumento que ninguém pensa da mesma maneira; ou que possuímos ponto de vista diferente. No modo geral a opinião foi positiva sobre o conflito, relacionado a algo bom e apontam como ferramenta o diálogo para que este conflito não se torne em uma forma de violência, além de saber respeitar os colegas, ouvir e falar no tempo certo. Esse posicionamento dos alunos, tem a linha de pensamento de Arenal (1989, p. 26 *apud* Jares, 2002, p. 134) que destaca: “O conflito é um processo natural e necessário em toda a sociedade humana, é uma das forças motivadoras da mudança social e um elemento criativo essencial nas relações humana.”

O ponto de vista dos alunos para a violência está relacionado ao conceito de Galtung de violência direta mencionado por Jares (2002, p. 124) onde descreve esta violência a qual existe um ator direto. Desta forma, eles citam exemplos como violência física, violência verbal e psicológica, entre os exemplos estão as frases: “violência é agredir os outros”; “*bullying* é uma forma de violência;” “uma simples discussão não resolvida pode virar em uma forma de violência física.”

A violência estrutural de Galtung citada por Jares (2002, p. 124) também está presente na fala dos alunos quando citam a exclusão dos alunos com deficiência, como a seguinte frase: “violência é excluir os outros e as pessoas com deficiência”. Para Jares (2002) a violência estrutural ou indireta vem das oportunidades desiguais, distribuição de renda e de recursos desiguais, serviços essenciais como educação não oferecidos de forma igualitária. Então, os alunos ao apontar que na escola eles são tratados de forma desigual pelos colegas, ou que não são todos que são incluídos, eles estão mencionando uma forma de violência, menos visível na sociedade, mas que não deixa de existir.

Para finalizar o último momento da entrevista, no formato de roda de conversa, foi pedido para os alunos mencionarem uma palavra final sobre as intervenções, o que ficou de positivo ou de negativo durante as práticas. Os resultados estão no quadro 26 abaixo:

QUADRO 26 – Entrevista.

Pergunta 16	Principais respostas pelos alunos (amostra 79 participantes)
Você gostou das aulas? Conte como foi a sua experiência.	se eu puder quando crescer quero fazer uma campanha contra o desmatamento; eu gostei das aulas de cultura da paz por causa de aprender sobre as formas de violência e não sabia que preservar o ambiente é paz; o projeto foi bom e muito importante, tipo assim, se chegar uma pessoa deficiente no trabalho eu não iria poder ajudar, isso iria ser ruim para mim, eu não poderia ajudar a pessoa, as aulas ajudaram a ser uma pessoa melhor no futuro e ter respeito pelas pessoas; penso que diminuiu as brigas e consciência em incluir e ajudar a todos e também a cuidar do planeta; como lição fica para a minha vida o respeito e a inclusão, para tratar melhor a todos; eu gostei de ouvir sobre os direitos humanos que são importantes; se todos pensar em incluir, cuidar do ambiente, o mundo não estaria essa bagunça; melhorou bastante a convivência e diminuiu as brigas na escola; gostei por causa que a gente não ficou naquela aula chata, incluímos os outros, gostei porque devemos se colocar no lugar do outro; eu gostei porque além de levar para a nossa vida, vamos poder ensinar para os nossos filhos no futuro para fazer a paz, cuidar da natureza, incluir e várias coisas; tem gente que não ouve a gente, fui valorizado e isso foi importante para a nossa vida; eu queria que meus colegas parassem de violência e que meus amigos realmente entendam que a briga não leva a nada; foi importante para conscientizar, vou levar como lição parar de ser machista, não pensar só em nós, aí a criança cresce e quer fazer a mesma coisa que os adultos fazem agora; eu entendi que temos que valorizar mais a nossa vida, o que a gente tem, principalmente saber ouvir os outros, saber incluir os outros, dar o máximo de nós, fazer o bem, isso é o melhor para a paz mundial e vou ensinar para os meus filhos; eu achei legal por que aprendemos sobre as violência e que a paz é o caminho, sem excluir os outros também, pensar em não fazer o que você não gostaria que fizesse com você;

Fonte: O autor

É possível notar que a prática inclusiva na perspectiva da EP nas aulas de EF contribuiu para a formação holística, criaram um engajamento durante as aulas, melhorando os aspectos afetivos e as relações humanas entre os alunos. No decorrer dos relatos dos alunos e no desenvolvimento de cada um dos planos de aula, percebeu a conscientização dos alunos sobre o tema EP, a preocupação de realizar as práticas de convivência de maneira inclusiva e as reconstruções de afetos e das relações. Para Mantoan e Lanuti (2022, p. 51) ensinar envolve novos sentidos, entendimentos, afetos, como mencionamos a seguir:

Ensinar e aprender são atos que envolvem sentidos, sentimentos, entendimentos, desejo de saber, afeto e provocações. Ninguém engaja ninguém a realizar uma atividade, assim como ninguém consegue saber o que o outro aprendeu. Ensinar e aprender envolvem descobertas, relações, reconstruções, reelaborações do conhecimento e a atribuição de um sentido pessoal [...].

Educar para a paz nas aulas de EF, está em proporcionar abertura do diálogo, melhorar as práticas de convivência e socialização dos alunos, buscar a cooperação, onde a lógica está no ganhar, mas no ganhar de todos através da inclusão, desmembrando assim da lógica de apenas alguns serem beneficiados. Incluir e educar para a paz é um caminho onde todos ganham e são valorizados, isso é demonstrado pelo relato dos alunos na reflexão final da pesquisa, conforme mencionamos: “gostei por causa que a gente não ficou naquela aula chata, incluímos os outros, gostei porque devemos se colocar no lugar do outro”; “eu gostei porque além de levar

para a nossa vida, nós vamos poder ensinar para os nossos filhos no futuro para fazer a paz, cuidar da natureza, incluir e várias coisas”; “tem gente que não ouve a gente, fui valorizado e isso foi importante para a nossa vida.”

Mantoan (2015, p. 58) alude a cooperação como o caminho para uma escola inclusiva: “As condições de que dispomos, hoje, para transformar a escola autorizam-nos a propor uma escola única para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e os talentos de cada um sobressaíam.”

Único caminho para a mudança da sociedade é a educação, começando a conscientização dos nossos educandos desde as séries iniciais, criando uma CP, mostrando a importância da inclusão, eliminando práticas discriminatórias e excludentes, valorizando as práticas de valores humanos. Fisas (2011, p. 6, tradução nossa) menciona o valor da educação neste processo:

[...] propósito não é outro senão formar uma CP, oposta à cultura da violência, que pode desenvolver esses valores, necessidades e potenciais. É através da educação “que poderemos introduzir de forma generalizada os valores, ferramentas e conhecimentos que constituem as bases do respeito pela paz, pelos direitos humanos e pela democracia, porque a educação é um meio importante para eliminar a suspeita, a ignorância, os estereótipos, imagens do inimigo e, ao mesmo tempo, promover os ideais de paz, tolerância e não violência, valorização mútua entre indivíduos, grupos e nações.

Articular práticas de formação integral e aspectos holísticos devem estar incorporadas no ato de educar, desde a infância. No mesmo sentido de Fisas (2011) quando alude que a educação é o caminho para promover a paz e tolerância, Eco (1998, p. 117) tem a mesma linha de pensamento ao descrever sobre a tolerância:

Mas aí está o desafio. Educar para a tolerância de adultos que atiram uns nos outros por motivos étnicos e religiosos é tempo perdido. Tarde demais. A intolerância selvagem deve ser, portanto, combatida em suas raízes, através de uma educação constante que tenha início na mais tenra infância, antes que possa ser escrita em um livro, e antes que se torne uma casca comportamental espessa e dura demais.

De modo geral, as intervenções pedagógicas realizadas foram positivas, puderam demonstrar o olhar das crianças sobre o tema de estudo. Entendemos que há carências sobre os instrumentos para medir os comportamentos dos educandos, mesmo assim, os dados apresentados pelos alunos são impactantes no sentido de dar voz ativa aos educandos e fazem nos refletir sobre os aspectos de paz e inclusão. Desta maneira, realizamos tentativas para a comprovação, organizando os dados e analisando as práticas. Em vista disso, como reflexão final deste estudo, reitero o discurso de Santin (2003, p. 56) sobre a importância de atividades

práticas: “Fala-se sobre paz, mas pratica a guerra. Fala-se de prioridade dos valores humanos, mas se põem em prática, em primeiro lugar, os elementos econômicos [...] portanto, implicaria uma prática educativa alicerçada sobre as diferenças.”

Por fim, os conjuntos das ações desenvolvidas durante as práticas vivenciais da pesquisa impactaram positivamente os discentes nas relações humanas para a formação de cidadãos e a sua vivência e convivência. O desenvolvimento da pesquisa proporcionou uma educação holística e formação de cidadãos mais responsivos em busca de uma sociedade mais igualitária a todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao darmos início nesta pesquisa mencionamos que a educação inclusiva é um dever de todos para uma sociedade justa e igualitária, onde os desafios são diários para implementar uma inclusão e a prevenção de prática excludentes e de violência no ambiente escolar. Para isso, ao longo do trabalho procuramos apresentar as possibilidades para as práticas pedagógicas inclusivas nas aulas de EF na perspectiva da EP, a fim de mostrar que devemos dar oportunidades a todos no contexto da diversidade escolar. Neste sentido, mostramos que é essencial estruturar a escola como um espaço acolhedor, melhorar as relações humanas no espaço escolar, aplicar práticas de vivências e convivências para exercer o direito à cidadania e a garantia dos direitos humanos, utilizando da EP e as cinco pedagogias da paz como um caminho para a inclusão.

No decorrer do primeiro capítulo apresentamos o que levou a estudar a EP e a educação física inclusiva, além da importância da EF como fundamental para a inclusão. Mostramos a EF, devido às inúmeras práticas corporais como fundamentais neste processo de relação de inclusão e prevenção de violência melhorando as relações grupais, as regulações de conflitos, as habilidades sociais, contribuindo assim para a socialização e vindo de encontro com os objetivos do PROFEI em buscar meios para efetivar uma sociedade inclusiva. Evidenciamos também uma lacuna na formação dos professores de EF ao tratar dos assuntos EP e educação inclusiva, com reflexões sobre a violência, entendimento sobre as diversas formas de violência, seja ela direta ou indireta e os fatores que levam a exclusão ou práticas de violência nas aulas de EF. Por conseguinte, nas plataformas CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações constatou-se poucos trabalhos sobre a prática pedagógica e a temática educação inclusiva e EP.

Diante disso, a pergunta que fizemos foi: que contribuições a EP pode trazer para uma educação física inclusiva e formação dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental? A pesquisa voltou a analisar as contribuições da EP na perspectiva inclusiva nas aulas de EF. Estabelecer práticas inclusivas que atendam a diversidade escolar, analisar estas práticas aplicadas, além da construção do recurso educacional que venha a contribuir para a formação dos professores nas séries iniciais.

O segundo capítulo da pesquisa foi fundamental para entendermos a relação intrínseca entre a educação inclusiva e a EP, utilizando da EF como instrumento de socialização, promovendo muito mais que habilidades físico-motoras, e sim as suas contribuições holísticas para a formação de cidadãos críticos, promovendo uma formação e educação integral do ser humano.

Essa dimensão holística acaba geralmente ficando em segundo plano e nesta fundamentação teórica da pesquisa, buscamos mudar esse cenário, para um olhar holístico e inclusivo, abordando a prática pedagógica pautada na educação inclusiva, voltada também para os temas transversais como a cultura da paz, utilizando da EP e da EF com as práticas corporais e lúdicas como possibilidade pedagógica.

Deste modo, é notório que a EP é extremamente relevante para os educadores nas escolas brasileiras, para o entendimento sobre as diversas formas de violência, o entendimento do conflito e os processos de exclusão. Em vista disso, este conhecimento transversal deve estar presentes em todos os componentes curriculares, numa perspectiva inclusiva, mas devemos criar uma conscientização e uma CP, ou seja, para alcançarmos a paz e inclusão esta prática necessita ser contínua, permanente. Assim sendo, apresentamos nesta etapa da pesquisa a prática pedagógica, a formação e os desafios da educação inclusiva e da CP, mostrando a importância de valorização das diversidades e a importância de ressignificar o currículo. Ou seja, o currículo deve ser acessível a todos os alunos, um currículo para a diversidade e que respeite o direito de todos a educação, respeite os direitos humanos, não valorizando apenas pequenos grupos sociais, grupos privilegiados, tornando-se uma escola para poucos. No entanto, a escola deve ser plural, atender a todos os alunos, não de forma igual, mas sim, ser uma escola mais humana e aprender a lidar com as diferenças.

Afinal, conforme os estudos mostram por Selau e Hammes (2009, p. 6) “não é possível haver paz sem inclusão”, esta é a fundamentação do nosso estudo, as análises e reflexões durante as intervenções para buscar as respostas da pesquisa sobre inclusão e paz. Sendo assim, afirmamos uma relação intrínseca entre as convivências e práticas pedagógicas de EP e práticas pedagógicas de educação inclusiva. Onde a educação quando garantida com qualidade e com políticas públicas adequadas proporcionam a inclusão em busca de uma paz global, já as práticas educativas inadequadas promovem apenas a exclusão e práticas de discriminação, e as diversas formas de violência.

Destacamos também, que para uma EF holística a EP pode ser vinculada nos componentes curriculares da EF, principalmente nas unidades brincadeiras e jogos, esportes. Sobre tudo articulando os elementos das cinco pedagogias da paz (Salles Filho, 2019) a práticas de educação inclusiva, ou seja, não podemos pensar na construção de uma EP e um ambiente pacífico se negarmos a inclusão na escola, no entanto, a construção de uma EP na escola tem relação direta com a educação inclusiva e vice-versa.

Para buscar as respostas da pesquisa, foi extremamente importante ouvir os educandos, então o aporte metodológico da pesquisa baseado nas intervenções pedagógicas foi crucial. Para

isso, as intervenções pedagógicas realizadas com os discentes foram divididas em duas etapas. Na primeira etapa ocorreu as observações e intervenções pedagógicas com o foco na cinco pedagogia da paz. Na segunda etapa, foram realizadas observações e entrevistas sobre os temas paz, violência, conflitos e inclusão escolar, além de atividades de práticas vivenciais sobre educação física inclusiva e sua relação com a EP. Buscar esta relação foi possível ao dar voz ativa às crianças e ouvi-las durante a pesquisa, ou seja, os resultados desta pesquisa são as perspectivas das crianças sobre os temas paz, conflito, violência e inclusão analisando se as respostas corroboram com os principais autores sobre as contribuições da EP.

Assim, pudemos encontrar as demandas e pistas importantes na perspectiva dos alunos para uma educação inclusiva ligada a EP, pudemos encontrar os caminhos através das aplicações das intervenções pedagógicas, fazendo sentido a prática pedagógica. Uma das principais demandas encontradas nos relatos dos alunos foi o diálogo como peça fundamental para uma EP e inclusão no ambiente escolar, além de relacionarem todas as práticas com os valores humanos, onde é preciso o respeito, a empatia, a tolerância, a amizade para uma educação inclusiva. Eles acreditam que a escola se torna menos violenta, quando as práticas de vivência e convivência, seguido das melhores relações humanas tem como base os valores humanos e a garantia dos direitos humanos.

Trabalhar a EP nas aulas de EF proporcionou o melhor entendimento dos educandos em relação sobre as violências, sobre a paz e os conflitos, mas principalmente a conscientização dos nossos alunos sobre as suas condutas. Os relatos dos alunos levaram a citar momentos de discriminação, intolerância, desrespeito com os colegas, desrespeito às regras do jogo, mas também momentos como a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o respeitar as diferenças, a afirmação de que a escola é para todos, também que é preciso incluirmos para fazermos um mundo de paz.

Para os discentes as intervenções pedagógicas proporcionaram um ambiente inclusivo nas aulas de EF. As contribuições teóricas e práticas das cinco pedagogias da paz e EP levaram a um ambiente inclusivo, com melhoria nas relações humanas, nas relações de convívio em sala de aula, todas elas apontadas nos resultados da pesquisa na perspectiva dos alunos. Entendemos que as falas das crianças, mesmo em sua simplicidade, expressam as suas emoções, os seus significados e sentidos através da prática pedagógica realizada, formulando novos conhecimentos para uma construção da EP e uma abordagem inclusiva.

Percebemos que o conceito negativo de paz está presente na fala das crianças, mas a maioria dos relatos dos alunos direciona para o conceito de paz positiva, isso nos faz crer que o caminho para a paz é o da conscientização. Isso foi possível através dos relatos dos alunos,

que descreveram a paz na concepção positiva, relacionando a paz aos direitos humanos, paz a igualdade social, relacionando paz aos valores humanos e relacionando paz às cinco pedagogias da paz. Por isso, no meio educacional estes temas devem ser trabalhados no sentido de causar impacto, busquem mudar a opinião dos alunos, a sua maneira de agir frente a situações de exclusão, mudar a sua forma de conviver e de pensar sobre a inclusão.

Portanto, pensamos ter cumprido as etapas como pesquisador proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa, de agregar conhecimento ao pensar em prática pedagógica inclusiva na EF na perspectiva da EP. Também consideramos que as intervenções pedagógicas nas aulas de EF possam formar nos alunos cidadãos críticos e conscientes na esperança de fazermos a diferença para um mundo mais inclusivo e de paz. Também esperamos que esta pesquisa contribua para os estudos futuros de paz e a relação com a EF.

Assim sendo, foi possível desenvolver um recurso educacional que possibilitasse a compreensão de como os profissionais de EF devem agir em frente a uma educação inclusiva, promovendo a EP no ambiente escolar, contribuindo para a inclusão escolar e ações preventivas a violência. Espera-se também que a pesquisa ajude a refletir que é possível uma EF na perspectiva inclusiva com base na prevenção a violência e na CP.

Destacamos, por fim, que este recurso é um conjunto de práticas inclusivas com aporte teórico adequado para os alunos do 5º ano (público-alvo da pesquisa), do ensino fundamental do município de Ponta Grossa – Pr. E as suas práticas podem ser adequadas conforme a sua realidade de ensino e tem como objetivo a sua fácil aplicabilidade para o contexto das séries iniciais nas aulas de EF.

Com base em todo o material produzido e da construção do recurso educacional, é possível concluir que os alunos participantes da pesquisa, são conscientes da importância da inclusão, reconhecendo a importância da EP neste processo inclusivo. De fato, novas práticas pedagógicas são necessárias no ambiente escolar, especialmente na EF, para a formação do ser humano integral, solidário e cooperativo.

Seguimos neste caminho, de que é possível uma educação inclusiva voltada para um olhar de EP, onde as práticas valorizem as diversidades e respeitem as diferenças na escola. Por tanto, ficam abertas novas possibilidades de pesquisa, na construção de uma educação física inclusiva e a EP como contribuição para uma escola para todos. Esta pesquisa abre possibilidade de novos estudos, novos direcionamentos para pensar ao falar sobre as cinco pedagogias da paz e novas possibilidades pedagógicas inclusivas que contribuam para a formação dos alunos e auxiliem no processo de formação dos professores.

Findamos esta pesquisa da mesma maneira que iniciamos, ouvindo a opinião dos alunos sobre o tema, trazendo três frases construídas pelas crianças que demonstram o papel de conscientização e de transformação na forma de pensar, que fica de reflexão para os estudos sobre a paz: “*A paz é uma conscientização diária*”; “*educar para a paz é respeitar as diferenças*” e “*incluir é deixar as diferenças de lado e ter paz.*” Certos de que o caminho é respeitar as diferenças, é o que nos ensina P. Freire (1998, p. 108): “*A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.*”

REFERÊNCIAS

- AGAPITO, F.T.A.; SILVA, M.E.H. da; CUNHA, R.F.P.; SIMIM, M.A. de M. Formação dos acadêmicos de educação física para atuação com pessoas com deficiência: um estudo focado em universidades federais. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 22, n. 2, p. 237–252, maio. 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10977>. Acesso em: 20 set. 2024.
- ALMEIDA, M.T. P. **Brincar cooperativo**: vivências lúdicas de jogos não competitivos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 112 p.
- ARROYO, M.G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000. 251 p.
- ARROYO, Miguel G. Os coletivos diversos repolitizam a formação. *In*: PEREIRA, J. E.; LEÃO, G. (org.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-45.
- ARROYO, M. G. **Currículo**: território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 374 p.
- ARROYO, M. G. **Nós da Educação**: concepções pedagógicas. Produção: Educa Play – SEED Paraná [s.l.], 2014. 1 vídeo (16 min, 55 s). Youtube, 10 de outubro de 2014a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R5V7_2V81bU. Acesso em: 17 jun. 2024.
- ARROYO, M. G. **Nós da Educação**: diversidade. Produção: Educa Play – SEED Paraná [s.l.], 2014. 1 vídeo (15 min, 45 s). Youtube, 10 de outubro de 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N2nOxZ9Wo_k. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. São Paulo: Edições 70 ed., 2016.
- BARROS A. J. S.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. 176 p.
- BIANCHI, V.V.; SILVA, R.T.M. Educação Especial Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. *In*: GALASSO, B. (org.). **Educação Especial & Educação Inclusiva**: práticas e desafios no contexto da diversidade. Maringá: Uniedusul, 2020. p. 105-124. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/publicacao/educacao-especial-inclusiva-praticas-e-desafios-no-contexto-da-diversidade/>. Acesso em: 15 set. 2024.
- BOTH, I.I.; BISSOLI, M.F.; OLIVEIRA, M. de. Pesquisa com crianças - algumas reflexões sobre a educação infantil a partir de entrevistas com crianças pré-escolares em Manaus-AM. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.7, n. 28, p. 275-290, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2136>. Acesso em 12 jun. 2024.
- BRACCIALLI, L. M. P.; MANZINI, E. J.; REGANHAN, W. G. Contribuição de um programa de jogos e brincadeiras adaptados para a estimulação de habilidades motoras em

alunos com deficiência física. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 13, n. 77, p. 37-46, nov./dez. 2004. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-530423>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 211 p.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. 295 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 out. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. In: SEESP/MEC (coord.); ARANHA, M. S. F (org.). Brasília: SEESP/MEC, 2004. 28 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRASIL. **Experiências educacionais inclusivas - Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. In: SEESP/MEC (coord.); ROTH, B.W. (org.). Brasília: MEC-SEESP, 2006a. 191 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf> . Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. 2. ed. Brasília: MEC/SEB, 2006b. 137 p.

BRASIL. Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 out. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm#art6 . Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Altera Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 dez. 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 out. 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em: 10 maio. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 08 maio. 2024.

BRASIL. **Manual Documento da Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/480/o/DOCUMENTO_DE AREA_ENSINO_2016_final.pdf . Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Portaria nº 02, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas de políticas do SUS. **Ministério da Saúde**, Brasília, 28 set. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#CAPITULOI . Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2018b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113663.htm . Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Decreto 11.436, de 15 de março de 2023. Regulamenta o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 mar. 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11436.htm . Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.389, de 08 de maio de 2023. Alteração do Decreto-Lei nº 2.848/1990 e a Lei nº 8.072/1990 do Código Penal. **Congresso Nacional**, Brasília, 12 maio. 2023b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2269154&filename=PL%202389/2023 . Acesso em: 30 mar. 2024.

BROTTO, F.O. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. Santos: Projeto cooperação, 2001.

CALLADO, C. V. **Educação para a paz: promovendo valores humanos na escola através da Educação física e dos Jogos Cooperativos**. Tradução de Maria Rocio Bustios de Veiga. Santos: Projeto Cooperação, 2004. 160 p.

CARDONA, M. S. **Educación para la cultura de paz: una aproximación psicopedagógica**. 2 ed. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2016. 352 p.

CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à Inclusão – Uma Longa Caminhada. In: STOBÄUS, C.D.; MOSQUERA, J. J. M.(orgs.). **Educação Especial**: em direção à Educação inclusiva. 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. p.15-26.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A PAZ. **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 230p.

CERIO, J.L.Z. D. **Bases de una Educación para la Paz y la Convivencia**. Navarra: Departamento de Educación y Cultura, Gobierno de Navarra, 2004. 175 p.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 522.

CHICON, J. F.; RODRIGUES, G.M. Educação física e os desafios da inclusão. Vitória: EDUFES, 2013. 211 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 144 p.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola. **Revista Integração, Ministério da Educação**, Brasília, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada, p. 27-30, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O Seminário que deixa um Legado. **Revista E.F, CONFEF**, Brasília, v. 28, p. 4-8, 2008. Disponível em: http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2008/N28_JUNHO/06_O_SEMINARIO_QUE_DEIXA_UM_LEGADO.PDF . Acesso em: 15 ago. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CRUZ, V. P. Conflicto y Violencia en las sociedades complejas. **Revista Estudios De La Ciénega**, Guadalajara, n. 6, p. 41-50, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistaestudiosdelaciénega.com/ojs/index.php/rec/article/view/81> . Acesso em 28 jul. 2024.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Princípios, Política e Práticas na Area das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DEL PRETTE, Z.A.P. (org.). **Psicologia escolar e educacional**: saúde e qualidade de vida. Campinas: Alínea, 2001. 222 p.

ECO, H. **Cinco Escritos Morais**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998. 124 p.

FERREIRA, W. Pedagogia das Possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras? **Cadernos CENPEC**, São Paulo v. 3, n. 2, p.73-98, 2013. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/230>. Acesso em: 11 maio 2024.

FISAS, V. Educar para uma cultura de paz. **Quaderns de Construcció de Pau nº 20.: Escola de Cultura de Pau**, Barcelona, n. 20, p. 1-10, maio. 2011. Disponível em: https://escolapau.uab.cat/img/qcp/educar_cultura_paz.pdf . Acesso em 28 jul. 2024.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. 165 p.

FREIRE, J. B. A escola desobediente. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo**, São Paulo, v. 1, n.3, p.13, 1989a.

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro-teoria e prática da Educação física**. São Paulo: Scipione, 1989b. 224 p.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 256 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 144 p.

GALTUNG, J. **Sobre la paz**. Barcelona: Fontamara, 1985.

GALTUNG, J. **Tras la violencia, 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución**. Vasco: Gernika Gogoratuz, 1998. 127 p.

GALTUNG, J. **Trascender y transformar**. 2 ed. Lisboa: Quimera, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008. 220 p.

GORGATTI, M. G. **Educação física Escolar e Inclusão: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**. 2005. Tese (Doutorado em Educação física) – Universidade de São Paulo Escola de Educação Física e Esporte. São Paulo, 2005.

GROSSI, P. K.; AGUINSKY, B. G. A construção da cultura de paz como uma estratégia de superação da violência no meio escolar: impasses e desafios. **Educação**, Porto Alegre, v. 59, n. 2, p. 415-433, maio/jun. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/451/347>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GUARESCHI, A. P. SILVA, M. R. da. (coord.). **Bullyng Mais Sério do que se imagina**. 2. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008. 99 p.

GUIMARÃES, M. R. **Manual dos educadores para a paz**. Porto Alegre: Mimeo, 2003.

GUIMARÃES, M. R. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. 2. ed. Caxias do Sul: EducS, 2011. 364 p.

HEREDERO, E.S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772/9772>. Acesso em: 09 maio. 2024.

INTERNATIONAL Olympic Committee. Olympic Charter in force as from 8 August 2021. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/documents/international-olympic-committee/olympic-charter>. Acesso em: 13 abr. 2024.

IBGE. Dados demográficos e população Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ponta-grossa.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

JAIMES, J.A.C.; TÉLLEZ, J.M. Percepción del conflicto en estudiantes del Colegio Francisco José Caldas de Cúcuta desde la teoría de Galtung. Universidad Nacional de La Pampa. **Praxis educativa**, Santa Rosa, v. 28, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1531/153176740006/html/>. Acesso em: 21 set. 2024.

JARES, X.R. **Educação para a paz: Sua teoria e sua prática**. Tradução de Fátima Murad. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 271 p.

MANTOAN, M.T.E. Produção de conhecimentos para abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (UNICAMP). In: ROSA, D.E.G; SOUZA, V.D. (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A., 2002. p. 79-83.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Summus, 2015. 96 p.

MANTOAN, M.T.E.; LANUTI, J.E.O.E. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: Editora CRV, 2022. 96 p.

MACEDO, A. M. A. M. A importância dos vínculos afetivos na primeira infância para uma cultura da paz. In: JALALI, V. R. R. (org.). **Estudos para a paz**. Aracaju: Criação, 2010. p. 153-168.

MARANHÃO, F. **Jogos africanos e afro-brasileiros nas aulas de Educação Física: processos educativos das relações étnico-raciais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 368 p.

MAUERBERG-DECASTRO E.M. **Atividade Física Adaptada**. 2. ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito, 2011. 595 p.

MAYA, B.M. Educar para a administração alternativa de conflitos como via de aprofundamento da democracia. *In*: VINYAMATA, E. (org.). **Aprender a partir do conflito**: Conflitologia e educação. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 75-83.

MAYOR, F. Nutrindo uma cultura de paz. *In*: **Comitê Paulista para a década da cultura de paz: um programa UNESCO: 2000-2010**. Disponível em: www.comitepaz.org.br. Acesso em: 20 jun. 2024

MENDES, E.G. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p.81-93, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3pWHVwTHV43NqzRzVDBJZ7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2024.

MESQUITA, M.F.N. **Valores humanos na educação**. São Paulo: Gente, 2003. 143 p.

MILANI, F. M. Cultura de Paz X Violências: papel e desafios da escola. *In*: MILANI, F.M; JESUS, R.D.P. (orgs.). **Cultura da Paz**: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003. p. 31-60.

MITTLER, P. Educação inclusiva: **contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/26> . Acesso em: 11 nov. 2024.

MORIN, E; DÍAZ, C.J.D. **Reinventar la educación**. Abrir caminos a la metamorfoses de la humanidad. La Habana: Editorial UH, 2017. 104 p.

MOROSINI, M.C; FERNANDES, C. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MULLER, J.M. **Não violência na educação**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2006. 112 p.

NAVARRA, J. M. Ecoformação: além da educação ambiental. *In*: LA TORRE, S. (org.). **Transdisciplinaridade e Ecoformação**: um novo olhar sobre a educação. São Paulo: TRIOM, 2008. p. 235-260.

NUNES, A.O. **Como restaurar a paz nas escolas**: Um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011. 144 p.

OLIVEIRA, M.M de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 232 p.

OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 17-33.

OMS. Declaração de Alma-Ata (1978): conferência internacional sobre cuidados primários de saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

ONU. Declaração dos Direitos Humanos 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 11 abr. 2024.

ONU. Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/imprensa/publicacoes/esporteparadesenvolvementopaz.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/convencao-direitos-pessoas-deficiencia-comentada.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ORLANDO, P. D. **A inclusão e a Educação física**: colega tutor como estratégia de ensino. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação física) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007.

PALLÀS, C. A conflitologia: Uma perspectiva socioeducativa. *In*: VINYAMATA, E. (org.). **Aprender a partir do conflito**: Conflitologia e educação. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 114-124.

PEREIRA, I.L.L.; HANNAS, M.A. **Nova prática pedagógica**: Propostas para uma nova abordagem curricular. São Paulo: Gente, 2000. 184 p.

PEREIRA, I.L.L.; HANNAS, M.A. **Pedagogia na prática**: Propostas para uma educação integral. São Paulo: Gente, 2001. 212 p.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2005.

PONTA GROSSA. **Referenciais curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental** - Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Secretaria Municipal de Educação, 2020. 552 p.

PONTA GROSSA. Dados da cidade Ponta Grossa - 2023. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/acidade#caracteristicas>. Acesso em: 11 abr. 2024.

RAYO, J.T. **Educação em direitos humanos**: Rumo a uma perspectiva global. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2004. 248 p.

RODRIGUES, D. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v.14, n.1, p.67-73, maio. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3649>. Acesso em: 22 jan. 2024.

RODRIGUES, G.M.; LIMA, S.M.T.; DUARTE, E.; TAVARES M.C.G.C.F. Demarcações sociais e as relações diádicas na escola: considerações acerca da inclusão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 43-56, maio. 2004. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/237>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ROSENBERG, M. **Comunicação não violenta**. 4. ed. São Paulo: Ágora, 2006. 288 p.

SALLES, V.O. **Ecoformação e educação para a paz**: intervenções ecoformadoras nos anos iniciais do ensino fundamental. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017.

SALLES FILHO, N.A. Paulo Freire e educação para a paz: o mesmo sentido. *In*: Congresso Nacional de Educação, 9.; Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 3., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC/PR, 2009. p. 10279-10292.

SALLES FILHO, N. A. **Cultura de paz e educação para a paz**: Olhares a partir da complexidade. Campinas: Papirus, 2019. 400 p.

SANTIN, S. **Educação Física**: uma abordagem filosófica da corporeidade. 2. ed. Ijuí: ed. Unijuí, 2003. 168 p.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55508> . Acesso em: 18 jan. 2024.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010, 176 p.

SASTRE VILARRASA, G.; MORENO MARIMÓN, M. **Resolução de conflitos e Aprendizagem emocional**: gênero e transversalidade. Tradução de Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, 2002. 352 p.

SCHULLER, J. A. de P.; BITTAR, C. M. L.; NASCIMENTO, L. C. G. do; SERRA, M. V. G. B., & TONELLO, M. G. Tutoria nas aulas de Educação física inclusiva: uma revisão sistemática. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 250-256, jul./set. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8134>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SELAU, B.; HAMMES, L. J. **Educação inclusiva e Educação para a Paz**: relações possíveis. São Luís: EDUFMA, 2009, 112 p.

SEMEGHINI, I. A escola inclusiva investe nas potencialidades do aluno: tópicos para a reflexão com a comunidade. *In*: BAUMEL, R. C. R. de C.; SEMEGHINI, I. (orgs.). **Integrar/incluir**: desafio para escola atual. São Paulo: FEUSP 1998. p. 13-32.

SERRANO, G.P. **Educação em valores**: Como educar para a democracia. Tradução de Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 262 p.

SILVA, A. M. M. Direitos humanos na educação básica: qual o significado? *In*: SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. (orgs.). **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41-63.

SOBEL, Jeffrey. **Everybody Wins: Non-Competitive games for young children**. New York: Walker Publishing Company, Inc., 1983. 146 p.

SOLER, R. **Educação física inclusiva**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. 254 p.

SOLER, R. **Brincando e aprendendo com os jogos cooperativos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008. 321 p.

SOLER, R. **Esporte cooperativo**: uma proposta para além das quadras, campos e pátios. Rio de Janeiro: Sprint, 2009. 160 p.

SOUZA, M. A. de. Sobre o Conceito de Prática Pedagógica. *In*: SILVA, M. C. B. da. **Práticas Pedagógicas e Elementos Articuladores**. Curitiba: UTP, 2016, p. 38-65. Disponível em: https://tuiuti.edu.br/wp-content/uploads/2022/11/miolo_livro_prat_e_elementos_2019.pdf. Acesso em: 21 maio. 2024

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 136 p.

TUBINO, M. J. G. **Esporte e cultura física**. São Paulo: IBRASA, 1992. 99 p.

TUBINO, M. J. G; SILVA, K. M. **Esporte e cultura de paz**. Rio de Janeiro: Shape, 2006. 122 p.

TUBINO, M.J. G. **Dimensões sociais do Esporte**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 96 p.

UNESCO. Carta Internacional da Educação física, da Atividade Física e do Esporte – atualização da carta de 1978 e homologado em 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por. Acesso em: 01 abr. 2024.

UNESCO. Declaração de Punta Del Este – 1999. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000119812> . Acesso em: 07 ago. 2024.

UNESCO. Manifesto 2000: por uma cultura de paz e não violência. Disponível em: <https://www.dhnet.org.br/direitos/bibpaz/textos/m2000.htm>. Acesso em: 23 jun. 2024.

UNICEF; FOUNTAIN, S. Peace Education in UNICEF 1999. Disponível em: https://inee.org/sites/default/files/resources/UNICEF_Peace_Education_1999_en_0.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 316 p.

YUS, R. **Educação Integral**: uma educação holística para o século XXI. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. 269 p.

ZABAROSKI, A. P.; MATA, S.P. da; SORIANO, K.R.; MARTINS, P.T. O ensino colaborativo e a formação permanente dos professores para o desenvolvimento da educação inclusiva. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 4, n. 1, p. 119-130, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7334>. Acesso em: 10 maio. 2024.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

A quanto tempo está na escola?

() 1 ano () 2 anos () 3 ou mais anos

Antes de participar nas aulas de educação física deste ano, você já ouviu falar sobre os termos cultura de paz e/ou educação para a paz?

SIM

NÃO

TALVEZ

Já sofreu algum tipo de violência na escola?

SIM

NÃO

TALVEZ

Você já praticou *bullying* ou algum tipo de violência com o seu colega?

SIM

NÃO

TALVEZ

O que você entende por *bullying*?

O que você entende por inclusão?

Você acha que seus colegas são tratados com igualdade na escola?

SIM

NÃO

TALVEZ

Você gostaria de justificar a sua resposta?

Os colegas com deficiência têm o mesmo tratamento que os demais colegas na escola, por parte dos professores e funcionários?

SIM

NÃO

TALVEZ

Os colegas com deficiência têm o mesmo tratamento que os demais colegas na escola, por parte dos amigos de turma?

SIM

NÃO

TALVEZ

Como posso ajudar os meus colegas que possuem algum tipo de deficiência?

Você já ouvir falar sobre valores humanos, antes de participar da pesquisa? Você acha importante falarmos sobre?

SIM

NÃO

TALVEZ

Você já ouvir falar sobre direitos humanos, antes de participar da pesquisa nas aulas?
Você acha importante falarmos sobre?

SIM

NÃO

TALVEZ

É importante falarmos do meio ambiente na escola?

SIM

NÃO

TALVEZ

Você gostaria de justificar a sua resposta?

O que você entende por paz?

Na sua opinião, o que é um conflito?

O que você entende por violência?

Você gostou das aulas? Conte como foi a sua experiência.

Observação: após as observações e questionamentos, os alunos irão realizar um relato de leitura do mundo sobre os temas argumentados, através de desenhos, pequenas frases e/ou composição de pequenos textos sobre o entendimento do tema de estudo.

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO PARA A PAZ E EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental

Pesquisador: JOAO PAULO KAIUT

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74101823.9.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.409.409

Apresentação do Projeto:

Pesquisa com crianças do ensino fundamental sobre educação para a paz e educação física inclusiva. As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2207833, de 08/09/2023.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as contribuições teóricas e práticas da educação para a paz, na perspectiva inclusiva nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Como possíveis riscos ou desconforto em relação a participação dos educandos no desenvolvimento da pesquisa que poderão surgir é a insegurança de participar da proposta, o constrangimento por estarem sendo observados, o desconforto em responder alguma pergunta por tratar de

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Retorta, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** proespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 6.409.409

questões que abordem o conflito e violência, ou até mesmo o desconforto na realização de uma atividade que envolva a interação entre os grupos. Embora a pesquisa não lhe ofereça nenhum risco físico, o estudante pode ficar envergonhado (a) ou sem jeito para falar sobre algum determinado tema. Caso isto aconteça, o discente pode pedir para não responder ou, caso já esteja respondendo, para não se aprofundar na resposta que estava dando, ou ainda, pedir para parar a entrevista. Os procedimentos adotados pelo pesquisador para a redução dos riscos e desconforto dos participantes será por meio do diálogo e interação com os alunos. Todos os participantes em qualquer momento da pesquisa, mesmo depois de consentir com a pesquisa e com o consentimento de seus pais ou responsáveis, poderá deixar a pesquisa em qualquer momento.

Benefícios: Entre os benefícios para educandos espera-se a pesquisa contribuir nas práticas de relação humanas no ambiente escolar entre os alunos, melhoria das relações e convívio na sala de aula entre os pares, a construção de um cidadão mais crítico e reflexivo a frente aos assuntos referentes aos valores humanos, direitos humanos. Proporcionar uma educação holística e formação de cidadãos responsivos em busca de uma sociedade mais igualitária a todos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Observação participante e entrevistas informais com 200 estudantes de 4ª e 5ª séries do ensino fundamental. Coleta de dados prevista para primeiro semestre 2024. Trabalho de dissertação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos pertinentes foram apresentados em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Retórica, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: proespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.409.409

pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise documental considera-se aprovado este projeto e devidamente autorizado para seu início conforme cronograma apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2207833.pdf	04/10/2023 08:51:10		Aceito
Outros	carta_resposta_ao_cep_joao_paulo_kaiut.pdf	04/10/2023 08:50:54	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Outros	joao_paulo_kaiut_termoescola_anuenciaassinado.pdf	04/10/2023 08:26:39	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Outros	joao_paulo_kaiut_secretariaeducacao_termo_de_anuencia_pmpg_assinado.pdf	04/10/2023 08:25:17	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	joao_paulo_kaiut_projeto_de_pesquisa_modificado_cep_conep.pdf	04/10/2023 08:24:23	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	joao_paulo_kaiut_termo_consentimento.pdf	04/10/2023 08:23:23	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	joao_paulo_kaiut_termo_assentimento.pdf	04/10/2023 08:23:11	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Joao_Paulo_assinado.pdf	04/10/2023 08:21:33	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Cronograma	joao_paulo_kaiut_cronograma.pdf	07/09/2023 14:48:21	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Orçamento	joao_paulo_kaiut_orcamento_projeto_de_pesquisa.pdf	07/09/2023 14:48:04	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Outros	joao_paulo_kaiut_roteiro_cronograma_observacao_entrevista.pdf	07/09/2023 11:15:58	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Outros	joao_paulo_kaiut_roteiro_entrevista.pdf	07/09/2023 11:12:26	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	joao_paulo_kaiut_projeto_de_pesquisa_cep_conep.pdf	07/09/2023 11:11:11	JOAO PAULO KAIUT	Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Retorta, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.409.409

Investigador	joao_paulo_kaiut_projeto_de_pesquisa_cep_conep.pdf	07/09/2023 11:11:11	JOAO PAULO KAIUT	Aceito
--------------	--	------------------------	------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 06 de Outubro de 2023

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: proespsecretaria@uepg.br

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Rua Valério Rensch, n.º 55 – Uvaranes – Ponta Grossa – Paraná
CEP: 84030-320 - Telefone: (042) 3220-3130

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, **SIMONE DO ROCIO PEREIRA NEVES**, ocupante do cargo de Secretária de Educação do Município de Ponta Grossa-PR, após ser informada sobre os objetivos da pesquisa intitulada **"EDUCAÇÃO PARA A PAZ E EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental"**, realizada pelos orientador Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho e o pesquisador João Paulo Kaiut, **AUTORIZO** a execução da mesma para realização da coleta de dados na Escola Municipal Professora Zaira Catta Pretta Mello. Informamos que para ter acesso a instituição e iniciar a coleta dos dados, fica condicionada a apresentação da Certidão de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa.

A pesquisa a ser realizada será qualitativa, de tipo exploratório, tendo como estratégias para coleta através : observação, intervenção pedagógica, entrevista informal com os alunos participantes da pesquisa nas aulas de educação física.

Caso necessário, como Instituição COPARTICIPANTE desta pesquisa, poderemos revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à rede de ensino, e/ou qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta rede. Declaro não ter recebido nenhum pagamento por esta autorização, bem como os participantes também não poderão receber quaisquer pagamentos.

Ponta Grossa, 26 de setembro de 2023.

Prof. ^a Simone do Rocio Pereira Neves

Secretária Municipal da Educação
Decreto nº 18.211 de 1º/01/2021

APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO



ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ZAHIRA CATTA PRETA MELLO

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
RUA BOCAIUVA DO SUL, 1720 – OFICINAS – VILA CIPA - FONE: 3220-1010 ramal 311
e-mail: zahira@pontagrossa.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA CARTA DE ANUÊNCIA

Eu **Selma do Rocio Scortegagna**, abaixo assinado, responsável pela **Escola Municipal Professora Zahira Catta Preta Mello**, autorizo a realização da pesquisa **EDUCAÇÃO PARA A PAZ E EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental**, a ser conduzido pelo pesquisador **João Paulo Kaiut**, aluno regular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Inclusiva, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, sob a orientação da Prof. Dr. **Nel Alberto Salles Filho**. Fui informado(a) pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. A instituição conhece e cumpre com as normas éticas vigentes no Brasil e está em concordância com o parecer ético da instituição proponente. Também autoriza o uso dos espaços do ambiente escolar, o uso dos materiais necessários. Esta instituição recebeu o termo de anuência da Secretaria Municipal de Educação do município de Ponta Grossa como instituição coparticipante autorizando a realização da pesquisa.

Ponta Grossa, 03 de outubro de 2023.

Selma do Rocio Scortegagna
Diretora

Portaria 21329/2022

Selma do R. Scortegagna
Diretora
Portaria 21329/2022

**ESCOLA MUNICIPAL
PROFª ZAHIRA CATTA PRETA MELLO**
Educação Infantil e Ensino Fundamental
RUA BOCAIUVA DO SUL, 1720 - VILA CIPA
FONE 42 3220-1010 Ramal 311/1 98132-1674 WHATSAPP
CEP 84036-290 - PONTA GROSSA - PR
zahira@pontagrossa.pr.gov.br

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Educação para a paz e Educação física inclusiva: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental

Pesquisador(es):

João Paulo Kaiut

Rua: General João Pereira de Oliveira, 199, ap. 444. CEP:84015-116 – Vila Margarida

Telefones: (42) 988183030

Orientador:

Professor Doutor Nei Alberto Salles Filho

Professor do Programa de Mestrado Profissional em Educação inclusiva – PROFEI da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Local de realização da pesquisa:

Escola Municipal Professora Zahira Catta Preta Mello

Endereço, telefone do local:

Rua: Bocaiuva do Sul, 1720 – Oficinas – Vila Cipa, CEP 84036-290. Telefone: 3220-1010 – Ramal 311. E-mail: zahira@pontagrossa.pr.gov.br

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

Considerando a relevância assumida pelas questões de inclusão e a importância das convivências escolares nas últimas décadas, o projeto de Mestrado do pesquisador João Paulo Kaiut: Educação para a paz e Educação física: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental, que será desenvolvido na Escola Municipal Professora Zahira Catta Preta Mello, levará a proposta de estabelecer práticas durante as aulas de educação física com os alunos da rede pública de ensino e organizar um e-book, articulando as práticas inclusivas.. Apresenta também uma proposta de participação ativa dos aprendizes na construção deste aprendizado, por meio de encontros (aulas) em que eles poderão discutir e apontar seu ponto de vista sobre a temática.

A realização do estudo é importante para analisar a opinião das crianças durante as aulas de Educação física e para auxiliar na formação dos professores em desenvolver futuras aulas mais prazerosas para os educandos. Sua participação no estudo será relacionada em relatar a sua visão sobre o tema paz, conflito, violência, inclusão escolar nas aulas de Educação física.

2. Objetivos da pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições teóricas e práticas da educação para a paz, na perspectiva inclusiva nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência.

3. Participação na pesquisa.

A pesquisa iniciará com explicações da temática e inserções pedagógicas (aulas).

Serão propostos pelo pesquisador, práticas pedagógicas que envolvam a educação física inclusiva e a educação para a paz, visando um fortalecimento dos trabalhos de uma educação integral e contínua do ser humano, nesta etapa do ensino. Durante a execução das atividades do projeto, alguns momentos das aulas **serão fotografados e filmados**, sendo os registros utilizados exclusivamente para fins de análise dos resultados obtidos no seu desenvolvimento. Desta maneira, este termo se configura também como termo de uso de som, imagens, voz e fotografia, para fins de pesquisa.

4. Confidencialidade.

As imagens, fotografias assim como os dados obtidos, serão arquivados em um banco de dados de acesso restrito, ficarão em segredo, sendo garantido o sigilo dos dados, mesmo na apresentação dos resultados. As

atividades também serão filmadas e fotografadas, de forma que as serão utilizadas exclusivamente para fins da pesquisa.

Seu nome, assim como de suas colegas que também participarem do estudo, não será identificado em nenhum momento, sendo garantido o sigilo. O material coletado (registro fotográfico, vídeo, áudio da entrevista) ficará disponível para sua consulta e de seus pais ou responsáveis em qualquer momento, sendo guardado sob a responsabilidade dos pesquisadores. As imagens e vídeos realizados e utilizados durante a pesquisa serão borrados preservando e garantindo o sigilo dos participantes da pesquisa.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

5a) Desconfortos e ou Riscos:

O desenvolvimento do projeto poderá trazer algum desconforto aos pesquisados, por serem abordadas questões que envolvem momentos de interação em grupo e discussões de conhecimentos novos. Desta forma, poderão se instalar situações constrangedoras entre os participantes, no momento da interação ou em responder alguma pergunta. Entretanto, os procedimentos adotados para a execução do projeto apresentam um risco mínimo, que poderá ser reduzido por meio do diálogo e interação com o pesquisador.

Caso o pesquisado precise de alguma orientação, por se sentir prejudicado no decorrer da pesquisa, será encaminhado à equipe gestora da escola, que acompanhará o desenvolvimento do projeto.

5b) Benefícios:

Entre os benefícios para educandos espera-se a pesquisa contribuir nas práticas de relação humanas no ambiente escolar entre os alunos, melhoria das relações e convívio na sala de aula entre os pares, a construção de um cidadão mais crítico e reflexivo a frente aos assuntos referentes aos valores humanos, direitos humanos. Proporcionar uma educação holística e formação de cidadãos responsivos em busca de uma sociedade mais igualitária a todos.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão:

Os participantes da pesquisa foram escolhidos por estar frequentando as turmas dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental dos anos iniciais, etapa educativa em que os conteúdos relacionados às discussões de Educação para a paz e Convivências devem estar presentes.

6b) Exclusão:

Os critérios de exclusão desta pesquisa estão limitados em pesquisar alunos da faixa etária de 9 a 10 anos de idade de ambos os sexos, que estejam cursando o 5º ano do ensino fundamental. Desta forma, excluindo os demais alunos dos outros anos da escola.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

A participação do aluno é voluntária, tendo a liberdade de não querer participar, e poder desistir, a qualquer momento, mesmo após o projeto ter iniciado, sem que isto acarrete qualquer prejuízo a ele.

Caso o responsável pelo participante tenha alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos nela utilizados, poderá procurar a qualquer momento o pesquisador responsável:

Nome do Pesquisador: João Paulo Kaiut

Rua: General João Pereira de Oliveira, 199, ap. 444. CEP:84015-116 – Vila Margarida

Telefone: (42) 988183030

e-mail: 23020522008@uepg.br

8. Ressarcimento ou indenização.

8 a) Ressarcimento: Assegura-se que todos os gastos da pesquisa como: transporte, alimentação, material didático, feitas pelos participantes serão ressarcidas e de responsabilidade do pesquisador.

8 b) Indenização: Assegura-se que, caso seja necessário ao participante da pesquisa ser indenizado, ele receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo pesquisador), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Em sua participação na pesquisa não receberá qualquer ajuda financeira, exceto nos casos citados acima.

B) CONSENTIMENTO (responsável legal)

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por *(nome do menor)* _____, nascido(a) em ____/____/____, declaro ter sido informado (a) e concordo com a participação, do (a) meu filho (a) como participante, no Projeto de pesquisa “Educação para a paz e Educação física inclusiva: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental.”

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo. O pesquisador me informou que não terei despesas e não receberei qualquer ajuda financeira para a participação na pesquisa, também deixou claro que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Certifico de que recebi uma cópia deste Termo.

Ponta Grossa, ____ de _____ 2024.

Assinatura do responsável pelo menor:

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura do pesquisador: _____ Data: ____/____/____

Nome completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo, dúvidas ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com os pesquisadores: João Paulo Kaiut, pelo telefone (42) 988183030 e pelo e-mail 23020522008@uepg.br, com Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho, pelo e-mail nsalles@uepg.br e também com a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme endereço abaixo.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Avenida Carlos Cavalcanti, 478 – Uvaranas. Prédio da Reitoria – Sala de Especialização Lato Sensu – Campus Universitário, CEP: 84030-900 – Ponta Grossa – PR, e-mail: propesp-cep@uepg.br, telefone (42) 3220-3108.

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, ambas assinadas, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa ou responsáveis.

O pesquisador compromete-se a manter o sigilo na pesquisa e o cumprimento das normas éticas vigentes no Brasil e das Resoluções CNS 466/12, CNS 510/16 e suas normas complementares.

APÊNDICE F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu João Paulo Kaiut, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sob a orientação do Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho. Convido você a participar do estudo: Educação para a paz e Educação física inclusiva: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental. Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendo disponibilizar atividades de educação física e educação para a paz, que contemplam as diversas especificidades dos educandos, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento de ações preventivas à violência. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir. Outras **crianças participantes** desta pesquisa têm entre 9 a 10 de anos de idade. A pesquisa será feita na Escola Municipal Professora Zahira Catta Preta Mello, onde os participantes que são as crianças, farão atividades lúdicas com jogos, brincadeiras e brinquedos, esportes e jogos cooperativos visando à aprendizagem. Para isso, será usado **diversificado material**, ele é considerado (a) seguro (a), mas é possível ocorrer **riscos mínimos**. Os riscos são mínimos em sua participação, entre eles está o desconforto, por serem abordadas questões que envolvem momentos de interação em grupo e discussões de conhecimentos novos, ou algumas situações constrangedoras entre os participantes no momento da interação e em responder alguma pergunta. Caso aconteça algo errado, você, seus pais ou responsáveis poderá(ão) nos procurar pelos contatos que estão no final do texto. A sua participação é importante porque contribuirá na construção de aulas de educação física diferenciadas e criativas que auxiliarão na aprendizagem de outras crianças. As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão publicados (**explicação da divulgação dos resultados**), mas sem identificar (dados pessoais, vídeos, imagens e áudios de gravações) dos participantes (crianças/adolescentes).

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa (Educação para a paz e Educação física inclusiva: intervenções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental). Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do menor responsável

Assinatura do pesquisador

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Pesquisador(a) Responsável: João Paulo Kaiut	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Endereço: General João Pereira de Oliveira, nº 199, ap. 444, bairro: Vila Margarida CEP: 84015-116 Telefone: 42988183030 (dúvidas pode ser realizada a ligação a cobrar pelo participante, pais ou responsáveis) E-mail: 23020522008@uepg.br Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho e-mail nsalles@uepg.br	Avenida Carlos Cavalcanti, 478 – Uvaranas. Prédio da Reitoria – Sala de Especialização Lato Sensu – Campus Universitário, CEP: 84030-900 – Ponta Grossa – PR, e-mail: propesp-cep@uepg.br , telefone (42) 3220-3108.

Obs.: O participante da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TALE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.